

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL (MESTRADO)**

FÁTIMA DO AMARAL TEIXEIRA

**(IN)VISIBILIDADE DO JOVEM DE CLASSE MÉDIA AUTOR DE
CRIMES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

VITÓRIA

2010

FÁTIMA DO AMARAL TEIXEIRA

**(IN)VISIBILIDADE DO JOVEM DE CLASSE MÉDIA AUTOR DE
CRIMES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Política Social.

Linha de Pesquisa: Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eugênia Célia Raizer.

VITÓRIA

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

T266i Teixeira, Fátima do Amaral, 1966-
(In)visibilidade do jovem de classe média autor de crimes no
município de Vitória/ES / Fátima do Amaral Teixeira. – 2010.
227 f.

Orientador: Eugênia Célia Raizer.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Violência. 2. Crime. 3. Juventude. 4. Jovens. 5. Classe
média. 6. Pobreza. I. Raizer, Eugênia Célia. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 32

FÁTIMA DO AMARAL TEIXEIRA

**(IN)VISIBILIDADE DO JOVEM DE CLASSE MÉDIA AUTOR DE
CRIMES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 02 de junho de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora EUGÊNIA CÉLIA RAIZER
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora VANDA DE AGUIAR VALADÃO
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor MICHEL MISSE
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos jovens de todas as classes sociais, de todas as raças, de todos os credos, de todos os gêneros e de todas as culturas, que por sua presença sedutora e “ameaçadora” nos fazem repensar nossos conceitos e nossos valores.

AGRADECIMENTOS

Como agradecer a todos aqueles que colaboraram direta e indiretamente com este trabalho, sem esquecer nenhum nome e nenhum rosto? Não foram poucos os lugares por onde andei em busca de dados, muitos destes não expressos neste conjunto de reflexões, os quais, agora, integram todo o conhecimento que adquiri nestes dois anos de mestrado e de pesquisa, e que certamente forjaram em mim um novo ser, mais maduro e mais sensível. Então, já de pronto, deixo o meu agradecimento especial a todos eles. Assim,

agradeço a Deus, que sempre foi fiel em suas promessas e nunca me abandonou, mesmo naqueles momentos em que pensei estar só;

à prof^a. Eugênia, minha orientadora, que bravamente me empurrou para mais longe, para onde eu nunca pensei ser possível chegar. E, em seu nome, agradeço a todos aqueles que aqui terão de ficar no anonimato, os quais foram essenciais à realização deste trabalho;

ao meu pai e à minha mãe, meus exemplos de vida, coragem e dedicação;

aos meus filhos – Pedro Henrique e Victor Hugo –, que só por existirem fortalecem minha caminhada;

a Henrique, esposo e amigo, grande incentivador à realização dos meus sonhos;

aos meus irmãos e irmãs, que completam a rede de proteção de que necessito para continuar lutando pelo que acredito e desejo;

ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), pela oportunidade ímpar que me concedeu para realizar esta pesquisa;

às professoras Ana Targina, Beatriz Herkenhoff, Lucia Garcia e aos professores Izildo Corrêa, Luiz Jorge, Paulo Nakatani e Reinaldo Carcanholo, exemplos de respeito, dedicação, compromisso e seriedade com nossa formação ética e profissional.

à sempre atenciosa e cuidadosa Adriana (secretária do PPGPS);

às professoras Luiza Mitiko Y. Camacho e Márcia Barros Ferreira Rodrigues, pelas valiosas intervenções que fizeram em meu projeto pesquisa, no período de minha qualificação;

à equipe de bolsistas do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI): Ana Amélia Sarmiento, Jordana Ploteguer, Diandra Freire e Sumiê Imagawa, pelas valiosas colaborações;

ao Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do município de Vitória (FACITEC) e toda a sua equipe, pelo apoio financeiro, que permitiu que eu me dedicasse com exclusividade ao mestrado;

aos funcionários dos distritos policiais de Goiabeiras, Jardim Camburi e Praia do Canto;

aos funcionários da Polícia Civil do Espírito Santo;

aos funcionários da Polícia Militar do Espírito Santo;

aos funcionários da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo;

aos funcionários da Secretaria de Estado de Segurança Pública, na pessoa de Pablo Lira;

à Sônia Cavassani e toda equipe do Serviço Social e Psicológico – SSP/VEPEMA;

à Maristhella Bergamim, por todas as ajudas que me prestou;

a(o)s colegas do Mestrado: Aline Pandolfi, Anailza Perini, Andreia Cristo, Andressa Amorim, Bruno Souza, Camila Taqueti, Katterine Otárola, Lucas Arcanjo, Maristela Pasolini, Nildete Turra, Thiago Piloni e Vilma Maria Memelli;

aos meus amigos, representados por Lene Nunes de Deus, amiga inseparável;

à Luzia, meu braço direito; e finalmente,

aos jovens, objeto e razão deste trabalho.

A natureza são muitas naturezas vivas em permanentes transformações e adaptações para os quais contribuem todos os seus agentes vivos, da aranha caranguejeira ao ser humano.

Gustavo Bernardo

RESUMO

Esta dissertação expressa as nossas inquietações frente ao recrudescimento da violência contemporânea, em cujo cenário os jovens se tornaram o centro das atenções. Estes, contudo, são socialmente representados pela parcela pobre do conjunto das juventudes, o que pressupõe, por sua vez, uma inexistência de jovens das classes médias na autoria de violências. Em contestação a tais representações sociais, propusemo-nos a analisar a (in)visibilidade das violências praticadas por jovens das classes médias moradores do município de Vitória/ES, por meio de pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, de caráter exploratório-descritiva. A metodologia utilizada compreendeu pesquisas bibliográfica e documental em instituições de Justiça e Segurança Pública, em Vitória/ES, e em dois jornais locais, além de entrevistas com profissionais dessas mesmas instituições e com um jovem de classe média, autor de violência criminalizada e morador deste município. A coleta de dados realizada nos documentos das referidas instituições apontou para uma deficiência generalizada dos registros sobre os autores de violências criminalizadas. Tal deficiência, somada a um ideológico protecionismo aos jovens das classes médias, por parte da Lei, da sociedade e de suas famílias – o que impede que eles tenham registrados seus envolvimento como autores de infrações penais e, conseqüentemente, impede a sua punição –, favorece a discutida invisibilidade, a qual, em última instância, serve à manutenção da criminalização da pobreza e, por sua vez, à reafirmação do Estado penal.

Palavras-chave: Violências. Crimes. Juventudes. Jovens. Classes médias. Pobreza.

ABSTRACT

This thesis aims at expressing one's restlessness before the recrudescence of violence in these current times, in which young people are in the focus. These youngsters, however, are socially represented by the poorer part of the young people's group, thus, presupposing, those middle class youngsters are not involved in crimes. Arguing against this social representations, we propose through this piece of work to analyze the (in)visibility of the various kinds of violence practiced by middle class youngsters who live in the city of Vitória/ES, and for that, making use of a qualitative and quantitative exploratory-descriptive research. The methodology used was based on bibliographical and documentary data collected from the Justice and Public Safety institutions in Vitória/ES, as well as from local newspapers, not to mention some interviews with professionals from these places above mentioned, and a young person from a local middle class family, who was the author of criminalized violence. Data collected in the documents of the institutions previously mentioned showed some generalized deficiency about the data record on the authors of the criminalized violence. Such inadequacy added to an ideological protectionism toward middle class youngsters, partly because of the law, society and their families – which prevents them not only from having their names involved in criminal offenses but also from being punished by their crimes –, what in other words, favor them in this (in)visibility, in which, ultimately, serves the maintenance of the poverty criminalization and, consequently, the (re)affirmation of the criminal state.

Key-Words: Violence. Crimes. Youths. Youngs. Middle classes. Poverty.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação das notícias sobre os jovens das classes médias autores de violências, nos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos de 2007 e 2008.....	107
Tabela 2 – Classificação em categorias criminais das infrações penais praticadas por jovens das classes médias, nos anos de 2007 e 2008, registradas nos jornais A Tribuna e A Gazeta.....	110
Tabela 3 – Bairros de moradia dos jovens das classes médias noticiados.....	112
Tabela 4 – Relação entre os bairros de residência dos jovens das classes médias noticiados e os bairros de ocorrência de suas infrações penais.....	113
Tabela 5 – Idades dos jovens das classes médias noticiados.....	114
Tabela 6 – Sexo dos jovens das classes médias noticiados.....	115
Tabela 7 – Escolaridade dos jovens das classes médias noticiados.....	116
Tabela 8 – Informações genéricas, envolvendo jovens das classes médias, segundo o banco de dados do CIODES, relativas aos anos 2007 e 2008.....	117
Tabela 9 – Classificação em categorias criminais das infrações penais praticadas por jovens das classes médias, nos anos de 2007 e 2008, registradas no banco de dados do CIODES.....	120
Tabela 10 – Bairros de moradia dos jovens das classes registrados no CIODES..	123
Tabela 11 – Idade dos jovens das classes médias registrados no CIODES.....	124
Tabela 12 – Sexos dos jovens das classes médias registrados no CIODES.....	125
Tabela 13 Classificação dos documentos acessados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, nos anos 2007 e 2008.....	128
Tabela 14 – Classificação dos boletins de ocorrências e relatórios finais de inquéritos policiais, segundo o endereço dos acusados e investigados, dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, anos de 2007 e 2008.....	129
Tabela 15 – Tipos de infrações penais investigadas pelo distrito policial da Praia do Canto, segundo a identificação dos municípios de moradia, anos 2007 e 2008.....	131
Tabela 16 – Classificação dos acusados nos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras, segundo a idade registrada nos boletins de ocorrências, nos anos de 2007 e 2008.....	132

Tabela 17 – Classificação em classes sociais dos acusados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, segundo os bairros de moradias e as idades.....	134
Tabela 18 – Classificação em categorias criminais das infrações penais das quais foram acusados jovens das classes médias, nos anos de 2007 e 2008, registradas no distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto.....	138
Tabela 19 – Grau de proximidade entre vítimas e jovens acusados na delegacia de Jardim Camburi e Goiabeiras, nos anos de 2007 e 2008.....	141
Tabela 20 – Bairros de moradia dos jovens das classes médias acusados e investigados.....	142
Tabela 21 – Idades dos jovens das classes médias acusados e investigados.....	144
Tabela 22 – Sexo dos jovens das classes médias acusados e investigados.....	145
Tabela 23 – Cor da pele dos jovens das classes médias acusados e investigados.....	145
Tabela 24 – Classificação por ano dos jovens das classes médias autores de infrações penais cumprindo Pena no SSP/VEPEMA.....	151
Tabela 25 – Situação dos jovens das classes médias condenados na VEPEMA.....	152
Tabela 26 – Classificação em categorias criminais das infrações penais praticadas por jovens das classes médias em cumprimento de pena na VEPEMA.....	154
Tabela 27 – Regimes fixados para os jovens das classes médias.....	155
Tabela 28 – Bairros de moradia dos jovens das classes médias condenados.....	157
Tabela 29 – Situação do imóvel dos jovens das classes médias condenados.....	157
Tabela 30 – Sexo dos jovens das classes médias condenados.....	158
Tabela 31 – Idade dos jovens das classes médias na data a cometimento da infração penal.....	159
Tabela 32 – Escolaridade dos jovens das classes médias condenados.....	160
Tabela 33 – Cursos frequentados pelos jovens das classes médias condenados.....	161
Tabela 34 – Situação trabalhista dos jovens das classes médias condenados.....	162
Tabela 35 – família dos jovens das classes médias condenados.....	162

LISTA DE SIGLAS

CEDOC – Centro de documentação

CEPAES – Central de Penas e Medidas Alternativas do Estado do Espírito Santo

CIODES – Centro Integrado Operacional de Defesa Social

CONSEG – Conferência Nacional de Segurança Pública

DEACLE – Delegacia de Adolescentes em Conflito com a Lei

ES – Espírito Santo

FACITEC - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GEAC – Gerência de Estatística de Análise Criminal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IP – Inquérito Policial

NEVI - Núcleo de Estudos sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social

PRD – Pena Restritiva de Direito

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SCP - Suspensão Condicional do Processo

SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça

SEMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo

SSP – Serviço Social e Psicológico

TC – Termo Circunstanciado

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

VEPEMA – Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIAS, JUVENTUDES E CLASSES MÉDIAS: COMPREENDENDO O FENÔMENO	25
1.1 VIOLÊNCIAS.....	26
1.2 JOVENS E JUVENTUDES.....	37
1.2.1 Jovens nas violências: vítimas ou autores?.....	47
1.3 CLASSES MÉDIAS.....	52
CAPÍTULO 2 – O ÁRDUO CAMINHO DOS OBJETIVOS: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
2.1 TIPO DE ESTUDO.....	63
2.2 DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	66
2.3 CENÁRIO DO ESTUDO.....	74
2.4 SUJEITO DA PESQUISA.....	79
2.5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS.....	80
2.5.1 A coleta de dados nos jornais.....	82
2.5.2 A coleta de dados no CIODES.....	84
2.5.3 A coleta de dados na VEPEMA.....	87
2.5.4 A coleta de dados nos distritos policiais.....	92
2.6 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	101
2.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	105
CAPÍTULO 3 – OLHARES SOBRE AS VIOLÊNCIAS DOS JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES: O QUE MOSTRAM OS REGISTROS E AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS	106
3.1 JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS NOTICIADOS COMO AUTORES DE VIOLÊNCIAS NOS JORNAIS A TRIBUNA E A GAZETA	107
3.1.1 Das infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias, noticiadas nos jornais locais A Tribuna e A Gazeta.....	108
3.1.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias noticiados.....	111
3.1.3 Das idades dos jovens das classes médias noticiados.....	113
3.1.4 Do sexo dos jovens das classes médias noticiados.....	115

3.1.5 Da escolaridade dos jovens das classes médias noticiados.....	115
3.2 OS DADOS SOBRE OS JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS ATENDIDOS PELA POLÍCIA MILITAR, REGISTRADOS COMO AUTORES DE VIOLÊNCIAS NO BANCO DE DADOS DO CIODES/SESP.....	116
3.2.1 Das infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias, registradas no CIODES.....	118
3.2.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias registrados no CIODES.....	122
3.2.3 Das idades dos jovens das classes médias registrados no CIODES.....	123
3.2.4 Dos sexos dos jovens das classes médias registrados no CIODES.....	125
3.3 JOVENS DE CLASSES MÉDIAS ACUSADOS DE E INVESTIGADOS POR INFRAÇÕES PENAIS NOS DISTRITOS POLICIAIS DE JARDIM CAMBURI, GOIABEIRAS E PRAIA DO CANTO.....	125
3.3.1 Dos moradores de Vitória/ES acusados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto.....	132
3.3.2 Dos jovens das classes médias acusados e investigados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto.....	135
3.3.2.1 Das infrações penais de que foram acusados jovens das classes médias nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto.....	137
3.3.2.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias acusados e investigados.....	131
3.3.2.3 Das idades dos jovens das classes médias acusados e investigados.....	142
3.3.2.4 Dos sexos dos jovens das classes médias acusados e investigados.....	142
3.3.2.5 Da cor da pele dos jovens das classes médias acusados e investigados...	145
3.3.3 As histórias que os números e tipos criminais escondem.....	147
3.4 JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS AUTORES DE INFRAÇÕES PENAIS CONDENADOS NA VARA DE EXECUÇÕES DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (VEPEMA).....	149
3.4.1 Das infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias atendidos pelo SSP/VEPEMA.....	152
3.4.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias autores de infrações penais.....	156
3.4.3 Do sexo dos jovens das classes médias autores de infrações penais...	157
3.4.4 Da idade dos jovens das classes médias autores de infrações penais..	158
3.4.5 Da escolaridade dos jovens das classes médias autores de infrações penais.....	159
3.4.6 Situação trabalhista dos jovens das classes médias autores de infrações penais.....	161
3.4.7 A família dos jovens das classes médias autores de infrações penais..	162

CAPÍTULO 4 – ANALISANDO A (IN)VISIBILIDADE DO JOVEM DE CLASSE MÉDIA AUTOR DE VIOLÊNCIA.....	164
4.1 A (IN)VISIBILIDADE DOS REGISTROS DOS DADOS SOBRE OS AUTORES DE VIOLÊNCIAS.....	166
4.2 O PERFIL DO JOVEM DAS CLASSES MÉDIAS AUTOR DE VIOLÊNCIAS....	169
4.3 AS VIOLÊNCIAS DO JOVEM DAS CLASSES MÉDIAS.....	173
4.4 PROTEÇÃO E PRECONCEITO DESVELAM A LUTA DE CLASSES E FAVORECEM A (IN)VISIBILIDADE DOS JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS AUTORES DE VIOLÊNCIAS.....	178
4.5 MOTIVOS JUSTIFICADORES PARA PRÁTICA DE VIOLÊNCIAS CRIMINALIZADAS POR JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS.....	185
4.6 A HISTÓRIA DE MAURÍCIO: O PERFIL DE UM JOVEM DE CLASSE MÉDIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES AUTOR DE CRIMES.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
REFERÊNCIAS.....	222
APÊNDICES.....	211
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	212
APÊNDICE B – Roteiro de Pesquisa para os jornais A Tribuna e A Gazeta.....	213
APÊNDICE C – Roteiro de Pesquisa no Banco de Dados CIODES/SESP.....	214
APÊNDICE D – Roteiro de Pesquisa Documental para VEPEMA/SSP.....	215
APÊNDICE E – Instrumento Organizativo da Documentação da VEPEMA.....	217
APÊNDICE F – Roteiro de Pesquisa Documental para os Distritos Policiais...218	
APÊNDICE G – Roteiro de Entrevista para Profissionais das Instituições de Segurança Pública e Justiça.....	220
APÊNDICE H – Roteiro de Entrevista para Jovens das Classes Médias Autores de Violências Criminalizadas.....	222

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos expressa as nossas inquietações frente ao crescimento do fenômeno da violência em suas diversas manifestações na sociedade contemporânea. Inquietações que ecoam nas palavras de Odalia (2004, p. 9), quando ele afirma que “A violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver do homem.” E tal é o alcance das mazelas desse fenômeno que o próprio autor nos diz que a violência, dada a sua abrangência e diversidade, poderia ironicamente ser chamada de “democrática”, o que reforçou o nosso interesse em estudá-lo.

Particularmente, interessa-nos conhecer as violências criminalizadas praticadas pelos jovens das classes médias do município de Vitória/ES. Um interesse que surgiu efetivamente no decorrer da nossa trajetória acadêmica, como estudante do curso de Serviço Social, quando, então, por meio da disciplina Políticas e práticas sociais, foram desenvolvidos conteúdos que abrangiam questões de violência, permitindo-nos uma leitura aproximativa com o tema¹. Desde então, vimos compreendendo que a violência é praticada de várias formas, não tendo estritamente a sua origem vinculada, como acreditam muitos, às classes populares e/ou com pouca instrução.

O interesse pelo tema aprofundou-se com participações em eventos e contatos com pesquisas² que discutiam a violência por meio das representações e do discurso na sociedade atual, oportunizando a realização de leituras e fichamentos, principalmente dos Mapas da violência III e IV (WASELFIZ, 2002, 2004), os quais

¹ O conteúdo da referida disciplina abrangia a questão da violência intrafamiliar, tendo como uma das autoras de referência Saffiotti, que afirma que “as violências [...] são praticadas em todas as classes sociais, em todas as raças/etnias, nos países de cultura ocidental assim como nos de cultura oriental [...]” (SAFFIOTTI, 1997, p. 52).

² Seminário de Pesquisa sobre Violência, Segurança Pública e Cidadania da Prefeitura de Vitória (abril de 2007); II Seminário de Pesquisa sobre Violência e Segurança Pública no Espírito Santo (maio de 2007) NEVI/UFES; Pesquisa: A moral da violência: culturas e processos de subjetividade a partir de um diálogo com a cinematografia, da qual fui bolsista de iniciação científica, durante o ano de 2007 – EMESCAM/ES.

os apresentaram como a principal vítima e autora desse fenômeno, na atualidade, a juventude.

Em tal literatura, contudo, a juventude que despontava como vítima e autora da violência era, em geral, a das classes populares, o que se contrapunha ao noticiado pela mídia impressa e televisiva que, ainda que momentaneamente, trazia à cena outro tipo de infrator, o jovem de classe média.

As notícias veiculadas na mídia sobre os jovens das classes médias autores de violências traziam explícitos uma indignação e um inconformismo, que apontavam para um questionamento corrente na sociedade: por que um jovem que tem tudo, ainda assim, comete violência? (SATHLER, 2007). Um questionamento que, criticamente analisado, revelava a crença, presente no imaginário social, em uma imediata relação entre pobreza e violência.

Em razão dessa crença, uma pergunta começou a nos incomodar: ora, se é verdade que somente pobres cometem violência, quais os motivos que levam um jovem de classe média a tornar-se autor de violência?

Na oportunidade da realização do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)³, nos propusemos a responder a tal pergunta. Uma proposta extremamente incitante, mas audaciosa para “aprendizes de pesquisadoras”. Audácia só percebida com a entrada no campo de pesquisa, quando deparamos com obstáculos inimagináveis. Só neste momento percebemos que ao nos propormos a responder àquela pergunta, havíamos pulado muitas etapas da pesquisa as quais seriam de fundamental importância conhecer, antes de nos inscrevermos em tão audaciosa proposta.

Antes daquela pergunta que nos propusemos a responder, muitas outras teriam de ter sido respondidas, tais como: O que é violência? Existe realmente um aumento da criminalidade entre os jovens das classes médias? Quais são as violências praticadas por esses jovens? Eles estão sendo penalizados por seus crimes? Onde encontrar os registros sobre as violências praticadas por esses jovens? Enfim, questões que não haviam sido investigadas em função das nossas frágeis

³ Trabalho intitulado: **O jovem de classe média**: motivos que o tornaram sujeito autor de violência, que teve como autoras as então graduandas em Serviço Social: Fátima do Amaral Teixeira e Lene Nunes de Deus, sob a orientação da professora Dra. Alacir Ramos Silva e Prof^a. Ms. Adriana Ilha da Silva.

experiências como pesquisadoras e do curto espaço de tempo delimitado para a realização do TCC.

Assim, reconhecemos que o trabalho da graduação foi profícuo pelas ricas experiências que nos proporcionou, mas também reconhecemos que aquela queima de etapas prejudicou sobremaneira a apresentação de um resultado mais fiel da realidade que cerca os jovens das classes médias autores de violências. Com isso, compreendemos a necessidade de refazer o caminho, no afã de responder àquelas perguntas que são, por certo, fundamentais para consubstanciar argumentos que refutem a crença na íntima relação entre pobreza e violência, fim último deste trabalho, e que tentamos responder com a realização desta pesquisa, nestes dois anos de mestrado.

O sentimento que nos moveu neste estudo foi o de contestação da histórica relação entre pobreza e violência, que, no Brasil, segundo Valladares (1993), remonta à inauguração do regime republicano, datada de 1889, quando os legisladores brasileiros, assim como os escritores da época, responsáveis por descrever a cena política, à semelhança dos ingleses e franceses, utilizavam o termo 'classes perigosas' como sinônimo de classes pobres. Uma integração cristalizada no imaginário social, que observamos muito presente na sociedade atual.

Incomoda-nos particularmente a reprodução da vinculação entre pobreza e violência, na atualidade, pelos prejuízos que causam aos jovens das classes populares, os quais sofrem com os estigmas e atitudes preconceituosas dos não pobres. Por outro lado, também acreditamos que, uma vez que se reduz a explicação da violência pela pobreza, ocorre um obscurecimento de dados que podem ser importantes para o entendimento da complexidade do fenômeno da violência, além de dificultar a realização de ações efetivas no sentido de promoção da paz e prevenção contra a violência, o que, entendemos, diz respeito a todos os jovens, independentemente de cor, sexo, credo ou classe social.

Defendemos, porém, que a reprodução dessa representação e a obscuridade de dados sobre outras dimensões da violência não ocorrem por acaso, pois elas são resultados de processos ideológicos que se conformam para legitimar as relações sociais de exploração e dominação. É da ideologia, segundo Chauí (1994, p. 21), o papel de "ocultamento da realidade social", que, uma vez desvelada, implicaria o acirramento da luta de classes, ameaçando, portanto, a dominação vigente.

Para Löwy (2008), tanto as utopias, quanto as ideologias, ou visões sociais de mundo, são produtos sociais, e que, por isso, precisam ser analisadas no seu desenvolvimento histórico, na sua transformação histórica, o que conduzirá à desmistificação das suas pretensões a uma validade absoluta. Importa, portanto, examinar a história dos homens, “[...] pois quase toda ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história ou a uma abstração completa dela.” (CHAUI, 1994, p. 34).

Nessa perspectiva, propusemo-nos a analisar a (in)visibilidade da violência praticada pelo jovem de classe média, com idade entre 18 e 29 anos, morador do município de Vitória/ES. Uma invisibilidade que não ocorre só quando a violência por ele praticada não alcança os canais de divulgação, a mídia propriamente dita, mas principalmente quando esse canal de comunicação parece querer dar-lhe visibilidade.

É exatamente no momento e na forma da divulgação dos eventos de violência envolvendo esses jovens que visibilidade e invisibilidade se confundem. Qual a intenção de uma revista de grande circulação, quando põe em destaque em sua capa, em letras garrafais, “RICOS, INTOLERANTES E CRIMINOSOS”, ou ainda, “Eles são **jovens**, universitários e têm **tudo de que precisam**: o que os levou ao covarde ataque de fúria contra uma doméstica”? (FILHO; LOBATO, 2007).

Ao chamar atenção para os jovens “ricos” que “têm tudo”, a manchete está implicitamente lembrando que a violência é coisa de pobre, coisa de quem “não tem nada”. E é por esse viés que atos violentos praticados por jovens das classes médias se passam por meros desvios de condutas e são ignorados como atos de violência e criminalidade.

Cabe lembrar que mesmo quando a mídia, por meio de suas reportagens, afirma que violência e pobreza se conjugam, parecendo por vezes legitimar práticas de violências dos pobres, isso não se configura como verdade. Sabemos, pois, da execração cotidiana que sofrem os jovens pobres que atentam contra o patrimônio e a vida de outrem, principalmente, de não pobres. Não existe nenhuma complacência da mídia, ou da sociedade, com esses jovens. Não é à toa a recente aclamação social, manifestada pela mídia, à diminuição da maioria penal.

Forechi⁴ (2006), que em sua dissertação de mestrado realizou um mapeamento da juventude em 30 edições – na Editoria de Cidades e na Editoria de Polícia – de um jornal de Vitória/ES, observou que nas reportagens envolvendo jovens e violência havia certa estigmatização de uma parcela do grupo social juvenil, quando, então, “A visão de jovens presente no jornal pesquisado faz uma clara distinção entre o jovem da classe média e o jovem pobre dos bairros periféricos.” Em outras palavras, enquanto os jovens pobres ganhavam visibilidade na Editoria de Polícia, os jovens das classes médias a tinham na Editoria de Cidades, e o inverso ocorrendo com a invisibilidade destes nas duas editorias citadas.

Mas a (in)visibilidade de que falamos não está apenas pressuposta na mídia, ela está configurada, por exemplo, em pesquisas oficiais e extraoficiais que, ao tratar o tema violência e juventude, se abstêm de informar de que juventude estão falando. O jovem autor e, mais precisamente, a vítima de violência são reconhecidos primeiramente por sua idade, depois pelo seu sexo e por fim por sua cor. A classe social à qual pertencem esses jovens não é informada (WAISELFISZ, 2004, 2006a; 2007)⁵, o que vem favorecendo a reprodução e cristalização da velha crença que se retroalimenta, formando um círculo vicioso.

Ao que parece, o mundo acadêmico também foi tomado por essa crença. Segundo Abramovay (2002), a integração entre pobreza e violência vem justificando os poucos estudos sobre a violência das classes médias. Nas palavras desta autora, a incipiência dos estudos nesse tema fundamenta-se na existência do “estereótipo quanto à equação violência = miséria. As classes populares já seriam ‘perigosas’, e as classes médias estariam em um processo de crise.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 44).

Todo esse jogo de esconde-esconde, fundamentalmente ideológico, aliado aos variados sentidos e significados da produção acadêmica sobre as categorias centrais deste trabalho⁶ – violências, juventudes e classes médias –, e que resultam

⁴ As citações referentes ao trabalho de Forechi (2006) não contêm o número das páginas em que se encontram originalmente em função de apenas termos tido acesso ao copião desta dissertação, o qual não apresentava as respectivas páginas numeradas.

⁵ A nossa principal referência para tal afirmação são os Mapas da Violência, os quais tomam como indicador as mortes por causas externas – homicídio, acidentes de transporte, suicídios – para representar a violência geral, e que desde a sua primeira produção, em 1998, apresenta no centro deste fenômeno os jovens com idade entre 15 a 24 anos, em sua maioria do sexo masculino e de cor/raça negra (WAISELFISZ, 2008).

⁶ As categorias violência, juventude e classe média estão definidas no capítulo 1.

na pouca literatura sobre jovens de classes médias, tornaram a realização do nosso objetivo muito complexo, mas ainda mais instigante.

As notícias sobre as práticas de violências e criminalidades por jovens das classes médias do município de Vitória, divulgadas em dois jornais locais, vieram ao encontro das nossas angústias, quando, então, servimo-nos primeiro desse instrumento para tomar conhecimento dos fatos e, a partir deles, buscamos outras instituições que intervêm diretamente nos eventos de violências que envolvem esses jovens e conseqüentemente participam do processo de (in)visibilidade de suas violências, que por sua vez os tornam autores invisíveis.

Por precaução, cabe salientar que não pretendíamos, nem pretendemos, com a realização da presente pesquisa negar a violência cometida por jovens das classes populares, nem tampouco condenar os jovens das classes médias autores de violência. Acreditamos que a própria vulnerabilidade em que se encontram parcelas significativas da juventude, muitas vezes, as empurra para o caminho da criminalidade, não sendo, contudo, esta uma verdade inconteste, como nos afirma Zaluar (2004):

[...] Estudos sobre a infância pobre mostraram que, apesar da sensível diminuição da proporção de crianças na população brasileira (caiu de 44,7% em 1980 para 41% em 1989), cerca de 50,5% das crianças e adolescentes continuaram a fazer parte de famílias cujo rendimento mensal per capita era de até meio salário mínimo, e 27, 4%, de famílias com rendimento de até 1/4 do salário mínimo (RIZZINI, 1993). No entanto, a maioria desses jovens e crianças, muitos deles trabalhando na rua, permanece ao largo das atividades criminosas, embora esteja em posição mais vulnerável à influência dos grupos organizados de criminosos. Apenas uma minoria termina envolvida pelas quadrilhas de ladrões ou de traficantes, para os quais trabalha de arma na mão e vida no fio. [...] (ZALUAR, 2004, p. 69).

Prova disso é o baixo percentual de pobres entre os pobres que optam pela carreira criminosa, o qual foi estimado em menos de 1% em relação ao total da população de um bairro pobre pesquisado: 380 pessoas pertencentes às quadrilhas de traficantes e aproximadamente 1.200 pessoas envolvidas com roubos e furtos, numa população calculada entre 60 mil e 80 mil pessoas (ZALUAR, 1994b). São muito poucos os jovens que estão no centro da desagregação provocada pela violência, mas essa desagregação se espalha como mancha de óleo pelo resto da sociedade e tem trazido um enorme sofrimento a toda a população dos principais centros urbanos do país (ZALUAR, 2004, p. 71).

Partimos, então, para a realização deste trabalho, orientadas pelo pressuposto de que a pobreza não pode, por si só, refletir a imagem da violência. E enfrentar essa situação implicava reconhecer que tanto as violências praticadas por jovens das

classes médias, quanto aquelas praticadas por jovens das classes populares, são produtos da sociedade como um todo. A (in)visibilidade do jovem de classe média na prática de violências de que tratamos não se resume só em explicitar e compreender, mas também fazer ver esse acontecimento na sua complexidade e transformá-lo em uma questão que deve ser alvo de ações públicas e políticas sociais.

Assim, dispusemo-nos, conforme enunciado anteriormente, a analisar a (in)visibilidade das violências praticadas pelos jovens das classes médias do município de Vitória/ES, numa proposta de caráter exploratório-descritiva, com o fim de trazer à tona dados “simples” que possam situar os jovens das classes médias no universo da violência, no papel de autor, (in)visíveis nas pesquisas sobre violência, sendo esta uma particularidade da violência que precisa ser desvelada para seu melhor enfrentamento.

A execução desse objetivo exigiu-nos a realização de três outros objetivos: descrever o perfil socioeconômico e cultural do jovem das classes médias autor de violências do município de Vitória/ES; descrever os tipos e particularidades de violências criminalizadas praticadas pelo jovem das classes médias do município de Vitória/ES; e analisar os argumentos justificadores da (in)visibilidade da violência praticada pelo jovem das classes médias do município de Vitória/ES, os quais são apresentados nos quatro capítulos que compõem esta dissertação.

No primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico que orientou a nossa compreensão sobre as categorias violências, juventudes e classes médias, nas quais nos apoiamos para entrada no campo empírico da pesquisa e que nos exigiram um constante aprimoramento do próprio referencial, num esforço de entendermos o que aquela realidade ocultava quando se mostrava e o que mostrava quando se ocultava. Foi, portanto, este um capítulo construído durante todo o processo de construção da dissertação – projeto, pesquisas e análises.

O segundo capítulo exprime o esforço incansável da realização dos objetivos propostos: os procedimentos metodológicos. Nele fazemos uma descrição detalhada dos caminhos e descaminhos que cruzamos e que resultaram nesta dissertação, com a qual esperamos causar impacto sobre a realidade estudada.

No terceiro capítulo expomos os resultados da pesquisa documental, realizada em 6 (seis) distintas fontes – jornais locais, distritos policiais, banco de dados do CIODES e VEPEMA. Resultados curiosos que não se restringiram ao universo das violências praticadas pelos jovens das classes médias, mas de outros atores que favorecem a (in)visibilidade destas e daqueles.

No quarto capítulo apresentamos a nossa interpretação sobre os dados encontrados, cuja análise, que retoma os propósitos que nos impulsionaram para a realização deste trabalho, foi realizada à luz da revisão bibliográfica, das descobertas empíricas e das entrevistas concedidas por profissionais da área da Justiça e Segurança Pública que atuam diretamente com jovens das classes médias autores de violências criminalizadas. Incorporamos neste capítulo a história de Maurício⁷, por meio da qual apresentamos o perfil de um jovem de classe média, morador de Vitória/ES, autor de crimes, e os fatos que engendraram a sua vida e o conduziram à prisão.

Finalmente, apresentamos as nossas considerações finais, as quais não têm a pretensão de esgotar o tema, mas de ser provocadora de outros estudos que modifiquem a realidade presente e agreguem novos conhecimentos sobre o fenômeno em estudo.

⁷ No percurso de nossa pesquisa realizamos uma entrevista com um jovem de classe média autor de crimes, identificado pelo nome fictício de Maurício, que foi selecionado como um caso exemplar por estar presente em mais de uma das fontes de informação pesquisadas.

CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIAS, JUVENTUDES E CLASSES MÉDIAS: COMPREENDENDO O FENÔMENO

Este capítulo reflete o esforço de compreendermos, na complexidade das relações sociais que se desenvolvem em um modo de produção capitalista – próprio da sociedade moderna –, as categorias violências, juventudes e classes médias, que na contemporaneidade se interpenetram e se fundem de modo que seus limites se esvaecem. Assim, revelam as contradições desse modo de organização social e a raiz da questão social, refletidas na escalada da violência contemporânea, da qual são vítimas e autores não só aquela parcela da juventude que está à margem do acesso ao direito, ou, quando muito, com “limitadíssimo acesso aos bens indispensáveis à vida social e à própria vida” (IANNI, 2004), mas também aqueles que, pelo menos aparentemente, desfrutam dos bens e serviços disponíveis na atualidade – os jovens das classes média e alta da sociedade.

Historicamente determinadas, as categorias juventudes, classes médias e violências e os sentidos a elas atribuídos são, por certo, o resultado dos interesses das classes dominantes para a efetivação de sua dominação e contínua exploração. O lugar que cada uma dessas categorias ocupa nesta sociedade é o que pretendemos compreender e analisar à luz do sentido marxista de ideologia, que “[...] é o processo, pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes” (CHAUI, 1994, p. 93). Um processo que só se torna possível porque a ideologia “não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno, objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (Id., *ibid.*, p. 78).

A categoria juventude, como a compreendemos hoje, nem sempre existiu – ela é produto da sociedade moderna (ARIÈS, 2006). As classes médias não surgem do acaso, têm uma função essencial na reprodução da sociedade capitalista (OLIVEIRA, 1987). E a violência que, segundo Odalia (2004, p. 89), “[...] no passado, foi exercida quase sempre de cima para baixo”, hoje tem sentido inverso daquele: violência virou sinônimo de pobreza, o que segundo Misse (2006, p. 11) “[...] ganha tal permanência e abrangência em nossa história que já não serve para explicar

mais qualquer coisa”. Produto de complexas relações sociais, as categorias juventudes, classes médias e violências, pode-se supor, não escaparam de ser atravessadas pela ideologia e exigem aprofundadas análises.

1.1 VIOLÊNCIAS

A violência é hoje, no Brasil, fator de inquietação. Ao longo da história, adquiriu maior complexidade nos centros urbanos, manifestando-se de forma diversificada, com distintas representações sociais. Essa violência, afirma Waiselfisz (2004), apresenta um aspecto representativo e problemático na organização da vida em sociedade, atingindo todas as esferas da vida social.

Mas o que efetivamente poderíamos chamar de violência?

Revisitando a literatura sobre o tema, observamos que essa é uma questão que já se pôs em pauta. As dificuldades de defini-la, as diferentes formas de interpretá-la e os tênues limites que a separam e a diferem de outros atos por vezes considerados violentos são mais algumas das inquietações que incomodam os que se dedicam a estudar o fenômeno.

Lembra Zaluar (1999) que violência é um termo polifônico desde a sua etimologia. Em sua origem, a palavra violência refere-se a “força”⁸, a qual só se torna violência quando usada em excesso e em prejuízo de outrem, ou, quando rompe com “[...] acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento [...]” (ZALUAR, 1999, p. 8). Ainda segundo esta autora, essa percepção não está presa a um tempo, a um lugar, ou a uma cultura, mas pode modificar-se temporal, cultural e historicamente.

É nessa direção que diversos estudiosos vêm tentando explicar as diferentes formas de compreender e interpretar um ato como violento ou não violento. Camacho (2003, p. 183), por exemplo, apontou “dois motivos básicos” para explicar a grande

⁸ “Violência vem do latim *violentia*, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou recursos do corpo em exercer a sua força vital)”. (ZALUAR, 1999, p. 8).

diversidade de conceitos de violência existentes, nos quais, podemos observar, estão presentes os valores e a cultura de quem deseja interpretar o fenômeno: “primeiro, porque o seu entendimento não é o mesmo nos diferentes períodos da humanidade e, segundo, porque cada pessoa interessada no tema pode se permitir compreender a violência conforme os seus valores e a sua ética.”

Assim também já havia compreendido Chaui (1995, p. 336), afirmando que “Evidentemente, as várias culturas e sociedades não definiram e nem definem a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo os tempos e os lugares.”

Dessa forma, percebemos que as compreensões sobre o fenômeno são afetadas pelas culturas, valores e normas vigentes em cada país e/ou comunidade, e/ou, porque não dizer, nos distintos grupos sociais, que também são modificados no decorrer da história. São, portanto, compreensões que se diversificam espacial e temporalmente.

Chaui (1995) diz-nos, no entanto, que embora essas compreensões se divirjam, elas guardam entre si elementos comuns: a definição de violência é construída a partir do que as diversas sociedades compreendem por “mal, crime e vício”. E que,

[...] Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros. (CHAUÍ, 1995, pp. 336-337).

E é consenso entre os estudiosos⁹ a compreensão de que este é um fenômeno que acompanha a história da humanidade, assim como a complexidade que ele alcança no decorrer dessa história – que é construída por homens –, afirmando Dias (2003, p. 101) que, por ser a violência “um produto da sociedade, ela muda de fisionomia e de escala de acordo com as mudanças dos aspectos da vida social [...]”.

Em Wiewiorka (1997), as transformações do fenômeno, principalmente a partir das décadas de 60 e 70, estão explicitadas. Segundo esse autor, tais transformações são tão expressivas que se pode considerar a ideia do surgimento de um “novo paradigma da violência”, refletido nas formas de manifestação do fenômeno, nas suas representações e na abordagem adotada pelas ciências sociais.

⁹ (BIASOLI, 2005; DIAS, 2003; SUDBRACK, 2005; WAISELFISZ, 2004).

Mudanças sentidas de forma localizada, no interior dos territórios nacionais, explicitadas, de forma contundente, nas guerras civis, étnico-raciais, entre outras, mas que têm origem nas transformações que ocorreram em escala mundial. Para Wieviorka (1997), as transformações do fenômeno guardam vínculos diretos com as transformações ocorridas no sistema internacional, nos Estados, na sociedade e no indivíduo contemporâneo. Quatro níveis que devem ser analisados separadamente, mas também globalmente, assim como devem ser analisados como níveis que se complementam, se articulam ou mesmo se integram.

Uma das marcas da violência contemporânea, segundo Wieviorka (1997), é a diluição ou diminuição do caráter político da violência, classificando-a como uma violência infrapolítica. Não raro, nos interesses dos seus protagonistas não está mais presente o desejo de aceder ao poder do Estado; antes, pelo contrário, desejam dele o distanciamento. Denota este autor que ocorre, na atualidade, uma crescente privatização da violência, perdendo o Estado gradativamente uma função que lhe é clássica: o monopólio da violência física.

A privatização da violência e a conseqüente perda do Estado do monopólio da violência física têm, de acordo com Wieviorka (1997), relação direta com a popularização da mundialização da economia, que fragilizou os Estados, os quais perderam, em certa medida, o controle do seu quadro territorial, administrativo e político da vida econômica.

Com a globalização da economia, “[...] os fluxos, as decisões, os mercados, a circulação dos homens, dos capitais, das informações, efetuam-se em escala mundial” (WIEVIORKA, 1997, p.18), ocorrendo com isso o descontrole dos Estados sobre a economia nacional. A incapacidade dos Estados de controlar sua economia fragiliza seu papel de controle das atividades consideradas ilegais e mesmo o do recolhimento de recursos fiscais.

Mas não é só o monopólio da violência física que os Estados perdem com a mundialização da economia. A globalização traz consigo a fragmentação cultural que, de acordo com Wieviorka (1997, p. 19), fragiliza a “fórmula do Estado-nação, já que a nação não pode tão facilmente como antes reclamar para si o monopólio ou o primado absoluto da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da comunidade imaginária que ela constitui [...].”

É por essas e por outras razões que Wieviorka (1997) implica na análise do novo paradigma da violência as mudanças ocorridas nos Estados. “A concepção contemporânea da violência é perseguida pela ideia de um declínio-superação do Estado. Este é cada vez menos descrito como causa, fonte ou justificativa da violência [...]” (Id., *Ibid.*, p. 20).

Consoante com a reflexão de Wieviorka sobre a globalização, Ianni (2004) avança afirmando que esse fenômeno é mais do que uma abertura de mercados, ou simplesmente um processo econômico de grande envergadura. “O globalismo compreende um novo ciclo de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo¹⁰, como sempre em escala mundial” (IANNI, 2004, p. 139), que pôs em curso, desde o final da Segunda Guerra Mundial, uma nova revolução burguesa – “uma revolução burguesa mundial” – que, além de desenvolver as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, conforma uma “sociedade civil mundial”, que produz novas formas de sociabilidade, altera os jogos de forças sociais, os modos de ser e os estilos de vida, assim como, realidades e imaginários (IANNI, 2004).

Na conformação da nova sociedade civil mundial, que lança as classes e os grupos sociais em nível mundial, afirma Ianni (2004), há uma perda de referências por partes dos indivíduos que, acostumados a se comportar de uma determinada maneira, são obrigados a repensar e reformular seus modos de fazer e de viver. E, não sem consequências, a imposição de reestruturação da vida social cotidiana dos indivíduos e coletividades ocorre. Esse novo investimento do capital, para sua maior expansão e acumulação, engendrado mais uma vez por liberais, agora neoliberais, traz “surpresas e inquietações, possibilidades e ilusões” (IANNI, 2004, p. 142). É nessa nova forma de expansão do capitalismo que emergem as mais variadas e temíveis modalidades de violências.

Os reflexos dessas transformações rebatem intensamente no Estado brasileiro que, como outros países que se situam mais na periferia que no centro do mundo, não está imune ao quadro de violência que se instalou globalmente. Aliás, lembra Wieviorka (1997) que uma das novidades radicais implicadas na violência contemporânea é “o fato [dela] ser ao mesmo tempo globalizada, posto que relativa

¹⁰ Ianni (2004) destaca 5 configurações geo-históricas do capitalismo: a acumulação originária, o mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo e o globalismo, configurações que se misturam, por vezes se excluem, se integram, mas cada uma com características próprias.

a fenômenos planetários, e localizada; geral, e [...] molecular: ela própria mundializada, e fragmentada ou eclodida. [...]” (Ibidem, p. 28).

Assim, considerando as particularidades do Estado brasileiro, que certamente imprime uma dinâmica própria à violência no território nacional, há que se perceber que ela sofre influência de fatores externos, rebatendo os reflexos das contradições que são colocadas em escala mundial de forma particular no Brasil.

Já compreendemos, de antemão, que a violência é um fenômeno histórico, que atravessa a sociedade como um todo e que se manifesta de diversas formas – muitas, facilmente reconhecidas, mas muitas outras sutilmente mascaradas (ODALIA, 2004) –, assim como compreendemos que a resposta para sua recrudescência na contemporaneidade não será encontrada em um único fator, (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003), mas no entrecruzamento de causas e efeitos (ZALUAR, 2004) que se refiguram cotidianamente no movimento das relações sociais, que faz dela um fenômeno cada vez mais complexo, difuso, de difícil apreensão e, o que é muito grave, de difícil solução.

A violência no Brasil, diz-nos Chaui (1995, p. 337), “é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser”. E esse é, certamente, o tipo de violência que, na atualidade, mais se identifica com a face da violência aqui em evidência.

No Brasil, as altas taxas de mortalidade por causas externas – homicídios, latrocínios, acidentes de trânsito –, já observadas há algum tempo, levaram Pinheiro e Almeida (2003) a considerar a violência interpessoal¹¹ como uma especificidade da violência praticada no Brasil. E no que se refere à violência homicida, esse perfil fica ainda mais definido¹².

¹¹ É a violência infligida por outra pessoa ou grupo que comporta duas subcategorias: violência da família e dos parceiros íntimos e violência comunitária. Esta última é a violência que, geralmente, ocorre fora de casa, entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não). Integram essa modalidade a violência juvenil, os atos aleatórios de violência, o estupro ou ataque sexual por estranhos e a violência em grupos institucionais, como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos. Tais pessoas podem conhecer-se ou não. (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003).

¹² Importa aqui destacar que outras modalidades de violência contempladas na categoria violência interpessoal são práticas recorrentes no Brasil (MINAYO, 2005). A violência intrafamiliar – violência contra criança e adolescente, violência contra a pessoa idosa e violência contra a mulher – também revela um triste retrato do País. Cabe pontuar, portanto, que tais práticas não podem ser esquecidas quando se analisa a violência realizada e divulgada pontualmente fora do seio familiar.

Em 2004, o Brasil apresentou uma taxa global de 27 homicídios por 100 mil habitantes, posicionando-se entre os países com as maiores taxas de homicídios entre 84 países do mundo. Apesar de apresentar taxas menores que as da Colômbia e taxas semelhantes às da Venezuela e às da Rússia, ainda assim, as taxas brasileiras continuam sendo extremamente elevadas no contexto internacional, ocupando o Brasil o 4º lugar no *ranking* da violência homicida (WAISELFISZ, 2006a).

Se se pode vislumbrar algum benefício nas mudanças ocorridas na compreensão de violência na atualidade, ele deve ser encontrado, sem dúvida, nas mudanças ocorridas na sua forma de percepção, que são reveladoras de faces desse fenômeno que, até muito recentemente, permaneciam veladas. De acordo com Porto (1997, apud WAISELFISZ, 2004, p. 15-16) ocorreu,

[...] um alargamento do entendimento da violência, uma reconceitualização pelas suas peculiaridades atuais e pelos novos significados que o conceito assume, "(...) de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais", como a violência intrafamiliar, contra a mulher ou as crianças, violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias.

Mas é basicamente sobre formas de manifestação da violência refletidas nos indicadores objetivos – taxas de homicídios, conflitos (de origem étnica, religiosa, racial, entre outras) e índices de criminalidade (incluindo o narcotráfico), etc. – (WAISELFISZ, 2004) que a violência é evidenciada no Brasil.

Nesse aspecto, o quadro da violência no Brasil não é exatamente aquele que se poderia considerar uma obra-prima. A face do terror está aqui estampada. E, embora esteja cotidianamente exposto por onde quer que transitemos, o quadro que gostaríamos de apreciar é outro, o qual não temos mais certeza se um dia será pintado. Aliás, certeza, segurança e confiança são sensações que na sociedade brasileira foram trocadas por outras, como insegurança, ameaça, raiva, ódio, medo e desesperança (BAIERL, 2004).

Segundo Moraes (1981), diferentemente do que ocorre nas pequenas cidades, e até mesmo no meio rural, as violências praticadas nos grandes centros urbanos não obedecem a nenhuma lógica e não oferecem nenhuma previsibilidade, tornando-se mais difícil o seu impedimento. É o caráter difuso da violência urbana

contemporânea: suas causas e efeitos não apresentam qualquer relação coerente entre si (MORAIS, 1981).

Mas esse quadro torna-se cada dia mais temível. Os limites das grandes cidades não são mais os limites da violência. O fenômeno se interioriza. Segundo Waiselfisz (2007, p. 9), “se [no Brasil], até 1999, os polos dinâmicos da violência localizam-se nas grandes capitais e regiões metropolitanas, a partir dessa data, observou-se certa estagnação nessas áreas e o deslocamento da dinâmica para o interior dos Estados [...]”. É a complexidade do fenômeno.

O recrudescimento da violência urbana, acompanhado da espetacularização midiática, engendrada por uma ideologia neoliberal, nos dirá Chaui (2003), tem provocado na população brasileira um sentimento que é próprio desse momento histórico, o qual Baierl (2004) denominou de “medo social”. Segundo esta autora,

Trata-se do medo utilizado como instrumento de coerção por determinados grupos que submetem pessoas aos interesses deles. [...] Ameaças reais, vindas de sujeitos reais, são contrapostas a ameaças potenciais típicas do imaginário singular coletivo, produzido pelos índices perversos do crescimento da violência nas cidades. (BAIERL, 2004, p. 20).

De acordo com Baierl (2004), sentimos medo do visível da violência, mas também do invisível. Sob o signo do medo social, novas formas de sociabilidade são construídas; os direitos mais básicos, como o direito de ir e vir, são violados; e as estratégias para combater a violência e garantir acesso a esses direitos são construídas na esfera do particular, em detrimento de ações coletivas. Um medo, portanto, que só pode emergir em um contexto em que o Estado se faz ausente. Aquele mesmo Estado que, segundo Wieviorka (1997), vem perdendo com a globalização o monopólio da força física e, com ele, o poder de garantir à população o Estado de Direito.

Mas, se esse medo é causador de danos irreparáveis para a sociedade como um todo, para uma parcela, ainda que pequena, ele tem trazido grandes benefícios: neste contexto de violência, gerador do medo social, o setor de segurança privada cresce assustadoramente. Segundo Baierl (2004, p. 68), “[...] a violência, nas suas diferentes formas, gera um custo econômico e social inimaginável e, conseqüentemente, alimenta o crescimento de um novo negócio da modernidade denominado Indústria do Medo”.

É nesse clima de medo, impotência e insegurança, gerado pela violência urbana, alerta-nos Baierl (2004), que se vai forjando um novo cidadão, na verdade, um “subcidadão”, avesso à política, desinformado dos seus direitos individuais, descrente do potencial de ações coletivas e, com isso, cada vez mais refém da violência. É nesse clima de medo que a política perde espaço para a violência e a retroalimenta.

Cabe aqui lembrar que essa violência que faz aflorar o medo social, que intimida os cidadãos e os despoja do seu direito de se tornarem sujeitos políticos, mostra apenas uma de suas faces – a violência física. Especialmente no Brasil, diz-nos Chauí (2003), o espetáculo que se tem armado em torno dos eventos de violência – que sabemos não serem poucos – vem servindo à ideologia neoliberal que deseja, antes de tudo, mascarar a violência real: a violência social que está na estrutura dessa sociedade, que em si mesma é violenta e que oxigena a aparente violência mundial.

Segundo Chauí (2003), muitos são os mecanismos utilizados pela ideologia neoliberal para ocultar a violência social, produzida e reproduzida por ela mesma. No caso específico do Brasil, a violência social tem sido mascarada pelo mito da não violência. A exaltação do povo brasileiro como um povo não violento esconde no seu interior o desejo de desvirtuar a verdadeira face da violência, despolitizar o povo brasileiro, torná-lo passivo e inerte às injustiças sociais, às constantes violações de seus direitos, enfim, passivos diante da violência social de que são vítimas todos os dias.

É nessa perspectiva que a ideologia neoliberal vem evocando um retorno à ética que, de acordo com Chauí (2003), está longe de expressar a verdadeira ética. Ao contrário daquela ética de que se pede retorno, e que Chauí (2003) chamou de uma ideologia da ética, ou da ética como ideologia, a verdadeira ética forma sujeitos racionais, que sabem o que fazem e porque fazem; são livres para escolher o que fazer e respondem por seus atos. A verdadeira ética se opõe à violência. Esta última ignora a racionalidade dos sujeitos, tratando-os como coisas, seres insensíveis e desprovidos de razão e de vontade.

Outro agravante da ética como ideologia, apontado por Chauí (2003), é que ela tem o poder de despolitizar a violência, o que vai ao encontro do já dito por Wieviorka (1997), que apontou como marca da violência contemporânea a diluição do caráter

político do fenômeno. “Esta aparece nos confins do político, ela procura aí instalar-se, mas ela é essencialmente infrapolítica, feita de importunação (racial harassment dizem os britânicos), e de condutas fragmentárias.” (WIEVIORKA, 1997, p. 31)¹³.

Social e/ou infrapolítica, a violência sempre recaiu mais sobre alguns grupos que em outros. De acordo com Pinheiro e Almeida (2003), as populações que vivem em situação de pobreza ou moradores de bairros pobres são as vítimas preferenciais da violência. Ainda, segundo esses autores, no período da história republicana do Brasil a violência afetava basicamente os pobres e os afrodescendentes, e, para isso, bastavam “instituições de controle social, como polícia, um Judiciário bastante limitado, os asilos para crianças e jovens malfeitores, as prisões”. (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p. 32). Mas, à medida que a violência recrudesciu e alcançou níveis quase epidêmicos, essas instituições não foram capazes de dar respostas adequadas para o seu enfrentamento. E nisso podemos também visualizar as transformações do fenômeno.

Refletida principalmente nos grandes centros urbanos, essa violência, hoje, nos dirá Odalia (2004, p. 10), “[...] se estende do centro à periferia da cidade e seus longos braços a tudo e a todos envolvem, criando o que se poderia chamar ironicamente de uma democracia na violência”. Assim, se houve um tempo em que a violência, essa a que assistimos impotentes cotidianamente, afetava apenas um pequeno grupo – os pobres –, isso já não se configura mais como verdade absoluta, embora se tenha certeza de que tal fenômeno vitimiza mais alguns grupos que outros. E em países subdesenvolvidos¹⁴, como o Brasil, essa é uma realidade que, ainda mais de perto, se comprova.

Mas a grande questão que se faz urgente discutir é que não é só como vítima que a população pobre é colocada no trágico cenário nacional de violência. A autoria de violências, principalmente aquela criminalizada, é imputada generalizadamente aos pobres. Expressou isso muito bem Chauí (2003) quando apresentou como um dos

¹³ Cabe, no entanto, recuperar o também refletido por Wieviorka (1997), e, talvez, isso nos sirva de alento: alguns desses movimentos considerados infrapolíticos podem constituir-se numa forma mais pré-política que infrapolítica, com possibilidade, ainda que a longo prazo, de elevarem-se ao nível político.

¹⁴ De acordo com Mathias e Salama (1983), são considerados subdesenvolvidos todos aqueles países cujo surgimento e desenvolvimento do modo capitalista de produção não ocorreram a partir de suas questões internas, mas foram trazidos de fora, o que implicou uma difusão de relações mercantis incompletas e específicas, posto que esses países não estivessem estruturados para receber esse novo modo de produção, sendo disso originário o seu subdesenvolvimento.

mecanismos utilizados pelos neoliberais para mascarar a violência social o mecanismo jurídico, o qual circunscreve a violência unicamente “ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato).” (CHAUI, 2003, p. 51). Completa a autora que tal mecanismo, ao mesmo tempo em que define quem são os ‘agentes violentos’ (de modo geral os pobres), legitima a ação da polícia contra aquela população.

Assim, a integração entre pobreza e violência, como um pano de fundo ideológico muito bem tecido, vem cumprindo seu papel fundamental: mascarar a violência social que, podemos afirmar, está na raiz de todos os males. Esse mecanismo está muito em voga na atualidade, principalmente em território estadunidense, servindo de modelos para outros países do mundo, onde se consolida o Estado penal em detrimento do Estado social (WACQUANT, 2007). Sobre essa penalização, pronuncia-se assim Wacquant (2007, p. 110):

Como conter o fluxo crescente de famílias deserdadas, marginais das ruas, jovens desempregados e alienados, desesperança e a violência que se intensificam e se acumulam nos bairros segregados das grandes cidades? Nos três níveis do campo burocrático – o dos condados, o estadual e o federal –, as autoridades estadunidenses responderam à escalada das desordens urbanas – pelas quais, paradoxalmente, são em grande parte responsáveis – desenvolvendo, até a hipertrofia, suas funções repressivas [...].

Nessa tessitura ideológica, os preconceitos e os estigmas contra os pobres vão sendo reproduzidos e ampliados, pois é muito mais fácil condenar aqueles que já estão condenados pela vida.

Morais (1981) entende que é o grau de impotência a que é exposto o ser humano diante de suas aspirações que pode torná-lo mais hostil, de maneira que as ações violentas são, muitas vezes, a única alternativa de liberação e de sobrevivência. Fraga (2002, p. 48-49) compreende que “[...] quando falamos de sobrevivência, nos referimos tanto à física (do simples alimento) quanto à simbólica (da revolta real contra o reconhecimento negado pela sociedade em geral)”. Isso significa dizer que a violência não é um apanágio dos pobres, mas uma característica impressa no ser humano que, diante de situações que ele considera extremas, recorre ao único recurso de que acredita poder se valer naquele momento: a violência, seja ela criminalizada ou não.

Embora a violência seja multifacetada, a sua face social é encoberta arditamente por mecanismos ideológicos que tentam, não só negar a existência daquela, mas culpabilizar os pobres por sua condição social e pela existência de violência e crime na sociedade. É assim que a violência passa a ser reconhecida unicamente por sua face mais dura – os homicídios, os latrocínios, as mortes por armas de fogo, os suicídios, os roubos, entre outros –, e certamente a única que incomoda a sociedade, que reclama ao Estado por políticas punitivas contra aqueles que ameaçam sua segurança.

Ainda que se tente mascarar a violência social sacrificando os pobres como bodes expiatórios, seus efeitos daninhos, que não se inscrevem estritamente ao campo da pobreza, mais cedo ou mais tarde espalham-se mostrando as contradições desse modelo de sociedade e, ao mesmo tempo, revelando que pobres e não pobres praticam violências.

Compreendemos, portanto, que a violência e seus complexos processos de produção e reprodução, na atualidade, tanto no nível local quanto mundial, revelam-se como mais uma expressão da questão social, intimamente ligada à “maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, [...] o de constituição das relações sociais capitalistas – e que tem continuidade na esfera da reprodução social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 52), configurando-se, assim, a violência como a mais contundente expressão do acirramento da questão social.

De todo modo, as reflexões até aqui realizadas, com base nos autores citados, vão reafirmando o lugar de onde a violência “real” – o retrato do mal – se origina e continua a reproduzir-se, concomitantemente reafirmando a imprecisão dos seus rumos. As vis tramas que a envolvem geram quadros complexos de violência que, na atualidade, tomam proporções inimagináveis e incontroláveis, em especial nas regiões metropolitanas.

Violências que, segundo Misse (2006, f. xi), integram a moderna compreensão de violência urbana, que se refere a “[...] uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia. [...]”. Quando, então, afirma este autor que

Esses eventos, podem reunir na mesma denominação geral, motivações e características distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas. [...]. (MISSE, 2006, f. xi-xii).

Na complexidade desse fenômeno, um número cada vez maior de vítimas é alcançado, revelando em contrapartida um aumento significativo de seus autores, que, por ora, são socialmente representados pelo segmento jovem da população, o qual precisa ser estudado para que seja percebido não como o verdadeiro autor, mas como mais uma vítima dessa trama.

1.2 JOVENS E JUVENTUDES

“Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea é, paradoxalmente, juventudocêntrica, ao mesmo tempo em que é crítica da juventude”. (NOVAES, 2006).

Juventude é, na atualidade, a última palavra de ordem. Ligada aos conceitos de vigor, virilidade, belo, atual, moderno, entre outros, todos a querem, todos a buscam. Mas, como se reporta a epígrafe acima, é um conceito paradoxal, posto que, se todos a admiram e desejam pela vitalidade que representa, em contrapartida há uma rejeição, ou uma resistência quando se trata de dar voz e vez aos jovens; de aceitar sua participação no campo profissional; e nos processos de tomadas de decisão como cidadão. A juventude é vista como incapaz para tanto. Porque, segundo Novaes (2006, p. 5), a compreensão social sobre juventude, não obstante a admiração por sua vitalidade, é de que “[...] ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. ”

Mas esse paradoxo é apenas mais um de outros tantos que envolvem a categoria juventude. E falar dela implica lembrar, por exemplo, que essa é uma categoria relativamente recente na história da humanidade. Segundo Ariès (2006), a juventude, que, em certa medida, está vinculada a uma fase da vida, localizada

entre a infância e a vida adulta, era durante a Idade Média totalmente ignorada. A ideia de idade era indiferente aos medievais. Na verdade, a juventude é mais um dos vários subprodutos da modernidade.

Num passado não muito distante, nos séculos XVII e XVIII, as crianças da nobreza já se vestiam como adultos, e as crianças das famílias camponesas já ingressavam desde então no trabalho familiar: “[...] a infância, em geral, pré-anunciava e encaminhava, de forma direta, para o mundo do adulto. [...]”. (WASELFISZ, 2006b, p. 10).

Tal consolidação se dá mais precisamente no final do século XIX e, principalmente, do século XX com os novos ordenamentos sociais e produtivos, quando então se contou com uma forte aliada, a instituição escolar, que se tornou a principal responsável pela preparação dos jovens para a vida, sendo por isso vinculada à juventude a imagem do estudante (WASELFISZ, 2006b).

Uma consolidação que não se deu do dia para a noite. Porque, de acordo com Ariès (2006), a indiferença à idade era um dos traços mais característicos da antiga sociedade, e um de seus traços mais difíceis de mudar, já que estava arraigado na forma de sociabilidade desta sociedade, pois nela crianças e adultos eram sociabilizados conjuntamente. As crianças transitavam pelo mundo dos adultos de forma muito natural, e a escola da época era frequentada tanto por crianças quanto por adultos, que utilizavam de um mesmo espaço e de um mesmo mestre para aprender.

Reportando-se a “Robert de Salisbury, no século XII” escreveu Ariès (2006, p. 108): “Vi os estudantes na escola [...]. Seu número era grande (podia ser superior a 200). Vi homens de idades diversas: pueros, adolescentes, juvenes, senes”. E concluiu: “ou seja, todas as idades da vida, pois não havia uma palavra para designar o adulto, e as pessoas passavam sem transição de juvenes a senes”. Um retrato, portanto, muito diferente da escola que se vê hoje. Uma evolução da instituição escolar que, segundo o próprio autor, “[...] está ligada a uma evolução paralela do sentimento das idades e da infância”, também inexistentes na Era Medieval¹⁵.

¹⁵ O surgimento desse sentimento de infância, Ariès (2006) descreve na terceira parte do seu livro *História social da criança e da família*, quando, então, faz um contraponto entre os dois modelos de família: medieval e moderna.

Sentimentos que Ariès (2006) descobriu por meio de um estudo iconográfico sobre a Idade Média e a Idade Moderna, e que Badinter (1985) declarou serem frutos de razões muito mais exteriores que interiores; razões muito mais objetivas que subjetivas. Sentimentos cercados por interesses meramente econômicos, surgidos numa época em que a criança não tinha nenhuma importância e em que o índice de infanticídio¹⁶ era altíssimo e banalizado. Sentimentos somente despertados quando tal mortalidade, responsável por um despovoamento na França, passou a ameaçar a economia deste país.

Afirma Badinter (1985, p. 152) que, “[...] a criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica”. Quando, então, o valor do ser humano foi reconhecido tanto pela sua capacidade de produção de riquezas, quanto pela garantia do poderio militar do Estado. Planos e projetos não faltaram para o aproveitamento dessa futura mão-de-obra. Assim, não foi à toa que, no século XVIII, tanto se preocupou com o salvamento das crianças e tanto se investiu nele: “[...] o problema de subsistência das crianças estava na ordem do dia” (BADINTER, 1985, p. 152).

Como se pode observar, a classificação e a separação das pessoas por idade tiveram início com a descoberta da importância das crianças para o futuro da economia do país, ocorrendo, em seguida, a distinção do grupo juvenil, que foi garantida principalmente pelos colégios e escolas modernas, os quais separaram os estudantes por classes de idades, diferenciando, assim, a massa escolar: “Essa distinção das classes indicava, portanto, uma conscientização da particularidade da infância ou da juventude, e do sentimento de que no interior dessa infância ou dessa juventude existiam várias categorias.” (ARIÈS, 2006, p. 112).

Uma divisão que também não pode ser pensada descolada da própria lógica divisora que constitui a consciência moderna, como assim reflete Ariès (2006, p. 113):

A nova sociedade de análise e de divisão, que caracterizou o nascimento da consciência moderna em sua zona mais intelectual, ou seja, na formação pedagógica, provocou por sua vez necessidades e métodos idênticos, quer na ordem do trabalho – a divisão do trabalho –, quer na representação das idades – a repugnância em misturar espíritos, e, portanto, idades muito diferentes.

¹⁶ Sobre o infanticídio recorrente no século XVII, ver Badinter (1985).

É sobre a categoria juventude, *a priori* classificada e reconhecida particularmente por um recorte etário, que outras discussões e preocupações pairam na atualidade. Podemos lembrar aqui, por exemplo, Bourdieu (1983a), que considera serem arbitrárias as divisões entre as idades. Na verdade, esse autor refuta a ideia de um conjunto tão amplo e heterogêneo, como a juventude, ser homogeneizado por cortes de idades. E defende que “[...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas.” (BOURDIEU, 1983a, p. 113).

Está implícita, nessa afirmação de Bourdieu (1983a), a negação da existência de uma única juventude, de que nesse conjunto, que assim se convencionou chamar, existem efetivamente várias juventudes, ou, no mínimo duas deveriam ser analisadas quando nos referimos a essa categoria, as quais estão em “[...] dois extremos de um espaço de possibilidades oferecidas aos ‘jovens’. [...]” (idem, p. 114): o estudante burguês e o jovem operário.

Assim, concebe Bourdieu (1983a) a juventude como um “status temporário” concedido a uma parcela dos jovens (sentido biológico), àquela com melhor poder aquisitivo, representada pelo estudante burguês, que pode usufruir desse tempo, sob todas as garantias, e pode viver sem responsabilidades, sem obrigações e dedicar-se exclusivamente aos estudos. Enquanto os jovens das classes populares por “coerção do universo da economia” cedo integram o mercado de trabalho, já que não há quem lhes subsidie esse tempo, sendo deles subtraída a juventude, considerada, portanto, um privilégio das classes médias e altas.

Margulis e Urresti¹⁷ (2008) vêm combatendo essa posição de Bourdieu (1983a) acerca do conceito de juventude. Uma vez que consideram juventude uma condição constituída pela cultura, mas que tem, por sua vez, uma base material vinculada com a idade, a qual chama de “facticidade” – um modo particular de estar no mundo, de viver em sua temporalidade, de experimentar distâncias e durações –, Margulis e Urresti contestam a ideia de que a juventude é uma dádiva, ou uma condição, concedida somente àqueles pertencentes às classes médias e altas da sociedade.

Margulis e Urresti (2008), que reconhecem que Bourdieu (1983a) supera as teorias que encerram todas as juventudes num campo etário, equivocadamente

¹⁷ O texto está em espanhol, sendo nossa a tradução.

homogeneizando-as, afirmam que este caiu em outra armadilha, a de classe social, além de supervalorizar o aspecto simbólico pelo qual a juventude vem sendo reconhecida na atualidade. Ademais, não negam que a juventude seja um signo; asseveram, no entanto, que ela é mais que um signo, que esse grupo tem outras características que o fazem assim ser representado e assim se representar.

Nessa perspectiva, Margulis e Urresti (2008) se reportam a algumas características e condicionantes que fazem todos os jovens acessarem a juventude, representando-a para si e para os outros. Em primeiro lugar, eles concebem a juventude como um incômodo para os mais velhos, principalmente porque ameaça as certezas destes, ela significa mudança, indicando que a geração anterior está envelhecendo, ficando obsoleta. Questão que é causadora de conflitos entre as duas gerações.

Em segundo lugar, os autores afirmam que as classificações por idade são imprecisas e inconsistentes, porque são distintas em cada país, em cada cultura e época e, por sua vez, ligadas aos planos econômico, social e cultural. Além disso, o pertencimento dos jovens a diferentes classes sociais e as outras características que lhes são próprias conformam distintos tipos de juventudes. Apesar dessas imprecisões do limite da idade, Margulis e Urresti a consideram um dado fundamental, porque é em determinada idade que o sujeito tem um “plus” de energia, o capital energético que lhe garante o *status* de juventude. “[...] el crédito temporal es algo que depende de la edad, y esto es un hecho indiscutible. A partir de ahí comienza la diferencia de clase y posición en el espacio social, lo que determina el modo en que se la procesara posteriormente.” (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 24).

Ainda, defendem os autores que a condição etária não se refere simplesmente aos fatores de ordem biológica, pois nela também estão articulados fenômenos culturais e históricos, que fazem da juventude um grupo distinto dos outros grupos etários. Pessoas de idades distintas integram distintas gerações, sendo a idade o elemento definidor dessas gerações, contudo, “La generación alude a la época en que cada individuo se socializa, y con ello a los cambios culturales acelerados que caracterizan nuestro tiempo [...]” (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 18).

As gerações se formam em culturas diferentes, enfrentam contextos sociais diversos e criam, com isso, visões próprias de sua época, mas que serão distintas das outras gerações, que se formam em outro momento histórico, que certamente está

permeado por outra dinâmica social, resultante das transformações sociais e históricas. Assim, a geração anterior se distingue da geração atual. Essas diferenças geracionais, que por muitas vezes são fontes de conflitos, são sentidas, por exemplo, no seio das famílias, no qual podem conviver duas ou mais gerações. Por outro lado, tais diferenças também fazem uma geração reconhecer na outra a juventude, ou a velhice.

Margulis e Urresti querem chamar a atenção para o fato de que as novas gerações absorvem novos hábitos, novos códigos e com maior habilidade, o que as distanciam das gerações anteriores. Nessa interação de distintos saberes é que as novas gerações são representadas e definidas como juventude. Reconhece-se que uns são mais jovens que outros, uma juventude definida naquela cultura e naquele momento histórico. Os autores consideram o eixo geracional fundamental para a definição de juventude, porque sob ele estão jovens de todas as classes sociais, os jovens de uma mesma geração, independentemente da classe social a qual pertencem, vivendo as transformações do seu tempo e absorvendo-as.

O que também é presente nos jovens, e que os distingue dos não jovens, é que o mundo para eles se apresenta novo, aberto para experiências próprias. Eles não estão presos às inseguranças ou às certezas, porque não viveram situações que constituíram neles esse tipo de sentimento. Embora exista a história contada, passada pelas gerações anteriores, os jovens querem construir seus próprios caminhos. É, segundo Margulis e Urresti (2008), uma característica própria dos jovens a certeza de distância da morte. Eles têm a sensação de invulnerabilidade. Uma certeza que se reforça quando próximo deles ainda vivem gerações que lhes são anteriores. A convivência com avós e pais – membros mais velhos na família – dá-lhes a certeza de que eles não morrerão tão cedo. Contudo, essa não é só a percepção do jovem, mas também daqueles que o cercam, o que vai construindo a concepção de juventude entre as gerações.

Assim, ao contrário de Bourdieu (1983a), que vincula a condição de juventude apenas à moratória social, na sua compreensão um espaço de possibilidades aberto a certos setores sociais e limitado a determinados períodos históricos, Margulis e Urresti (2008) valorizam a contraface daquela, a moratória vital, que é um “plus”, um crédito temporal concedido a todos os que são jovens, independente da classe social à qual pertençam.

La moratoria vital se identifica con esa sensación de inmortalidad tan propia de los jóvenes. Esa sensación, esta manera de encontrarse en el mundo (objetiva y subjetivamente) se asocia con la temeridad de algunos actos gratuitos, conductas autodestructivas que juegan con la salud (que vive como inagotable), la audacia y el arrojo en desafíos, la recurrente exposición a accidentes, excesos, sobredosis. (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 20-21).

Afirmam Margulis e Urresti que a moratória vital é a base sobre a qual se superpõem todas as outras diferenças sociais e culturais que constituem o conjunto juventude e conformam o seu modo de ser no mundo, mas que não a apagam.

Então, estes autores dizem que esse capital energético vem primeiro e sobre ele se constrói o signo (o capital simbólico). É no mercado que a moratória vital se converte em outra coisa, aparecendo como crédito social, uma massa de tempo futuro, sem que dele tenha sofrido inversão. Em outras palavras, é a ideologia do mercado que constrói o signo da juventude, no qual o jovem vira uma mercadoria altamente vendável, sendo vinculado só ao crédito social, obscurecendo sua base fática. Em face disso, alertam Margulis e Urresti que tomar a definição de juventude unicamente pela via do crédito social é, de algum modo, deixar-se influenciar pela ideologia que rege a produção dominante.

Outro fator que Margulis e Urresti apontam como característica da juventude é a “memória social incorporada”, que é a memória que cada geração constrói a seu tempo. Os acontecimentos de determinada época marcam os que são contemporâneos a ela. Dizem os autores que os sujeitos que nascem numa mesma época são parentes de uma mesma cultura.

La generación, más que a la coincidencia en la época de nacimiento, remite a la historia, al momento histórico en el que se ha sido socializado. Aquí es donde debe inscribirse a las cronologías como genealogías, es decir, como parentesco en la cultura y en historia y no en la simple categoría estadística. (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 26).

As memórias de uma época unificam uma geração, porque esta recebe de algum modo os mesmos estímulos, e por isso compartilha os mesmos hábitos, que em certa medida forjam identificações entre aqueles que pertencem àquela geração. Essa ideia dos autores se reforçará se lembrarmos, por exemplo, da moda, em função da qual os jovens – ricos ou pobres – parecem uniformizados, usando o mesmo estilo de roupa, ainda que uma parcela use a marca original e a outra uma imitação barata. Assim, é por meio da memória social que se condiciona e se

conduz a identificações, e, que segundo Margulis e Urresti (2008), pode ocorrer com relativa independência da classe e da pertença.

Margulis e Urresti lembram que a condição de juventude se apresenta de forma distinta para o homem e para a mulher. A questão do gênero interfere na maneira de a moça e o rapaz viverem as suas juventudes. Enquanto as mulheres, por sua exclusiva competência de gerar filhos, têm reduzido o seu crédito temporal, os homens estão, por sua vez, liberados dessa função, sobra-lhes esse tempo. Uma função que não é só biológica nas mulheres, mas também uma condição sociocultural. As mulheres são cobradas para ceder-se à maternidade, e alongar esse crédito temporal, ou vivê-lo no mesmo compasso e intensidade dos rapazes, implica o esgotamento do seu tempo de ser mãe.

Obviamente, destacam os autores que os jovens das distintas classes apresentam diferentes características, mas em qualquer classe o tempo da mulher é diferente do tempo do homem, intensificando-se tal diferença nas classes populares. Seja simplesmente a moratória vital, ou nas classes médias e altas a moratória social, os homens têm alongado esse crédito temporal, o tempo de viver a juventude, algo que não anula a capacidade das mulheres de tê-la e de vivê-la, embora lhes seja encurtada tal capacidade.

Apesar do reconhecimento da divisão de classe, Margulis e Urresti querem com tudo isso dizer que jovem é jovem em qualquer classe social, porque esse aspecto, assim como o gênero, a raça e a etnia, entre outros, apenas concorre para conformar as diversas juventudes e não anulá-las, pois todas estão fincadas na mesma base fática, que é a moratória vital, o capital energético, sobre o qual se constroem a cultura e os signos da juventude.

A questão de classe social que toca Bourdieu (1983a) nos é muito cara, pois de fato acreditamos que os jovens que pertencem às classes médias e altas são mais protegidos e vivem a sua juventude com muito mais liberdade e propriedade. Mas temos de concordar com Margulis e Urresti (2008) com o fato de que, ainda que de distintas formas, os jovens que integram a mesma geração sofrem as influências e também constroem suas identidades a partir dos acontecimentos do momento histórico em que vivem, o que forja neles certas identificações. As jovens mulheres das classes populares e das classes médias e altas se veem nesse momento histórico muito mais livres e mais autônomas para entrar no mercado de trabalho,

por exemplo. A facilidade e a habilidade para lidar com as novas tecnologias são muito maiores para os jovens desse tempo do que para as gerações anteriores, e, efetivamente, no seio de suas famílias, em suas comunidades, nas instituições que frequentam e/ou no convívio com outras gerações, os jovens assim são representados e assim se representam.

Segundo Waiselfisz (2006b), o conceito de juventude vem sofrendo contínuas mudanças, sendo agravadas pelo processo de globalização que alterou as relações econômicas e sociais, as quais atingem mais diretamente a juventude. Assim, a “[...] globalização e universalização das comunicações, da publicidade, da TV a cabo, da Internet e as crescentes trocas a partir da nova conectividade originaram novos ordenamentos e arranjos na vida cultural, social e laboral [...]” (WAISELFISZ, 2006b, p. 11-12), significando para os jovens “[...] profundas mudanças nas formas de se relacionar com os outros, de apreender e de construir-se como parte da sociedade” (WAISELFISZ, 2006b, p. 12).

É também por isso que defendemos a posição de Margulis e Urresti, sem contradizer a de Bourdieu, porque assim como acreditamos que os jovens das classes populares absorvem os signos que são impostos pela cultura e pela história, socialmente construídos, que fazem deles integrantes de uma juventude, acreditamos que os jovens das classes médias, embora mais protegidos por sua condição financeira, não estão isolados do mundo, pois eles também vivem essas transformações sociais e são influenciados pelos valores vigentes na sociedade e em mutação, não tão absortos e imunes das influências quanto quer fazer parecer a ideologia liberal.

Não obstante toda essa discussão que paira sobre o conjunto das juventudes, que resulta na certeza da existência de mais de uma juventude, o seu princípio demarcador é o corte etário. Na compreensão de Minayo & Coimbra Jr. (2002, p, 14),

O processo biológico, que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, é apropriado e elaborado simbolicamente por todas as sociedades, em rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social.

E sob essa perspectiva, no Brasil, a compreensão mais recente de juventude encontra-se nos documentos oficiais do governo. Para fins de implementação de

políticas sociais voltadas para esse segmento, a juventude está compreendida como categoria que congrega pessoas com idade entre 15 e 29 anos, definindo o Conselho Nacional de Juventude¹⁸ que “[...] a juventude [...] congrega cidadãos e cidadãs entre os 15 e os 29 anos. [...] Nesse caso, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos) os jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (entre 25 e 29 anos).” (CONFERÊNCIA..., 2007, p. 8).

Tal parametrização não surgiu do acaso, mas se fundamentou num aspecto da realidade brasileira, na qual se observa um prolongamento da juventude, fruto de transformações societárias decorrentes da utilização do “modelo econômico adotado nas últimas décadas” (CONFERÊNCIA..., 2007, p. 6), que afetou profundamente a juventude, quando, então, uma parcela significativa desse segmento social não consegue se inserir no mercado de trabalho, nem construir uma vida autônoma e independente, sem o auxílio financeiro dos pais (CONFERÊNCIA..., 2007), excluída, portanto, do acesso a bens e serviços disponíveis na ordem social vigente.

Uma realidade que parece falar exclusivamente dos jovens das classes populares, mas que, como já vimos discutindo, rebate em todos os segmentos sociais, embora de forma distinta, e se torne mais aguda em algumas classes do que em outras. É dessa aparência que passamos a falar de agora em diante, ou melhor, do aparecimento das “juventudes” como elemento central nas discussões sobre o fenômeno da violência.

¹⁸ Uma compreensão assegurada pela Lei 11.129, que determina ser papel da Secretaria Nacional de Juventude “articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos [...]”. (CONFERÊNCIA..., 2007, p. 8).

1.2.1 Jovens nas violências: vítimas ou autores?

Em diversas pesquisas que discutem a violência contemporânea, o jovem tem sido o centro das atenções (WASELFISZ, 2010): ora no papel de vítima, ora no papel de autor (SUDBRACK; CONCEIÇÃO, 2005). Tal alternância é, não sem efeito, reflexo desse modelo de sociedade que vimos discutindo até então, sendo possível já de pronto considerar que em qualquer posição que o jovem se encontre – vítima ou autora –, ele é sempre vítima.

Um dos grandes referenciais para a posição central dos jovens na violência criminalizada, no Brasil, são os Mapas da violência de autoria do pesquisador Waiselfisz. No *Mapa da Violência 2006: jovens do Brasil* (WASELFISZ, 2006a), os jovens, mais uma vez, foram apontados como a principal vítima de mortes por causas externas. Analisando as causas da mortalidade juvenil no ano de 2004, tendo como referências as mortes naturais e as mortes por causas externas, estas últimas partiram em disparada. 72,1% dos óbitos entre a população jovem foram por causas externas, e, entre estes, 39,7% se referiam às mortes por homicídios, o maior percentual entre as três subcategorias – homicídios, acidente de trânsito e suicídio¹⁹. Entre 91 países que tiveram os dados sobre homicídios ocorridos na faixa etária de 15 a 29 anos²⁰, no ano de 2005, divulgados pela WHOSIS, o Brasil ocupou a sexta posição, apresentando uma taxa média de 50,5 homicídios em 100 mil jovens. (WASELFISZ, 2010).

No Espírito Santo, a vitimização juvenil por homicídio se reafirma; um perfil homicida refletido em parte significativa dos municípios capixabas. Entre os 100 municípios brasileiros que apresentaram, em 2006, as maiores taxas médias de homicídios juvenis, 7 municípios são do Espírito Santo, os quais concentraram 84% dos homicídios ocorridos em todo o Estado – 563 dos 670 homicídios juvenis²¹. (WASELFISZ, 2008).

¹⁹ Estes dados trazidos por Waiselfisz (2006a) referem-se a jovens com idade entre 15 e 24 anos

²⁰ Afirmou Waiselfisz (2006a) que foi na faixa etária entre os 15 e os 29 anos de idade que a taxas de homicídios mais cresceram no decênio 1994-2004.

²¹ Para estas taxas, Waiselfisz (2008) considerou jovens com idade entre 15 e 24 anos.

Ocupa o Estado, assim, um lugar de destaque no cenário brasileiro de violência homicida. Entre os 26 Estados da federação e o Distrito Federal, o Espírito Santo, que ocupava em 1997 o 3º lugar no *ranking* dos óbitos juvenis por homicídio, com a taxa de 89,8 mortes por 100.000 jovens com idades entre 15 e 29 anos, nesta posição se manteve até o ano de 2007, porém com uma taxa ainda mais elevada: 102,6 homicídios por 100.000 jovens (WAISELFISZ, 2010).

O município de Vitória/ES, foco do nosso estudo, esteve entre os 100 municípios brasileiros supracitados, ocupando o desconfortável 9º (nono) lugar, com a taxa média de 175,5 mortes por 100.000 jovens e o 2º lugar, no ano de 2006, entre os também referidos 7 municípios capixabas (WAISELFISZ, 2008). Em 2007, a taxa média de mortes por homicídios juvenis foi de 169,7 em 100.000 jovens com idade entre 15 e 29 anos. Em números absolutos morreram 149 jovens nessa faixa etária (WAISELFISZ, 2010).

Os dados desses e de muitos outros estudos e pesquisas vão reafirmando a posição central dos jovens nas questões relativas à violência, tanto no Brasil, no Espírito Santo, como em Vitória, despertando cada vez mais o interesse por esta particularidade da violência. Sentimos, entretanto, a recorrente falta de explicitação dos dados relativos à classe social dos jovens autores de violência, que, em nosso entender, demonstraria que os jovens autores de violência criminalizada ocupam as diversas camadas sociais. Informação fundamental à (des)construção da imediata relação entre pobreza e violência, cristalizada no imaginário social.

A fragilidade dos dados apresentados sobre a violência juvenil vem servindo de instrumento para a constante demonização da juventude, mas principalmente da juventude pobre, mascarando mais uma vez que o quadro de violência contemporânea é resultado do jogo de “promete e toma”, a que a sociedade capitalista submete os nossos jovens, para o qual são atraídos não só os jovens das camadas populares, mas também os jovens das classes médias e altas da sociedade.

Zaluar (2004) já vem, há algum tempo, tentando (des)construir a crença na íntima relação entre pobreza e violência que se cristalizou no imaginário social e que, no atual contexto de violência, no qual os jovens são as principais vítimas e autores, se reproduz, reafirmando a antiga suspeição sobre os pobres. Uma suspeição que não se cria do nada, mas está fundamentada na mesma matriz ideológica que nega o

crédito temporal aos jovens pobres, na mesma matriz ideológica que define o que é e o que não é violência.

A aguda e crescente participação dos jovens nos quadros de violência real é uma realidade inegável, as pesquisas revelam esse quadro. Mas esse não é um fenômeno estanque e não deve ser analisado de forma isolada, sem situar os jovens no contexto macro de violência em que se constituem como sujeitos.

Para Zaluar (2004), o hedonismo tem-se sobreposto às preocupações humanas. O prazer e o lazer, encontrados no jogo, nas drogas e na diversão, estão em primeiro lugar na vida de vários segmentos sociais, especialmente entre os mais jovens. Práticas essas que, embora socialmente aceitas e valorizadas, mas proibidas legalmente, supervalorizam o crime organizado que, na atualidade, gera níveis inigualáveis de lucro. Assim, a autora pondera que compreender o envolvimento da juventude com a violência implica compreendê-lo dentro da dimensão das redes e fluxos mais ou menos organizados do crime.

No Brasil, embora o tráfico e uso de drogas não sejam considerados violências, tem sido apontada entre elas – droga e violência – uma forte relação. Uma pesquisa realizada por professoras e estudantes da UFES, com o objetivo de verificar se vítimas de mortes violentas na Região da Grande Vitória/ES²² fizeram uso de drogas²³ – álcool etílico, cocaína e/ou de maconha – antes do evento letal, revelou que 77,8% das mortes ocorreram por homicídio e 12,9% por acidente de trânsito. De todas as vítimas analisadas, em cerca de 70% delas constatou-se a presença de pelo menos uma droga no momento do crime.

A presença da droga foi mais perceptível nas vítimas de mortes por homicídio, o que para as autoras sugere uma forte relação entre homicídio e o uso de drogas. Das drogas pesquisadas, o álcool etílico e principalmente a cocaína foram as mais frequentes no momento do homicídio. Diante dos resultados, as pesquisadoras ainda consideraram a possibilidade de os autores dos homicídios terem consumido droga antes, ou mesmo durante, o fato criminoso. Essa pesquisa também confirmou um triste dado: as principais vítimas das mortes violentas por homicídios eram jovens, com idade entre 21 e 30 anos (FARIA et al, 2007).

²² Foram analisadas 528 vítimas de mortes violentas, ocorridas entre os meses de maio de 2006 e fevereiro de 2007. O total dessa amostra correspondeu a 36,2% do total de indivíduos vitimados pela violência na região da Grande Vitória durante o mesmo período da pesquisa (FARIA et al, 2007).

Assim, conjugada à violência e à droga está também a notável presença da “juventude”. E, mais uma vez, não é a juventude compreendida no seu conjunto que representa culturalmente tal envolvimento, mas a juventude pobre. Cruz Neto (2001), que estudou a inserção de jovens na estrutura do tráfico de drogas no Rio Janeiro, confirma a existência dessa crença, quando diz que “O discurso hegemônico leva a crer que a favela é o lócus da droga e o ‘marginal’, que habita seus casebres e vielas, o seu disseminador na sociedade.” (CRUZ NETO, 2001, p. 76). Ocorrendo em face disso maior controle e repressão das autoridades policiais nesses espaços, e em consequência a dissimulação da “[...] lucrativa penetração do capital oriundo do tráfico no mercado financeiro internacional e a crescente demanda por drogas nos diferentes segmentos sociais [...]” (CRUZ NETO, 2001, p. 76).

É por essa via que jovens pobres e ricos efetivamente são interpretados como ocupantes de polos distintos em um mesmo crime. Continua Cruz Neto (2001, p. 76):

Assim, enquanto os jovens de classes subalternas que vendem drogas são estigmatizados como problemáticos, anti-sociais e violentos, aos quais deve aplicar-se rigorosamente a lei, os de classe média alta, consumidores de drogas, são vistos como jovens em busca de diversão que, quando exageram, devem receber tratamento médico e psiquiátrico.

No Brasil, por meio da Lei 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas, houve certo abrandamento das sanções previstas aos usuários de drogas. Em substituição à pena privativa de liberdade, são aplicadas, àqueles que portam drogas para uso pessoal, penas mais brandas, sempre voltadas para a ressocialização²⁴ dos usuários. Contrariamente, nessa mesma lei, aumentou-se a repressão à produção e ao tráfico de drogas (BRASIL, 2006).

Curiosamente, os jovens pobres são sempre os traficantes e os ricos simplesmente os usuários. Os primeiros praticam crimes, e os últimos desvios de condutas. Uma classificação no mínimo ideológica, pois como ainda reflete Cruz Neto (2001, p. 39):

Para que um indivíduo possa ter acesso à droga, precisa, necessariamente, relacionar-se com os responsáveis oficiais – termo que

²⁴ As penas aplicadas aos usuários de drogas podem ser encontradas no Art. 28 desta lei nº. 11.343/06: “Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo”. (BRASIL, 2006).

não deve ser interpretado como sinônimo de 'legais', mas como 'socialmente reconhecidos' – por uma distribuição. Não importa que ela tenha chegado a ele por intermédio de um conhecido ou pelo grupo que frequenta. [...]. Do sucesso dessa relação depende a concretização do desejo dos participantes secundários e terciários.

A preocupação com o uso de drogas ilícitas pelos jovens já foi expressa por Dubet (apud ZALUAR, 2004). Segundo este autor, que faz uma analogia da droga com a cólera dos anos de 1840, a droga seria como uma epidemia que leva as pessoas ao desespero e ao crime (ZALUAR, 2004, p. 189). Alerta-nos Dubet, portanto, o quão daninha é a droga para os nossos jovens, e, segundo Fraga (2002), ela é para os jovens somente mais uma das formas e graus de resolução dos conflitos profundos que vivenciam.

Esses conflitos certamente não se restringem ao universo dos jovens pobres, porque, se assim o fosse, jovens das classes médias não seriam apontados como os principais usuários de drogas. Conflitos, portanto, vividos pelas juventudes, originados em um contexto social de profundo individualismo e consumismo, próprio do modelo burguês de sociedade, para o qual os jovens respondem segundo o seu quadro de referência.

Wieviorka (1997), quando coloca como essencial analisar a violência contemporânea sob o prisma do individualismo moderno, reporta-se a duas faces desse sistema de valores: uma delas é a expressão do desejo de consumir, de participar de tudo que a modernidade oferece. Já a outra face revela “um indivíduo que quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser no entanto obrigado a fazê-lo” (WIEVIORKA, 1997, p. 23). O autor diz, ainda, que ambas mantêm fortes relações com a violência. Assim, a violência não é só instrumento de realização de consumo, mas também expressão de frustração que no limite se transforma em raiva e reverte-se em violência.

Nosso pressuposto é, portanto, de que nas bases desse modelo de sociedade é que as juventudes se constituem como vítimas, e nas suas contradições estão as respostas para o envolvimento crescente das juventudes como autoras de violências. Atribuir aos jovens pobres toda a responsabilidade da violência contemporânea parece-nos, no mínimo, estrategicamente ideológico, assim como o

é definir o que é e o que não é violência, o que é e o que não é crime (CHAUI, 2003), quem pode ou não gozar a juventude (MARGULIS; URRESTI, 2008).

A recente “visibilidade” das práticas de violências por jovens das classes médias e altas, ainda que sempre negadas como violências e/ou crimes, e, por sua vez, justificadas pelo uso da droga, acende o alerta para essas contradições e convida-nos a conhecer um pouco mais do segmento social classe média, que desde a sua gênese está atrelada ao capital (OLIVEIRA, 1987).

1.3 CLASSES MÉDIAS

Talvez seja preciso, antes de falar de classes médias, adentrarmos no conceito de classes sociais. Segundo Oliveira (1987), mesmo para as sociedades primitivas, sempre houve uma necessidade de categorizar os distintos grupos sociais, com o fim de decodificar os que detêm poder simbólico daqueles que não o detêm, e de afirmar a forma de organização do trabalho dessas sociedades, ao qual não estava vinculada a exploração. Diz este autor que:

Mesmo as teorias que definem ou estruturam a sociedade em categorias opostas, proprietários e escravos, senhores, vassallos e servos, ricos e pobres, dominantes e dominados, elites e massas, clérigos e laicos, incluindo-se naquelas a teoria Weberiana, são, em uma certa medida, teleológicas; isto é, a estruturação da sociedade nessas categorias opostas é necessária para pensar o movimento das estruturas. (OLIVEIRA, 1987, p. 8).

Isso significa dizer que para essas teorias importava apenas as estruturas das sociedades, que eram vistas como estáticas. Àquelas categorias não era dado o poder de transformação, todo o movimento ocorria fora delas. Visão oposta à teoria marxista que defende que “o movimento é interno às estruturas e o caráter antagônico dos interesses é a base da possibilidade de transformação e produção das classes.” (OLIVEIRA, 1987, p. 8).

De acordo com Gohn (1999), foi a partir da teoria marxista que o conceito de classe social tornou-se central para analisar o social, o econômico e o político, quando,

então, Marx tratou “as classes como uma estrutura objetiva de posições sociais. [...]. As classes se constituem segundo a posição que os indivíduos ocupam no processo de produção.” (GOHN, 1999, p. 37), pressupondo, assim, a existência de duas classes, a que detém o capital e a que detém a força de trabalho. “Entre essas duas classes, Marx (1818-1883) identificou uma classe intermediária, a pequena burguesia, que tenderia a desaparecer e ser absorvida pelo proletariado.” (GOHN, 1999, p. 37), e, que, segundo Oliveira (1987), nada tem a ver com a classe média, que surge num contexto mais contemporâneo.

Para Oliveira (1987) a teoria marxista das classes sociais apresenta um problema fundamental, porque na sua utilização privilegia-se constantemente a esfera da produção em detrimento da política. Superação já apresentada nas teorias marxistas contemporâneas – das quais compartilha Oliveira – que, segundo Gohn (1999), continuam considerando classe social como uma categoria econômica fundamental que reúne grupos, indivíduos e movimentos na sociedade civil e política, mas perdeu a sua tônica exclusivamente econômica. Não há mais a compreensão de que as classes são dadas *a priori*, mas que são historicamente constituídas mediante as suas lutas e ações coletivas.

Lutas, ou luta de classes, que, lembra Chauí (1994), tiveram início no momento em que ocorreu a divisão da sociedade em classes; em que ocorreu a separação entre proprietários e não proprietários das condições e dos produtos do trabalho, como divisão entre exploradores e explorados, dominantes e dominados. Uma luta que não se expressa unicamente

[...] nos momentos de confronto armado entre as classes, mas como o conjunto de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, morais, psicológicos, culturais, religiosos, artísticos, usados pela classe dominante para manter a dominação. E como todos os procedimentos dos dominados para diminuir ou destruir essa dominação. A ideologia é um instrumento de dominação de classe. (CHAUI, 1994, p. 103).

Uma luta que não ficou no passado, mas que vem sendo travada cotidianamente, buscando os oponentes – dominantes e dominados – formas e estratégias de saírem vencedores dela. Enquanto os dominados se valem de estratégias de resistência à dominação, os então dominantes se valem de estratégias de manutenção e reprodução de sua dominação, cuja arma principal é a ideologia.

Nessa luta, as classes sociais se definem e se distinguem. Distinção que, segundo Bourdieu (1983b), está expressa nos estilos de vida e nos gostos de classes, os quais são produzidos e apreendidos no processo de socialização dos indivíduos e inscritos em suas condições de existência. A cada posição no espaço social existe um correspondente estilo de vida, que se produz e se reproduz naquelas condições. Nas palavras de Bourdieu (1983b, p. 82) os estilos de vida “[...] são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência.”

Assim, para Bourdieu (1983b, p. 82),

As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o habitus, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto [...].

É por isso que afirma esse autor que não são simplesmente as condições financeiras que determinam os estilos de vidas e nem podem explicar as preferências das classes, sendo elas meios de realizá-los objetivamente:

As correlações estatísticas entre propriedades assim como os vencimentos ou o nível de instrução e tal ou qual prática (a fotografia ou a visita a museus) não autorizam fazer deles fatores explicativos: não é propriamente um baixo ou alto salário que comanda as práticas objetivamente ajustadas a esses meios, mas o gosto, gosto modesto ou gosto de luxo, que é a transcrição durável delas nas tendências e que encontra nesses meios as condições de sua realização. Isto se torna evidente em todos os casos onde, em seguida a uma mudança de posição social, as condições nas quais o habitus foi produzido não coincidem com as condições nas quais ele funciona e onde podemos, portanto, apreender um efeito autônomo do habitus e, através dele, das condições (passadas) de sua reprodução. (BOURDIEU, 1983b, p. 82).

Assim, são das condições sociais em que vivem os indivíduos que os estilos de vida são criados, sendo interpretados por eles como necessidades objetivas, as quais, por sua vez, definem e traduzem seus estilos e os situam em determinadas posições sociais.

É disputando uma dessas posições sociais que se encontram as classes médias, “Um heterogêneo conjunto de ocupações, qualificações e níveis de remuneração, cuja única homogeneidade é dada pelo fato de que não estão diretamente empregados na linha de produção²⁵” (OLIVEIRA, 1987, p. 95).

²⁵ É pela presença dessa heterogeneidade constitutiva de um mesmo grupo social que Oliveira (1987) adota o termo classes médias, e não classe média, e que nós, em consonância com este autor,

Segundo Oliveira (1987), as “classes médias” se formam no processo da radical separação dos produtores diretos dos meios de produção, levada ao extremo pelo sistema capitalista. As classes médias teriam como função repor a unidade do processo de produção que se perdeu com a aquela separação, após a tentativa do próprio capitalista de, sem sucesso, recuperá-la, posto que este também se distancia do conhecimento técnico necessário ao desenvolvimento do trabalho. É aí que entram “o técnico, engenheiro, químico, gerentes, administradores, planejadores, e toda a coorte de outro ‘trabalho concreto’ que se concretiza nos trabalhos administrativos, secretaria, informação, arquivo, etc.” (OLIVEIRA, 1987, p. 96), compondo as classes médias, até nos dias de hoje, reconhecidos como tais.

Afirma Oliveira (1987) que, nos processos de industrialização da periferia do capitalismo, a emergência das “classes médias” também foi expressiva, e isso inclui, é claro, o Brasil. A presença desse segmento social no Brasil foi intensificada no período da nova industrialização, da qual o Estado participou intensamente, criando e, posteriormente, centralizando grandes empresas, que necessitavam e absorveram mão-de-obra técnica qualificada e com melhor remuneração. Esse, portanto, um capital sem rosto, em que “[...] a presença, que aparece é a dos que dirigem o processo técnico e social da produção [...]” (OLIVEIRA, 1987, p. 96).

Essa emergência abrupta de um conjunto de técnicos – executivos, gerentes, funcionários administrativos – para fazer reproduzir o capital estrangeiro e estatal, que conforma uma nova camada social, as classes médias, para Oliveira (1987, p. 98), é “[...] um signo do processo de re-definição e transformação das classes sociais.”

A trajetória e as transformações sofridas por esse segmento em território brasileiro, desde o seu surgimento, são apontadas por Guerra et al (2006), que compreendem por classe média:

[...] um conjunto demográfico, que, embora com relativamente pouca propriedade, destaca-se por posições altas e intermediárias tanto na estrutura sócio-ocupacional como na distribuição pessoal da renda e riqueza. Por consequência, a classe média termina sendo compreendida como portadora de autoridade e status social reconhecidos, bem como avantajado padrão de consumo. (GUERRA et al, 2006, p. 16).

também o adotaremos neste trabalho, salvo quando nos referirmos a outros autores que adotam o termo classe média.

Esse conjunto demográfico subdivide-se em: classe média alta (executivos, gerentes administradores, entre outros), média classe média (ocupações técnico-científicas, postos-chaves da burocracia pública e privada, entre outros) e classe média baixa (professores, lojistas vendedores, entre outros). São também integrantes desse segmento demográfico: os estratos inativos vinculados à distribuição pessoal da renda intermediária – pensionistas e aposentados, rentistas financeiros, proprietários arrendatários de imóveis (terrenos, residências) ou de móveis (automóveis, caminhões), assim como os não portadores de renda e patrimônio por herança (viúvos, filhos, netos) (GUERRA et al, 2006).

Ainda segundo Guerra et al (2006), foram três os padrões de reprodução capitalistas da classe média que se desenvolveram nos três últimos séculos:

- 1) A antiga classe média vinculada ao capitalismo da livre concorrência, possuidora de algum meio de produção, em geral na área rural, a qual muitas vezes era de sua propriedade.
- 2) A classe média assalariada urbana, vinculada ao capitalismo monopolista, da grande indústria. Já não era proprietária, e sim dependente dos empregos das grandes indústrias que se expandiam no campo da produção e da burocratização interna.
- 3) Uma nova classe média, não necessariamente assalariada, ainda vigente, emerge do curso da revolução tecnológica e do fenômeno da globalização por que passaram as grandes empresas – o desaquecimento do processo de produção, a terceirização de postos de trabalho, o surgimento de novas ocupações e funções e o deslocamento geográfico de empresas (GUERRA et al, 2006).

No Brasil, até o período colonial, a classe média era inexpressiva. A instabilidade do modo de produção colonial favorecia o não trabalho aos homens pobres livres, sendo priorizada mão-de-obra escrava. Os poucos grupos médios estavam ligados à oligarquia dominante, subordinada a ela, em geral, integrando-a, ou faziam parte de um pequeno grupo de trabalhador, que fugia do trabalho escravo. Grupo esse formado de artesãos, em grande parte, escravos ou ex-escravos, desenvolvendo atividades especializadas, sendo um grupo pouco expressivo (GUERRA et al, 2006).

O desenvolvimento da classe média no Brasil é marcado por dois momentos históricos. O primeiro, em 1930, quando do crescimento dos novos modelos dos

empregos assalariados, mais bem remunerados e vinculados ao projeto de industrialização e urbanização do país. O segundo, o desaparecimento de alguns postos de trabalho dentro das grandes empresas, fruto das transformações econômicas já no final de 1980 (GUERRA et al, 2006).

Entre esses dois períodos a economia se intensificou, possibilitando a formação de uma classe média urbana expressiva, rompendo com o modelo da conhecida classe média brasileira. Desde então, esboça representativa força política, interferindo na nova estrutura de poder. Embora em geral centralizadora e elitista, a classe média brasileira garantiu que outros grupos sociais manifestassem suas necessidades, aumentando o seu campo de representação política.

Com o projeto de industrialização nacional, o salário, principalmente dos empregos da classe média, foi o que mais aumentou. Assim, deve-se observar que, entre os anos de 1930 e 1970, além do alargamento da classe média brasileira, houve mudanças no seu interior, sendo, no final de 1960, a classe média assalariada maior que a classe média proprietária e aquelas que possuíam meios de produção (GUERRA et al, 2006).

Nos anos de 1930 a 1955, uma parcela expressiva da classe média ocupava os cargos oferecidos pelo setor público, que nesse período absorvia a grande empresa. Mantendo vínculos empregatícios tanto no campo das funções públicas tradicionais – educação, saúde e previdência social – quanto nas atividades empresariais. (GUERRA et al, 2006).

Já com a chegada de grandes empresas transnacionais para o Brasil – automobilista, material elétrico, etc. – exigindo mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, remunerando melhor, tem a classe média ocupação garantida, evidenciando-se, assim, a sua presença no setor privado (GUERRA et al, 2006).

A classe média é beneficiada pelo acesso aos níveis educacionais mais elevados, sendo esse um dos fatores impulsionadores da sua mobilidade e ascensão, que a distingue de outros segmentos que se mantiveram excluídos daqueles serviços, como assim interpreta Giddens (2005, p. 242):

Por mérito de suas credenciais educacionais ou de suas qualificações técnicas, os membros da classe média ocupam posições que lhes proporcionam vantagens materiais e culturais maiores do que aquelas desfrutadas pelos trabalhadores manuais.

O desaquecimento do projeto de industrialização nacional, na década de 80, resulta no dessalariamento, na redução do emprego assalariado, além de correntes perdas salariais na estrutura ocupacional, particularmente nos cargos ocupados pela classe média. É quando a classe média encontra como alternativa a oferta da mão-de-obra autônoma na prestação de serviços como consultores, trabalhadores independentes, especialistas organizados em cooperativas e empresas sem empregados. Já era o prenúncio de um novo padrão de classe média (GUERRA et al, 2006).

Mas é na década de 1990 que fica clara a ruptura do padrão de reprodução da classe média assalariada, emergindo a classe média detentora de propriedades e de meios de produção. Há nesse período um expressivo aumento dos microempreendimentos (GUERRA et al, 2006).

O fenômeno da globalização, que vem na esteira da ideologia neoliberal, incentivando a terceirização dos serviços, atingiu nos últimos anos profundamente a tradicional classe média brasileira, que ocupava os postos de empregos assalariados de alta remuneração. Outro fenômeno que também atingiu de frente esse segmento social foi a gigante onda de privatização que sofreram as empresas estatais, que acabou com os postos de trabalho, ocupados majoritariamente por integrantes da classe média, que perderam, com isso, os empregos públicos, e, conseqüentemente, os salários intermediários (GUERRA et al, 2006).

As perdas salariais e a redução dos postos de trabalho tradicionalmente ocupados pela classe média, por sua alta remuneração e necessária qualificação, atingem ainda mais de perto os filhos da classe média, que, ao contrário de seus pais, não podem contar com tais ocupações, fonte de sua reprodução. Os filhos da classe média não puderam, conseqüentemente, ostentar o mesmo alto padrão de consumo financiado por aqueles empregos. Um quadro até hoje vigente no país.

No Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, verificou-se um contingente aproximado de 15,4 milhões de famílias de classe média, o que equivaleu a 31,7% do número total de famílias existentes no país. Número que, transformado em quantidade de pessoas, aproxima-se do total de 57,8 milhões de brasileiros integrantes da classe média do país. Nesse mesmo Censo, esse segmento social possuía uma renda familiar mensal entre R\$ 985,00 (6,5 salários mínimos) e R\$ 10.982,00 (72,7 salários mínimos). Valores que, com correção do INPC/IBGE, em novembro de 2005, correspondiam ao piso e ao teto da renda

mensal das famílias de classe média, que eram de R\$ 1.556,30 e R\$ 17.351,56, respectivamente. Convertendo esses valores em renda familiar *per capita* encontra-se a fração de R\$ 263,00 (1,7 salário) por membro familiar e de R\$ 2.928,00 (19,4 salários mínimos) por membro familiar (GUERRA et al, 2006).

Dentre outras características, Guerra et al (2006) apontam o padrão de consumo da classe média como uma característica fundamental para a formação da identidade e diferenciação desse segmento, sendo o assalariamento o principal pilar que sustenta a classe média brasileira, e que permite que esta adote outros mecanismos que a diferencie dos outros segmentos sociais. A aspiração cultural, a meritocracia educacional, a realização profissional, o destaque na estrutura de poder, além do conforto oferecido pelo alto padrão de consumo completam o reino idealizado pela classe média.

Em educação, o investimento da classe média é alto (3,9%), principalmente quando comparado às camadas pobres (0,9%), que têm acesso restrito à rede privada e, muitas vezes, evade em favor do trabalho. Dessa forma, os filhos de classe média têm acesso privilegiado à educação de alto nível e, conseqüentemente, inserção nos melhores postos de trabalho (GUERRA et al, 2006).

Asseguram Guerra et al (2006) que o acesso diferenciado da classe média à informação de qualidade não é dado só por meio da educação formal. A classe média também investe em cultura e recreação o equivalente a 2,2% de sua renda. Um percentual bem maior que a população pobre que investe: 1,0%.

O gasto da classe média com o acesso aos meios de informação formal e informal – maior que o do restante da população do país – potencializa ainda mais esse segmento, que, além de manter um *status* social elevado, mantém vivo o seu projeto de ascensão e mobilidade social. Tudo isso graças a um alto investimento em educação que abre as portas para aumento de seus rendimentos (GUERRA et al, 2006).

Contudo, não é possível esquecer que esse segmento populacional tem passado por crises diversas, oriundas das mudanças do projeto de desenvolvimento econômico nacional, de influência neoliberal, o que refletiu diretamente sobre seus hábitos de consumo. Ainda de acordo com Guerra et al (2006), o reflexo dessas crises sobre o padrão de consumo da classe média provoca uma semelhança deste

com o padrão popular de gastos, efetuando esse conjunto populacional cortes nas suas despesas para adequar-se à nova realidade do país, no que se refere ao emprego e à renda.

Pesquisa recente sobre a classe média brasileira, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (NERI, 2008), informa que a classe média brasileira, denominada pelo autor de classe C, cresceu significativamente entre os anos de 2004 e 2008. Um crescimento que tem origem na recuperação do mercado de trabalho e particularmente na ocupação. “A volta da carteira de trabalho talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento da centralidade da classe média brasileira.” (NERI, 2008, p. 7).

Neri (2008) divide as classes sociais em 5: A, B, C, D e E, considerando que a C é classe que obtém, normalmente, a renda média do país, que varia entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.561,00. Contra aqueles que consideram essa renda baixa, argumenta o pesquisador que: “[...] a nova classe C está compreendida entre os imediatamente acima dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século.” (NERI, 2008, p. 48). Ademais, a renda da classe média brasileira supera, e muito, a renda média de outros países do mundo: “[...] 80% das pessoas no mundo vivem em países com níveis de renda *per capita* menores que o brasileiro [...]” (NERI, 2008, p. 48).

As rendas de todas as classes distinguidas por Neri (2008) podem ser observadas no Quadro I, que apresenta como linha divisória entre uma renda e outra o limite da renda domiciliar total de todas as fontes por mês.

Quadro I – Renda domiciliar total de todas as fontes

Classes Sociais	Valores em reais/mês	
	Inferior	Superior
Classe E	0	768,00
Classe D	768,00	1.064,00
Classe Média C	1.064,00	4.591,00
Classe A e B	4.591,00	

Fonte: Livro *A nova classe média* (NERI, 2008).

Não só à renda se prendeu o pesquisador para definir a ascensão da classe média no Brasil. De acordo com Neri (2008), indicadores substantivos, mas também

simbólicos²⁶, foram apresentados no crescimento da nova classe média, e que demarcam características próprias desse segmento social. Pelo menos sob duas perspectivas, afirma Neri (2008), a classe média pode ser definida: a primeira seria pela análise das atitudes e expectativas das pessoas em relação a seu futuro. Citando Thomas Friedman, Neri (2008) diz que a classe média é definida muito mais pelo desejo de ascender a uma melhor posição no futuro que pelo nível de renda presente, sendo esta uma característica marcante da classe média já apontada por Guerra et al (2004).

A outra maneira de definir a classe média seria pelo seu potencial de consumo e também por sua capacidade de geração²⁷ e manutenção²⁸ da riqueza a prazo mais longo que permite a manutenção do consumo (NERI, 2008).

Todas essas informações nos servirão como pano de fundo nas análises que realizaremos sobre os dados encontrados nas instituições do Sistema de Justiça Criminal²⁹, que se referem aos jovens das classes médias autores de violências do município de Vitória. Tais dados, em geral, não são tão refinados quanto gostaríamos que fossem, mas fornecem elementos para contestar a crença social na existência de uma íntima relação entre pobreza e violência, a qual se fecunda em uma ideologia perversa que apregoa que a violência se localiza unicamente nos crimes contra propriedade e contra a vida (CHAUI, 2003).

²⁶ Neri (2008) considerou como aspectos simbólicos da classe média: a carteira de trabalho, a entrada na universidade ou na era da informática.

²⁷ Capacidade de geração refere-se “ao acesso à universidade pública ou privada, acesso à escola de qualidade (privada?), a elementos da era da Tecnologia da Comunicação e da Informação, como computadores conectados a internet e além da renda corrente, a renda permanente estimada a partir de características sócio-demográficas fixas (como sexo, idade, região etc., mas especialmente estoque de educação)” (NERI, 2008, p. 23).

²⁸ Capacidade de manutenção refere-se à capacidade de manter a prazo mais longo o consumo ao longo do tempo (NERI, 2008).

²⁹ Segundo Ferreira e Fontoura (2008, p. 8) “[...] o sistema de justiça criminal abrange órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário em todos os níveis da Federação. O sistema se organiza em três frentes principais de atuação: segurança pública, justiça criminal e execução penal. Ou seja, abrange a atuação do poder público desde a prevenção das infrações penais até a aplicação de penas aos infratores”.

CAPÍTULO 2 – O ÁRDUO CAMINHO DOS OBJETIVOS: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A exemplo de Minayo (2004), neste trabalho tratamos a metodologia como um conjunto de técnicas e como potencial criativo do pesquisador, orientando-nos pela perspectiva metodológica marxiana como abrangência de concepção teórica de abordagem, para a qual “[...] os fenômenos sociais são sínteses de muitas determinações, o que exige romper os reducionismos, monocausismos e a fragmentação [...]” (BEHRING, 2006, p. 28).

A opção pelo método crítico-dialético exigiu que reproduzíssemos idealmente o movimento do objeto, que extraíssemos dele suas características e determinações, as quais vão além das sugestões imediatas, exigindo, portanto, que fugíssemos das explicações que se colocassem no nível da aparência, e buscássemos apreender a essência do fenômeno, sendo para tanto necessário situar historicamente sujeito e objeto (BEHRING; BOSCHETTI, 2007), como assim nos determinamos a fazê-lo.

Buscamos, dessa forma, situar e analisar o crescente envolvimento da juventude nos atuais eventos de violência, e nele a juventude do segmento classe média, considerando “[...] o seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas, na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inserido na totalidade concreta: a sociedade burguesa”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 38).

Múltiplas de significados e sentidos, as categorias violência, juventude e classe média se cercam de uma complexidade que se faz, podemos dizer, imanente a todo objeto de estudo que compreende tais categorias. Complexidade inscrita, portanto, no nosso objeto de estudo, que é o jovem de classe média autor de violência.

Foi nos limites impostos pela própria complexidade do tema que logramos superar algumas dicotomias recorrentes nas pesquisas sobre violência, por exemplo: os binômios violência/pobreza; juventude/drogas; classe social/impunidade, etc., valendo-nos, para tanto, do rigor científico, da experiência e da capacidade de perceber, por meio das questões levantadas, as “[...] correlações multilaterais e

sempre mutáveis que cercam a realidade objetiva, dentro dos limites da ‘consciência possível’[...]” (MINAYO, 2004, p. 23).

Imprescindível em qualquer pesquisa que se pretenda científica, a pesquisa bibliográfica sobre o assunto investigado foi o fio condutor deste trabalho, sem a qual seria impossível desenhar o nosso objeto e organizar a realidade empírica a qual desejávamos conhecer, até, então, inexata (MINAYO, 2004). Em face disso, recorreremos à literatura sobre o tema, debruçando-nos sobre os “[...] vários pontos de vista, dos diferentes ângulos do problema que permitiam estabelecer definições, conexões e mediações, e demonstrar o ‘estado da arte’[...]” (MINAYO, 2004, p. 97).

Mas para reconstruir e compreender a realidade fragmentada que se apresentava à nossa frente, foi preciso também nos investir de um sentimento investigativo, daquele que Minayo (2003) chamou de “espírito indiciário”³⁰, que se realiza “[...] através de sinais e signos, espreitando os momentos em que o controle das defesas relaxa, deixando escapar a abertura para o diálogo possível [...]” (MINAYO, 2003, p. 3).

Assim, utilizando-nos de métodos e técnicas reconhecidamente científicos, como os já acima explicitados, estivemos atentas à opacidade das palavras, dos gestos e dos sentidos, caminhando em direção ao nosso objetivo maior: analisar a (in)visibilidade da violência praticada pelo jovem da classe média do município de Vitória/ES.

2.1 TIPO DE ESTUDO

O estudo ora apresentado se caracteriza por uma pesquisa do tipo exploratório-descritiva, podendo ser assim considerada porque o estudo do jovem de classe média autor de violência, morador do município de Vitória/ES, é um tema teoricamente pouco explorado, principalmente no que se refere à sua (in)visibilidade

³⁰ Segundo Minayo (2003), este espírito está contemplado no método indiciário, método “[...] que tem sido aprofundado, no campo científico, por Carlo Ginzburg, [...] que busca valorizar a reconstrução das singularidades históricas e sociais por meio dos signos, sinais e indícios deixados pelos povos ou pelos grupos sociais.” (MINAYO, 2003, p. 7).

na prática de violências criminalizadas, a qual nos dispusemos a analisar com base em documentos judiciais, até então inexplorados, e em entrevistas a profissionais da área da Justiça, o que vai, portanto, ao encontro da afirmação sobre pesquisa exploratória feita por Gil (1999, p. 43):

As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Este estudo tem, assim, como objetivo agregar conhecimento acerca do tema violência e juventude, o que auxiliará pesquisas futuras, ou servirá, nas palavras de Selltitz et al. (1972, p. 60), para

[...] aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado, ou da situação em que pretende realizar tal estudo; o esclarecimento de conceitos; o estabelecimento de prioridades para futuras pesquisas; a obtenção de informação sobre possibilidades práticas de realização de pesquisas em situações de vida real; apresentação de um recenseamento de problemas considerados urgentes por pessoas que trabalham em determinado campo de relações sociais.

Sob essa orientação nos esmeramos nos detalhamentos dos dados, buscando no limite possível explicitar os achados da pesquisa, dificuldades, desafios e sucessos.

Para tanto, utilizamos de métodos quanti-qualitativos, os quais se complementaram para o desvelamento do nosso objeto de estudo, quando, então, evitamos restringir os dados quantitativos a um simples número, extraindo deles significados que o número por si só não revelaria, o que se tornou possível, neste trabalho, graças ao método qualitativo, que foi nosso guia na compreensão desse fenômeno social.

A pesquisa qualitativa, como expõe Alves-Mazzotti (2004, p. 131), citando Patton (1986), orienta-se pela compreensão e interpretação, partindo do pressuposto de que “[...] as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando [portanto] ser desvelado [...]”. Estando esses aspectos da pesquisa qualitativa em consonância com a interpretação dada por Minayo (2007, p. 21): “A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Um nível da realidade que, como afirma a mesma autora, “[...] não pode ou não deveria ser quantificado [...]” (MINAYO, 2007, p. 21).

Segundo Selltiz et al. (1972), os registros estatísticos acumulam fontes significativas de dados, podendo ser usados para complementar ou verificar informações na pesquisa social. O uso dos dados estatísticos das diversas fontes tem a vantagem da “economia” de tempo e esforço do pesquisador. Seu esquecimento, muitas vezes, traz como consequência o abandono de informações importantes e/ou de outros pontos de vista do estudo.

Ainda, segundo os referidos autores, as definições das categorias empregadas, assim como o método de coleta de dados, constituem perigos no uso de registros estatísticos, sendo necessário que o pesquisador “[...] conheça as melhores fontes de tais dados e apresente certa capacidade inventiva para descobrir material menos conhecido [...]” (SELLTIZ et al., 1972, p. 358). O princípio orientador para o uso de dados quantitativos consiste em manter-se flexível com relação às questões da pesquisa, além de contribuir para estruturar o universo da pesquisa a ser realizada (SELLTIZ et al., 1972).

A opção pelo uso de dados quantitativos levou-nos a adotar como instrumento de investigação a pesquisa documental, e, na sua sequência, a escolha das instituições que possivelmente conteriam os dados necessários à realização dos objetivos propostos. Uma escolha que só ocorreu depois que definimos arbitrariamente, mas não sem propósito, trabalhar apenas com as violências criminalizadas (homicídio, tentativa de homicídio, lesões corporais, roubo, crimes relacionados a drogas e mesmo práticas e conflitos criminalizados).

Essa escolha foi feita por entendermos que as ocorrências desse tipo de violência acabam por gerar documentos³¹ nos quais ficam registrados os dados relativos aos seus autores – idade, sexo, local de moradia, renda familiar, grau de instrução, entre outros –, o tipo de delito praticado, o contexto da violência, etc. Além do mais, não queríamos incorrer no erro de ignorar práticas que, embora não se valham do uso da força física para violar o direito do outro, retroalimentam a criminalidade violenta.

Em face disso, no desenvolvimento deste trabalho utilizamos, por várias vezes, o termo infração penal, que é a expressão utilizada pelas instituições que investigamos para se referir aos atos penalmente imputáveis e que são de sua

³¹ De acordo com Minayo (2003), sempre que a autoridade policial tem notícia da prática de infração penal, ela tem que abrir um inquérito, havendo por meio dele a apuração da prática de infração penal e de sua autoria, constituindo este instrumento de sublimar importância para o nosso estudo.

competência tratar, embora muitas delas não sejam necessariamente consideradas violências pelas leis penais que definem o que é crime. Nessas leis, o uso de violência na prática dos crimes é reconhecido como um agravante para a imputação das penas³² (BRASIL, 2005a).

2.2 DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

Depois de muitas andanças, contatos e discussões, sempre no intuito de facilitar o acesso aos dados, elegemos para tanto instituições que integram o Sistema de Justiça e Segurança Pública estabelecidas no município de Vitória: o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES)/Gerência de Estatística de Análise Criminal (GEAC), da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), o Serviço Social e Psicológico (SSP), da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA) e os distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, nos quais realizamos a coleta de dados, que se juntaram aos dados coletados de um mapeamento que fizemos nos dois maiores jornais locais – A Gazeta e A Tribuna –, tratados no capítulo 3 deste trabalho.

Embora essas instituições integrem o Sistema de Justiça e Segurança Pública, elas obedecem a uma hierarquia dentro do Sistema de Justiça Criminal, isto é, enquanto algumas atuam no momento em que ocorre a infração penal, outras atuam no acolhimento da notícia-crime e sua investigação, e outras na execução da pena, sendo possível que um mesmo autor de infração passe por várias delas, podendo os dados sobre ele encontrados em algumas dessas instituições ser também encontrados nas outras. Por essas especificidades, essas instituições utilizam de

³² Um exemplo clássico é o crime de furto, que implica a subtração de coisa alheia móvel, para si ou para outrem, sendo a pena a reclusão de um a quatro anos. Mas, se o mesmo produto do furto tivesse sido subtraído “mediante grave ameaça a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (BRASIL, 2005a), isso não é mais considerado furto, mas roubo. E sua pena sobe para quatro a dez anos de reclusão, e multa. Assim, o roubo é considerado violência, mas o furto não, ainda que a vítima tenha se sentido violentada pela perda do objeto furtado, ou passe a se sentir insegura, e/ou psicologicamente afetada com a ocorrência do fato.

diferentes documentos para se auto-organizarem e funcionarem, cabendo-nos, portanto, distintos documentos para nossa análise.

Na SESP acessamos as informações do Banco de dados do CIODES³³, que estavam sistematizadas na GEAC daquela Secretaria. A GEAC, que tem um programa *on-line* integrado ao sistema do CIODES, sistematiza esses dados, gerando um banco de dados, o qual utilizamos para obter os dados relativos aos jovens das classes médias autores de violência criminalizada.

A Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA) existe efetivamente desde o ano de 2001, quando o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo instituiu, na Vara de Execuções Criminais de Vitória, a Central de Penas e Medidas Alternativas do Estado do Espírito Santo (CEPAES). No ano de 2006, a Vara de Execuções sofreu uma reestruturação, havendo uma descentralização dos serviços desta Vara para duas outras que foram criadas nos municípios de Vila Velha e Viana, o que transformou a Vara de Execuções Criminais de Vitória na VEPEMA, também o novo nome da CEPAES (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008).

A VEPEMA, assim como outras unidades judiciárias de Penas e Medidas Alternativas no Brasil, é fruto de uma nova concepção sobre a forma eficaz de corrigir as infrações cometidas, que se redundavam unicamente na privação de liberdade. Nessa nova concepção está implicado “[...] o princípio da intervenção mínima que visa à descriminalização, à descarcerização e à despenalização [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 1). Foi com base nesse princípio que “[...] as Nações Unidas aprovaram a Resolução 451110, em 19/12/1990, com as regras mínimas sobre medidas não-privativas de liberdade, denominadas ‘Regras de Tóquio’[...]” (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 1). E foi também motivo para a criação dessas unidades a tentativa de minimizar os problemas apresentados pelo sistema penitenciário brasileiro.

³³ Em agosto de 2004, o governo do Espírito Santo, representado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESP), implementou o projeto CIODES. Esse é um centro de informações que converge e otimiza os trabalhos da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. Nesse Centro são recebidas as chamadas telefônicas para o serviço telefônico 190, que após passarem por um sistema de filtragem – isto é, confirmar-se a veracidade da denúncia –, têm sua origem localizada no mapa. Em seguida, realiza-se o contato com a viatura que está mais próxima do local da ocorrência, sendo pedido aos policiais que se dirijam ao local e realizem os procedimentos que orienta a lei. Depois, o policial que atendeu o caso, ainda por rádio, retorna ao CIODES informando os encaminhamentos dados. Todas essas informações são registradas em um boletim de ocorrência e ficam registradas no sistema do CIODES (LIRA, 2007).

Nessa perspectiva, a VEPEMA, também conhecida como a 5ª Vara Criminal de Vitória, é a Vara responsável por processar a execução das penas dos sentenciados ao cumprimento de penas e medidas alternativas e do regime aberto, e daqueles que se encontram no estágio de livramento condicional, estando sob sua responsabilidade os condenados dos municípios de Vitória, Serra, Viana, Vila Velha e Cariacica (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008).

O regime aberto, assim como o regime semiaberto e o regime fechado, é uma pena de privação de liberdade³⁴, na qual o condenado passa a ter direito a morar em uma Casa de Albergado, de propriedade do Estado, que deve estar localizada no centro urbano, podendo o condenado trabalhar fora durante o dia e retornar à noite para dormir. Em Vitória/ES, não existe uma Casa de Albergado, por isso os condenados ficam em sua residência e cumprem Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) pelo tempo suficiente para alcançar o livramento condicional.

O livramento condicional é considerado um último estágio do cumprimento da pena, porém, não é considerado um regime. Nesse estágio, o condenado já pode retornar à sua residência, e não é necessário o cumprimento de PSC; porém, por um determinado tempo, ele ficará subordinado a condições impostas pela Lei para que se mantenha nesse estágio até a extinção da pena.

As Medidas Alternativas são institutos previstos em Leis penais, por meio das quais são aplicadas penas alternativas em substituição às penas privativas de liberdade. São consideradas medidas alternativas a Suspensão Condicional do Processo (SCP), que é adotada nos casos de crimes em que a pena mínima prevista for igual, ou menor, a um ano de prisão³⁵ (BRASIL, 1995, art. 89); a Suspensão condicional

³⁴ Cabe aqui informar que a Lei de Execução Penal, no seu artigo 12, determina que a “Pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinado pelo juiz [...]”, estando, portanto, compreendida a existência de 3 tipos de regimes: o regime fechado – no qual os condenados ficam reclusos diuturnamente em diferentes estabelecimentos penais, definidos em lei (Brasil, 2005b), que abrigam os condenados segundo o seu crime e o seu grau de periculosidade –; o regime semiaberto – um “benefício” conquistado pelo condenado, que, após o cumprimento de uma parcela da sua pena em regime fechado, seguida de uma avaliação de sua conduta e personalidade por profissionais determinados em lei, passa a ser abrigado por “Colônia Agrícola, Industrial ou Similar” –; e o regime aberto. Cada um desses regimes e suas formas de execução estão detalhadamente explicitados na Lei de Execução Penal (BRASIL, 2005b).

³⁵ Nos casos em que couber a suspensão condicional do processo, “o Ministério Público pode propor a suspensão do processo, por um período de 02 (dois) a 04 (quatro) anos [...]. Se a proposta for aceita pelo acusado e seu advogado, o Juiz poderá suspender o processo e aplicar-lhe uma Medida Alternativa, submetendo-o às condições estipuladas pela lei, que podem ser desde a reparação do

da pena³⁶, também conhecida por *sursis*, que significa a suspensão parcial da execução de certas penas privativas de liberdade (prisão), sendo parte da pena cumprida por meio de pena alternativa; e a Transação Penal, que é aplicada nos crimes em que a pena máxima não seja superior a dois anos³⁷ (ESPÍRITO SANTO, 2002).

Já as penas alternativas são as espécies de punições propriamente ditas, previstas para substituir as penas privativas de liberdade que couberam aos acusados por suas infrações penais. São consideradas penas alternativas a prestação de serviços à comunidade (PSC); interdição temporária de direitos³⁸; prestação pecuniária em favor da vítima ou entidade com destinação social; e perda de bens e valores, prestação de outra natureza³⁹ (ESPÍRITO SANTO, 2002).

O encaminhamento, o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas, assim como a fiscalização do cumprimento do regime aberto e do livramento condicional, impostos pela Justiça, são de competência do SSP da VEPEMA, onde atuam 05 psicólogos, 09 assistentes sociais e 10 estagiários dos respectivos cursos⁴⁰. No atendimento aos condenados, ali denominados de reeducandos, esses profissionais geram uma ficha de atendimento, seguida de um

dano, passando pela apresentação mensal, até a prestação de serviço, sendo esta última determinada a critério do Juiz". (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 2).

³⁶ Os acusados aos quais couber a suspensão condicional da pena cumprirão "[...] parte da pena sob forma de prestação de serviços à comunidade (PSC) ou limitação de fim de semana, durante um período de tempo e mediante certas condições. É uma medida alternativa e um benefício porque apesar da execução parcial, é ainda mais favorável ao acusado do que a pena de prisão que substitui". (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 2).

³⁷ Nos casos em que couber a transação penal, "[...] o Promotor de Justiça, antes da existência de um processo formal penal, propõe ao acusado o cumprimento de uma Pena alternativa de aplicação imediata, sendo as mais comuns a prestação de serviços, prestação de outra natureza e multa." (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 2).

³⁸ Estão compreendidos na interdição temporária de direitos a proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequência a determinados lugares – limitação de fim de semana (ESPÍRITO SANTO, 2002).

³⁹ A aplicação de todas essas medidas e penas alternativas é submetida a condições estipuladas em Lei, com avaliação de caso a caso, e compreendem desde o tempo determinado para o cumprimento da pena privativa de liberdade, a gravidade e a intencionalidade do delito, assim como os antecedentes do infrator, sua conduta, os motivos do cometimento do crime, as circunstâncias e a personalidade do infrator (ESPÍRITO SANTO, 2002).

⁴⁰ Existem outros profissionais que também trabalham na VEPEMA – advogados e oficiais de justiça –, mas que não atendem diretamente os usuários do serviço.

formulário de entrevista social dos reeducandos, no qual constam os dados pessoais, processuais e profissionais deles, que são atualizados nos atendimentos.

Foram a essas fichas e entrevistas que tivemos acesso, nas quais buscamos os dados sobre pessoas das classes média e alta, moradoras do município de Vitória/ES, que quando jovens praticaram violências criminalizadas e foram atendidas nos anos de 2007, 2008, e nos 8 primeiros meses do ano de 2009⁴¹ pela VEPEMA. Os dados dessa fonte foram fundamentais para o nosso estudo, porque se tratava de informações sobre jovens das classes médias que comprovadamente cumpriram infrações penais, já que essa é a fase de execução penal. Compreendemos que houve um processo e um julgamento legal, ou nos casos de suspensão condicional do processo a admissão por parte do acusado de sua culpa, estando esses jovens na fase do cumprimento da pena ou de medidas alternativas à privação de liberdade.

Por fim, os distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, que são postos da Polícia Civil responsáveis por registrar e apurar as denúncias das infrações penais ocorridas em suas áreas de circunscrição, realizando posteriormente os procedimentos cabíveis a cada caso registrado, segundo a sua competência⁴². “A Polícia Civil tem como principal atribuição a investigação de crimes [...], cumpre a função de polícia judiciária, devendo apurar as infrações penais, com exceção das militares”. (FERREIRA; FONTOURA, 2008, p.11).

Existem em Vitória/ES 8 distritos policiais, distribuídos entre as 8 regiões administrativas em que está dividido o município, e que têm competência limitada para atuar sobre determinados tipos de crimes, o que quer dizer que nem todos os tipos de delitos ocorridos, ainda que em suas áreas de circunscrição, são neles registrados, mas apenas aqueles que são de suas competências específicas⁴³. Para

⁴¹ Na Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA), ao contrário dos dados apresentados nos jornais locais, no CIODES e nos Distritos Policiais, nos quais é possível coletar o dado com base na data em que ocorreu o evento, os documentos por nós acessados naquela instituição nem sempre, ou quase nunca, revelavam a data do evento. Decidimos, por isso, coletar os dados relativos às pessoas de classe média e alta que praticaram infrações penais quando jovens – faixa etária de 18 a 29 anos – e que foram atendidas pela VEPEMA/SSP, nos anos de 2007, 2008 e 2009.

⁴² É o delegado de polícia que abre o inquérito policial para investigar os crimes e realiza os procedimentos relacionados à investigação, como interrogatório de testemunhas, solicitação de perícias, etc. (FERREIRA; FONTOURA, 2008, p. 12).

⁴³ Tentamos nos informar com os funcionários desses distritos sobre os tipos de crimes que eram de suas competências, mas ninguém tinha um documento que os definisse exatamente, sendo-nos

os casos que extrapolam as suas competências existem as delegacias especializadas.

Elegemos, entre os 8 distritos policiais, os de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto porque estão sob sua responsabilidade os registros e as apurações dos delitos ocorridos nos bairros que compreendemos, em nosso estudo, como locais predominantemente de moradias dos jovens das classes médias.

O distrito policial da Praia do Canto está localizado na região administrativa 5 – Praia do Canto –, estando sob sua jurisdição os bairros Barro Vermelho, Enseada do Suá, Ilha Bela, Ilha do Frade, Morro São José, Praia de Santa Helena, Praia do Suá, Praia do Canto, Santa Lúcia e Santa Luíza. O distrito policial de Goiabeiras está localizado na região 6 – Continental –, e sua jurisdição compreende os bairros Jardim da Penha, Mata da Praia, República, Maria Ortiz, Jabour, Pontal de Camburi, Goiabeiras, Boa vista, Sólon Borges e Antônio Honório. Já o distrito policial de Jardim Camburi está localizado na região administrativa 8 – Jardim Camburi –, e sob sua jurisdição está o único bairro que a compõe, Jardim Camburi.

Nesses distritos policiais, procuramos pelos boletins de ocorrências, que são documentos preenchidos por profissionais dessas instituições quando tais distritos são procurados por cidadãos, em geral vítimas, para fazer denúncias de infrações penais por eles, ou por seus pares, sofridas, os quais descrevem o fato que julgam criminoso e as características dos respectivos autores. Procuramos os boletins que registravam as ocorrências relativas aos anos de 2007 e 2008, para posterior seleção daqueles que se referiam aos jovens das classes médias como autores das infrações.

Nos distritos de Jardim Camburi e Goiabeiras conseguimos acessar os boletins de ocorrências, mas no distrito policial da Praia do Canto isso não foi possível. Por razões que destacamos no item 2.4 deste capítulo, utilizamos os relatórios finais de inquéritos policiais e os termos circunstanciados que encontramos relativos aos anos de 2007 e 2008.

informado verbalmente que eram os crimes de furto, roubo, estelionato até o valor de R\$ 20.000,00, ameaça, calúnia, difamação, tentativa de homicídio, e que não eram de suas competências aqueles crimes referentes à violência doméstica, droga, sequestro, latrocínio, homicídio e crimes contra menores de 18 anos.

O Relatório final de inquérito policial⁴⁴, como o próprio nome já diz, é um instrumento no qual se encontram relatados os resultados das investigações sobre uma prática de infração penal e sua autoria, para as quais se instaurou um inquérito policial⁴⁵ (IP). Uma vez concluídas as investigações iniciadas com o Inquérito Policial, a autoridade policial elabora um relatório final que envia ao poder judiciário, que, por sua vez, dá outros encaminhamentos, segundo o tipo de ação penal em questão – se pública ou privada (BRASIL, 2005c).

O Termo Circunstanciado (TC) é lavrado pela autoridade policial após tomar conhecimento de ocorrências de infrações penais de menor potencial ofensivo, que encaminha os autores do fato ao Judiciário⁴⁶ no contexto dos procedimentos mais simplificados para a conclusão judicial (FERREIRA; FONTOURA, 2008).

Nos documentos acessados em todas essas instituições, além dos dados visivelmente registrados, buscamos nos apropriar do contexto social em que se passou o evento de violência, pois, diz-nos May (2004, p. 212) que “[...] é esse sentido de contexto social e para quem um documento ou texto pode ter sido endereçado que nos aproxima de uma discussão das perspectivas na pesquisa social e dos seus processos.” E que “Os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos.” (MAY, 2004, p. 213).

Em relação ao mapeamento que realizamos nos jornais locais, sabíamos que tais instrumentos constituem-se numa fonte secundária, detentora de notícias pouco substanciais, e que não alcançam a totalidade dos eventos de violência envolvendo

⁴⁴ Inquérito policial: conjunto de diligências necessárias realizadas pela Polícia Judiciária para o descobrimento do fato criminoso, de suas circunstâncias e dos seus autores e cúmplices. (PAULO, 2002, p. 171).

⁴⁵ A instauração de um inquérito sempre ocorre depois que a notícia sobre o crime é dada à autoridade policial, existindo três formas de dar início a um inquérito policial: de ofício pela autoridade policial; por requisição da autoridade judiciária, Ministério Público ou Ministro da Justiça; e por requerimento ou representação do ofendido, ou de seu representante legal. Contudo, existem crimes que só sofrem abertura de inquérito se o ofendido assim o desejar, assim como há crimes que independem de sua vontade, dando início a autoridade policial, depois de verificada a procedência das informações, à abertura do IP. Estão especificados em leis tanto os crimes que dependem da vontade do ofendido de representar contra o seu ofensor, quanto os que independem, não sendo necessário tal detalhamento para os objetivos deste trabalho.

⁴⁶ Diz o art. 69, § único da Lei 9.099/95 que, ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança (BRASIL, 1995).

os jovens das classes médias no papel de autores. No entanto, é um veículo de comunicação que contribui para a divulgação dos fatos das violências e pode explicitar maiores informações sobre as circunstâncias, atraindo a atenção dos estudiosos que desejam conhecer o fenômeno, pois, como afirmam Behring e Boschetti (2007), é preciso conhecer os fenômenos sociais para além das sugestões imediatas, e foi nessa perspectiva que lançamos mão de mais essa fonte de informação.

Para complementar e entendermos melhor os dados que se apresentavam em todas essas fontes, a pesquisa empírica, então, se fez necessária. Elegemos e entrevistamos 8 profissionais do sistema de justiça: 2 da Polícia Militar, 3 da Polícia Civil e 3 do Tribunal de Justiça/Vara de execuções de penas e medidas alternativas. Com exceção de um deles, o qual tinha apenas o 2º grau completo, e de outro que tinha 3 graduações, todos os outros eram pós-graduados. Todos tinham idade acima de 30 anos, e estavam atuando nas instituições supracitadas há mais de 7 anos. Na verdade, 4 deles estavam há mais de 23 anos nelas. 2 entrevistadas eram mulheres e 6 homens. Todos de classes médias e todos, em sua trajetória profissional, atenderam diretamente jovens das classes populares e jovens das classes médias autores de infrações penais.

Empreendemos esforços para entrevistar jovens das classes médias autores de violências criminalizadas. Localizá-los e convencê-los a nos conceder entrevistas não foi fácil. Com ajuda de profissionais de algumas das instituições supracitadas, fizemos contato com alguns por telefone, mas o convite à entrevista não teve sucesso, e outros já haviam mudado o número telefônico. Os jornais divulgaram alguns desses nomes e as instituições para onde eles foram levados quando pegos no flagrante da infração penal. Fomos até tais instituições, mas alguns já haviam saído por meio de alvará. Tivemos sucesso com apenas um jovem que, preso pela terceira vez, concedeu-nos uma entrevista, por meio da qual apresentamos, no capítulo 4 deste trabalho, um interessante perfil do jovem de classe média autor de violência do município de Vitória/ES.

As entrevistas, tanto com os profissionais quanto com esse jovem, foram realizadas orientadas por um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICES G e H), cujas perguntas são comumente especificadas, mas os entrevistados têm a liberdade de responder segundo seus próprios termos, e o entrevistador a liberdade de ir além

das respostas, anotando informações qualitativas sobre o assunto em questão (MAY, 2004). Tivemos ainda o cuidado ético de colher as assinaturas de todos os entrevistados em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), sendo fornecida uma cópia de igual teor e forma assinada por nós, contendo nossos endereços e telefones, no qual nos comprometemos a manter no anonimato suas identidades. Para esse cumprimento, demos a eles nomes fictícios, tratando-os por Srs: Sr. A; Sr. B; Sr. C; Sr. D; Sr. E; Sr. F; Sr. G. e Sr. H., e o jovem pelo nome de Maurício.

Tanto a construção do instrumento de entrevista, quanto as entrevistas com todos os atores supracitados – profissionais e jovens – ocorreram após a realização da coleta de dados de todas as fontes acessadas, das quais extraímos elementos e questões que tentamos elucidar nas próprias entrevistas, inclusive identificar, na perspectiva desses atores, os argumentos justificadores para a prática de violências criminalizadas por jovens das classes médias, os quais expomos no capítulo 4 deste trabalho.

2.3 CENÁRIO DO ESTUDO

O nosso estudo foi restrito aos jovens moradores do município de Vitória, capital do Espírito Santo, hoje formado por oito regiões administrativas – Centro, Santo Antônio, Bento Ferreira, Maruípe, Praia do Canto, Continental, São Pedro e Jardim Camburi –, estando distribuídos 79 bairros entre elas (PMV, 2008). Considerando as zonas rural e urbana, no ano de 2000 a população total de Vitória/ES era de 292.304 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e quatro) habitantes (IBGE, 2000).

A população jovem – de 15 a 29 anos – deste município, naquele mesmo ano, totalizou o quantitativo de 84.080 (oitenta e quatro mil e oitenta) jovens, representando esse segmento quase 30% da população total de Vitória/ES (PMV, 2002). Segundo Guerra et al (2006), em 2005, o total de famílias das classes médias

no município era de 47.929 famílias de classe média, o que classificou Vitória/ES entre as 100 cidades brasileiras com maior número de famílias de classes médias.

Conforme mencionado anteriormente, Vitória/ES se tornou o lócus dos nossos estudos, entre outras razões, por causa do desconfortável lugar que vem ocupando no campo da violência homicida. A crescente onda de violência que emerge em Vitória/ES a lançou, em 2007, no cenário nacional como a terceira capital brasileira que tem as maiores taxas de homicídio, tanto para a população total, e maior ainda entre a população jovem. No ano de 2007, a taxa de homicídios (por 100.000 habitantes) da capital foi de 75,4 na população total e 169,7 na população jovem⁴⁷ (WAISELFISZ, 2010). Em 2006, Vitória/ES já havia aparecido entre os 100 municípios brasileiros com maiores taxas médias de homicídios juvenis, ocupando a nona posição nesse trágico concurso (WAISELFISZ, 2008).

Em dados gerais, o quadro da violência no município de Vitória se expressou, nos anos de 2005 e 2006, nos seguintes números: 1) 1.558 ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio⁴⁸; 2) 2.444 ocorrências de crimes contra o patrimônio⁴⁹; 3) 462 ocorrências de mortes violentas, segundo causas⁵⁰ e; 4) 1.499 crimes não letais contra a pessoa⁵¹ (ESPÍRITO SANTO, 2008). Números que, como podemos observar, se apresentam de forma genérica, ocultando as particularidades dos dados e dos autores.

Outros estudos e pesquisas realizados com o fim de delimitar o território da violência no Espírito Santo (LIRA, 2007; RAIZER, 2007; ZANOTELLI, 2007) vêm demonstrando a presença de um alto índice de violência nos bairros da Região metropolitana da Grande Vitória, mas sabemos também que o que efetivamente se detecta é uma diferenciação do tipo de violência ocorrida em cada região.

⁴⁷ Esta taxa se refere aos jovens com idade entre 15 e 29 anos.

⁴⁸ Extorsão; extorsão mediante sequestro; roubo; roubo de autocarga; roubo de veículo; roubo em coletivo; roubo em estabelecimento de ensino; roubo em estabelecimento comercial; roubo em estabelecimento financeiro; roubo em residência (ESPÍRITO SANTO, 2008).

⁴⁹ Furto; furto de autocarga; furto de veículo; furto em coletivo; furto em estabelecimento comercial; furto em estabelecimento de ensino; furto em estabelecimento financeiro; furto em residência; furto em veículo (ESPÍRITO SANTO, 2008).

⁵⁰ Atropelamento; queda; afogamento; suicídio; homicídio; acidente de trânsito (ESPÍRITO SANTO, 2008).

⁵¹ Lesões corporais; ameaça; tentativa de homicídio; maus tratos; atentado violento ao pudor; cárcere privado; sequestro; estupro; rixa; corrupção de menores; rapto. (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Pesquisa realizada por Lira (2007), por exemplo, detectou que nos bairros da cidade de Vitória/ES, em geral habitados pela população de baixa renda⁵², as violências registradas com maior frequência foram os homicídios, as tentativas de homicídios, as lesões corporais, vias de fato, entre outras. Já nos bairros habitados pela população com maior poder aquisitivo e principais atividades comerciais e de prestação de serviços da cidade⁵³, a principal referência dos tipos de violência registrados foram os crimes contra o patrimônio – roubo de veículo, furto a transeunte, furto e roubo a residência ou condomínio, estabelecimento comercial ou financeiro, etc.

Uma leitura superficial desses dados poderia nos levar a falsas conexões e conclusões sobre os possíveis autores de violência; no entanto, essa pesquisa não se estendeu ao cruzamento desses dados e não chegou a esse nível de refinamento. Ela apenas definiu as modalidades de violência praticadas em cada região do município de Vitória, e não os seus responsáveis.

Essa violência, entretanto, se inscreve num contexto macro de desigualdade. À semelhança de outros municípios brasileiros, Vitória/ES também é marcado pela desigualdade social, refletida nas diferentes configurações dos bairros. A distribuição dos equipamentos e serviços coletivos dentro da cidade segue uma lógica correlata à da concentração urbana dos meios de produção do capital, sendo tais equipamentos distribuídos de forma heterogênea e hierarquizada. Enquanto alguns bairros do município são beneficiados com melhores equipamentos e serviços coletivos, tanto público quanto privados, outros bairros sofrem com sua ausência, o que explicita o processo de segregação socioespacial em Vitória/ES (SILVA, 2005). Segregação que, segundo Conh (1991, p. 61), “[...] agrava um conjunto de precariedades [...]”, às quais estão submetidas as populações de baixa renda.

Conh (1991), tendo como referência o município de São Paulo para seus estudos sobre saúde, além de revelar uma forte presença do processo de segregação socioespacial nessa metrópole, afirma que as cidades são divididas em duas partes:

⁵² Bairros: São Pedro, Santo André, São José, Santos Reis e Ilha das Caieiras, Vila Rubim, Ilha do Príncipe, Morro do Cabral, Morro do Quadro e Caratoíra, Bairro da Penha, Santa Martha, Itararé, São Cristóvão e São Benedito.

⁵³ Bairros: Centro e Parque Moscoso, Praia do Canto, Santa Lúcia, Barro Vermelho, Jardim Camburi Jardim da Penha e Mata da Praia.

[...] uma reúne as regiões onde se verifica uma melhor qualidade de vida, habitada pelas camadas de renda mais alta, com acesso pleno à infraestrutura básica e de serviços, baixa taxa de crescimento populacional e significativa concentração de edificação de uso residencial e, portanto, apresentando níveis de saúde satisfatórios. Outra, as áreas periféricas, caracteriza-se por alto incremento demográfico, baixo nível de renda e de condições de saúde, associados a sérios problemas de infra-estrutura. (COHN, 1991, p. 61).

A cidade de Vitória/ES reflete esse processo, sendo o rendimento médio nominal mensal dos responsáveis pelos domicílios das diferentes regiões de Vitória também representativo para expressar tal desigualdade. Enquanto a renda média mensal de um chefe de família na Região de São Pedro corresponde ao valor de R\$ 341,45 (trezentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos), na Região da Praia do Canto um chefe de família recebe em média R\$ 3.660,55 (três mil, seiscentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos). Isto é, quase 11 vezes mais que o da Região de São Pedro. Os chefes de família das Regiões Continental e Jardim Camburi recebem, em média, mensalmente R\$ 1.615,83 (um mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e três centavos) e R\$ 1.881,56 (um mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos) respectivamente (PMV, 2002). Tais valores são maiores que o piso das famílias classificadas, por Neri (2008), como classe média.

Cabe lembrar, no entanto, que ao calcular a renda média sobre todas as rendas dos chefes de famílias dentro de uma determinada região, uniformizando-as em um único valor, negam-se as disparidades existentes entre as rendas de um chefe de família de um bairro para outro. Isso ocorreu em todas as regiões de Vitória/ES. Na Região da Praia do Canto, por exemplo, enquanto em um bairro os chefes de família recebem R\$ 9.709,53 (nove mil, setecentos e nove reais e cinquenta e três centavos), em outro os chefes de família recebem R\$ 866,65 (oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), fenômeno observado até nas regiões mais pobres, quando, então, se nega que a realidade pode ser bem pior do que se apresenta na renda média. Na Região de São Pedro, por exemplo, há chefes de família que recebem R\$ 246,78 (duzentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), 1/3 a menos do valor declarado na renda média dessa região (PMV, 2002).

Face aos elementos discutidos, delimitamos como cenário para identificar as violências praticadas pelos jovens das classes médias 3 regiões de Vitória/ES, as quais apresentaram as maiores rendas médias dos chefes de família, e que são reconhecidamente regiões de residências de pessoas das classes médias e altas do município, sendo delas excluídos, para a coleta de dados, aqueles bairros cuja renda média do chefe de família era inferior à considerada por Neri (2008) como renda média dos chefes de família de classe média.

Assim, foram escolhidas a região 5 (Praia do Canto), a região 6 (Continental) e a Região 8 (Jardim Camburi), e, dentro delas, selecionamos para coleta dos dados os bairros cuja renda média dos chefes de famílias é igual ou superior à indicada por Neri (2008) como renda média dos chefes de família de classe média – entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.561,00. Na Região 5, os bairros selecionados foram Barro Vermelho (R\$ 3.939,37), Enseada do Suá (R\$ 3.253,47), Ilha do Boi (R\$ 5.751,28), Ilha do Frade (R\$ 9.709,53), Praia do Canto (R\$ 4.147,30), Praia de Santa Helena (R\$ 3.967,72), Santa Lúcia (R\$ 3.016,99) e Santa Luíza (R\$ 2.010,70). Na Região 6, elegemos os bairros Antônio Honório (R\$ 1.224,78), Jabour (R\$ 2.044,25), Jardim da Penha (R\$ 2.511,65), Mata da Praia (R\$ 4.242,63), Morada de Camburi (R\$ 2.315,99), Pontal de Camburi (R\$ 1.904,82), República (R\$ 1.475,92) e Aeroporto (R\$ 1.330,81), e, na Região 8, o único bairro que a contempla, Jardim Camburi (R\$ 1.881,56) (PMV, 2002).

Sabemos, pois, que a variável renda, por si só, não define o segmento social classe média. Contudo, compreendemos que ela é um instrumento fundamental que possibilita esse segmento manter um “alto padrão de consumo” – uma de suas principais características (GUERRA et al, 2006) – e alimentar o seu projeto de ascensão social por meio do alto investimento em educação formal e informal que, segundo Guerra et al (2006), é maior que do restante da população, o que resulta em maior capacitação e qualificação para o acesso aos melhores cargos na divisão social do trabalho, e, conseqüentemente, uma melhor renda. Dessa forma, mantém e reproduz seus valores, costumes e posições sociais entre as gerações.

2.4 SUJEITO DA PESQUISA

O sujeito desta pesquisa é o jovem de classe média, com idade entre 18 e 29 anos, morador do município de Vitória/ES, que, por praticar violência criminalizada, acabou por ser alvo de notificação e/ou inquérito policial, estando, por isso, registrado nos documentos de Instituições Judiciais e/ou noticiado nos jornais.

A definição do jovem como um integrante das classes médias foi construída a partir de um conjunto de características encontradas na literatura que particularizam os integrantes desse segmento social, podendo ser citadas as variáveis renda familiar, local de moradia, grau de escolaridade, instituição de ensino em que estuda – pública ou privada –, hábitos culturais e sociais, profissão dos pais.

A dificuldade de encontrarmos registradas muitas dessas características – principalmente a renda familiar – dos autores de violências criminalizadas nos documentos gerados pelas instituições de segurança pública e justiça, por nós acessadas, impôs-nos a necessidade de tomar como referência primeira para a identificação dos jovens como integrantes das classes médias o local de moradia, uma variável mais facilmente registrada nesses documentos. Uma vez identificada essa característica, tentamos, nos limites dos registros, conjugar outras que também assim os identificavam.

Eliminamos particularmente aqueles documentos que apontavam o local de moradia do jovem como um bairro de classe média, quando, por outro lado, outra característica descrita negava esse pertencimento. Por exemplo, os casos de documentos que traziam registrada a renda familiar mensal, sendo esta menor que as previstas anteriormente neste trabalho⁵⁴.

Para o mapeamento nos jornais, consideramos jovens das classes médias aqueles que assim foram tratados pelos jornais, em geral, nos títulos das matérias e/ou também aqueles jovens moradores dos bairros das regiões administrativas 5, 6 e 8 do município de Vitória/ES, que compreendemos por locais de moradia dos

⁵⁴ “A classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. [...] A faixa C central está compreendida entre os R\$ 1064 e os R\$ 4561 a preços de hoje na grande São Paulo. [...] A nossa classe C afere em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico”. (NERI, 2008, p. 5).

integrantes desse segmento social, ou, ainda, aqueles jovens cujos pais, e/ou eles mesmos, ocupavam cargos na estrutura sócio-ocupacional, considerados por Guerra et al (2006) como ocupados por pessoas das classes médias.

Privilegiamos para análise dos eventos de violência praticados por jovens das classes médias aqueles que ocorreram nos anos de 2007 e 2008, sendo, portanto, esse o recorte temporal delimitado para a busca dos documentos em todas as instituições, inclusive nos jornais, aos quais tivemos acesso. Particularmente para os documentos do SSP/VEPEMA, esse período precisou ser ampliado para os 9 primeiros meses do ano de 2009. A particularidade dos documentos desta instituição, a forma do registro dos dados e do arquivamento daqueles apontaram para a necessidade e validade de coletarmos dados relativos ao referido ano, como assim o fizemos.

2.5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS

Na primeira fase desta pesquisa, ocupamo-nos da inserção no campo institucional judiciário e policial, forjando contatos com autoridades e representantes dessas instituições, no intuito de conhecer e definir os caminhos que viabilizassem o acesso aos dados que nos interessavam. Isto é, saber em quais das instituições seria possível encontrar dados sobre o jovem de classe média autor de violência.

Essa primeira fase se caracterizou por muitas idas e vindas, as quais apresentamos com detalhes a seguir, assim como as decisões que foram tomadas e as escolhas feitas sobre os caminhos que deveríamos seguir: que instituições estavam abertas para nós; que documentos deveriam ser analisados; e que atores deveriam ser entrevistados. Lembrando que muitas dessas decisões e escolhas aconteceram não porque seriam as ideais, mas por serem as possíveis, dentro dos limites institucionais, de serem tomadas.

Consideramos esta uma fase riquíssima e indispensável para toda proposta metodológica que inclui pesquisa de campo. É um tempo de muito aprendizado.

Minayo (2004, p. 103), que denomina esta fase como “exploratória”, considera que ela “[...] termina formalmente com a entrada em campo [...]”, mas que, na realidade, todas as etapas na pesquisa “[...] se interpenetram e o esforço de delinear esse começo de caminho tem sua raiz na teoria e na prática [...]”, orientação que buscamos seguir com rigor.

Os consentimentos informais dados pelos responsáveis das instituições para acessar os dados foram formalizados com a emissão de ofícios pela coordenação do Mestrado em Política Social/UFES, devidamente assinados pela coordenadora do mestrado, pela minha orientadora e por mim, seguindo os trâmites legais exigidos por cada instituição, sendo-nos devolvidos os ofícios devidamente assinados pelas autoridades competentes a quem os havíamos enviado.

Das instituições que liberaram o acesso aos dados, realizamos contato com a assistente social coordenadora do SSP/VEPEMA; em seguida com o Juiz da VEPEMA; com o delegado gerente da GEAC/SESP, responsável pelo banco de dados do CIODES; com o Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, que liberou o acesso aos dados dos distritos policiais das regiões Praia do Canto, Jardim Camburi e Goiabeiras; e posteriormente com o Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar/ES, para autorizar as entrevistas com os profissionais dessa instituição, e com o Subsecretário para Assuntos do Sistema Penal da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), para autorizar a entrada no presídio e a entrevista aos jovens das classes médias.

A passagem da primeira para a segunda fase da pesquisa ocorreu com autorização formal das instituições para a nossa entrada, mas cabe ressaltar que a primeira fase não aconteceu de forma tão estanque, pois como foram muitas as instituições que acessamos, à medida que conseguíamos realizar o contato com uma instituição e sua posterior autorização, já partíamos para efetivar as outras etapas – entrega de ofícios e coleta dos dados – e, concomitantemente, tentávamos o contato com outra instituição, e assim sucessivamente.

Muitas surpresas e desafios nos aguardavam, mesmo depois de formalmente autorizadas para coletar os dados. Para vencê-los, foi necessário, muitas vezes, nos tornarmos mais flexíveis diante dos nossos critérios e escolhas predefinidos. Obstáculos, apresentados a seguir, que tivemos de superar no percurso das coletas

dos dados de todas as instituições, inclusive dos jornais, para lograr os resultados expressos no capítulo 3 deste trabalho.

2.5.1 A coleta de dados nos jornais

A coleta de dados nos jornais⁵⁵ foi o primeiro passo que demos em direção à pesquisa sobre nosso objeto de estudo, justamente pela “maior facilidade” do acesso. Mas, ainda assim, tivemos empecilhos em realizá-la com a rapidez que prevíamos. No jornal A Tribuna a coleta foi mais rápida. Pudemos contar com o apoio do acervo do Núcleo de Estudos sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI/UFES), que tinha arquivada em seu banco de dados grande parte dos jornais impressos. Os exemplares que nos faltaram foi possível encontrá-los no *site* do jornal A Tribuna, que disponibiliza a quem interessar as edições anteriores.

Ao depararmos com a falta de alguns jornais, tanto A Tribuna quanto A Gazeta, recorremos ao Arquivo Público Estadual, que não os disponibilizou, pois seus funcionários estavam fazendo a microfilmagem desse material. Procuramos também em bibliotecas públicas, secretarias municipais, na Assembleia Legislativa e no Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves; contudo, nenhuma dessas instituições tinha em seu acervo os jornais A Tribuna e/ou A Gazeta. Mas foi nessas buscas que obtivemos a informação de que as notícias de A Tribuna estavam disponibilizadas em seu *site*. Já os exemplares faltosos de A Gazeta nós só os conseguiríamos na própria instituição, pagando um valor, a nosso ver, caro para fazer a pesquisa.

Pela internet, demos início à pesquisa no jornal A Tribuna e, concomitantemente, fizemos contato por telefone com o Centro de Documentação (CEDOC) do Jornal A Gazeta, no desejo de realizarmos a busca gratuitamente, já que a pesquisa não tem fins lucrativos e é de interesse da sociedade como um todo. A secretária que nos

⁵⁵ A coleta nos jornais foi realizada com a ajuda das estudantes de graduação em Serviço Social e Geografia, bolsistas de extensão do NEVI/UFES, Ana Amélia de Souza Sarmento e Sumiê Pinto Imagawa.

atendeu confirmou a informação do pagamento, quando, então, perguntamos pela possibilidade de realizarmos a pesquisa de forma gratuita. Tivemos a resposta de que só o diretor poderia liberar, porém ele não estava no Centro naquele momento.

Encontrar o diretor não foi fácil. Fizemos muitas ligações telefônicas, sempre atendidas por secretárias que pediam que enviássemos ofícios e ligássemos depois. Na formalidade que se pedia, enviamos um ofício pelo correio, ofício esse que até hoje não chegou. Foram dias sem resposta. Fomos até lá para saber se haviam recebido nosso ofício, mas ninguém sabia do seu paradeiro. Fomos orientadas a ligar mais tarde para o diretor, que não se encontrava no momento da nossa visita. Ligamos, mas o celular não respondia, até que ele nos retornou a ligação e falamos da nossa intenção. Ele nos orientou que mandássemos o pedido por *e-mail*. Assim, fizemos uma cópia do ofício e a enviamos para o endereço eletrônico dele. Quase um mês depois e ainda estávamos sem resposta.

Decidimos, então, que pagaríamos pela pesquisa e fomos lá para saber como a busca aconteceria. Antes, perguntamos sobre o *e-mail* enviado, mas ninguém o havia recebido, e só o diretor podia informar como a pesquisa poderia ser realizada, bem como a forma de pagamento, mas ele não estava lá. Dois dias depois voltamos, e, enfim, encontramos o Senhor Diretor, que nos atendeu gentilmente e permitiu que fizéssemos a pesquisa gratuitamente, só cobrando pelas cópias que viéssemos a precisar. Rapidamente agendamos a pesquisa e a realizamos. Vencemos pelo cansaço, sem deixar que o cansaço nos vencesse.

A coleta de dados nos jornais foi orientada por um roteiro de pesquisa (APÊNDICE B), pelo qual buscamos extrair o máximo as informações que ali pudessem ser encontradas. No entanto, as notícias nem sempre traziam os detalhes do fato, seus títulos falavam mais que os conteúdos em si. E deles extraímos o que foi possível, apreendendo minimamente um perfil dos jovens das classes médias autores de violências que nos anos de 2007 e 2008 se tornaram notícias nesses jornais.

2.5.2 A coleta de dados no CIODES

Numa primeira visita realizada à GEAC, no intuito de conhecermos quais os dados de que essa gerência dispunha, e se tais dados poderiam atender os nossos objetivos, além das possibilidades de acessá-los, soubemos que as informações contidas nos boletins de ocorrências eram frágeis. Isto é, nem todos os dados solicitados naquele documento eram preenchidos pelos policiais militares que atendiam as ocorrências de violências na rua. Os dados preenchidos com maior frequência eram os relativos à idade, ao sexo, ao local de moradia e ao tipo de delito, ficando de fora a renda do autor, um dado que muito desejaríamos acessar.

De posse dessa informação, tivemos de definir quais desses dados poderiam melhor caracterizar o nosso jovem como integrante das classes médias. Ainda na Gerência, decidimos que seria por meio dos locais de moradia. Com base no livro *A nova classe média* (NÉRI, 2008), que apontava a renda média mensal dos chefes da família brasileira em todas as classes sociais, definimos a renda média das famílias de classe média brasileira. A partir da definição dessa renda, por meio de um relatório de Informações do Censo 2000⁵⁶ (PMV, 2002), que apresenta o perfil socioeconômico dos moradores de Vitória/ES por bairro, identificamos os bairros do município cujos chefes de família tinham renda igual ou superior à renda média de um chefe de família de classe média.

A existência de um banco de dados com os dados sobre os autores sistematizados nos facilitou o trabalho, pois não precisamos olhar boletim por boletim de ocorrência. Tivemos apenas que enviar um ofício ao Gerente da GEAC solicitando o acesso aos dados, definindo claramente o nosso sujeito e qual a finalidade do estudo, de forma que os funcionários dessa gerência nos fornecessem as tabelas com todas as informações. Sem custo, enviamos um ofício devidamente assinado pela coordenadora do mestrado, por minha orientadora e por mim para o delegado de polícia, gerente da GEAC, o qual liberou sem contestação o nosso acesso.

⁵⁶ Em geral, e principalmente nos municípios que não têm a Lei de Bairro, o IBGE faz a contagem da população e informa seus dados baseado em setores censitários. Por solicitação da Prefeitura Municipal de Vitória, o IBGE, no Censo 2000, adequou os setores censitários aos limites informais dos bairros do município (PMV, 2002).

Nesse momento, ainda tínhamos dúvidas sobre em que bairros de Vitória/ES deveríamos realizar a pesquisa, e ficamos receosas de não encontrarmos muita matéria sobre o jovem de classe média e, ao mesmo tempo, de selecionarmos um universo muito grande que não déssemos conta de analisar. Por precaução, pedimos primeiro os dados relativos ao bairro Praia do Canto, que é um bairro reconhecidamente de classe média, para que pudéssemos nos apropriar da consistência da informação.

As tabelas prometidas não vieram tão rápido quanto esperávamos. Tivemos de fazer muitas visitas à GEAC, nas quais sempre contávamos com a gentileza dos técnicos, mas que exigiam de nós certa paciência, simpatia, compreensão e disponibilidade de tempo, pois os funcionários estavam em geral realizando tarefas próprias da instituição, tendo que interrompê-las para atender-nos. Embora no banco de dados dessa instituição houvesse os dados dos crimes ocorridos no Espírito Santo desde o ano 2005, nós havíamos pedido dados específicos, relativos aos anos de 2007 e 2008, sobre determinados bairros de Vitória, de autores de determinada idade, e isso tomava um tempo precioso dos funcionários, que trabalham com grande demanda de serviços.

Quando pedimos os dados relativos ao bairro Praia do Canto, a técnica que nos atendeu disse que nos enviaria por *e-mail*, mas aguardamos por mais de 15 dias, e eles não chegaram. Retornamos à GEAC, quando soubemos que aquela funcionária estava de férias. Ela nos informou, por telefone, que nos havia enviado o material por *e-mail*, mas que poderia ter ocorrido um desvio para outro endereço. Então, tivemos de incomodar outra funcionária, que, em nossa presença, colheu os dados relativos ao bairro Praia do Canto, que nos foram enviados imediatamente por *e-mail*. Por precaução, também salvamos esses dados em um *pen drive*.

Depois de termos tido acesso aos dados dos jovens moradores do bairro Praia do Canto e de termos feito uma breve análise deles, certificamo-nos de que eles sozinhos não bastariam para o nosso propósito, e, por isso, decidimos que ampliaríamos o universo da coleta. Voltamos à GEAC com um roteiro de pesquisa (APÊNDICE C) que especificava as regiões administrativas a que gostaríamos de ter acesso e identificava os bairros que as integravam, eliminando aqueles cuja renda média dos chefes de família era inferior à dos chefes de família das classes média (NÉRI, 2008), para que não ficasse nenhuma dúvida sobre isso.

Assim, solicitamos os dados dos jovens autores de violência moradores dos bairros que compõem a Região 5⁵⁷, os bairros da Região 6⁵⁸, e do bairro Jardim Camburi, único bairro que compõe a Região 8. Tomamos essas decisões conscientes de que se o montante dos dados que viesse fosse muito grande, e se revelasse de difícil realização da análise, restringiríamos o universo. Reforçamos, ainda, que queríamos os dados relativos à idade e ao sexo dos autores de violência moradores daqueles bairros e o tipo de crime por eles praticado.

A funcionária que nos atendeu, também desta vez, disse que nos enviaria por *e-mail*. Não era pouca coisa. Aguardamos, e, por mais de uma semana, eles não chegaram. Ligamos para saber se havia ocorrido o mesmo que da primeira vez – um extravio do *e-mail* –, mas ela confirmou a sua carga de trabalho e disse que naquele dia ficaria até mais tarde na Gerência para fazer as tabelas com os dados.

De fato, no dia seguinte o envio foi efetuado. Eram muitos dados, e ficamos muito animadas. E já que as tabelas estavam no programa Excel e eram muito grandes, decidimos imprimir tudo aquilo para em seguida identificarmos os tipos de crimes, as idades e mesmo o quantitativo de envolvidos. E depois de tudo impresso, de termos colorido os crimes iguais com uma cor específica para dimensionarmos aquela realidade, o registro de alguns dados nos fizeram suspeitar de que aquela informação não se referia apenas aos autores de violência moradores dos bairros que havíamos pedido, mas a todos os atendimentos realizados por policiais militares naqueles bairros, nos anos de 2007 e 2008, em que muitos dos casos os seus moradores eram as vítimas.

Voltamos à GEAC, muito constrangidas, pois, caso a nossa suspeita se confirmasse, teríamos de pedir que o trabalho fosse novamente realizado. Não estávamos equivocadas, pois o fato da generalização dos dados havia sido confirmado. Os dados tratavam dos eventos delituosos que haviam ocorrido nos bairros das classes médias e não deixavam claro quem era morador ou não. Não houve outra forma: demonstrando o nosso constrangimento, pedimos que a coleta fosse feita novamente, só que desta vez com os moradores dos bairros de classe média que ocupavam o papel de autor da violência. Por sorte, a compreensão e a tolerância

⁵⁷ Eliminamos desta região o bairro Praia do Suá, o único cuja renda média do chefe de família não era compatível com a renda por nós identificada como de classe média.

⁵⁸ Deixamos de fora os bairros Boa Vista, Goiabeiras, Maria Ortiz, Segurança do Lar e Sólon Borges.

não partiam só de nós, pois a funcionária, sem discussões acaloradas, disse que faria a busca novamente.

Depois de alguns dias, recebemos uma grande tabela por correio eletrônico, com a qual procedemos da mesma maneira: imprimimos e sistematizamos os dados, os quais, pela forma com que foram registrados, justificam a (in)visibilidade dos jovens das classes médias como autores de violências criminalizadas. No capítulo 3 estão os resultados desta coleta.

Em tempo, cabe lembrar que, como pudemos observar, a Gerência tem a informação do delito no momento em que ele ocorre, podendo ter o caso, depois do pronto atendimento dos policiais, outros desdobramentos que não são mais da alçada desse órgão e que, por isso, não serão constatados nos dados apresentados por esta instituição. Simplesmente comprovamos por meio dos dados coletados no banco de dados do CIODES os eventos de violência em que os jovens de classe média se envolveram naqueles dois anos e que demandaram um registro para este órgão.

2.5.3 A coleta de dados na VEPEMA

Uma vez realizado o percurso de busca nos jornais e no CIODES, procedemos à coleta de dados na VEPEMA⁵⁹. Para acessarmos os dados desta instituição fizemos contato com nossos pares, as assistentes sociais do SSP. Depois de agendarmos por telefone uma visita ao local, marcada para um mês depois – pois naquele momento havia uma grande demanda de trabalhos sendo atendida, e uma parcela dos técnicos estava de férias –, fomos atendidas por uma assistente social que seria a coordenadora do SSP. Após explicarmos o nosso propósito junto ao SSP, ela nos informou que deveríamos procurar a atual coordenadora, profissional com autoridade para liberar acesso ao material necessário à realização da pesquisa. Esta

⁵⁹ A coleta de dados na VEPEMA foi realizada com a ajuda das estudantes de graduação em Serviço Social e bolsistas de extensão do NEVI/UFES, Jordana Plotegher Cruz e Diandra Rocha Freire.

coordenadora não estava naquele momento, pois, em geral, trabalha no turno vespertino.

Ligamos mais tarde para a coordenadora do SSP e agendamos um horário. No dia marcado, ela prontamente nos atendeu e se dispôs, dentro de suas possibilidades e autonomia, a nos fornecer tudo que fosse necessário à realização de nossa pesquisa. É claro, teríamos de seguir os trâmites legais que, entre outros, implicava enviar um ofício ao Juiz da VEPEMA pedindo liberação do acesso aos processos e documentação do Serviço Social e Psicológico (SSP). Nesse mesmo encontro obtivemos da coordenadora uma cópia do formulário da entrevista social que as técnicas utilizam para o atendimento aos reeducandos⁶⁰, e, do qual partimos para construir o instrumento de coleta de dados. Ficamos de retornar com o ofício e agendar uma data para também nos apresentarmos ao Juiz.

Pessoalmente entregamos o ofício à coordenadora do SSP, que ficou de nos dar um retorno sobre a posição do Juiz, e acordamos uma data para uma conversa com ele. Depois de um mês, ela nos ligou e disse que já havia entregado o ofício ao Juiz, e marcamos a data. No dia marcado ele nos atendeu muito bem, também se dispôs a contribuir conosco e deu total liberdade de acesso aos dados do SSP. A coordenadora que nos havia acompanhado para a conversa com o Juiz disse que poderíamos já marcar para começarmos a coleta. Acertamos que voltaríamos em outro dia, primeiro para conhecermos os documentos, ver como estavam arquivados e ter uma dimensão de que documentos eram aqueles.

Elaboramos o instrumento de coleta de dados (APÊNDICE D) a partir do modelo da Entrevista Social utilizada pelo SSP, e agendamos a data para conhecermos os documentos. No dia agendado, contudo, não tivemos acesso aos documentos. Naquele momento soubemos que a coleta não poderia ser realizada todos os dias, pois o local onde está instalado o SSP é muito pequeno. As salas onde os profissionais atendem são muito pequenas, não havendo muito espaço para pesquisadores ficarem e movimentarem os papéis.

Depois de discutirmos, chegamos ao consenso de que o melhor dia seria a sexta-feira, pois nesse dia não há atendimentos individuais aos reeducandos, nem reunião dos grupos. A propósito, a sala de reunião dos grupos foi o espaço disponibilizado

⁶⁰ Reeducando é o termo usado para se referir aos infratores da lei – independente de idade – cumprindo penas e medidas alternativas na VEPEMA, sob atendimento no SSP.

para emprendermos a coleta. Mas, nesse dia, a coordenadora tomou uma iniciativa que naquele momento nos pareceu muito interessante: imediatamente ela ligou para a sala de cada uma das técnicas e pediu que estas separassem as fichas daqueles jovens que elas consideravam de classe média, porque nós voltaríamos na sexta-feira para coletar os dados a partir delas.

Também nesse dia, fomos informadas de que existem 4 situações de arquivamentos dos documentos dos usuários no SSP: os casos considerados regulares, que são os daqueles jovens que estão cumprindo a pena regularmente; os casos irregulares – aqueles condenados que, por motivos alheios ao conhecimento dos profissionais, deixaram de cumprir a pena, estando, portanto, irregulares⁶¹; os casos das penas extintas, isto é, aqueles em que os reeducandos já cumpriram as penas, mas que as fichas ficam arquivadas no SSP. E a quarta e última situação é aquela em que se encontram as fichas dos reeducandos considerados falecidos⁶². Assim, o arquivamento das fichas dos usuários é feito segundo a sua situação atual. À medida que os reeducandos vão passando por essas situações, seus documentos são arquivados nos respectivos arquivos, mas a data do cometimento da infração e do início do atendimento é ignorada⁶³.

E agora, o que fazer? Mesmo com todas aquelas informações, ainda não tínhamos conseguido perceber o que efetivamente seria isto: quatro situações – regular, irregular, extinção da pena e falecidos. Decidimos que olharíamos toda a documentação, mas havia um agravante: os arquivos não estavam separados por ano, mas por situação, e, em cada situação, poderíamos encontrar fichas de acompanhamento de usuários atendidos desde o ano de 1994 até 2009, apesar de,

⁶¹ Em caso de não cumprimento das Penas e medidas alternativas, o SSP informa ao Juiz sobre a irregularidade dos infratores, ficando esses processos no Cartório para que o Juiz, através do oficial de Justiça, intime os irregulares a justificarem o não cumprimento da pena. Caso esses se neguem a justificar e/ou mesmo resistam a retomar o cumprimento da pena alternativa, o Juiz pode regredir o regime, isto é, fazê-lo cumprir a pena determinada no início do processo, que será a privação de liberdade (ESPÍRITO SANTO, 2002). Caso o oficial não encontre o condenado, por omissão de endereço, este pode ser pego, por exemplo, em uma blitz policial, ser preso e ser obrigado a cumprir a pena de privativa de liberdade. Ou, senão, pode ser beneficiado pela prescrição da pena, que depende do tempo desta, do tipo de delito cometido, entre outras situações.

⁶² Estas fichas são provavelmente de reeducandos que faleceram durante o cumprimento da pena.

⁶³ Embora o arquivamento das fichas pela data de cometimento do crime pelos reeducandos beneficiasse muito o nosso estudo, compreendemos que seria muito complicado para o SSP adotar esse sistema, principalmente porque os processos não acontecem simultaneamente ao cometimento da infração penal. Logo, só depois de certo tempo é que os infratores irão cumprir suas penas, e ao mesmo tempo as penas são distintas, podendo algumas durar mais tempo e outras menos.

para nós, só interessassem os jovens que praticaram violência criminalizada nos anos de 2007 e 2008. Assim, de qualquer maneira, teríamos de pegar ficha por ficha e verificar quais delas se referiam ao nosso objeto de estudo. Optamos, então, por começar pelas fichas que as técnicas do SSP nos disponibilizariam na sexta-feira, que era uma forma de sentir o material do qual extrairíamos os dados.

Na sexta-feira, ao chegarmos, contatamos a coordenadora, que pegou com as técnicas as fichas dos usuários que haviam sido separadas e nos entregou. Eram, em média, 15 pastas⁶⁴. Em Algumas a idade do infrator não atendia a nossa compreensão de juventude; em outras os infratores não eram moradores do município de Vitória/ES; e em outras, mesmo sendo moradores de Vitória, não residiam nos bairros que considerávamos de classe média. Em resumo, dessas fichas, coletamos dados apenas de 5, que deveremos analisar posteriormente, com certo cuidado, pois muitos dos dados que pretendíamos colher não estavam preenchidos. Nesse dia, nem todas as técnicas haviam separado as fichas, por isso ficamos de voltar na sexta-feira seguinte.

Passamos uma semana discutindo o que faríamos. O método utilizado na última sexta-feira não tinha nenhuma consistência: não sabíamos de onde haviam vindo aquelas fichas, do montante de quantas fichas, nem se havia outros por vir. Decidimos que faríamos tudo do começo. Procuramos a coordenadora e falamos dos critérios da pesquisa, da importância de termos a visão do todo para daí partirmos para o particular, que era objeto do nosso estudo. Pedimos autorização para começarmos do arquivo dos reeducandos em situação irregular e progressivamente avançarmos para os outros arquivos, já lembrando que voltaríamos a fazer a coleta nas fichas regulares. Porém, nós mesmas iríamos de sala em sala e, com o consentimento da técnica, selecionaríamos para coleta de dados aqueles documentos que compreendíamos como das classes médias, moradores do município de Vitória/ES.

Autorizadas pela coordenadora, demos início à coleta de dados nos arquivos dos irregulares. Ingenuamente fomos para as coletas dos dados acreditando que o ano do início do atendimento realizado pelas técnicas do SSP aos condenados em cumprimento de pena na VEPEMA era o mesmo ano do cometimento do crime. Só depois do contato com esses documentos descobrimos que, do momento do crime à

⁶⁴ Existe uma pasta para cada reeducando em atendimento no SSP/VEPEMA.

execução da pena pelo autor, havia um longo e demorado processo. Portanto, quando os condenados ao cumprimento das medidas e penas alternativas eram enviados para serem acompanhados pelo SSP, já se havia passado muito tempo do cometimento da infração penal pelos, então, reeducandos.

Particularmente, isso nos incomodou porque havíamos decidido, em nossa proposta metodológica, que analisaríamos as fichas sociais dos jovens das classes médias autores de violência que haviam sido atendidos nos anos de 2007 e 2008, acreditando que no mesmo ano correria o processo legal, logo em seguida a sentença, e logo após – nos casos em que houvesse – a condenação e posterior execução da pena, a qual, para os casos que estávamos estudando, seria realizada com o acompanhamento dos profissionais do SSP.

Dada essa dissonância das datas, decidimos que seria, então, a data do cometimento da infração penal, isto é, os casos que ocorreram nos anos de 2007 e 2008, e isso não seria problema, pois, de todo modo, iríamos olhar todos os arquivos. Mas o problema veio quando descobrimos que muito raramente havia nas fichas o registro da data do crime, e, quando havia, estava na história criminal – versão do processo e versão do reeducando –, também muito raramente preenchida. Restou-nos como alternativa, especificamente para os dados do SSP/VEPEMA, coletar dados das pessoas moradoras de bairros considerados das classes médias do município de Vitória/ES que praticaram infrações penais na faixa etária que consideramos jovens, atendidos pelo SSP nos anos de 2007, 2008 e os que estavam em atendimento no ano de 2009⁶⁵ até a data final da nossa coleta, prevista para setembro de 2009, independentemente da data da infração penal.

Depois de todas essas descobertas, construímos, além do instrumento específico para coleta de dados dos jovens das classes médias, um instrumento (APÊNDICE E) que nos ajudou a fazer uma seleção mais precisa dos nossos jovens e que nos serviu, inclusive, para termos uma visão de todo o processo, ajudando-nos a compreender os limites e os desafios de pesquisar. Observamos, por exemplo, que ao delimitarmos a idade dos infratores, deixamos de coletar dados de pessoas que são moradores de bairros de classe média, mas não se enquadram naquela faixa

⁶⁵ Por que incluir o ano de 2009? Já que o ano do delito não estava registrado na totalidade das fichas, e o número de fichas de jovens de classes médias atendidos em 2009 mostrou-se significativo em relação aos anos de 2007 e 2008, consideramos por bem aproveitá-los para melhor delineamento do nosso sujeito de estudo: o jovem de classe média autor de violência do município de Vitória/ES.

etária que delimitamos como juventude, e assim como outros tantos limites que nos acompanharam em todo o processo de pesquisa.

Por quase 5 meses ficamos na VEPEMA. À medida que o tempo passava, fomos aprendendo a lidar com o espaço físico da instituição e conseguimos flexibilizar mais os dias destinados às coletas, fazendo o trabalho de coleta em outros dias além das sextas-feiras, principalmente quando começamos a coletar os dados dos documentos dos jovens que já tinham cumprido as penas, os quais ficavam arquivados em uma sala pouco utilizada pelas técnicas, o que facilitou o processo.

Na verdade, a nossa maior dificuldade na coleta de dados foi com os arquivos dos reeducandos em situação regular, pois mesmo realizando a coleta em dia em que não havia atendimento externo, as profissionais estavam trabalhando com os processos, e a coleta tinha que ser realizada ao mesmo tempo em que as técnicas estavam trabalhando⁶⁶. Nesse momento, começamos a sentir a resistência de algumas profissionais, que por razões diversas, inclusive questões éticas, acharam que não deveriam liberar os documentos para a realização da coleta de dados. Obstáculo superado depois que as convencemos da nossa seriedade e compromisso com o sigilo das informações que viessem a identificar os usuários do serviço e, sobretudo, da importância do nosso estudo.

Os desafios não terminariam aqui. Ao contrário, continuaram durante toda a coleta de dados, e os resultados dela podem ser vistos no capítulo 3 deste trabalho.

2.5.4 A coleta de dados nos distritos policiais

Finalmente, os distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto. De todo o percurso que realizamos, o acesso mais difícil foi aos distritos policiais. Já em julho de 2008, empreendemos nossos primeiros esforços para fazer contatos

⁶⁶ Na VEPEMA os atendimentos aos reeducandos são realizados em 6 salas. Cada sala é utilizada por duas profissionais, em horários alternados: uma trabalha pela manhã, e a outra à tarde, e cada uma tem seu arquivo próprio.

com delegados de polícia, com o superintendente de polícia especializada do Espírito Santo, com o Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, entre outros. Naquele tempo, ainda não sabíamos onde exatamente procurar os dados sobre os jovens de classes médias autores de violências.

Os contatos e os conhecimentos de minha orientadora foram fundamentais nessa fase. As portas das instituições às quais batíamos nos eram abertas, para que, pelo menos, pudéssemos sentir o terreno que estávamos pisando, e se valeria a pena investir naquela fonte. De muitas das instituições que procuramos, na verdade, valeram-nos as informações que obtivemos sobre outras fontes mais seguras, as quais deveriam conter mais os dados que procurávamos.

Primeiro, procuramos a Divisão de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio. Escolhemos essa Divisão porque já havíamos lido em alguns jornais, que traziam notícias sobre os jovens das classes médias autores de violências, que o seu delegado estava à frente dos casos noticiados. Por telefone, tentamos fazer contato com esse delegado, que estava de férias naquele mês, quando, então, agendamos para o dia seguinte um encontro com o delegado que o substituíamos.

No horário, lá estávamos. Depois de horas de espera, o delegado, que dava uma entrevista coletiva, passou por nós rapidamente dizendo que teria de resolver um problema, mas que voltaria. Aguardamos mais algum tempo e fomos buscar outra fonte. Fonte, aliás, indicada por um funcionário daquela Divisão que, após saber o nosso objetivo ali, nos garantiu que as informações que procurávamos poderiam ser encontradas no setor de estatística da Polícia Civil, com o chefe de Gabinete da Superintendência de Polícia Especializada.

Imediatamente nos dirigimos ao Prédio da Superintendência; porém, o chefe de Gabinete também estava de férias e estava sendo substituído por outra pessoa que não estava no local, para quem deixamos vários recados tentando agendar um horário para conversarmos, mas que não nos deu nenhum retorno.

Continuamos a investigar outras fontes que pudessem fornecer-nos os dados, até que fomos informados de que a pessoa que nos poderia facilitar tal acesso seria o então Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. Esta última informação nos foi muito eficiente. Numa conversa informal com o chefe da Polícia

Civil, ele nos pediu que lhe enviássemos um ofício que solicitasse acesso aos boletins de ocorrência nos distritos policiais, e assim o fizemos.

Dias depois, recebemos um telefonema de um policial civil da Delegacia de Adolescentes em Conflito com a Lei (DEACLE), que nos informou estar com o nosso ofício e queria saber qual a faixa etária dos jovens cujos dados gostaríamos de coletar. Informamos que os jovens seriam de 18 a 29 anos. Ele disse que não havia esses dados na DEACLE, pois o público-alvo de seu atendimento eram adolescentes, na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos.

Delongamo-nos um pouco mais na conversa com esse policial, que nos orientou que para conseguirmos os dados sobre jovens das classes médias o ideal seria buscá-los nas delegacias especializadas, principalmente as especializadas em tóxico e furtos de veículos, e que o acesso a eles seria mediante o Superintendente da Polícia Especializada, a quem deveríamos enviar ofício para acessarmos os boletins de ocorrência. Orientou-nos também a ter uma conversa pessoal e informal com o esse Superintendente. Assim o fizemos, providenciamos um ofício e agendamos um horário com ele.

Chegamos no horário marcado. O superintendente muito gentilmente nos recebeu, mas ao final nos disse que não tinha os dados, e nos aconselhou a procurar os dados nos distritos policiais das regiões administrativas, onde residiam os jovens sobre os quais gostaríamos de obter os dados. Ele nos informou quais eram esses distritos e nos forneceu os nomes dos delegados responsáveis e seus respectivos números de telefone, inclusive se oferecendo para intermediar o contato, se assim fosse necessário, além de autorizar-nos a falar em seu nome com os delegados. Foi ele quem nos orientou que fôssemos aos distritos policiais da Praia do Canto, de Goiabeiras e de Jardim Camburi.

Já saímos dessa Superintendência em direção ao distrito policial da Praia do Canto. Quando lá chegamos, fomos atendidas por um recepcionista que informou ao delegado sobre nosso desejo de conversar informalmente sobre a nossa pesquisa. O delegado, por intermédio do recepcionista, disse que não tinha os dados e que deveríamos procurar a Superintendência. Informamos que tínhamos acabado de sair daquela instituição e que o Superintendente havia dito que os dados estavam nos distritos policiais, mas o delegado não nos recebeu. Já havíamos saído desta delegacia quando resolvemos ligar para o Superintendente, que nos pediu que

aguardássemos um pouco que ele ligaria para o delegado. Voltamos ao distrito policial, o delegado novamente nos atendeu e disse que não poderia fornecer os dados, porque essa era a orientação que ele tinha recebido, mas que se o Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo o autorizasse, ele liberaria o acesso.

Bom, tínhamos um alento, pois o Chefe da Polícia Civil já havia facilitado uma vez esse acesso. Agora precisávamos fazer outros ofícios, explicitando claramente o nosso objeto de estudo e em quais as delegacias gostaríamos de acessar os dados. Assim, fizemos 3 ofícios com o mesmo conteúdo, só distinguindo as três delegacias. Em todas as instituições em que buscávamos os dados sempre levávamos pessoalmente os ofícios para evitar extravios, e assim foi feito: protocolamos os três ofícios, ficando com a segunda via. Quase um mês se passou, e não tivemos nenhum retorno.

Fomos até a Polícia Civil, conversamos com a pessoa que nos atendeu no dia em que levamos os ofícios. Ele, por sua vez, procurou no protocolo para ver onde estavam os ofícios e não encontrou nenhum registro sobre eles. Disse-nos que, provavelmente, os ofícios poderiam estar na mesa do Chefe de Polícia e que ele iria procurá-los e mais tarde nos retornaria. Praticamente uma semana depois não havíamos obtido nenhuma resposta. Por isso, tentamos o contato telefônico, mas não o encontrávamos. Suspeitamos que os ofícios houvessem desaparecido. Assim, ligamos para lá e deixamos o recado com uma secretária dizendo que se, por acaso, estivesse difícil de encontrar os ofícios, nós poderíamos fazer outros. Mais tarde, a pessoa responsável nos ligou pedindo que fizéssemos outros ofícios porque a moça responsável por esses documentos estava viajando e só voltaria muito tempo depois.

Prontamente levamos os ofícios, que eram inclusive as segundas vias daqueles que tínhamos entregado a primeira vez. Entregamos novamente nas mãos do mesmo senhor que nos atendeu anteriormente, o qual imediatamente fez uma cópia dos referidos ofícios e nos entregou. Depois de alguns dias, ele nos ligou informando que o Chefe de Polícia já havia assinado os ofícios e que ele estava enviando os requerimentos para os distritos policiais solicitados, e que nós poderíamos ir até lá buscar uma cópia para facilitar nossa entrada neles.

Já com a cópia do requerimento em mãos, tentamos por telefone, sem sucesso, marcar um horário com o distrito policial da Praia do Canto. Por telefone, ninguém atendeu. Fomos, então, sem marcar, sendo recebidas pela escritã que já tinha conhecimento do requerimento enviado pelo Chefe de Polícia, e já de antemão nos informou sobre alguns empecilhos para acessar os dados: o principal, e mais comum deles, o sub-registro dos dados. Mas pediu que aguardássemos o delegado, que chegaria em breve. De fato, ele logo chegou.

O delegado reafirmou a subnotificação, informando que lá só havia os registros dos delitos ocorridos no horário em que o departamento fica aberto – isto é, das 8 às 18 horas –, e que na maioria dos casos os envolvidos são jovens de bairros periféricos que vêm praticar delitos nos bairros nobres. Enfim, todos os argumentos que pudessem fazer-nos desistir. Mas, com muito jeito, insistimos e o convencemos de que não importava como os dados estavam, e sim que queríamos conhecê-los. Ele, então, concordou⁶⁷.

Aproveitando a visita, pedimos uma cópia do boletim em que eram registradas as ocorrências, para que a partir das informações requeridas naquele documento pudéssemos construir um instrumento específico de coleta de dados para os distritos, que nos foi fornecida pela escritã a qual nos explicou como as informações eram registradas, em que lugar desse boletim encontraríamos dados sobre os autores e a descrição do fato. Era um documento de 4 páginas, e no momento em que o vimos tivemos a certeza de que atenderia nossos objetivos. Informamos que voltaríamos depois de uns 15 dias para começarmos as coletas, pois ainda estávamos coletando os dados do SSP/VEPEMA. A coleta desta última instituição demorou por conta da limitação dos dias em que podíamos coletar. Tivemos, então, de organizar-nos para fazer simultaneamente a coleta dos dados nas duas instituições.

Pareceu-nos que já estavam dadas as condições para coletarmos os dados dos jovens das classes médias autores de violência do município de Vitória/ES denunciados no distrito policial da Praia do Canto. Já havíamos elaborado nosso instrumento de coleta (APÊNDICE F), segundo o modelo do boletim utilizado nesse distrito. Mas, para a nossa surpresa, no dia em que fomos até lá para iniciarmos a

⁶⁷ Depois que iniciamos as coletas, este delegado se mostrou muito gentil e até nos orientou sobre alguns jovens os quais ele havia atendido e que poderiam nos interessar.

coleta, fomos informados pela técnica responsável pelo arquivamento dos documentos, que aquele tipo de documento não se encontrava em uma única pasta. Na verdade, ela nos informara que havia entrado recentemente na instituição e que a pessoa que trabalhava antes dela, no setor de arquivamento, não mantinha os documentos muito bem organizados. Por fim, mostrou-nos algumas pastas que continham outros documentos referentes ao ano de 2008 e nos disse que se encontrássemos, entre eles, aqueles que nos interessavam, poderíamos fazer a coleta dos dados, e, enquanto isso, ela procuraria os documentos relativos ao ano de 2007 dos quais faríamos a coleta depois.

Entre as pastas, encontramos uma que continha cópias de relatórios finais de inquéritos policiais, com a qual parecia que conseguiríamos mais informações sobre o nosso sujeito de estudo. Embora frustradas com a falta dos boletins de ocorrências, passamos a acreditar que os relatórios seriam ainda mais ricos de informações e contribuíram ainda mais para o nosso estudo. Infelizmente, não foi bem assim, pois os documentos que acessamos, denominados relatórios finais de inquéritos policiais, em sua maioria, não identificavam os endereços dos investigados. Apenas em uma minoria estavam anexados outros documentos – notas de culpas, depoimentos de testemunhas e dos investigados – os quais identificavam o local de moradia dos autores das infrações penais, que quantitativamente representou muito pouco para o nosso estudo, visto que gastamos muito tempo no reconhecimento desses documentos e nos dados que nos interessavam.

Terminamos a coleta de dados do ano de 2008, mas as pastas do ano de 2007 não estavam ainda acessíveis para coletarmos os dados. A mesma funcionária, que por sinal estava sempre muito ocupada com as atividades da delegacia, pediu-nos um pouco mais de tempo para ver se conseguia encontrar as pastas do referido ano. Foi então que descobrimos, no mesmo arquivo em que estavam guardadas as pastas com documentos do ano de 2008, uma pasta com Termos Circunstanciados referentes a este mesmo ano. Estes eram em número muito pequeno, e pela sequência numérica interrompida, percebemos que faltavam, nesta pasta, alguns TCs emitidos naquele ano. Observamos, contudo, que alguns desses TCs se referiam a jovens das classes médias autores de infrações penais. Foi quando

resolvemos, dada a pequena quantidade de relatórios, coletar também seus dados, incluindo mais esse documento nas nossas buscas.

Terminamos também a coleta dos TCs de 2008, e a funcionária não tinha tido tempo para procurar as pastas de 2007. Então, ela nos mostrou um arquivo com muitas caixas que continham documentos de anos anteriores até o ano de 2007. Em algumas dessas caixas havia etiquetas referindo-se aos anos dos documentos nelas arquivados. Mas mesmo estas, principalmente para nós que não tínhamos muita intimidade com esses documentos, eram uma verdadeira confusão. Por fim, encontramos uma pasta de relatório final de inquérito policial e outra de TCs relativos ao ano de 2007.

Se nos relatórios de 2008 foi difícil conseguir identificar o local de moradia dos autores, nos de 2007 isso foi mais difícil ainda. O quantitativo de relatórios finais de inquéritos policiais acessados em 2007 foi menor que o de 2008. No que se refere aos TCs, a quantidade de um ano para o outro se equiparou. Também na pasta de TCs de 2007 sentimos falta de documentos emitidos neste ano. Acessamos efetivamente 26 (vinte e seis) termos circunstanciados, e, mesmo nesse pequeno número, a falta de registros dos endereços de alguns autores se manteve.

Os dados sobre os jovens das classes médias como autores de violência encontrados tanto nos relatórios dos inquéritos policiais, quanto nos TCs, em relação ao tempo gasto e ao total dos dados perdidos por falta de registro foram quantitativamente muito poucos; contudo, foram qualitativamente significativos e são apresentados no capítulo 3 ao lado dos dados dos outros 2 distritos policiais.

Como estávamos fazendo a coleta de dados da VEPEMA e da delegacia da Praia do Canto ao mesmo tempo, resolvemos esperar terminar com a coleta de uma delas para iniciarmos nos distritos de Goiabeiras e Jardim Camburi. Assim que terminamos com a VEPEMA, demos início à coleta no distrito policial de Goiabeiras. O delegado que nos atendeu, quando fomos nos apresentar, foi muito receptivo, encaminhando-nos imediatamente a uma funcionária à qual pediu que nos auxiliasse no que fosse necessário.

Depois das nossas frustrações com os relatórios de inquéritos e TCs, chegamos a Goiabeiras requisitando os boletins de ocorrências referentes aos anos de 2007 e 2008. Nesta delegacia, os documentos estavam mais organizados. A funcionária nos

deu uma cópia do modelo do boletim que eles usavam lá, que era bem diferente do que nos foi apresentado primeiro na Praia do Canto. No distrito de Goiabeiras, o boletim de ocorrência tinha menos campos para serem preenchidos, o que conseqüentemente significava que teríamos menos dados que pudessem colaborar com o nosso estudo. Depois de um tempo, compreendemos que o modelo de boletim cuja cópia a funcionária da Praia do Canto tinha nos fornecido era o boletim unificado⁶⁸, utilizado por policiais militares durante o plantão. Aquele apresentado em Goiabeiras era o que eles utilizavam para lançar as denúncias que são recebidas na delegacia, sendo que a este último nos foi dado o acesso.

No dia em que começamos a coleta em Goiabeiras, a funcionária responsável pelo arquivo nos mostrou uma caixa com todos os boletins relativos ao ano de 2007, deixando-os em local de fácil acesso para que, quando fôssemos realizar a coleta, pudéssemos pegar o material, sem a necessidade de seu auxílio. Assim que terminamos a coleta do referido ano, passamos a coletar os dados do ano de 2008. Salvo o fato de nossa presença parecer incomodar os funcionários desta delegacia, que sempre perguntavam desconfiados o que estávamos fazendo, ou se éramos do setor de estatísticas⁶⁹, e também o fato de não haver um lugar muito apropriado para a realização de tal atividade, a coleta em si foi muita tranquila.

Mais uma vez, foi a falta dos registros de muitos dados nos boletins de ocorrências que frustrou em certa medida as nossas expectativas nesses documentos, mas pela qual não nos deixamos abater, e dela tiramos grandes lições. O resultado dessa coleta pode ser visto no capítulo 3.

Quando terminamos a coleta de dados no distrito policial da Praia do Canto, fomos ao distrito policial de Jardim Camburi apresentar-nos para dar início à coleta lá. Entre os três distritos, este é o que tinha a pior estrutura física e grande demanda de atendimento ao público. Esses dois fatores já são *a priori* razões suficientes para se rejeitar um pesquisador que, além de mexer em papéis próprios da organização, vem disputar o espaço físico com os funcionários e os usuários do serviço. E foi esse o sentimento que tivemos ao nos apresentarmos.

⁶⁸ No distrito policial da Praia do Canto não existia arquivo nem o boletim de ocorrência das denúncias recebidas na delegacia, nem tampouco o boletim unificado.

⁶⁹ Em todas as delegacias, nós percebemos certa desconfiança e um desconforto dos funcionários em relação à nossa presença, não obstante todos nos tratarem muito bem e respeitarem nosso trabalho.

O delegado que nos atendeu foi muito gentil, conversou informalmente conosco por mais de 1 hora e disse que poderíamos realizar a pesquisa, mas apontou esses elementos como empecilhos. A funcionária responsável pelo arquivamento, que nos foi apresentada pelo delegado, também não sabia onde poderíamos nos acomodar para fazer a coleta. Com muito custo, conseguimos um lugar onde mal cabia uma mesinha e uma cadeira da qual não poderíamos utilizar o encosto, pois a cadeira tinha que ficar para o lado para caber no lugar disponibilizado para nós. Eram os ossos do ofício do pesquisador, mas enfrentamos esse desconforto e fomos à luta.

Os boletins do ano de 2007 também estavam, mês a mês, arquivados em pastas; contudo, o mês de novembro deste ano não foi encontrado para a coleta dos dados. No ano de 2008, essa organização estava um pouco complicada, não havia uma organização dos boletins por mês. Em uma caixa, encontramos os boletins de ocorrências dos meses de janeiro a agosto, todos numa mesma pasta, em outras os dos outros meses do ano. Estes eram em número muito menor que os de 2007. Da forma como os boletins estavam guardados, pareceu-nos ter havido um esforço dos funcionários de classificá-los por categorias criminais, e que muitos desses boletins poderiam estar guardados em outra pasta, incerta e desconhecida. A funcionária com quem sempre tirávamos nossas dúvidas havia entrado de férias nesse período, e os outros funcionários não tinham essa informação. Isso justamente no momento em que estávamos terminando a coleta.

Não poderíamos esperar a funcionária voltar. Então, pegamos os dados de todos os boletins feitos em 2008 que conseguimos acessar e fechamos a nossa coleta, da qual o resultado está exposto no capítulo 3, no mesmo item dos dados dos outros 2 distritos policiais.

É preciso dizer que o tempo nesta delegacia foi muito rico, pois como ela era muito pequena e sempre muito movimentada, involuntariamente vivenciamos ali muitas situações que nos trouxeram grandes aprendizados. Essas situações nem sempre se referiam diretamente aos jovens das classes médias autores de violências, mas se referiam a conflitos vivenciados cotidianamente por sujeitos diversos, jovens e não jovens de distintas classes sociais. Difícil foi separar quem era vítima e quem era autor.

Por muitas vezes, pareceu-nos que aqueles que eram conduzidos como autores eram tão ou mais vítimas que aqueles que assim se julgavam. E foi aí que

percebemos a difícil missão dos operadores da Segurança Pública chamados a resolver tais conflitos e que são obrigados, pela função que exercem, a se posicionar do lado daquele que reclama a violação de um direito prescrito em lei e contra aqueles que, em geral, são vítimas cotidianamente da sua condição social, o famoso autor de infrações penais⁷⁰.

2.6 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Minayo (2003)⁷¹ havia nos alertado sobre as dificuldades de acesso às informações nessas instituições que delimitamos para a busca dos dados, quando, então, as caracterizou como muito fechadas e difíceis de revelar ao público sua dinâmica interna de trabalho. Dificuldades que sentimos principalmente nas nossas primeiras tentativas de contatos, mas, sobretudo, no que se refere à sistematização dos dados.

Com exceção do CIODES, única fonte por nós acessada que tinha um banco de dados contendo dados sobre os autores de violências, ainda que de informações muito precárias, em todas as demais fontes e instituições acessadas a coleta foi feita documento por documento. Isso nos tomou muito tempo, mas esse contato direto com o documento nos aproximou mais da realidade, e, ao mesmo tempo em que coletávamos os dados, já analisávamos o que encontrávamos ali.

Mas a sistematização desses dados foi fundamental. Um processo que começou mesmo antes de darmos início às coletas. daquelas fontes que tínhamos que pegar

⁷⁰ Cumpre registrar que a qualificação e o aprofundamento do debate sobre a qualidade da investigação e da instrução na persecução criminal têm ganhado relevância para este campo do conhecimento. Dentre as ações em torno da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), destaca-se o “Seminário Temático Reflexões sobre Investigação Brasileira através do Inquérito Policial” e a pesquisa “O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica”, coordenada pelo Dr. Michel Misse. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009).

⁷¹ Em seu livro *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*, Minayo (2003) relata as experiências recheadas de obstáculos de uma pesquisa realizada por ela e sua equipe sobre a polícia civil do Rio de Janeiro, objetivando descrever e analisar as condições de trabalho, de saúde e qualidade de vida dos policiais civil do Rio de Janeiro.

os dados nos próprios documentos, procuramos conhecê-los anteriormente e, a partir deles, montamos o nossos instrumentos para coletar dados dos jovens das classes médias, além de criarmos instrumentos para serem preenchidos com os dados gerais, ainda que em números estatísticos, e que nos deram uma visão do todo e não apenas desses jovens, mas deles dentro do universo total dos dados.

Sâmara e Tupy (2007), que apontam cuidados especiais no trato com pesquisas documentais, nos lembraram, em tempo, que desde o primeiro contato com o texto escrito e sua leitura o pesquisador deve ter em mente questões para aproximação e classificação desses documentos. Ele deve procurar saber, por exemplo, do que trata o documento, qual o seu conteúdo, com que finalidade ele foi criado, além de conhecer os objetivos de quem o criou e, mesmo, de quem o lê e o interpreta.

John Scott (apud MAY, 2004) complementa indicando-nos quatro critérios que devem ser seguidos na avaliação da qualidade das evidências contidas nas fontes documentais: a autenticidade, a credibilidade, a representatividade e o significado dos documentos. Conselhos que buscamos seguir com todo o rigor, principalmente porque havíamos proposto investigar uma grande diversidade de fontes, e não queríamos incorrer no erro de repetir dados já coletados.

Ao todo coletamos dados estatísticos de 7 fontes – 2 jornais, CIODES, 3 distritos policiais e VEPEMA. Salvo nos distritos policiais, nos quais usamos o mesmo instrumento, para cada uma delas montamos um instrumento específico, construído com base em instrumentos adotados por elas. Evidentemente, todos guiados pelo mesmo interesse, que era o de colher o máximo de informações sobre o nosso objeto de estudo: o jovem das classes médias autor de violências criminalizadas. E, dessa forma, apresentar uma retrato mais fiel desse jovem e da trama que envolve a sua (in)visibilidade.

Depois de realizadas todas as coletas, respeitando a particularidade de cada uma das fontes, extraímos os elementos homogêneos presentes nos dados de todas elas e os classificamos por meio de categorias, apresentando assim o que havia de similar, ou diferente, sobre os jovens em estudo em cada fonte. Essa forma de organização favoreceu a nossa análise, a qual não se restringiu só ao jovem, mas dele em relação àquele tipo de instituição.

Das instituições de Segurança Pública e Justiça, salvo os dados encontrados nos distritos policiais que tentamos de forma coerente conjugar num mesmo grupo – já que os dados de cada um deles se referiam a eventos ocorridos em jurisdições distintas, portanto não poderiam se referir ao mesmo evento –, todos os outros não foram somados entre si, pois o nosso objetivo aqui não foi simplesmente quantificar, mas retratar a prática de violências por jovens das classes médias.

No distrito policial da Praia do Canto, onde coletamos dados de dois tipos de documentos, relatórios finais de inquéritos policiais e TCs, e dada a pequena quantidade deste último, depois de analisá-los separadamente, achamos por bem juntar as informações dos dois, como forma de evitar a fragmentação do dado que, se mantida, favoreceria o mascaramento da realidade em sua essência, revelando-nos apenas a aparência.

Embora tenhamos entrado nessas instituições com um objetivo predefinido – identificar os jovens de classes médias ora acusados, ora investigados, ora condenados por práticas de infrações penais –, e para sua realização envidamos todos os esforços, foi impossível abandonar as descobertas paralelas, ou marginais, as quais são inerentes a qualquer pesquisa e que foram aprimorando o nosso objeto de estudo, reafirmando o nosso objetivo primeiro de derrubar um mito que alçou ao *status* de verdade absoluta, no imaginário social, a íntima relação entre pobreza e violência. Entendemos que elas promoveram maior lucidez aos dados que dizem respeito exclusivamente aos jovens de classes médias autores de violências.

As notícias encontradas nos dois jornais, depois de criteriosamente selecionadas, foram confrontadas por meio das suas datas, do tipo de evento e dos autores que em geral eram identificados por nomes, entre outros. Foram eliminadas as notícias que se repetiam num e noutro jornal, o que evitou a duplicação da informação, sendo somadas as notícias dos dois jornais que restaram desse processo e classificadas na mesma lógica das outras fontes.

Desde a construção do roteiro de entrevista semiestruturado para as entrevistas com os profissionais e com o jovem de classe média, já estava pressuposto o caráter analítico destas, pois desejávamos, a partir da visão dos profissionais, com base em suas experiências, entender o que números escondiam. Da entrevista com o jovem, queríamos conhecer a versão dele sobre seu envolvimento e apontar semelhanças

deste com jovens de outras classes sociais. Tentamos, portanto, utilizar a pesquisa qualitativa para explicar e entender os dados quantitativos.

As gravações das entrevistas foram transcritas por nós, sendo lidas exaustivamente, com o fim de captar também o que estava nas entrelinhas das falas, sendo sempre confrontadas com o que a literatura dizia. Buscamos, por meio das falas desses profissionais e do jovem, “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. (ORLANDI, 2007, 15).

A sistematização de todo esse material foi fundamental para a realização da análise, que esteve presente em todo o processo de pesquisa. O nosso olhar atento, sempre crítico e analítico, se fez presente sobre tudo o que víamos e ouvíamos em cada etapa do processo, sempre orientadas pela pesquisa bibliográfica. Num movimento dialético, buscamos conjugar prática e teoria, servindo-nos para tanto do nosso referencial teórico.

Por ser esta pesquisa de caráter exploratório-descritivo, importa-nos tanto o processo quanto o produto, de forma que o primeiro foi também descrito e analisado. As dificuldades que encontramos no processo da coleta refletiram diretamente no produto final deste trabalho. E é por essa razão que, em todo o trabalho, apresentamos não só eventos que envolvem os jovens das classes médias, mas também não jovens desse segmento social e as deficiências dos registros acerca dos acusados, dos investigados e daqueles em cumprimento de penas, que têm servido à condenação social dos jovens pobres, que são considerados os únicos e eternos infratores. Informações que, acreditamos, apontam, em certa medida, para as justificativas da (in)visibilidade do jovem de classe média autor de violência.

Alcançar os objetivos propostos neste trabalho não foi tarefa fácil. Nosso corpo e nossa mente nem sempre andavam no mesmo compasso. A cada passo que dávamos, sentíamos que seria necessário darmos muitos outros, e agora que nos é exigido que o finalizemos, vemos quão longe ele está do fim.

Portanto, só podemos esperar que tenhamos logrado minimamente trazer à reflexão essa injusta e perversa relação entre jovem pobre e violência, que se constituiu no imaginário social e que resulta numa negação de que não são violências as infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias e que eles não

necessitam ser pensados como alvo de políticas sociais na contenção de tais práticas. Esperamos, sobretudo, que este estudo sirva principalmente de estímulo para outros estudos, os quais possam agregar novos saberes sobre esse tema.

2.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os cuidados éticos foram uma constante preocupação nesta pesquisa, sendo realizados os seguintes procedimentos:

- Submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFES;
- Asseguramento dos direitos previstos na resolução 190 do CNS aos participantes do estudo (uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A) para a realização das entrevistas com os sujeitos e supressão dos dados de identificação);
- Entrega dos resultados dos dados coletados ao Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (FACITEC) e à Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SEMSU).

Esta Pesquisa foi financiada pela agência de fomento Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (FACITEC), da qual, desde julho de 2008, tornei-me bolsista.

CAPÍTULO 3 – OLHARES SOBRE AS VIOLÊNCIAS DOS JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES: O QUE MOSTRAM OS REGISTROS E AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Quando nos dispusemos a estudar o jovem de classe média autor de violência, o nosso conhecimento sobre quais caminhos seguir para conseguir os dados sobre esse jovem era muito incipiente. Num primeiro momento, poderíamos saber que qualquer instituição que tratasse diretamente com as questões de pessoas envolvidas em situações de violência criminalizada atenderia o nosso propósito. No entanto, as crenças que se colocavam em torno desse jovem o situavam em um lugar distinto dos outros autores de violências: o tipo de violência por ele praticado era específico, e o tratamento a ele dispensado pelas instituições criminais era diferenciado. Crença que não estava de todo equivocada, mas que precisava ser apreendida na realidade concreta e na sua totalidade.

Muitos caminhos, desafios e descobertas: é dessa forma, em poucas palavras, que se pode traduzir o que se verá neste terceiro capítulo. As várias fontes por nós percorridas, resguardadas as suas particularidades, apresentaram muitas semelhanças. A principal destas se exprimiu na falta de registros de muitos dados que pudessem identificar os jovens das classes médias. Vista superficialmente, essa falta – repetida em todas as fontes – poderia significar a inexistência de envolvimento desses jovens em práticas de violências criminalizadas, o que não se confirmou quando nos propusemos a olhar atentamente para além dos baixos números dos registros sobre os jovens das classes médias autores de violências de Vitória/ES.

3.1 JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS NOTICIADOS COMO AUTORES DE VIOLÊNCIAS NOS JORNAIS A TRIBUNA E A GAZETA

Conforme pesquisa realizada nos jornais locais, A Tribuna e A Gazeta, privilegiando os anos de 2007 e 2008, e buscando notícias que revelassem o envolvimento de jovens das classes médias, moradores de Vitória/ES, com idade entre 18 e 29 anos, na autoria de práticas consideradas como violentas na atualidade, foram encontradas 18 notícias no jornal “A Tribuna” e 10 no jornal “A Gazeta”. No entanto, 7 notícias deste último já haviam sido encontradas no jornal A Tribuna, as quais foram eliminadas, resultando no total de 21 notícias envolvendo tais jovens.

Das 21 notícias encontradas, 11 relatavam eventos de violência ocorridos em 2007 e 10 ocorridos em 2008. Alguns desses eventos voltaram a ser notícia nesses mesmos jornais em datas posteriores, mas não foram computadas no quantitativo acima apontado (ver tabela 1).

Tabela 1 – Classificação das notícias sobre os jovens das classes médias autores de violências, nos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos de 2007 e 2008

Ano	Notícias
2007	11
2008	10
Total	21

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos 2007 e 2008.

Apesar da limitação das informações trazidas pelas notícias dos referidos jornais sobre os jovens das classes médias envolvidos em violências, pudemos abstrair elementos para um perfil desses jovens e de suas violências.

3.1.1 Das infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias, noticiadas nos jornais locais A Tribuna e A Gazeta

Em relação à pequena quantidade de notícias encontradas nos referidos jornais sobre os jovens das classes médias, a lista de violências por eles praticadas foi bem extensa. 14 distintos tipos foram revelados, os quais, uma vez classificados em categorias criminais⁷², mostraram que pelos menos em 6 categorias esses jovens se enquadraram.

A categoria “Delitos envolvendo drogas” ficou em 1º lugar com 9 notícias, as quais não tratavam do envolvimento desses jovens com o crime de porte de drogas para uso, mas sim tráfico e associação ao tráfico. Logo em seguida, ocupando o 2º lugar, ficou a categoria “Crimes contra o patrimônio”. Os jovens das classes médias se envolveram como autores 1 vez em assalto⁷³, 3 vezes em crime de furto, sendo que em 1 dessas vezes o furto foi considerado qualificado e em 1 vez o furto não foi consumado. O crime de roubo foi noticiado 3 vezes, sendo que em 1 delas o objeto da subtração foi um veículo, e numa outra vez, em que houve a frustração do roubo, o jovem portava uma arma. E, ainda dentro da categoria “Crimes contra o patrimônio”, 1 jovem aplicou o golpe de falso sequestro.

Os crimes desses jovens não pararam por aí. Da categoria “Crimes não letais contra a pessoa” eles também participaram; 1 vez cometeram o crime de ameaça seguido do crime de lesão corporal e em outra vez do crime de injúria qualificada. Praticando 1 vez o crime de falsidade ideológica, eles foram enquadrados na categoria “Crimes contra a fé pública”. A categoria “Delitos no trânsito”, embora só noticiada 1 vez, também apareceu: no dia em que uma jovem alcoolizada, dirigindo o seu veículo automotor, colidiu com outro veículo, cometendo o crime que o jornal

⁷² Utilizamos as categorias criminais que o Código Penal Brasileiro adota (BRASIL, 2005a) e fizemos algumas adaptações com as categorias criminais que a Secretaria Nacional de Segurança Pública sugere para uniformizar as ocorrências policiais registradas em todo o país (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005), num esforço de classificar e conhecer os crimes praticados pelos jovens das classes médias, muitos deles nem sempre reconhecidos como violências.

⁷³ O Código Penal brasileiro (2005a) não tipifica o crime de assalto, sendo esta uma nomenclatura popularmente utilizada para referir-se aos crimes de roubo. Contudo, optamos por conservar a informação tal qual encontrada nos jornais investigados, uma vez que consideramos a possibilidade de existirem outras representações populares para o crime de assalto, por nós desconhecidas.

denominou como direção perigosa. Por fim, foram tragicamente enquadrados na categoria “Crimes violentos letais e intencionais”, atuando como mandante de 1 assassinato.

Como pudemos verificar, já nessa primeira fonte de dados, não são tão poucos, nem tão leves os crimes nos quais se envolvem os jovens das classes médias, devendo ser ressaltado que alguns desses jovens, inclusive, já se haviam envolvido em outras práticas violentas e, mesmo, sido detidos em prisões. A tabela 2 apresenta a categorização das infrações penais praticadas por esses jovens.

Tabela 2 – Classificação em categorias criminais das infrações penais praticadas por jovens das classes médias, nos anos de 2007 e 2008, registradas nos jornais A Tribuna e A Gazeta⁷⁴

Categorias criminais	Tipologia das violências	Ocorrências
Crimes violentos letais e intencionais e não intencionais	Mandante de assassinato	1
	Subtotal	1
Crimes violentos não letais contra a pessoa	Ameaça e lesão corporal	1
	Injúria qualificada	1
	Subtotal	2
Crimes violentos contra o patrimônio	Assalto a residência	1
	Furto	1
	Furto qualificado (loja de <i>Shopping</i>)	1
	Tentativa de furto de veículo	1
	Roubo	1
	Roubo de veículo	1
	Tentativa de roubo e porte ilegal de arma	1
	Golpe de falso sequestro	1
	Subtotal	8
	Delitos envolvendo drogas	Tráfico e associação ao tráfico de drogas ilícitas
Subtotal		9
Delitos no trânsito	Direção Perigosa	1
	Subtotal	1
Crimes contra a fé pública	Falsidade ideológica	1
	Subtotal	1
Total Geral		22

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos 2007 e 2008.

Por meio das notícias também observamos que, na maior parte das vezes em que esses jovens praticaram as infrações acima descritas, eles estavam em grupo. Pelo menos em 14 eventos noticiados eles se agruparam, sobressaindo as notícias sobre as jovens moças. Com exceção de 1 caso em que 1 delas agiu sozinha, em todos os outros eventos criminosos elas agiram em grupo, isto é, com outras jovens, ou com outros jovens.

⁷⁴ A quantidade de ocorrências foi maior que das notícias porque 1 jovem, no mesmo dia, praticou dois tipos de violência: furto e roubo.

3.1.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias noticiados

Os bairros de moradia dos jovens noticiados por suas violências são informação para este trabalho de fundamental importância, visto que foi principalmente por meio desta variável que identificamos a classe social dos jovens em debate. Os jornais analisados, contudo, usam critérios próprios para a definição da categoria classe média que desconhecemos, e que certamente não são os mesmos – pelo menos não todos – por nós adotados.

Detectamos essa divergência de critérios por meio dos bairros de moradia dos jovens que os jornais noticiaram como das classes médias, sendo alguns desses bairros distintos daqueles que elegemos como tais. Mantivemos, contudo, aqueles indicados pelas notícias, porque reconhecemos que também nós fizemos um recorte de um objeto mais amplo, não podendo, portanto, as classes médias serem reduzidas ao nosso recorte.

Encontramos 21 notícias, mas nelas foram destaques 37 jovens, dos quais a maioria, 17 jovens, residia no bairro Jardim Camburi. Em evidência ficou também o bairro Jardim da Penha, que abrigou 13 jovens, bem na frente dos bairros Praia do Canto e Morada de Camburi, com 2 jovens cada um, e dos bairros Mata da Praia, Fradinhos e Santos Dumont, cada qual abrigando 1 jovem (tabela 3).

Tabela 3 – Bairros de moradia dos jovens das classes médias noticiados

Regiões	Bairros	Jovens
Região 5 Praia do Canto	Praia do Canto	2
	Subtotal	2
Região 6 Continental	Jardim da Penha	11
	Mata da Praia	1
	Morada de Camburi	2
	Subtotal	14
Região 8 Jardim Camburi	Jardim Camburi	17
	Subtotal	17
Outras	Fradinhos	1
	Santos Dumont	1
	Não identificado	2
	Subtotal	4
Total		37

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos jornais A Tribuna e A Gazeta, dos anos 2007 e 2008.

Cabe ressaltar que as ações criminosas dos jovens das classes médias ocorreram principalmente nos bairros onde moram e/ou na circunvizinhança. Praticamente todos os casos de roubo, furto, assalto, tanto de veículo como residência, foram realizados nos próprios bairros de moradia desses jovens. Nos casos de tráfico de drogas ilícitas, a venda era realizada nas próprias residências, em festas *raves*, em boates, nas proximidades de escolas, ainda para jovens de outros bairros de classe média alta (ver tabela 4). Em geral, esses jovens, quando foram pegos com drogas pela polícia, principalmente em trânsito, alegaram que essas substâncias eram para consumo pessoal.

Tabela 4 – Relação entre os bairros de residência dos jovens das classes médias noticiados e os bairros de ocorrência de suas infrações penais

Bairros de residência	Tipo de violência	Bairros de ocorrência
Jardim da Penha	Tentativa de furto veículo	Jardim da Penha
Jardim Camburi	Lesão corporal	Jardim Camburi
Jardim Camburi	Roubo e furto	Jardim Camburi
Praia do Canto	Tráfico de drogas	Estrada para Viana
Jardim Camburi	Trafico de drogas	Jardim Camburi
Mata da Praia	Tentativa de roubo	Mata da Praia
Morada de Camburi	Tráfico de drogas	Morada de Camburi
Santos Dumont	Co-autoria em assassinato	Jardim Camburi
Jardim Camburi	Golpe de falso sequestro	Goiabeiras
Jardim da Penha	Falsidade ideológica	Maruípe
Jardim da Penha	Tráfico de Drogas	Jardim de Penha
Jardim Camburi	Tráfico de drogas	Jardim Camburi
Jardim Camburi	Tráfico de drogas	Jardim Camburi
Jardim Camburi	Tráfico de drogas	Jardim Camburi
Fradinhos	Tráfico de drogas	Jardim da Penha
Jardim Camburi	Assalto a residência	Jardim Camburi
Praia do Canto	Roubo de veículo	Praia do Canto
Jardim da Penha	Furto qualificado	Enseada do Suá
Jardim da Penha	Tráfico de drogas	Jardim da Penha
NI	Direção perigosa	Santa Lúcia
NI	Injúria qualificada	Santa Lúcia
Total		21

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos 2007 e 2008.

3.1.3 Das idades dos jovens das classes médias noticiados

Dentro do critério de idade estabelecido para identificação dos jovens como tais – idade entre 18 e 29 anos –, com exceção dos jovens de 29 anos, encontramos noticiados, nos jornais, jovens de todas as idades do nosso recorte envolvidos em eventos de violência (tabela 5), sobressaindo os jovens com idades de 22, 26 e 28 anos, que apareceram em maior número de vezes. Os jovens de 22 anos eram em

número de 6, e os de 26 e 28 anos em número de 5 em cada idade respectiva. Os jovens com 19, 20 e 21 anos eram no total 9, aparecendo 3 vezes em cada uma dessas idades. Apareceram 2 vezes os jovens com 18, 23, 24 e 27 anos, e 1 vez um jovem de 25 anos. De 2 jovens, assim tratados pelos jornais, não foi identificada a idade.

Cabe por último observar que, embora a faixa etária que mais apresentou jovens tenha sido aquela de 20 a 24 anos, os jovens de 26 anos foram registrados em maior número, integrando, portanto, a faixa de 25 a 29 anos.

Tabela 5 – Idades dos jovens das classes médias noticiados

Faixa etária	Idade	Jovens
	18	2
18 a 19 anos	19	3
	Subtotal	5
	20	3
20 a 24 anos	21	3
	22	5
	23	2
	24	2
	Subtotal	15
25 a 29 anos	25	1
	26	6
	27	2
	28	5
	Subtotal	14
Não identificada	NI	3
Total		37

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos de 2007 e 2008.

3.1.4 Do sexo dos jovens das classes médias noticiados

Dos 37 jovens noticiados como autores de violências, 25 eram do sexo masculino, um número bem maior que o das jovens do sexo feminino, mas que também não é desprezível, pois praticamente 1/3 dos jovens denunciados eram do sexo feminino (ver tabela 6).

Tabela 6 – Sexo dos jovens das classes médias noticiados

Sexo	Jovens
Feminino	12
Masculino	25
Total	37

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos de 2007 e 2008.

3.1.5 Da escolaridade dos jovens das classes médias noticiados

Além dessas características, foi possível perceber, por meio das notícias, que a falta de acesso à educação formal não pode ser usada como justificativa para o envolvimento de jovens na criminalidade. Em 14 notícias que revelaram a escolaridade dos jovens das classes médias, observamos um alto nível de escolaridade entre eles. Encontramos 4 jovens que já haviam concluído o nível superior de escolaridade, 6 que estavam cursando o nível superior, 2 com nível superior incompleto, e 2 tinham o nível médio incompleto (tabela 7). E, ainda, em 6 notícias que revelaram o tipo de instituição de ensino que eles frequentavam, vimos que todos estudavam em instituições privadas.

Tabela 7 – Escolaridade dos jovens das classes médias noticiados

Escolaridade	Jovens
Nível Superior completo	4
Nível Superior em curso	6
Nível Superior incompleto	2
Ensino médio incompleto	2
Não Identificado	23
Total	37

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos jornais A Tribuna e A Gazeta, nos anos de 2007 e 2008.

3.2 OS DADOS SOBRE OS JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS ATENDIDOS PELA POLÍCIA MILITAR, REGISTRADOS COMO AUTORES DE VIOLÊNCIAS NO BANCO DE DADOS DO CIODES/SESP

Os dados do CIODES sobre os jovens das classes médias atendidos num contexto de autoria de violências nos foram fornecidos em uma imensa tabela que trazia conjuntamente os bairros de moradia desses jovens, os tipos de infrações penais por eles praticados, sua idade e seu sexo. Posteriormente, procedemos a uma organização própria.

Cabe informar que muitos dos registros dos dados apresentados nessa tabela mais confundiam que esclareciam. Particularmente no espaço destinado aos tipos de delitos praticados pelos jovens, apareceram registros como: ocorrências encerradas no local; outras ocorrências de trânsito; apoio a outras instituições; operações diversas (cumprimento de mandado); recuperação de produto de furto ou roubo; veículo recuperado; denúncias diversas; averiguação de suspeito (pessoa); averiguação de suspeito (veículo); averiguação de suspeito (pessoa com mandado de prisão em aberto); transporte alienado mental e outros. Dados que deveríamos de imediato descartar, se não houvesse à frente de cada informação destas um jovem, sua idade e seu sexo, o que nos leva a crer que foram situações em que jovens de classes médias estiveram envolvidos, mas que estavam e ficarão

(in)visíveis pela forma como o registro é efetuado. Assim, verificamos no material solicitado ao CIODES, nos referidos anos, 556 notificações que pressupõem a participação de jovens das classes médias como autores em práticas delituosas.

Temos de esclarecer que houve uma tentativa de descobrir qual era o tipo de envolvimento. No entanto, nesse quesito os registros traziam as seguintes informações: abordado, acusado, conduzido, envolvido e infrator, que também não esclarecem muita coisa, ou nada, e deixam espaços para muitas conjecturas. Contabilizando os registros, que consideramos vazios de informações, chegamos ao total de 253, 45,51% dos registros apresentados. Só de ocorrências encerradas no local, tivemos 141 registros, os quais não revelaram que ocorrências foram essas e tampouco que infrações os jovens das classes médias praticaram.

Uma amostra da deficiência desses registros pode ser acompanhada na tabela 8, na qual discriminamos as informações que não contribuíram em nada para a caracterização dos jovens das classes médias por nós proposta, mas que contribuem em muito para a (in)visibilidade dos jovens desse segmento social.

Tabela 8 – Informações genéricas, envolvendo jovens das classes médias, segundo o banco de dados do CIODES, relativas aos anos 2007 e 2008

Tipo de registro	Frequência	%
Apoio a outras instituições	1	0,40
Averiguação de suspeito	2	0,79
Averiguação de suspeito: pessoa	50	19,76
Averiguação de suspeito: pessoa com mandado de prisão em aberto	1	0,40
Averiguação de suspeito: veículo	32	12,64
Denúncias diversas	1	0,40
Ocorrência encerrada no local	141	55,73
Operações diversas: cumprimento de mandado	9	3,55
Outras ocorrências de Trânsito	1	0,40
Outros	9	3,55
Recuperação de produto de furto ou roubo	1	0,40
Transporte alienado mental	1	0,40
Veículo recuperado	4	1,58
Total	253	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CIODES, dos anos de 2007 e 2008.

Assim, restou-nos de informação, e que nos ajudou na tipificação das violências praticadas por jovens considerados das classes médias, o total de 303 registros. Considerando que cada registro referia-se a um jovem, ficamos com um total de 303 jovens das classes médias envolvidos em práticas de violências criminalizadas, dos quais apresentaremos uma breve caracterização.

3.2.1 Das infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias, registradas no CIODES

Como fizemos nos dados dos jornais, procedemos a uma classificação das violências praticadas pelos jovens, apresentadas pelo CIODES, em categorias criminais, e descobrimos que eles se enquadraram em 8 categorias, recaindo a maior incidência de suas violências, que exigiram a intervenção da polícia militar, na categoria de “Crimes violentos não letais contra a pessoa”, com 144 registros, 47,53% dos casos.

Nessa categoria, o tipo de infração penal que ocorreu no maior número de vezes foi o “vias de fato”⁷⁵, com 75 registros, um total maior que o de outros crimes não só nessa categoria, mas também em todas as outras. Em 2º lugar ficou o crime de lesão corporal, com 34 eventos, e em 3º lugar o crime de ameaça, com 20 eventos. Tivemos ainda nessa categoria as condutas consideradas crimes, que ocorreram 3 vezes, como os casos de ato obsceno e injúria; os casos de tentativa de roubo e crimes contra os costumes, que ocorreram 2 vezes cada; e os casos de maus tratos, difamação, constrangimento ilegal, tentativa de homicídio e tentativa de suicídio, que ocorreram 1 vez cada um.

A categoria “Crimes envolvendo drogas” ficou em 2º lugar, com a intervenção dos policiais em 84 eventos, 27,72% do total dos casos atendidos. Enquanto 67 ocorrências foram de posse de drogas diversas para uso, das quais não soubemos a quantidade portada para configurar crime de porte de drogas, 17 foram ocorrências

⁷⁵ Vias de fato é uma contravenção penal que consiste em empregar força física contra outra pessoa, sem, contudo, causar-lhe lesão corporal (PAULO, 2002).

de tráfico. Os tipos de drogas portadas tanto para o uso quanto para o tráfico foram a cocaína, o crack, a maconha e outras que não foram identificadas nos registros.

Em terceiro lugar ficou a categoria “Crimes violentos contra o patrimônio”, com 49 eventos, isto é, 16,17% dos casos, dos quais o crime de furto foi o expoente. Atentando contra lugares e objetos distintos, jovens das classes médias se envolveram em 19 situações de furto, sendo 4 delas frustradas. Nesse mesmo crime foi ainda encontrado 1 jovem portando instrumento para a prática do mesmo. Em seguida se colocou o crime de dano, com 10 casos. Em 3º lugar ficou o crime de roubo, que ocorreu 7 vezes, não se restringindo à prática desse crime a lugares fechados, mas se estendendo a vias públicas, atingindo diretamente pessoas em 4 eventos. Esses jovens não só roubaram e furtaram, mas também receptaram produtos subtraídos de outrem – foi o que mostraram 3 registros que denunciavam o crime de receptação por eles praticado. Foram 3 também as vezes em que eles apareceram nos registros do crime de invasão de propriedade alheia e estelionato (3 vezes cada um) e 1 vez praticando os crimes contra o meio ambiente, violação de domicílio e introdução de animais em propriedade alheia.

Ocupando o 4º lugar entre as categorias criminais ficou a “Crimes contra a administração geral”, a qual apresentou no seu interior a prática, por esses jovens, dos crimes de desacato à autoridade, que ocorreu 7 vezes; de resistência à autoridade, que ocorreu em 5 situações; e de desobediência à autoridade, registrado 1 vez.

Esses jovens ainda se envolveram na categoria “Delitos no trânsito”, sendo registrados 6 eventos que a posicionaram em 5º lugar, sobressaindo entre eles o crime de direção sem a devida habilitação, com 3 eventos, seguido do crime de embriaguez ao volante, com 2 eventos, e 1 vez o de direção perigosa. Esses delitos no trânsito não vitimizaram faltamente nenhuma pessoa. Contudo, isso não ocorreu em outros 2 eventos, também registrados pelos CIODES, nos quais jovens das classes médias, por meio de colisão de veículos, tiraram vidas de pessoas, sendo enquadrados na categoria “Crimes violentos letais e intencionais”.

Os jovens das classes médias também foram pegos portando armas de fogo em 3 eventos e omitindo a guarda de animais em 1 evento, enquadrados por isso na categoria “Outros crimes”. E finalmente entraram na categoria “Contravenções contra a ordem pública”, perturbando a tranquilidade em 1 evento.

As categorias criminais em que se enquadraram as infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias, assim como a tipologia das próprias infrações, podem ser visualizadas na tabela 9. Uma extensa lista que, com todas as deficiências, mais uma vez demonstra que a prática de violências não está restrita ao campo da pobreza, pelo menos não daquela material.

Tabela 9 – Classificação em categorias criminais das infrações penais praticadas por jovens das classes médias, nos anos de 2007 e 2008, registradas no banco de dados do CIODES

Categorias criminais	Tipologia das violências	Ocorrências	%
Crimes violentos letais intencionais e não intencionais	Colisão com vítima fatal	02	0,66
	Subtotal	02	
Crimes violentos não-letais contra a pessoa	Ato obsceno	03	47,53
	Lesão corporal	34	
	Vias de fato	75	
	Maus tratos	01	
	Difamação	01	
	Injúria	03	
	Ameaça	20	
	Constrangimento ilegal	01	
	Tentativa de roubo	02	
	Tentativa de homicídio: uso de outros objetos	01	
	Tentativa de suicídio	01	
	Crimes contra os costumes	02	
	Subtotal	144	
	Crimes violentos contra o patrimônio	Crime contra o meio ambiente	
Dano		10	
Estelionato/fraude		03	
Furto: a pessoa em via publica		03	
Furto: em estabelecimento comercial		05	
Furto: em residência/condomínio		04	
Furto: em veiculo		02	
Furto: de veiculo		01	
Tentativa de furto		04	
Posse de instrumento para pratica de furto		01	
Receptação	03		

	Roubo em residência/condomínio	01	
	Roubo em veículo	01	
	Roubo: a pessoa em via pública	04	
	Roubo em outras instituições	01	
	Violação de domicílio	01	
	Invasão propriedade alheia	03	
	Introdução/abandono animais prop. alheia	01	
	Subtotal	49	
Delitos envolvendo drogas	Posse/uso de entorp.: cocaína	06	
	Posse/uso de entorp.: crack	10	
	Posse/uso de entorp.: maconha	48	
	Posse/uso de entorp.: outros entorpecentes	03	27,72
	Trafico de entorpecentes: cocaína	04	
	Trafico de entorpecentes: crack	05	
	Trafico de entorpecentes: maconha	08	
	Subtotal	84	
Delitos no trânsito	Direção perigosa	01	
	Dirigir sem a devida habilitação	03	1,98
	Dirigir embriagado	02	
	Subtotal	6	
Crimes contra a administração em geral	Desacato	7	
	Desobediência	01	4,29
	Resistência	5	
	Subtotal	13	
Contravenções contra a ordem pública	Perturbação da tranquilidade	1	0,33
	Subtotal	1	
Outros crimes	Omissão/cautela na guarda cond. Animais	01	
	Porte ilegal: arma de fogo	03	1,32
	Subtotal	4	
Total Geral		303	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CIODES/SESP, dos anos de 2007 e 2008

3.2.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias registrados no CIODES

Verificamos que, dos 17 bairros de que solicitamos os dados, apenas 4 deles – Ilha Bela (Ilha do Boi), Ilha do Frade, Pontal de Camburi e Aeroporto – não apareceram nos registros. E 2 dos bairros – Antônio Honório e Santa Lúcia – que apareceram nos registros relativos ao ano de 2007, não apareceram em 2008. Comparando os registros dos dois anos estudados, observamos que houve muito mais registros de envolvimento de jovens considerados das classes médias no ano de 2007.

Analisando os registros bairro a bairro, já eliminados os casos omissos, observamos uma disputa bem acirrada pelo 1º lugar entre 3 bairros, dentre os quais ganhou o bairro Jardim Camburi, morada de 86 jovens envolvidos na autoria de infrações penais, ou seja, 28,38% dos registros. Na sequência vem o bairro Jardim da Penha, que abrigou 64 desses jovens, ou 21,12% dos registros, ficando imediatamente atrás o bairro Jabour, que abrigou 63 jovens. O 4º lugar ficou com o bairro Praia do Canto, onde moravam 23 jovens. Em 5º lugar está o bairro República, com 20 jovens; em 6º lugar o bairro Mata da Praia, com 13 jovens; e em 7º lugar o bairro Santa Lúcia, com 9 jovens. Depois tivemos os bairros Enseada do Suá, Barro Vermelho e Morada de Camburi, que abrigaram respectivamente 7, 6 e 5 jovens. Como moradia de 3 jovens, apareceu o bairro Antônio Honório, e abrigando 2 jovens cada um estão os bairros Praia de Santa Helena e Santa Luíza.

Ao distribuímos esse quantitativo de bairros entre as suas respectivas regiões, descobrimos o bairro que foi expoente em cada um delas. Na região Praia do Canto, foi o bairro Praia do Canto, que ficou bem à frente de todos os outros bairros da mesma região. A região de Jardim Camburi, por ser composta apenas pelo bairro Jardim Camburi, teve como destaque esse mesmo bairro, que, como já mostramos anteriormente, foi expoente entre todos os bairros registrados. Dentre as 3 regiões estudadas, a região Continental foi a que mais jovens apresentou, sobressaindo o bairro Jardim da Penha (ver tabela 10).

Tabela 10 – Bairros de moradia dos jovens das classes registrados no CIODES

Regiões	Bairros	Ocorrências	%
Região 5 Praia do Canto	Barro Vermelho	06	1,98
	Enseada do Suá	07	2,31
	Praia do Canto	23	7,59
	Praia de Santa Helena	02	0,66
	Santa Lúcia	09	2,97
	Santa Luíza	02	0,66
	Subtotal	49	16,17
Região 6 Continental	Antônio Honório	03	0,99
	Jabour	63	20,80
	Jardim da Penha	64	21,12
	Mata da Praia	13	4,29
	Morada de Camburi	05	1,65
	República	20	6,60
	Subtotal	168	55,45
Região 08 Jardim Camburi	Jardim Camburi	86	28,38
	Subtotal	86	28,38
TOTAL GERAL		303	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CIODES/SESP, anos 2007 e 2008

3.2.3 Das idades dos jovens das classes médias registrados no CIODES

Dentro do recorte etário que elegemos para nosso estudo, apareceram jovens de todas as idades registrados no CIODES. O maior número de jovens registrados tinha apenas 18 anos, sendo 36 jovens ao todo. Os 35 jovens que integraram o 2º maior montante também eram muito novos, tendo não mais que 20 anos. 31 jovens tinham 23 anos, e 29 jovens 24 anos. Por 28 vezes apareceram os jovens de 19 e 21 anos, e por 24 vezes os de 26 anos. Em igual número de vezes aparecem os jovens de 25 e 28 anos: 23 vezes para cada uma dessas idades. Os jovens de 29 anos apareceram 19 vezes, na frente dos de 22 anos, que apareceram 14 vezes, e dos de 27 anos, que se apresentaram por 13 vezes.

Separando essas idades por faixa etária, vemos que o maior percentual de jovens ficou na faixa de 20 a 24 anos (45,22%), na qual não se enquadraram os jovens que mais apareceram no registro, aqueles com 18 anos de idade, que integram a faixa etária de 18 a 19 anos. A tabela 11 mostra de forma mais detalhada os jovens que mais sobressaíram em cada faixa etária.

Tabela 11 – Idade dos jovens das classes médias registrados no CIODES

Faixa etária	Idades	Jovens	%
18 a 19 anos	18	36	21,12
	19	28	
	Subtotal	64	
20 a 24 anos	20	35	45,22
	21	28	
	22	14	
	23	31	
	24	29	
Subtotal	137		
25 a 29 anos	25	23	33,66
	26	24	
	27	13	
	28	23	
	29	19	
Subtotal	102		
Total		303	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CIODES/SESP, nos anos 2007 e 2008

Denota-se desses dados sobre as idades dos jovens das classes médias que eles, desde cedo, se envolvem com a violência, uma realidade, portanto, que não está restrita aos jovens das classes populares, mas que atinge tanto jovens pobres quanto jovens ricos.

3.2.4 Dos sexos dos jovens das classes médias registrados no CIODES

No que se refere ao sexo dos jovens de classes médias envolvidos com práticas de violências, os do sexo masculino foram os que majoritariamente apareceram nas ocorrências. Enquanto o total de jovens do sexo feminino foi de 59 (19,47%), o do sexo masculino quase quadruplicou esse número, com 211 registros, ou 69,64% dos casos (tabela 12).

Tabela 12 – Sexos dos jovens das classes médias registrados no CIODES

Sexo	Jovens	%
Feminino	59	19,47
Masculino	211	69,64
NI	33	10,89
Total	303	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CIODES/SESP, dos anos 2007 e 2008

3.3 JOVENS DE CLASSES MÉDIAS ACUSADOS DE E INVESTIGADOS POR INFRAÇÕES PENAIS NOS DISTRITOS POLICIAIS DE JARDIM CAMBURI, GOIABEIRAS E PRAIA DO CANTO⁷⁶

As denúncias recebidas em um distrito policial, em geral, não comportam a integralidade das informações necessárias para que uma infração cometida contra outrem seja considerada penal, isto é, um crime/delito ou uma contravenção. Elas localizam-se na primeira instância de tipificação do fato. A vítima, ou o noticiante, vai à delegacia e relata o fato que considera ser de competência da Polícia Civil resolver, ou, ainda, para que esta tome as providências cabíveis. A polícia, então,

⁷⁶ No distrito policial da Praia do Canto os dados que apresentaremos são de jovens que estavam sendo investigados.

deve proceder a uma série de investigações que poderão confirmar ou modificar, em parte ou no todo, o relato dos noticiantes.

Segundo a Polícia Civil⁷⁷, essa primeira descrição do fato pelo noticiante nem sempre condiz com a sua leitura técnica, havendo muitas vezes descobertas de outras infrações penais ocorridas no evento noticiado, inclusive com outras tipificações criminais, além de muitos dos casos, que são objetos de boletins de ocorrências, não serem necessariamente de competência da polícia, ou seja, não serem infrações penais.

Mas os boletins de ocorrências – antes mesmo de realizadas as investigações que irão confirmar a integralidade dos relatos feitos pelas vítimas – refletem o quadro de insegurança e de tensão ao qual está submetida a população como um todo, que procura as delegacias em busca de socorro para resolver questões, nem sempre de ordem criminal – incidentes, desordens, incivildade, conflitos, violências, etc.⁷⁸ –, para as quais se sente incapaz de resolver sozinha. Constituem-se, assim, os boletins de ocorrências num objeto importante de análise, um espelho das relações sociais travadas nas regiões administrativas do município de Vitória/ES.

Essa compreensão orientou nossa entrada nos distritos policiais – Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto – eleitos para a coleta de dados sobre os jovens das classes médias autores de violências, onde buscamos os boletins de ocorrências relativos aos anos de 2007 e 2008. Por motivos alheios à nossa vontade, e já expostos no capítulo 2 deste trabalho, não pudemos acessar, no distrito policial da Praia do Canto, os boletins de ocorrências, os quais foram substituídos por relatórios finais de inquérito policial e termos circunstanciados dos referidos anos.

Esses documentos, por suas especificidades, traduzem uma importância ainda maior que a dos boletins de ocorrências. Eles estão em um estágio mais avançado do processo de investigação das notícias-crimes relatadas nas delegacias, ou mesmo daquelas conhecidas por meio dos flagrantes feitos pelos próprios policiais. Certamente, os casos a partir dos quais são produzidos relatórios finais de inquéritos policiais, ou ainda os TCs, já passaram por uma seleção que os indica como de competência da Polícia e, portanto, passíveis de serem investigados por esta instituição.

⁷⁷ Disponível em: <www.projetosigo.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2010.

⁷⁸ Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/htm>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

Respeitando as especificidades e limitações de cada um desses documentos – boletins de ocorrências, relatórios finais de inquéritos policiais e termos circunstanciados –, apresentamos um panorama do que foi encontrado nas três delegacias. De forma coerente, tentamos ora agregar os dados dos distintos documentos, ora especificar as particularidades de cada um deles e de cada uma das delegacias⁷⁹, sempre na perspectiva de desvelar o (in)visível dos dados sobre os jovens de classes médias autores de violências do município de Vitória/ES.

Nos três distritos policiais, acessamos o total de 4.473 (quatro mil, quatrocentos e setenta e três) documentos, referentes aos anos de 2007 e 2008, sendo 1.982 boletins de ocorrências do distrito policial de Jardim Camburi⁸⁰, 2.112 do distrito policial de Goiabeiras⁸¹ e 379 relatórios finais de inquéritos policiais, neles já considerados os TCs, do distrito policial da Praia do Canto. A tabela 13 abaixo demonstra com maior clareza os documentos acessados nas respectivas delegacias, nos referidos anos.

⁷⁹ Embora os relatórios dos inquéritos policiais acessados no distrito policial da Praia do Canto indiquem que os jovens já estavam no estágio de investigação, neste trabalho sempre que estivermos nos referindo às três delegacias em conjunto, trataremos os jovens como acusados, com o fim de tornar o texto mais compreensível.

⁸⁰ Conforme anteriormente mencionado, os boletins de ocorrências no distrito policial de Jardim Camburi estavam arquivados em pastas, que até o ano de 2007 estavam separados mês a mês, o que facilitou muito o trabalho de coleta dos dados e a confirmação de que aqueles foram efetivamente os únicos boletins registrados nesse ano. Contudo, não encontramos a pasta referente ao mês de novembro/2007, faltando, portanto, esses dados. O arquivamento dos boletins de ocorrências de 2008 não seguiu a mesma organização do ano anterior, também arquivados em pastas, pois eles estavam separados por tipo de infração. A princípio, pareceu-nos que a quantidade de boletins referentes a 2008 era proporcionalmente em menor quantidade que a do ano 2007, o que se confirmou pela pequena quantidade de ocorrências que se referiam aos denunciados moradores de Vitória/ES, particularmente os jovens de classes médias.

⁸¹ No distrito policial de Goiabeiras, os boletins de ocorrências estavam arquivados em pastas, separados por mês. Não sabemos se algum boletim preenchido nos referidos anos deixou de ser arquivado nessas pastas, mas podemos afirmar que tivemos acesso aos boletins de todos os 24 meses dos anos de 2007 e 2008.

Tabela 13 Classificação dos documentos acessados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, nos anos 2007 e 2008

Distritos Policiais Documentos	Jardim Camburi		Goiabeiras		Praia do Canto		Total
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
Boletins de ocorrências	1.338	644	1.033	1.079	-	-	4.094
Relatórios finais de inquéritos policiais	-	-	-	-	168	185	353
Termos circunstanciados	-	-	-	-	10	16	26
Total	1.982		2.112		379		4.473
Percentual por instituição	44,31		47,22		8,47		100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, nos anos 2007 e 2008

Numa primeira análise dos 4.094 boletins nas delegacias de Jardim Camburi e Goiabeiras, observamos que nem sempre os autores das infrações eram pessoas físicas. Eliminados de imediato da nossa análise, 94 boletins apresentaram acusações dirigidas a empresas. Entretanto, eles estão discriminados na tabela 14 para efeito de compreensão da totalidade da informação sobre os tipos de denúncias encontrados nos distritos policiais em destaque⁸².

Prosseguindo a nossa coleta, descobrimos que, para nós que tínhamos como critério de identificação dos jovens como integrantes das classes médias o local de moradia dos acusados, nossos objetivos haviam sido, em grande medida, frustrados. Dos 4.094 boletins encontrados, 3.020 (três mil e vinte), ou 73,77%, não continham os endereços dos acusados. Na verdade, no campo disponibilizado para as informações dos autores das infrações penais não havia nenhuma informação sobre os mesmos⁸³, pelo menos nenhuma que possibilitasse à polícia chegar até os autores, e muito menos descobrir a que classe social eles pertenciam, se alta, média, ou popular.

Em 301 boletins estavam sendo acusadas pessoas de outros municípios, que não detalharemos, visto que não fazem parte do nosso cenário de estudo. Assim, daquele total, somente 402 boletins identificavam os acusados como moradores do município de Vitória, nos quais nos delongaremos um pouco mais na análise, apresentando um maior detalhamento dos dados neles encontrados.

⁸² No distrito policial da Praia do Canto não nos deparamos com esse problema, visto que os documentos analisados nesse distrito só se referiam a pessoas físicas investigadas por crimes já tipificados nas Leis Penais.

⁸³ No campo destinado às características dos autores raramente se encontrava uma ou outra informação sobre eles, por exemplo: dois rapazes, etc.

No distrito policial da Praia do Canto, apesar da distinção do documento analisado, no que se refere à falta de identificação dos autores das infrações penais, o cenário não foi muito diferente do dos outros dois distritos. À semelhança dos boletins de ocorrências analisados nas delegacias de Goiabeiras e Jardim Camburi, os relatórios⁸⁴ sem registros dos endereços dos investigados superaram aqueles com endereços. Em 258 relatórios, não foi possível identificar os investigados, isto é, dos 379 relatórios, menos de 32% permitiram definir quem eram os investigados das infrações penais naquele posto policial. Apenas 75 foram identificados como moradores de Vitória/ES, e o restante, 46, morava em outros municípios.

Esses 258 relatórios, somados aos 3.020 boletins sem identificação dos autores das infrações, redundam num percentual de 73,28%, que não foram analisados, por deficiência de registros das informações acerca dos autores, ou por inexistência propriamente dita do dado. Uma perda inestimável para este trabalho, mas também para a própria polícia, que trabalha com dados substancialmente frágeis. Na tabela 14, a seguir, apresentamos uma classificação dos documentos encontrados nos três distritos policiais.

Tabela 14 – Classificação dos boletins de ocorrências e relatórios finais de inquéritos policiais, segundo o endereço dos acusados e investigados, dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, anos de 2007 e 2008

Distritos policiais Acusados/investigados	Jardim Camburi		Praia do Canto	Total	%
	Boletins		Relatórios		
Não identificados	1.472	1.548	258	3.278	73,28
Vitória	277	402	75	754	16,86
Outros municípios	189	112	46	347	7,76
Empresas	44	50	-	94	2,10
Total	1.982	2.112	379	4.473	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências e dos relatórios de inquéritos dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, dos anos 2007 e 2008

Antes de passarmos para os dados relativos ao município de Vitória/ES, cabe ainda uma informação que não escapou à nossa análise. Nos boletins de ocorrências dos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras que não identificavam os autores

⁸⁴ A partir deste parágrafo, utilizaremos a palavra relatórios para referir-nos aos termos circunstanciados e aos relatórios finais de inquéritos policiais, que passaram, então, a compor o mesmo quadro de análise.

das infrações, os crimes contra o patrimônio (BRASIL, 2005a) noticiados foram os campeões. 2.400 (dois mil e quatrocentos) foram os boletins que denunciavam tais crimes, 79,47% de todas as notícias-crimes sem identificação dos autores, e sobre os quais perguntamos: quais foram os autores desses crimes?

No distrito policial da Praia do Canto, os crimes de furto (143) e de roubo (101) também tiveram lugar de destaque na lista de crimes investigados por esta unidade policial (1º e 2º lugar, respectivamente), e, por coincidência ou não, a maioria dos investigados (69,26%) desses dois crimes não pôde ser identificada⁸⁵ nos ditos relatórios. Mas a grande surpresa nessa delegacia aconteceu com os crimes de trânsito: eles ocuparam o 3º lugar, com 65 casos, estando muito à frente de outros crimes investigados. E, assim como nos casos de furtos e roubos, grande parte dos flagrados dirigindo bêbados também não deixaram registrados os seus endereços. 81,54% daqueles que foram pegos dirigindo sob a influência de álcool⁸⁶ (BRASIL, 1997), percentual maior que o dos desconhecidos praticantes de furtos e roubos, mantiveram desconhecidos os seus endereços e, por consequência, as classes sociais às quais pertencem. Na tabela 15, apresentamos a distribuição das infrações penais⁸⁷ investigadas, segundo o local de moradia dos investigados.

⁸⁵ Em todos os relatórios finais havia o nome dos autores, porém a maioria não identificava seus endereços.

⁸⁶ A Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, em seu art. 165, com a nova redação dada pela Lei nº. 11.705, de 2008, considera infração gravíssima dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, e a penalidade dos infratores é multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses. (BRASIL, 1997).

⁸⁷ A maioria dos relatórios inquéritos finais trazia apenas o artigo da Lei, a qual se referia à infração penal praticada, sendo nossa a descrição da tipologia dos crimes nas tabelas, apoiadas, claro, nas referidas leis.

Tabela 15 – Tipos de infrações penais investigadas pelo distrito policial da Praia do Canto, segundo a identificação dos municípios de moradia, anos 2007 e 2008

Infrações penais	Autores		Autores de		Total	%
	Sem identificação do local de moradia	outros municípios	Vitória/ES			
Ameaça	3	2	1		6	1,59
Ato obsceno	1	-	1		2	0,53
Calúnia, injúria e difamação	1	-	-		1	0,26
Corrupção ativa	1	-	-		1	0,26
Dano	2	-	1		3	0,79
Desacato a autoridade	-	1	2		3	0,79
Difamação	-	-	1		1	0,26
Difamação e perturbar alguém no trabalho	-	-	1		1	0,26
Embriaguez ao volante	53	7	5		65	17,16
Exercício arbitrário das próprias razões	-	1	-		1	0,26
Extorsão	2	-	2		4	1,06
Fraude	-	1	-		1	0,26
Furto	101	19	23		143	37,74
Incêndio por ação dolosa	-	-	1		1	0,26
Injúria	2	-	1		3	0,79
Lesão corporal dolosa	1	1	6		8	2,11
Lesão corporal e abuso de autoridade	-	1	-		1	0,26
Porte de drogas ilegais	-	3	2		5	1,32
Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	8	1	1		10	2,64
Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	-	-	1		1	0,26
Receptação	4	-	-		4	1,06
Roubo	68	7	26		101	26,65
Uso de documento falso	1	1	-		2	0,53
Violação do direito autoral	-	1	-		1	0,26
Disparo de arma de fogo	1	-	-		1	0,26
Estelionato	5	-	-		5	1,32
Suspeito e liberado	4	-	-		4	1,06
Total	258	46	75		379	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos relatórios finais de inquéritos policiais no distrito policial da Praia do Canto, dos anos de 2007 e 2008.

3.3.1 Dos moradores de Vitória/ES acusados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto

Em relação aos moradores de Vitória/ES acusados, os boletins também trouxeram algumas surpresas. Quando pensávamos já ter passado por todos os problemas de falta de identificação dos acusados, fomos surpreendidas com outra deficiência: a falta do registro da idade de muitos deles. Como se não bastasse de 4.094 boletins de ocorrências aproveitarmos, para as nossas análises, apenas 679, os quais identificavam os acusados como moradores de Vitória/ES, ainda tivemos uma perda de 25,18% desse total, que, uma vez não tendo registradas as idades dos acusados, nos impediu de reconhecê-los como jovens ou não. Na tabela 16 é possível constatar a fragilidade dos dados referentes à identificação da idade dos acusados nos dois distritos policiais em pauta.

Tabela 16 – Classificação dos acusados nos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras, segundo a idade registrada nos boletins de ocorrências, nos anos de 2007 e 2008

Acusados	Distritos policiais		Total	%
	Jardim Camburi	Goiabeiras		
Sem identificação de idade	54	117	171	25,18
Não-jovens	169 ⁸⁸	207	376	55,38
Jovens entre 18 e 29 anos	54	78	132	19,44
Total	277	402	679	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos boletins de ocorrências dos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras, dos anos 2007 e 2008

Como podemos observar na tabela 16, os acusados, com idade considerada jovem, perfizeram o total de 132 boletins, um número significativamente menor que aqueles sem identificação de idade, que apresentaram um total de 171 casos. O número de não jovens⁸⁹ acusados, que apareceram em 376 boletins, foi quase três vezes maior

⁸⁸ Quatro destes não jovens eram adolescentes, isto é, tinham idade menor que dezoito anos. Todos os outros tinham idade acima de 29 anos.

⁸⁹ O autor Waiselfisz (2004) utiliza, nos seus livros da série Mapas da violência, o termo população não jovem para referir-se às pessoas com idade abaixo de 15 anos e àquelas com idade acima de 24. Tomamos dele emprestado o termo não jovem, contudo referindo-nos às pessoas com idade menor que 18 anos e àquelas com idade maior que 29 anos.

que o de jovens. Um número maior, inclusive, que o de jovens e dos sem identificação de idade juntos.

A falta dos registros das idades dos acusados, contudo, não nos impediu de reconhecermos as classes sociais às quais pertenciam tais acusados. Curiosamente, a maior parte dos sem identificação de idade (109) era moradora de bairros considerados de classes médias. Na verdade, dos 679 boletins de moradores de Vitória/ES acusados que foram encontrados nos dois distritos, independentemente da idade, 460 eram das classes médias. O que significa dizer que 67,75% desses boletins tinham como acusadas pessoas que podem ser consideradas das classes médias. Isso foi o que revelaram os registros dos endereços nos boletins, os quais podem ser visualizados na tabela 17.

Vemos que os boletins de ocorrências encontrados nessas duas unidades policiais, que apontam tanto a população pobre (157 casos) – jovens e não jovens –, quanto os jovens de classes médias (74 casos) como autores de infrações penais, são em menor número que os boletins acusando não jovens das classes média e alta da capital, que somaram 277 ocorrências⁹⁰.

Nos relatórios do distrito policial da Praia do Canto, nos quais os investigados estavam registrados como moradores de Vitória/ES, cenário do nosso estudo, a falta dos registros das idades não foi tão gritante, pois apenas em 2 deles não havia essa variável informada. Desses relatórios, entretanto, extraímos alguns dados instigantes. Dos 75 investigados, 16 pertenciam às classes médias. Os não jovens das classes médias (8 casos) também superaram os jovens desse segmento social (7 casos). Um investigado não teve sua idade identificada. Esses dados também podem ser vistos na tabela 17, na qual dispusemos a classificação dos acusados nos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras, segundo sua classe social.

⁹⁰ Os resultados que apresentamos neste e nos dois parágrafos abaixo não estão demonstrados em separado na tabela 17. Eles são resultantes da leitura feita a partir dos dados encontrados nos três distritos policiais em debate e apresentados na referida tabela.

Tabela 17 – Classificação em classes sociais dos acusados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, segundo os bairros de moradias e as idades

Distritos policiais	Classes médias			Classes populares			Total
	Jovem	Ñ. jovem	S.I.I	Jovem	Ñ. Jovem	S.I.I	
Jardim Camburi	45	158	47	9	11	7	277
Goiabeiras	29	119	62	49	88	55	402
Praia do Canto	7	8	1	43	15	1	75
Total por categoria	81	285	110	101	114	63	
Total por classe		476			278		754
Percentual por classe		63,13			36,87		100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências e dos relatórios de inquéritos, dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, dos anos 2007 e 2008

Nos relatórios do distrito policial da Praia do Canto, que tratavam de investigados não jovens, alguns relatos nos chamaram a atenção e que, defendemos, devem ser ponto de reflexão, já que sempre quando pensamos em violências apontamos sempre para um único autor – o jovem – e para uma única classe social – a pobre. A seguir, expomos alguns eventos em que estiveram envolvidos como autores não jovens das classes média e alta de Vitória/ES.

Expondo ao perigo a integridade física e a vida dos moradores de todo um edifício, uma não jovem de classe média, moradora da Região da Praia do Canto, após discutir com o seu companheiro, intencionalmente ateou fogo em seu próprio apartamento, sendo presa em flagrante pelo cometimento do crime previsto no artigo 250, § 1º, II, do Código penal brasileiro (BRASIL, 2005a).

Outro não jovem, também morador de bairro de classe média alta, agrediu verbalmente seu pai, ameaçou colocá-lo na cadeia, chutou e esmurrou seu veículo, causando danos ao mesmo, além de arrancar o pai na “marra” do interior de seu veículo. Acompanhado de testemunha, o pai/vítima, com 72 anos de idade, dirigiu-se à delegacia para representar criminalmente contra o filho, o qual assinou termo circunstanciado, comprometendo-se a comparecer ao Juizado Especial Criminal, sendo enquadrado pelo crime de dano, tipificado no art. 163 do Código penal brasileiro (BRASIL, 2005a).

Essas e outras histórias estão mascaradas nos baixos números de relatórios e TCs encontrados nas delegacias de polícia e na tipificação de um crime descrito simplesmente por dano. E são histórias como essas, não visíveis nos números

estatísticos, que nos bastam para entendermos que a violência, alimentada pela intolerância, não é uma particularidade dos jovens, muito menos de jovens pobres.

Tudo isso não significa dizer que as pesquisas que apontam um maior índice de jovens envolvidos em eventos violentos criminalizados não sejam reais, mas significa dizer principalmente que há muito mais a se investigar do que se contentar apenas com a simples aparência dos números e, conseqüentemente, reduzir a explicação da violência à juventude e à pobreza material.

3.3.2 Dos jovens das classes médias acusados e investigados nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto

Do refinamento de todos esses dados, restou-nos o total de 81 documentos nos quais os acusados eram jovens das classes médias, sendo 74 boletins de ocorrências e 7 relatórios de inquéritos. Em 2 boletins de ocorrências apareceram 2 pessoas como autores das infrações penais, mas somente em 1 havia o registro da idade dos 2 denunciados, ambos jovens. Contudo, na caracterização dos jovens das classes médias acusados, que apresentamos a seguir, referimo-nos apenas a um deles.

Particularmente nos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras, ao procedermos à classificação das categorias dos crimes denunciados, constatamos um fenômeno já referido no início deste texto: nem todas as ocorrências registradas nessas delegacias diziam respeito a um ilícito penal, pois algumas delas referiam-se a conflitos de competência da Justiça Civil⁹¹. Foi o que aconteceu, por exemplo, com 4 registros de abandono de lar pela esposa ou pelo esposo, e outro que não foi tipificado pelo policial, mas que se referia a conflitos entre jovens que dividiam o apartamento, deixando uns de pagarem as contas do mesmo.

⁹¹ As ocorrências que não diziam respeito a infrações penais não foram consideradas em nossas tabelas, pois o nosso foco são as violências criminalizadas, apesar de termos certeza de que muitos dos noticiantes, quando procuraram os distritos policiais para denunciar aqueles eventos, pudessem estar se sentindo psicologicamente violentados.

Todos esses registros foram desconsiderados na caracterização dos jovens das classes médias autores de violências que aqui propomos, mas há que se ter em mente que o registro dessas ocorrências em uma delegacia revela a falta de informação da população sobre qual instituição procurar para a resolução dos seus conflitos e mostra, ao mesmo tempo, que essa desinformação não é uma particularidade da população de baixa renda, mas também de outras camadas sociais.

Em outros boletins, observamos que muitas vezes não é a punição aos seus ofensores que as vítimas desejam, mas apenas querem se apoiar em uma instituição que lhes dê alguma sensação de segurança; só querem falar dos conflitos que vêm vivenciando, principalmente daqueles que envolvem relações familiares e para os quais se sentem incapazes, ou inábeis, de solucionarem sozinhas. Foi o que revelaram 10 boletins⁹² que traziam escritos registros para resguardo de direito, embora pelos relatos das vítimas parecessem tratar-se de infrações penalmente imputáveis.

Não obstante o desejo de algumas vítimas não representarem criminalmente contra seus jovens ofensores, no distrito policial de Jardim Camburi ficaram registradas 40 ocorrências, e em Goiabeiras 27 ocorrências de infrações que o Código Penal e as leis penais especiais brasileiras reconhecem como penais⁹³. Na delegacia da Praia do Canto houve 7 relatórios de investigação. Esses documentos, que somados resultaram no total de 74, foram os objetos de nossa análise, os quais, nas suas limitações, nos permitiram obter uma caracterização dos jovens das classes médias acusados de infrações penais.

⁹² Os boletins de ocorrências que as vítimas não quiseram representar contra os autores foram computados nos tipos de infrações penais, ou não penais, a que eles se referiam, não estando, portanto, em destaque na tabela 18.

⁹³ É preciso lembrar que as tipificações das infrações penais expressas nos boletins de ocorrências podem sofrer alterações, pois elas são tipificações sugeridas pelo comunicante ao relatar o fato ao aparato policial, que posteriormente fará investigações que confirmarão as tipificações feitas pelos noticiantes, ou as enquadrarão nas infrações penais tipificadas no Código Penal e nas Leis penais especiais.

3.3.2.1 Das infrações penais de que foram acusados jovens das classes médias nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto

A caracterização desses jovens começa pelos tipos de infrações penais de que foram comumente acusados e registrados nas delegacias investigadas. A classificação das infrações em categorias criminais mostrou que pelo menos em 5 dessas categorias os jovens das classes médias se inscreveram. Nelas, os crimes violentos não letais contra a pessoa, com 47 casos, tiveram lugar de destaque entre os registros. Nesta categoria, o crime de ameaça ocupou o 1º lugar, com 19 casos. Logo atrás se colocaram os casos de agressões físicas, que foram sempre praticadas com outros tipos infrações penais, que somadas a 6 registros de crime de lesão corporal⁹⁴ resultaram no total de 16 casos. Os crimes de calúnia, injúria e difamação, violências ditas verbais, posicionaram-se em 3º lugar, com 6 casos. O crime de violação de domicílio ocupou o 4º lugar, com 3 casos, seguidos de 2 casos de constrangimentos ilegal e 1 de rixa.

Chamamos a atenção para o fato de que, particularmente na categoria crimes violentos não letais contra a pessoa, os documentos analisados apresentavam mais de um tipo de infração penal praticado em um mesmo evento pelo mesmo jovem. Na tabela 18, em que apresentamos a classificação das categorias criminais nas quais se enquadraram tais jovens, os tipos de infrações praticados no mesmo evento estão todos especificados. Optamos por não juntá-los numa só tipificação para não incorreremos no erro de mascarar os vários tipos de violências por esses jovens praticados. Nessa mesma perspectiva, conservamos as tipificações tais quais estavam registradas nos boletins de ocorrências e nos relatórios finais de inquéritos policiais⁹⁵.

Na categoria crimes violentos contra o patrimônio, que ocupou o 2º lugar, o crime de furto foi o 1º colocado, com 9 casos. Nele, verificamos 2 casos de arrombamento

⁹⁴ Dentre esses 6 casos de crime de lesão corporal, 1 ocorreu com a participação de 2 autores.

⁹⁵ Nos relatórios finais de inquéritos policiais, as infrações penais são especificadas pelos números dos artigos das leis penais que as tipificam como tais. Recorremos a essas leis e denominamos as infrações para facilitar a identificação das mesmas.

seguido de furto⁹⁶; 2 casos de furto qualificado⁹⁷ e 6 de furto. O 2º lugar ficou com o crime de apropriação indébita, que se apresentou em 7 documentos. O 3º lugar foi ocupado pelo crime de dano, com 3 casos, e o 4º lugar disputado entre os crimes de estelionato, extorsão, fraude e roubo, com 1 registro cada um.

Em mais 3 categorias criminais houve o enquadramento dos jovens das classes médias – crimes contra a administração em geral; contravenções contra a ordem pública e delitos envolvendo drogas. Estas categorias disputaram o 3º lugar e apresentaram, cada uma, 1 tipo de infração penal praticado por esses jovens: desacato à autoridade⁹⁸, perturbação do sossego e posse/uso de entorpecentes⁹⁹. Todas as infrações de que foram acusados os jovens moradores nos referidos distritos policiais e seu enquadramento nas categorias criminais podem ser vistos na tabela 18.

Tabela 18 – Classificação em categorias criminais das infrações penais das quais foram acusados jovens das classes médias, nos anos de 2007 e 2008, registradas nos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto

Categorias criminais	Tipologia das infrações penais	Ocorrências			
		Jardim Camburi	Goiabeiras	Praia do Canto	Total
Crimes violentos não-letais contra a pessoa	Agressão física e ameaças	5	-	-	5
	Agressão física e calúnia	1	-	-	1
	Agressão física e danos	1	1	-	2
	Agressão física e injúria	1	-	-	1
	Agressão física e verbal	1	-	-	1
	Ameaças	11	7	-	18
	Ameaças e danos materiais	-	1	-	1
	Calúnia e ameaças	1	-	-	1
Calúnia e	2	-	-	2	

⁹⁶ Pelo Código Penal Brasileiro, o arrombamento seguido de furto é considerado crime de furto qualificado; no entanto, conservamos aquela nomenclatura neste trabalho, por assim ter sido registrada nos boletins de ocorrências das delegacias pesquisadas.

⁹⁷ Um evento de furto qualificado ocorreu com concurso de mais de 2 pessoas, uma delas, contudo, não era das classes médias, por isso não será referida em nossas análises.

⁹⁸ Crime ocorrido mediante o concurso de 2 pessoas.

⁹⁹ Crime ocorrido com envolvimento de 2 jovens.

	difamação				
	Calúnia e injúria	1	-	-	1
	Constrangimento	1	-	-	1
	Constrangimento e ameaças	1	-	-	1
	Difamação e perturbação da paz alheia	-	-	1	1
	Injúrias	1	-	-	1
	Lesão corporal	1	3	2	6
	Rixas	1	-	-	1
	Violação de domicílio	-	3	-	3
	Subtotal	29	15	3	47
	Apropriação indébita	4	3	-	7
	Arrombamento seguido de furto	-	2	-	2
	Danos	2	1	-	3
Crimes violentos contra o patrimônio	Estelionato	-	1	-	1
	Extorsão	1	-	-	1
	Fraude	1	-	-	1
	Furto	2	4	-	6
	Furto qualificado	-	-	2	2
	Roubo	-	1	-	1
	Subtotal	10	12	2	24
Crimes contra a administração em geral	Desacato à autoridade	-	-	1	1
	Subtotal	-	-	1	1
Contravenções contra a ordem pública	Perturbação do sossego	1	-	-	1
	Subtotal	1	-	-	1
Delitos envolvendo drogas	Posse/uso de entorpecentes	-	-	1	1
	Subtotal	-	-	1	1
Total Geral		40	27	7	74

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências e dos relatórios de inquéritos policiais dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, dos anos 2007 e 2008

Podemos observar na tabela 18 que o maior número de eventos de violências envolvendo jovens das classes médias como autores foi registrado no distrito policial de Jardim Camburi, que também foi o responsável pela maior diversidade de tipos de infrações penais registradas. No distrito policial da Praia do Canto encontramos o menor número de casos, apenas 7, mas que foi proporcional ao total de documentos acessados nele, os quais contribuiram muito para o nosso estudo.

A propósito, embora na delegacia da Praia do Canto só tenhamos encontrado 7 relatórios finais, em 3 deles 2 jovens estavam sob investigação, resultando no total

de 10 jovens das classes médias investigados por autoria e co-autoria das infrações penais acima descritas. A estes juntamos os 67 dos outros 2 distritos policiais, verificando-se um total de 77 jovens, dos quais colhemos os dados que redundaram na caracterização do perfil dos jovens das classes médias autores de violências.

Nas unidades policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras não encontramos nenhum registro específico de delitos envolvendo drogas. Contudo, em 1 boletim de ocorrência que relatava o crime de furto e em 3 que relatavam o crime de ameaça, o envolvimento dos autores com uso e tráfico de drogas foi evidenciado. 2 dessas ocorrências de ameaças foram feitas por um pai e por uma mãe contra seus próprios filhos, que os identificaram como usuários de drogas. O pai, inclusive, não quis representar criminalmente contra seu filho, apenas registrou o boletim de ocorrência para resguardo de direito.

Uma particularidade das ocorrências envolvendo os jovens em análise, só observada nos boletins de ocorrências das delegacias de Jardim Camburi e Goiabeiras, foi que muitos registros de infrações penais não foram feitos por pessoas estranhas aos jovens. A maioria deles revelou que noticiantes e acusados eram familiares e/ou pessoas muito próximas.

Em 12 ocorrências, as violências foram dirigidas a ex-companheiros – ex-cônjuges e ex-namorados. Em 13 ocorrências, os vizinhos, que esqueceram as regras da boa convivência e, revezaram-se no papel de vítima e de acusado. Em 8 ocorrências as ofensas dos jovens foram praticadas contra seus familiares, os quais não hesitaram em denunciá-los. 14 jovens amigos que dividiam ou não apartamento denunciaram uns aos outros, manifestando conseqüentemente sua intolerância. 6 daqueles que mantinham algum tipo de relação comercial com esses jovens também os acusaram pelo cometimento de infrações penais, como assim o fizeram 2 ofendidos que simplesmente os conheciam. Encontramos ainda 2 ocorrências de empregados acusando seus jovens patrões, quando, então, constatamos que com exceção de 9 boletins, que não possibilitaram a identificação do grau de proximidade das vítimas com os jovens denunciados, em apenas 1 das ocorrências a vítima parecia não ter proximidade com o autor. Proximidade que não impediu que a violência se instalasse, nem impediu que as vítimas recorressem a uma delegacia de polícia para acusar seus ofensores (ver tabela 19).

Tabela 19 – Grau de proximidade entre vítimas e jovens acusados na delegacia de Jardim Camburi e Goiabeiras, nos anos de 2007 e 2008

Grau de proximidade	Ocorrências		
	Jardim Camburi	Goiabeiras	Total
Cônjuge, ex-cônjuge,			
Namorados e ex-namorados	6	6	12
Vizinhos	8	5	13
Familiares	5	3	8
Amigos	6	1	7
Dividiam o apto.	5	2	7
Relações comerciais	4	2	6
Empregados e patrões	2	-	2
Conhecidos	-	2	2
Desconhecidos	1	-	1
NI	3	6	9
Total	40	27	67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências dos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras, dos anos 2007 e 2008

3.3.2.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias acusados e investigados

Dos 17 bairros que elegemos para a nossa investigação, apenas 7 apareceram nos documentos das delegacias em destaque. Entre eles, o bairro Jardim Camburi foi o que mais abrigou os jovens acusados, já que 43 jovens residiam neste bairro. O 2º lugar ficou com o bairro Praia do Canto, que pode ser considerado local de moradia da classe média alta de Vitória/ES, onde a renda média mensal dos chefes de famílias se aproxima da renda média dos chefes de famílias consideradas, por NÉRI (2008), de classe média alta, ou elite. 11 jovens acusados e investigados por práticas de infrações penais residiam no bairro Praia do Canto. Em 3º lugar ficou o bairro Jardim da Penha, que abrigou 10 jovens. O 4º lugar foi disputado entre o bairro Jabour e República, os quais abrigaram 5 jovens cada um. Em seguida vieram o bairro Mata da Praia, com 2 jovens, e Barro Vermelho, abrigando 1 jovem.

Ao analisarmos em separado os documentos acessados em cada uma das três delegacias, verificamos que o bairro que sobressaiu em cada uma delas foi

exatamente aquele que compunha a região administrativa de sua jurisdição. No distrito policial de Jardim Camburi sobressaiu o bairro Jardim Camburi (38); no distrito de Goiabeiras sobressaiu o bairro Jardim da Penha (10); e no distrito policial da Praia do Canto, o bairro Praia do Canto (8). Observamos, ainda, que tanto os jovens do bairro Jardim Camburi quanto os do bairro Praia do Canto foram acusados e investigados nas três delegacias, o que significa dizer que eles praticaram infrações nas 3 regiões administrativas, não se restringindo aos limites de seus bairros ou de suas regiões (ver tabela 20 abaixo).

Tabela 20 – Bairros de moradia dos jovens das classes médias acusados e investigados

Regiões	Bairros	Jovens			Total
		Jardim Camburi	Goiabeiras	Praia do Canto	
Região 5 Praia do Canto	Praia do Canto	1	2	8	11
	Barro Vermelho	-	-	1	1
	Subtotal	1	2	9	12
Região 6 Continental	Jardim da Penha	-	10	-	10
	Jabour	-	5	-	5
	Mata da Praia	1	1	-	2
	República	-	5	-	5
	Subtotal	1	21	-	22
Região 8 Jardim Camburi	Jardim Camburi	38	4	1	43
	Subtotal	38	4	1	43
Total Geral		40	27	10	77

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências e dos relatórios de inquéritos policiais dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, dos anos 2007 e 2008

3.3.2.3 Das idades dos jovens das classes médias acusados e investigados

Numa primeira averiguação das idades dos jovens das classes médias acusados e investigados nessas delegacias, já constatamos que terra foi a idade em que alguns deles foram acusados de autorias de infrações penais. Com apenas 18 anos de idade, 6 jovens, há pouco considerados inimputáveis penalmente, foram alvo de

acusações. Aliás, dentro do limite da faixa etária que consideramos para pessoas jovens, havia jovens de todas as idades noticiados.

O 1º lugar ficou com os jovens de 25 anos, que apareceram 12 vezes. O 2º lugar ficou com os de 26 anos, com 10 jovens, os quais não ficaram muito à frente dos jovens de 24 anos, que apareceram 9 vezes. O 4º lugar foi ocupado pelos jovens de 20, 23 e 28 anos, com 7 jovens de cada uma dessas idades. Ao 5º lugar concorreram os jovens de 18 e 22 anos, com 6 jovens, imediatamente seguidos pelos jovens de 27 anos, que se apresentaram em número de 5. Os jovens com 21 anos apareceram 4 vezes, e 3 vezes os de 29 anos. Apenas 1 jovem de 19 anos apareceu nos registros.

Observamos que a faixa de 25 a 29 anos, que normalmente não é apontada nas pesquisas como aquela em que incide o maior número de jovens vítimas e autores de violências (WAILSELFIZ, 2007), foi a que apresentou o maior número de jovens (37). Vejamos a tabela 21.

Tabela 21 – Idades dos jovens das classes médias acusados e investigados

Faixa etária	Idade	Jovens			Total
		Jardim Camburi ¹⁰⁰	Goiabeiras	Praia do Canto	
18 a 19 anos	18	6	-	-	6
	19	1	-	-	1
	Subtotal	7	-	-	7
20 a 24 anos	20	3	-	4	7
	21	2	1	1	4
	22	1	4	1	6
	23	6	1	-	7
	24	5	3	1	9
	Subtotal	17	9	7	33
25 a 29 anos	25	7	5	-	12
	26	3	6	1	10
	27	2	1	2	5
	28	3	4	-	7
	29	1	2	-	3
	Subtotal	16	18	3	37
	Total	40	27	10	77

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências e dos relatórios de inquéritos policiais dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, dos anos 2007 e 2008

3.3.2.4 Dos sexos dos jovens das classes médias acusados e investigados

Nos documentos que analisamos nos distritos policiais, os jovens do sexo masculino acusados de várias infrações penais foram maioria: 42 rapazes contra 35 jovens do sexo feminino. Há, no entanto, que se notar que, embora em menor número, a presença de jovens moças das classes médias, principalmente nos boletins de ocorrências, foi significativa: o total dessas jovens muito se aproximou do dos rapazes (ver tabela 22).

¹⁰⁰ No ano de 2008 os receptores das notícias-crimes de Jardim Camburi começaram a registrar a idade dos denunciados por faixa etária, não especificando nem a possível idade deles. No campo destinado à idade registravam, por exemplo, 18-24 anos, ou 25-29, e assim sucessivamente, impedindo não só o trabalho do pesquisador em classificar os denunciados, mas também o trabalho da própria polícia em identificar o autor. Há que se considerar que uma pessoa com idade de 18 anos é bem diferente de uma de 24. Foi o que ocorreu em 3 boletins de ocorrências analisados, os quais apresentavam a idade dos denunciados entre 18 e 24, que neste trabalho consideramos com idade de 18 anos, e em outros 02 boletins que apresentaram os denunciados com idade entre 25 e 29 anos, considerados como de 25 anos.

Tabela 22 – Sexo dos jovens das classes médias acusados e investigados

Sexo	Jovens			Total
	Jardim Camburi	Goiabeiras	Praia do Canto	
Feminino	23	11	1	35
Masculino	17	16	9	42
Total	40	27	10	77

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências e dos relatórios de inquéritos policiais dos distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, dos anos 2007 e 2008

3.3.2.5 Da cor da pele¹⁰¹ dos jovens das classes médias acusados e investigados

A cor da pele do(a)s jovens acusados só foi identificada nos boletins de ocorrências dos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras. Neles, os jovens de cor da pele negra acusados foram minoria, apenas 5 entre os 67 jovens. Número semelhante ao dos jovens de cor morena. Nessa classificação ficaram em 1º lugar os jovens de cor da pele branca (29 jovens), e em 2º lugar os da pele de cor parda (25 jovens). 3 não foram identificados por esta variável. Essas informações podem ser confirmadas na tabela 23 abaixo.

Tabela 23 – Cor da pele dos jovens das classes médias acusados e investigados

Cor	Jovens		Total
	Jardim Camburi	Goiabeiras	
branca	17	12	29
Parda	16	9	25
Morena	2	3	5
Negra	2	3	5
NI	3	-	3
Total	40	27	67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos boletins de ocorrências dos distritos policiais de Jardim Camburi e Goiabeiras, dos anos 2007 e 2008

Buscamos incessantemente por outros dados que pudessem melhor caracterizar os jovens das classes médias do município de Vitória/ES acusados de infrações penais,

¹⁰¹ Utilizamos a tipificação da cor da pele dos jovens tal qual descrita nos boletins de ocorrências, que pressupomos ter sido a declarada pelos noticiantes/vítimas das infrações penais.

mas, por mais esforços que tenhamos empreendido nessa busca, os dados colhidos foram muito inconsistentes. Particularmente nos boletins de ocorrências, muitos campos destinados à caracterização dos autores das infrações não foram preenchidos, o que ocorreu mesmo naqueles que identificaram os jovens autores pelo bairro e pela idade, impedindo uma caracterização mais aproximada desses jovens.

Isso aconteceu com dados como o grau de escolaridade; o tipo de instituição de ensino – privada ou pública –; a profissão; a situação trabalhista; o tipo de domicílio; a situação do domicílio – próprio ou alugado –; e o estado civil. Foram tão poucos os boletins que registraram algumas dessas informações que se tornou inviável considerar o perfil dos jovens por meio deles. Além do que, as poucas informações que conseguimos não foram retiradas dos campos a elas destinadas, mas das descrições dos fatos noticiados.

Assim, por exemplo, em nenhum dos boletins o grau de escolaridade foi registrado. O máximo que conseguimos saber foi que, dos 67 acusados, 10 eram estudantes, e entre esses uma jovem era estudante do curso de fisioterapia, e outra de jornalismo. Sobre a profissão do(a)s acusado(a)s não foi muito diferente, de modo que apenas de 11 foi possível saber a profissão: 2 arquitetas, 1 escriturário, 1 corretora de imóveis, 2 autônomos, 1 auxiliar de escritório, 2 vendedoras, 1 cabeleireira, 1 do lar. Saber quem dos 67 estava no mercado foi missão impossível, mas com muito esforço descobrimos que 7 estavam no mercado de trabalho, 4 não trabalhavam e 2 estavam desempregados. De todos os outros, nada foi identificado sobre essa variável. Sobre o tipo de domicílio habitado pelos jovens, detectamos que 43 moravam em apartamentos, sem, contudo, descobrir se tais apartamentos eram próprios ou alugados.

A falta de registro dos dados sobre os jovens de classes médias acusados do cometimento de infrações penais prejudicou grandemente uma fiel caracterização deles. E com pesar lembramos que essa deficiência de dados não é uma particularidade das delegacias em discussão, assim como não é uma particularidade dos boletins sobre os quais nos debruçamos nesta análise, pois ela esteve presente em mais de 70% de todos os documentos acessados nas delegacias.

A insuficiência de dados nos boletins de ocorrência e nos relatórios não nos impediu apenas de traçar um fiel perfil dos jovens das classes médias acusados, mas nos

impossibilitou principalmente de identificar, em mais 73% dos 4.094 boletins acessados, qualquer dado sobre os acusados. Também nos impediu de identificar as classes sociais dos investigados em 68% dos 379 relatórios de inquéritos. Em função dessas deficiências apontadas, continuamos a nos perguntar: quem são esses acusados de infrações penais? De onde vêm? Que idade têm? Qual a sua cor? E a que classe social pertencem?

3.3.3 As histórias que os números e tipos criminais escondem

Se a falta de dados nos impede de conhecer a realidade tal como ela é, a presença de números estatísticos por si só não revela muito dela. É preciso conhecer o que se esconde por detrás de tais números para não incorreremos no erro de desprezar fatos relevantes que se escondem em um pequeno número, mascarados pelo invólucro de um tipo penal de menor potencial ofensivo, e sublimarmos outros que aparecem em maior volume. É preciso conhecer as histórias que atravessam e constroem os baixos números que absolvem os jovens das classes médias e os altos números que condenam os jovens das classes populares. Entre os documentos pesquisados, destacamos alguns casos exemplares apresentados a seguir.

Com 20 anos de idade, um jovem de classe média do município de Vitória/ES, depois de praticar o crime de furto, que foi justificado pela dependência química, teve sua mãe como testemunha a favor da vítima. Essa mãe já havia sido inclusive agredida fisicamente pelo filho, o que justificou a necessidade de prisão do jovem.

As testemunhas e a mãe do autor declaram que o autuado possui personalidade violenta, é usuário de drogas e além de praticar crimes contra o patrimônio, constantemente ameaça os seus familiares e vizinhos, deixando todos ao seu redor intranquilos, amedrontados, razão pela qual norteado por cautela e visando preservar a ordem e a integridade física da mãe do infrator, bem como da vítima e das testemunhas, representamos no sentido de decretar a prisão preventiva do indiciado. (Relatório final de inquérito policial).

Também uma jovem moça de 21 anos, moradora de um bairro de classe média alta deste município, inconformada com o término do namoro, entrou em um bar onde se

encontrava a atual namorada do seu ex-namorado e a agarrou pelo pescoço, dizendo que iria matá-la, e desferiu vários tapas, deixando lesões por toda a face, sendo enquadrada no Art. 129 do Código Penal – que tipifica crime de lesão corporal “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” (BRASIL, 2005a).

Com idades de 26 e 27 anos, outros dois jovens rapazes de classes médias altas, também deste município, um advogado e o outro profissional de comércio exterior, foram ainda mais longe: numa boate localizada em um bairro das classes médias, agrediram brutalmente um aparente conhecido, desferindo-lhe uma forte pancada na cabeça que o fez cair no chão. Nessa posição, a vítima ainda foi agredida com novos golpes que atingiram diversas partes do seu corpo, resultando em “um ferimento na nuca que posteriormente foi objeto de três pontos cirúrgicos¹⁰²”. Esses jovens, depois de ouvidas as testemunhas e realizadas as investigações cabíveis, foram indiciados no relatório final pelo cometimento em co-autoria do crime de lesão corporal.

Esses são alguns relatos de infrações penais das quais são acusados jovens das classes médias sob investigação. Tais ocorrências, que são sempre cercadas de justificativas que parecem legitimá-las, são proporcionalmente menores que aquelas envolvendo jovens das classes populares, apresentando uma falsa ideia de que os primeiros não praticam violências – ideia contradita por aqueles relatos que demonstraram que jovens e não jovens das classes médias, assim como jovens e não jovens das classes populares, praticam infrações penais e, na sua extensão, diversas violências.

Longe de nós está a intenção de ignorar, ou mesmo de negar, que os contextos de pobreza, principalmente a extrema, não sejam terrenos férteis de produção e reprodução de quadros de revoltas, que resultam em práticas que vão de encontro à ordem estabelecida, isto é, as violências e, na sua extensão, os crimes. Mas também compreendemos que, se a pobreza fosse a justificativa para a produção da criminalidade e das violências, países como o Brasil já estariam no caos absoluto.

¹⁰² Essas informações foram retiradas do relatório final do inquérito policial aberto para apurar as acusações feitas pela vítima, em que foram ouvidas duas testemunhas que confirmaram a sua história. Os legistas que examinaram a vítima confirmaram que a lesão foi provocada por um objeto contundente.

Afinal, também não podemos negar o nosso altíssimo índice de pessoas vivendo em situação de pobreza¹⁰³.

3.4 JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS AUTORES DE INFRAÇÕES PENAIS CONDENADOS NA VARA DE EXECUÇÕES DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (VEPEMA)

A VEPEMA foi uma das primeiras instituições que buscamos no afã de identificar a possibilidade de encontrarmos dados relativos aos jovens de classes médias autores de violências. A abertura que nos foi concedida pela coordenadora do SSP e sua disposição na mediação tanto com o Juiz de Direito responsável pela VEPEMA, quanto com os jovens para possíveis entrevistas, deram-nos a certeza de que esta deveria ser a nossa porta de entrada para a concretização dos nossos objetivos. Iniciamos em agosto de 2008 nossos primeiros contatos com a VEPEMA/SSP, mas apenas em maio de 2009 começamos a coleta de dados, e por lá ficamos até setembro de 2009.

Durante esse período passaram por nossas mãos 10.048¹⁰⁴ (dez mil e quarenta e oito) fichas de acompanhamentos dos reeducandos. Estas se referiam a moradores de Vitória/ES, mas também, e em maior parte, a moradores dos municípios vizinhos – Viana, Cariacica, Serra, Vila Velha, entre outros. Particularmente nos documentos dos reeducandos que já haviam cumprido suas penas, encontramos fichas de datas diversas, que iam desde o ano de 1994 até o ano de 2009.

Assim que acessamos tais documentos, nossa primeira conduta foi separar aqueles que se referiam aos moradores de Vitória/ES dos moradores de outros

¹⁰³ De acordo com Chaui (2003, p. 56), “O Brasil ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração da renda e de má distribuição da riqueza, mas ocupa oitavo lugar em termos do Produto Interno Bruto. Essa desigualdade – 2% possuem 92% da renda nacional, enquanto 98% possuem 8% dessa renda – não é percebida como socialmente inaceitável, mas natural e normal. Em outras palavras, a sociedade brasileira é oligárquica e está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes”.

¹⁰⁴ Não podemos afirmar que este total representa o total de atendimentos realizados pelo SSP desde 1994, mas acreditamos que é o total das fichas que estavam arquivadas nesta instituição, incluindo aqueles em atendimento até a data final da nossa coleta.

municípios¹⁰⁵. Dessa primeira seleção, restaram 3.198 (três mil, cento e noventa e oito) documentos dos reeducandos, ou seja, 31,83% de moradores de Vitória/ES. Destes últimos, procedemos, então, à seleção daqueles que cometeram infrações penais na idade que definimos como jovens – pessoas com idade entre 18 e 29 anos. O total resultante dessa última seleção foi de 1.835 (um mil, oitocentos e trinta e cinco) fichas, que se referiam a jovens de todas as classes sociais, ou seja, 57,38% de todos os reeducandos moradores de Vitória/ES. E, finalmente, chegamos aos documentos relativos aos jovens moradores de bairros considerados das classes médias¹⁰⁶, que resultaram num total de 312, isto é, 17% daquele total de jovens de todas as classes sociais atendidos pelo SSP.

Apesar de o local de moradia ser o nosso primeiro critério para a identificação dos jovens como pertencentes às classes médias, decidimos confrontá-lo com outras variáveis que a literatura aponta como características do segmento social classes médias: renda familiar, casa própria, profissão do jovem e dos pais, entre outras¹⁰⁷ (GUERRA et al, 2006).

Assim, atendendo aos critérios de recorte temporal – ser atendido nos anos de 2007, ou 2008, ou 2009¹⁰⁸ –, ao local de moradia – morar em bairros considerados de classes médias – conjugados a pelo menos mais uma das variáveis acima descritas, restaram para a nossa análise o total de 57 fichas, as quais se referiam a reeducandos que haviam cometido infrações penais quando jovens¹⁰⁹. A maior parte

¹⁰⁵ Nessa primeira seleção, separamos também as fichas que não registravam o município de moradia dos reeducandos, que, embora não fosse um número muito alto (131), representavam 1,3% do total geral de documentos. Seguindo a lógica do percentual representativo de Vitória/ES, nesse total geral (31,83%) caberia a Vitória/ES aproximadamente 41 infratores.

¹⁰⁶ Esses bairros estão definidos no capítulo 2 deste trabalho, no item 2.3 Cenário do Estudo.

¹⁰⁷ Cabe lembrar que as fichas de acompanhamento ou fichas sociais que acompanhavam as fichas de identificação dos usuários, apesar de conterem um riquíssimo roteiro de entrevista para os usuários, não tinham preenchidas todas as informações que o roteiro orientava, negando-nos, portanto, a possibilidade de agrupar um maior número de características do nosso sujeito de estudo. E é por isso que nos limitamos a considerar apenas duas variáveis, usando o critério de exclusão. Depois da primeira seleção realizada com base no local de moradia, buscávamos, nos outros dados, aquelas características que pudessem negar que aqueles jovens fossem integrantes das classes médias. Assim, por exemplo, se o jovem era morador do bairro Jardim Camburi, mas a renda familiar, por ele declarada, estava abaixo de R\$ 1.064,00 e a renda *per capita* abaixo de 214,00 (NÉRI, 2008) não o considerávamos como de classes médias, logo não coletávamos os seus dados.

¹⁰⁸ As razões para incluir na coleta de dados os jovens atendidos no ano de 2009 estão expostas no capítulo 2 deste trabalho, no item 2.5.3 A coleta de dados na VEPEMA.

¹⁰⁹ Alguns desses reeducandos, na data do início do atendimento, não eram mais jovens. Outros não tinham registradas as suas datas de nascimento nas fichas. Nesses dois casos recorremos a um campo da ficha destinado a saber com quantos anos o reeducando havia cometido o crime. Havia,

deles havia sido atendida em 2007, isto é, 28 jovens. No ano de 2009, o total de 21 jovens em cumprimento de pena, em relação aos outros anos, foi significativo, pois coletamos os dados apenas até o mês de setembro do referido ano. Foi, portanto, o menor total de jovens das classes médias atendido em 2008 – 8 jovens (ver tabela 24).

Tabela 24 – Classificação por ano dos jovens das classes médias autores de infrações penais cumprindo Pena no SSP/VEPEMA

Ano	Jovens
2007	28
2008	8
2009	21
Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das fichas do SSP/VEPEMA, dos anos 2007, 2008 e 2009

Nem todos os jovens atendidos em 2007 terminaram de cumprir suas penas neste mesmo ano. Alguns continuaram a ser atendidos em 2008 e ainda em 2009. O mesmo acontecendo com alguns que começaram a ser atendidos em 2008. Na data da coleta dos dados, contudo, uma parcela desses jovens (13) já havia cumprido sua pena, 1 havia falecido, e 43, a maioria, ainda tinham tempo de pena por cumprir. Destes, 35 estavam em cumprimento regular da pena, e 8 em situação irregular, isto é, pararam por conta própria de cumprir suas penas, estando, portanto, sujeitos a sofrer pena de privação de liberdade, caso não justifiquem, em audiência marcada pelo juiz, o motivo da interrupção da execução da pena¹¹⁰ (ver tabela 25).

contudo, algumas fichas que não informavam em que idade os reeducandos haviam cometido a infração penal. Para essas situações, recorriamos à data de nascimento, que diminuíamos da data do início do atendimento, e aqueles que, dessa conta, tivessem entre 18 e 29 anos tiveram suas infrações consideradas como cometidas na fase juvenil.

¹¹⁰ O não cumprimento pelos jovens das penas previstas em lei para seus crimes pode resultar em vários outros desdobramentos que também estão definidos em leis específicas, dentre eles o da conversão para a pena privativa de liberdade, devendo o condenado ser recolhido na prisão (ESPÍRITO SANTO, 2002).

Tabela 25 – Situação dos jovens das classes médias condenados na VEPEMA

Situação	Jovens
Regular	35
Irregular	8
Extinta	13
falecido	1
Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das fichas do SSP/VEPEMA, dos anos 2007, 2008 e 2009

3.4.1 Das infrações penais praticadas pelos jovens das classes médias atendidos pelo SSP/VEPEMA

Quais foram as infrações penais que levaram 57 jovens de classes médias do município de Vitória a serem punidos com penas e medidas alternativas à privação de liberdade, e, por vezes, não cumpri-las? Ao contrário do que se costuma pensar, não foram somente contravenções penais, isto é, crimes de menor potencial ofensivo (PAULO, 2002), que esses jovens praticaram, mas foram também crimes tipificados no Código Penal brasileiro (BRASIL, 2005a) e em leis penais especiais.

Classificando as infrações penais praticadas pelos 57 jovens condenados na VEPEMA em categorias criminais, descobrimos que pelo menos em 7 dessas categorias esses jovens transitaram. A maioria praticou os “Crimes violentos contra o patrimônio”. Enquadrados nesta categoria, encontramos 31 jovens, dos quais 9 praticaram o crime de furto, sendo em dois eventos tipificado como furto qualificado; 8 praticaram o crime de roubo, havendo em 3 eventos deste crime o emprego de arma, além de 1 tentativa de roubo; 4 jovens se envolveram em crime de receptação; 7 estiveram envolvidos em crime de estelionato e 2 nos crimes de apropriação indébita e extorsão.

A outra categoria que mais enquadrou os jovens foi a de “Delitos envolvendo drogas”. Nela encontramos 12 jovens, que foram pegos e condenados ao cumprimento de penas por praticarem não somente porte de drogas ilícitas para uso, mas também o tráfico de entorpecentes. Neste último crime, estiveram envolvidos 7 jovens, e no de porte de drogas para uso 5 deles.

A terceira categoria com maior número de jovens foi a “Delito de trânsito”, com apenas 2 casos. Contudo, 1 deles teve como resultado a morte da vítima. O jovem autor alegou na ficha de acompanhamento que não estava alcoolizado, mas admitiu que estava em alta velocidade, provocando a morte de uma pessoa. No outro caso, o jovem dirigia bêbado e sem possuir carteira de habilitação para tanto.

Na categoria “Crimes violentos letais e intencionais e não intencionais” apareceu apenas 1 jovem, a qual foi enquadrada como autora de um homicídio. Na ficha de acompanhamento desta jovem não existia registro, nem o histórico e nem o motivo do crime, mas por esse crime ela ficou presa cerca de quatro anos.

Na categoria “Crimes violentos não letais contra a pessoa” também só foi encontrado 1 jovem que, com outras pessoas, praticou os crimes de violação de correspondência e roubo. Em mais duas categorias, esses jovens também se inscreveram: um deles, por desacato à autoridade, foi inscrito na “Crimes contra a administração em geral”, e o outro, por uso de documento falso, na categoria “Crimes contra a fé pública”.

Mas as infrações penais cometidas por esses jovens não pararam por aí. Constatamos que o disparo de arma de fogo integrou o histórico de 1 jovem, e que por outras infrações penais, não especificadas nos campos destinados a essa informação nas fichas, 7 jovens cumpriam penas ou medidas alternativas à restrição de liberdade. Observamos que desses 7 jovens, 6 foram beneficiados pela Suspensão Condicional do Processo, o que pode ser uma explicação para o não registro dos tipos de infrações penais por eles cometidos nas fichas. Em 4 dessas fichas descobrimos que os jovens tiveram envolvimento com o uso de drogas. Não podemos afirmar, contudo, que esta fora a causa da aplicação de suas penas restritivas de direito. Na tabela 26 estão demonstradas as infrações penais por que foram condenados os jovens das classes médias na VEPEMA, classificadas em categorias criminais.

Tabela 26 – Classificação em categorias criminais das infrações penais praticadas por jovens das classes médias em cumprimento de pena na VEPEMA

Categorias criminais	Tipologia das infrações penais	Ocorrências
Crimes violentos letais e intencionais e não intencionais	Homicídio consumado/circunstâncias atenuantes	1
	Subtotal	1
Crimes violentos não letais contra a pessoa	Violação de correspondência, seguido de roubo com emprego de armas, praticado por mais de uma pessoa, e mantendo a vítima em seu poder, restringindo a sua liberdade.	1
	Subtotal	1
Crimes violentos contra o patrimônio	Apropriação indébita	1
	Estelionato	2
	Estelionato/crime continuado	1
	Estelionato/fraude	2
	Estelionato/circunstâncias atenuantes	1
	Estelionato a entidade pública, com formação de quadrilha	1
	Extorsão cometida por duas ou mais pessoas	1
	Furto	7
	Furto qualificado, cometido mediante concurso de 2 ou mais pessoas.	2
	Receptação	4
	Roubo	5
	Roubo com emprego de arma	3
	Tentativa de roubo	1
	Subtotal	31
Delitos envolvendo drogas	Posse/uso de entorpecentes	5
	Tráfico de entorpecentes	7
	Subtotal	12
Delitos no trânsito	Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor	1
	Dirigir embriagado e sem a devida habilitação	1
	Subtotal	2
Crimes contra a administração em geral	Desacato à autoridade	1
	Subtotal	1
Crimes contra a fé pública	Uso de documento falso	1
	Subtotal	1
Outros crimes	Disparo de arma de fogo	1
	NI	7
	Subtotal	8
Total Geral		57

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados no SSP/VEPEMA, dos anos 2007, 2008 e 2009

Muitos desses jovens, antes que seus processos chegassem à VEPEMA, estiveram presos, alguns durante horas, mas outros durante anos¹¹¹. Nem todas as penas alternativas cumpridas nesta Vara eram correspondentes aos crimes cometidos pelos jovens. Para alguns elas significavam uma etapa final da sua pena restritiva de liberdade, conseguida com o regime de progressão. Observamos, por exemplo, que 17 jovens estavam em regime aberto, 1 em regime semiaberto, e 4 no estágio de livramento condicional¹¹², de maneira que todos eles estiveram presos antes de cumprirem pena na VEPEMA. 14 foram beneficiados pela suspensão condicional do processo com prestação de serviço à comunidade (PSC) ou com doação, 3 haviam sido beneficiados pela transação penal, cumprindo a PSC, e 18 foram penalizados com PSC (ver tabela 27).

Tabela 27 – Regimes fixados para os jovens das classes médias

Regime	Jovens
Aberto	5
Aberto com PSC	7
Aberto com Pena Restritiva de Direito (PRD)	1
Aberto com prisão domiciliar	4
Semiaberto	1
Livramento condicional	4
Suspensão condicional do processo (SCP)	10
SCP com PSC	3
SCP com doação	1
Transação Penal c/ PSC	3
PSC	15
PSC com PRD	3
Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos de 2007 e 2008.

No limite das informações adquiridas nos documentos dos reeducandos, traçamos um perfil dos jovens de classes médias autores de infrações penais que estavam cumprindo, ou cumpriram penas e medidas alternativas, sob a orientação e fiscalização do SSP da VEPEMA. Muitas questões a que gostaríamos de responder

¹¹¹ O maior tempo de prisão foi de 6 anos, e o menor de 6 horas.

¹¹² No livramento condicional, o reeducando não precisa mais participar das atividades desenvolvidas no SSP, a exemplo de palestras, tendo que comparecer ao SSP bimestralmente até a extinção da pena.

por meio dos dados das fichas ficaram sem respostas, mas outras – por exemplo, em que bairros moravam; com que idade cometeram a infração penal; qual o grau de escolaridade; e como era composta a família – estão respondidas em vários tópicos abaixo, possibilitando-nos minimamente reconhecer que não é a pobreza, não é a falta de instrução, não é a falta de família, pelo menos nenhum desses fatores olhados de forma isolada, que empurram nossos jovens para a criminalidade e a violência.

3.4.2 Dos bairros de moradia dos jovens das classes médias autores de infrações penais

Não encontramos nas fichas de acompanhamento todos os 17 bairros que selecionamos como moradia das classes médias, mas um número significativo deles apareceu. Ao todo, encontramos 8 distintos bairros os quais já foram encontrados nas outras instituições – distritos policiais de Jardim Camburi, Goiabeiras e Praia do Canto, CIODES – e nos jornais em que coletamos dados para este mesmo trabalho.

Nas fichas do SSP/VEPEMA, o bairro que abriga o maior número de jovens é Jardim Camburi, com 22 indivíduos. O bairro Jardim da Penha vem em 2º lugar, com 13 jovens; Jabour em 3º lugar, com 12 jovens; e em 4º lugar o bairro Praia do Canto, com 3 jovens. Os bairros Mata da Praia, Praia de Santa Helena e Santa Lúcia, estão em 5º lugar, com 2 jovens cada um, ficando em último o bairro Antônio Honório, que aparece uma única vez (ver tabela 28).

Essa ordem de colocação dos bairros se apresentou praticamente em todas as instituições analisadas, principalmente em relação aos bairros Jardim Camburi, Jardim da Penha e Praia do Canto, que em quase todas elas ocuparam os primeiros lugares. Lembrando que jovens de vários outros bairros das classes médias foram apontados nas outras instituições investigadas como autores de infrações penais.

Tabela 28 – Bairros de moradia dos jovens das classes médias condenados

Regiões	Bairros	Jovens
Região 5 Praia do Canto	Praia do Canto	3
	Praia Santa Helena	2
	Santa Lúcia	2
	Subtotal	7
Região 6 Continental	Jardim da Penha	13
	Jabour	12
	Mata da Praia	2
	Antônio Honório	1
	Subtotal	28
Região 8 Jardim Camburi	Jardim Camburi	22
	Subtotal	22
	Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008.

Sobre o tipo de domicílio desses jovens, muito pouco tivemos de informação. Descobrimos que 8 moravam em apartamentos, e 5 em casas de alvenarias. Os outros 44 documentos nada informaram sobre isso. Mas sabemos que 35 moravam em imóveis próprios, e 9 em alugados. Dos outros 13 não houve registros (ver tabela 29).

Tabela 29 – Situação do imóvel dos jovens das classes médias condenados

Imóvel	Jovens
Próprio	35
alugado	09
NI	13
Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008

3.4.3 Do sexo dos jovens das classes médias autores de infrações penais

Os jovens do sexo masculino foram os que mais apareceram como autores de infrações penais nas fichas do SSP/VEPEMA: foram 46 dos 57 analisados. As jovens do sexo feminino apareceram em 11 eventos (ver tabela 30).

Tabela 30 – Sexo dos jovens das classes médias condenados

Sexo	Jovens
Feminino	11
Masculino	46
Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008

3.4.4 Da idade dos jovens das classes médias autores de infrações penais

Muito novos, é assim que podemos considerar os jovens que em maior número estavam cumprindo pena na VEPEMA. Jovens de 21 e 22 anos de idade concorreram ao 1º lugar na prática de infrações penais, sendo 7 para cada uma dessas idades. Não muito atrás ficaram 6 jovens de 19 anos que, com outros 6 de 27 anos, ocuparam o 2º lugar. Os jovens de 20 e 23 anos disputaram o 3º lugar, com 5 deles em cada grupo, seguidos pelos de 25 e os de 29 anos, com 4 jovens cada. Ainda mais jovem foi o grupo de 3 rapazes, com apenas 18 anos, ficando na frente dos de 26 anos, que eram apenas 2, e dos de 28, que era somente 1.

Como podemos observar, os jovens de todas as idades, que compõem a faixa etária de nosso estudo, estiveram cumprindo penas e medidas alternativas na VEPEMA, sobressaindo aqueles de pouquíssima idade, os jovens de 21 e 22 anos, dentro da faixa etária de 20 a 24 anos (ver tabela 31).

Tabela 31 – Idade dos jovens das classes médias na data a cometimento da infração penal

Faixa etária	Idade	Jovens
18 a 19 anos	18	3
	19	6
	Subtotal	9
20 a 24 anos	20	5
	21	7
	22	7
	23	5
	Subtotal	24
25 a 29 anos	25	4
	26	2
	27	6
	28	1
	29	4
Subtotal	17	
Não identificada	NI	7
Total		57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008

3.4.5 Da escolaridade dos jovens das classes médias autores de infrações penais

Com alto grau de escolaridade se apresentou boa parte dos jovens de classes médias apenados na VEPEMA. Com nível superior completo, encontramos 10 jovens, e com nível superior incompleto, 14. Com ensino médio completo, encontramos 10 jovens, e ensino médio incompleto, 14. Os jovens com ensino fundamental incompleto foram minoria, apenas 4 deles. E 1 com curso técnico incompleto (ver tabela 32).

Chamamos a atenção para o grau de escolaridade de 24 dos jovens de classes médias apenados, pois percebemos que, nem mesmo o acesso a um considerável nível educacional impediu que eles cometessem infrações penais e, na sua extensão, violências.

Tabela 32 – Escolaridade dos jovens das classes médias condenados

Grau de escolaridade	Jovens
Superior incompleto	14
Superior completo	10
Ensino médio incompleto	14
Ensino médio completo	10
Ensino fundamental incompleto	4
Curso técnico incompleto	1
NI	4
Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008

Os jovens de classes médias se formaram em diferentes cursos de graduação, ou, ainda, tiveram a oportunidade de começar a fazê-lo. Tão variada foi a lista de cursos a que tiveram acesso que ficou difícil apontar uma tendência de um ou de outro curso. A única lógica que encontramos em tudo isso, e que vem reafirmando a nossa hipótese, é de que, assim como independe de poder aquisitivo e do grau de escolaridade a inserção na criminalidade e nas violências, independe também o curso que os jovens optaram por fazer. Apenas dois cursos tiveram destaque: administração, com 5 jovens, e direito, com 3. Fora isso, foi basicamente 1 jovem por curso.

Particularmente, chama-nos a atenção os 3 jovens do curso de direito, por entendermos que eles deveriam conhecer muito mais de leis do que os outros, mas que nem mesmo esse conhecimento os impediu de cometer infrações penais. Um deles, inclusive, usou desses conhecimentos para extorquir uma pessoa. A lista dos cursos escolhidos por esses jovens pode ser visualizada na tabela 33.

Tabela 33 – Cursos frequentados pelos jovens das classes médias condenados

Curso	Jovens
Administração	5
Agronomia	1
Ciências biológicas	1
Ciências contábeis	1
Direito	3
Educação física	2
Engenharia ambiental	1
Engenharia elétrica	1
Geografia	1
Matemática	1
Sistema de informação	1
Tecnologia mecânica	2
Turismo	1
NI	3
Total	24

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008

Não conseguimos, pelas fichas, detectar se esses jovens frequentavam instituição de ensino pública ou privada, já que em apenas quatro fichas essa informação foi preenchida, tornando-se muito frágil esse dado para fins de perfil. De acordo com essas quatro fichas, 3 jovens estudavam em instituição privada e 1 em pública.

3.4.6 Situação trabalhista dos jovens das classes médias autores de infrações penais

À época do preenchimento das fichas, 15 desses jovens declararam-se desempregados, 13 autônomos e 12 empregados, mas de 17 deles não conseguimos essa informação (ver tabela 34).

Tabela 34 – Situação trabalhista dos jovens das classes médias condenados

Situação	Jovens
Desempregado	15
Autônomo	13
Empregado c/ CTPS	7
Empregado s/ CTPS	3
Autônomo/empregado c/ CTPS	2
NI	17
Total	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008

3.4.7 A família dos jovens das classes médias autores de infrações penais

Conforme as fichas de acompanhamento, a maioria dos jovens tinha pai e mãe vivos. Com exceção de 6 fichas que não informavam sobre o pai, somente em 2 estava registrado que os pais eram falecidos. Salvo em 1 ficha que não identificou a mãe do jovem, nenhuma outra informou que as mães dos jovens eram falecidas (ver tabela 35).

Tabela 35 – Família dos jovens das classes médias condenados

	Pai	Mãe
Vivos	49	56
Falecidos	2	-
NI	6	1
Total	57	57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na VEPEMA, dos anos 2007 e 2008

A situação conjugal dos pais dos jovens não foi uma informação muito fácil de perceber. Em apenas 8 documentos conseguimos alguma informação sobre tal situação, nos quais 5 pais eram separados e 3 continuavam casados. 49 fichas nada informavam sobre isso.

Sobre a profissão desses pais também não foi muito diferente. Embora entre eles existissem analista de sistema, auditor fiscal, bancário, empresários, portuário, professor, caldeireiro mecânico, aposentado e autônomo, em 47 fichas nada se

registrou sobre a profissão. Em relação às profissões das mães, também pouco se registrou. Sabemos apenas que entre elas havia empresárias (2), comerciantes (2), professoras (2), técnica em contabilidade (1), proprietária de salão de beleza (1), autônoma (1) e aposentadas (2). Os documentos que tinham os registros das profissões das mães foram praticamente os mesmos em que estavam registradas as profissões dos pais, ficando, portanto, grande parte dessa informação sem registro.

Em relação à renda familiar, também pouco conseguimos, pois apenas em 7 fichas essa informação foi detectada. As rendas variaram entre R\$ 1.800,00 e R\$ 5.000,00, constatando-se desses poucos registros que, pelo menos, 2 dos 7 jovens autores de infrações penais que declararam suas rendas familiares mensais integravam a classe média alta deste município.

Buscamos, entre os documentos, identificar situações conflituosas vivenciadas pelos jovens apenados durante a infância, a adolescência e outras fases de suas vidas, que pudessem explicar a opção deles por condutas criminosas. Uma busca sem sucesso, pois apenas em um documento houve o relato de violência doméstica sofrida pela mãe do reeducando. Todos os outros nada informavam sobre esse assunto.

Assim como esses, muitos outros campos ficaram sem ser preenchidos, o que dificultou a fiel identificação dos jovens das classes médias, mas não invalidou outros tantos dados encontrados nesta e nas outras instituições pesquisadas, que comprovaram a participação desses jovens como autores de violências criminalizadas ou de crimes sem violências.

CAPÍTULO 4 – ANALISANDO A (IN)VISIBILIDADE DO JOVEM DE CLASSE MÉDIA AUTOR DE VIOLÊNCIA

A violência, como já expusemos, assume conotações e representações diversas, pois, como reflete Zaluar (1999), a palavra violência desde a sua etimologia conduz a uma variedade de interpretações, nas quais estão reproduzidos os valores de quem a sofre e também daquele que a pratica, mas que, segundo Misse (2006), não é autoexplicável. Esse é um fenômeno que acompanha a história da humanidade que, entretanto, vem sofrendo constantes mutações de graus e de sentidos. Uma conduta interpretada como violenta em uma cultura nem sempre é de igual forma considerada em outra. Assim como uma conduta que não é considerada violência em determinado momento histórico, pode passar a ser em outro momento. Isso faz da violência um fenômeno histórico que pode modificar-se espacial e temporalmente (CHAUI, 1995; ZALUAR, 1999; CAMACHO, 2003; MISSE, 2006).

Nessa flexibilidade de interpretação do fenômeno reside, assim, o perigo do desvirtuamento do sentido da ação em si, quando definir o que é o que não é violência, e daí ignorá-la, evitá-la e/ou repreendê-la, dependerá dos valores de grupos sociais, os quais lhe darão, na medida dos seus interesses, a sua interpretação e a sua condução, podendo entrar em cena o mecanismo ideológico, com o qual se nega a existência de várias outras violências, que não aquelas que eles difundem como tais, ou ainda a negação de que a violência a que assistimos aterrorizados tem origem em outra violência maior, na violência social. Não é por outro motivo, senão por força ideológica, que a violência na sua multiplicidade de faces está reduzida e amplamente representada por sua face criminal – especialmente os crimes contra o patrimônio e o homicídio (CHAUI, 2003).

Tão fluida e tão manipulável quanto a compreensão de violência se apresenta a representação de juventude (BOURDIEU, 1983a). Com relação a esta, observamos, também, um esforço ideológico de uma homogeneização regulada com uma dicotomização. Ao mesmo tempo em que todo o conjunto da juventude é reconhecido por um recorte etário, em contrapartida ele é dividido em dois polos. Em um polo encontram-se os jovens das classes médias e altas, herdeiros de uma

moratória social e capital simbólico do conjunto homogeneizado; de outro, estão os jovens pobres, largados à própria sorte, sem possibilidades de acesso aos bens e serviços que o mercado exhibe e que, por isso, são representados como aqueles que recorrem à violência criminal como instrumento para obtê-los.

Homogeneização e dicotomização que parecem muito convenientes àqueles que desejam manter as coisas como estão. Enquanto se reconhece que todos são jovens, elege-se, do conjunto, um grupo para representá-los, o qual deve ser seguido por todos. Esse é essencialmente um papel da ideologia, que, segundo Chauí (1994, p. 93), “[...] é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes”. Todos os jovens que não se enquadram no modelo idealizado são, por sua vez, criminalizados.

Na mesma razão com que se nega a existência de outras violências, afirma-se a existência de um só perpetrador, representado em geral pela figura dos pobres (CHAUI, 2003). Criminalizam-se estes últimos enquanto tantas outras violências e autores ficam invisibilizados. É nessa lógica que os jovens pobres aparecem como o grande vilão da atualidade e, em face disso, superlotam as prisões e retroalimentam a crença no imaginário social da íntima relação entre pobreza e violência. Assim, concomitantemente, jovens e mesmo não jovens das classes médias e altas autores de violências – e elas próprias – se tornam invisíveis como tais.

O reflexo do fenômeno da (in)visibilidade foi encontrado nas pesquisas que realizamos nas instituições de justiça – distritos policiais e VEPEMA –, no CIODES e nos jornais, das quais obtivemos um quantitativo relativamente baixo de registros de jovens das classes médias atuando como autores em práticas de infrações penais, principalmente se o compararmos com a quantidade de jovens das classes populares que no distrito policial da Praia do Canto e na VEPEMA foi significativamente maior, como pôde ser constatado nos dados apresentados no capítulo 3.

Apesar do baixo número de registros obtidos, compreendemos que é suficiente para contestar a crença de que só pobres e sem instrução praticam violências e, na sua extensão, o crime, ou vice-versa. E do qual nos valem, não com o fim de condenar os jovens das classes médias, mas para lembrar que estes, assim como os jovens pobres, que socializados num mesmo tempo, numa mesma sociedade classista,

individualista, desprovida de sentimentos de solidariedade e de respeito ao outro, interiorizam esses valores (MARGULIS; URRESTI, 2008) e os manifestam por meio de práticas violentas e crimes, os quais quase nunca são resultado de necessidades básicas, mas quase sempre são espelhos de necessidades relativas que a sociedade capitalista produz nos nossos jovens, que, por muitas vezes, as têm frustradas (WIEVIORKA, 1997).

4.1 A (IN)VISIBILIDADE DOS REGISTROS DOS DADOS SOBRE OS AUTORES DE VIOLÊNCIAS

Em certa medida, todas as fontes pesquisadas contribuíram para a (in)visibilidade dos jovens das classes médias autores de violências do município de Vitória/ES e de suas violências. Não é possível esquecer que as notícias sobre jovens das classes médias, referentes aos anos de 2007 e 2008, encontradas nos dois jornais pesquisados, somadas resultaram no total de 21, enquanto no CIODES, no mesmo período, foram registrados 303 casos sobre esses jovens, estando ainda invisibilizados. Atrás deste último número, houve outros 253 eventos referindo-se a jovens desse segmento social, que, pela forma com que foram registrados, impossibilitaram sua identificação.

Nos distritos policiais, tivemos a perda inestimável de 3.278 casos, pois não possibilitaram identificar quais eram os autores das infrações penais. Em 73,28% dos documentos analisados, não havia nenhum indício da autoria das infrações denunciadas, já que todos eles estavam sem os nomes e sem os endereços dos acusados. Além disso, houve 110 documentos relativos a pessoas das classes médias moradores de Vitória/ES que não identificaram as idades dos autores, ou seja, 23,11% de documentos deste município.

Na VEPEMA, instituição na qual depositamos toda a nossa esperança em conseguir dados mais substanciais sobre os jovens das classes médias, não tivemos uma perda muito significativa sobre o local de moradia dos autores de infrações penais.

Mas, em contrapartida, muitos dos dados relativos a esses jovens não foram registrados.

A deficiência, ou mesmo a inexistência em muitos casos, dos registros dos dados sobre os autores de infrações penais se apresentou, para nós, como um primeiro facilitador à (in)visibilidade dos jovens das classes médias autores de violências. Uma deficiência que não esteve atrelada apenas à falta do fornecimento dos dados dos autores das infrações penais pelos noticiantes, que muitas vezes não têm as características dos seus ofensores, mas também à falta de reconhecimento pelos próprios profissionais que registram tais informações da importância desses dados tanto para os pesquisadores, quanto para a própria instituição de Justiça, que uma vez de posse dessas informações poderia dar uma resposta mais eficiente à população em geral e aos usuários desses serviços.

Sabemos, pois, que tais profissionais não podem ser sozinhos responsabilizados, pois são inegáveis as condições precárias em que muitos deles desenvolvem os serviços, e quão grande é a demanda a que são chamados a dar conta, sendo, portanto, este um problema muito mais estrutural do que residual, como parece ser quando acessamos tais documentos in loco.

Seguindo essa falta generalizada de registros de dados que identificariam os infratores, e também em razão dela, deparamo-nos com um tímido quantitativo de registros de eventos envolvendo jovens das classes médias. Essa timidez, para nós pesquisadores, comporta interpretações que extrapolam os limites do número estatístico, e para a sociedade, para aqueles que se baseiam exclusivamente em um número, exclusivamente no que está visível, esse baixo quantitativo reforça a ideia de que os pobres são naturalmente violentos – e só a prisão para consertá-los –, e inversamente reforça a crença de que os jovens das classes médias apenas tiveram um desvio de conduta, que com a ajuda da família, dos amigos, entre outros, logo encontrarão o caminho de volta.

À luz de Chauí (1994), que discute o papel da ideologia na produção das ideias, diríamos que a interpretação daqueles não é falsa, embora seja “necessariamente invertida”, afinal o número que eles veem representa a realidade cotidiana que vivenciam: jovens pobres são cotidianamente presos, logo – interpretam – jovens pobres são os únicos que praticam violências e crimes. O efeito vira causa. O fato de serem mais presos, mais condenados, mais criminalizados, leva todos a crerem

que são os pobres os únicos criminosos, e não que são eles os mais criminalizados. Afinal, o que está por trás desse número está totalmente oculto. As causas que geram o baixo número de jovens de classes médias nos processos, nas Varas de execuções penais e nas prisões estão totalmente invisíveis, pelo menos no nível da aparência. É o que afirma Chaui (1994, p. 105) ao dizer que,

[...] A aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens. Isto significa que uma ideologia sempre possui uma *base real*, só que essa base está de ponta-cabeça, é a aparência social. [...].

Aparência que foi, em certa medida, rompida por meio das falas de profissionais por nós entrevistados, os quais no seu cotidiano profissional têm como missão intervir junto aos infratores das leis penais, tanto na contenção e na investigação, quanto na condenação dessas condutas e na execução das penas. Estamos falando de profissionais que atuam nos Poderes Executivo e Judiciário, com o papel de garantir o funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil (FERREIRA; FONTOURA, 2008).

Sabemos, pois, que o fato de esses atores atuarem junto aos infratores da lei não significa que eles deram aos fatos ocorridos a exata medida de sua complexidade, ou os conformaram à realidade propriamente dita. Todos falaram dos seus valores, de suas crenças, das suas visões de mundo, das representações construídas socialmente, que, segundo Minayo (2004, p. 174),

[...] não são necessariamente conscientes. [as representações sociais] Perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz e se modifica a partir das estruturas e das relações coletivas e dos grupos.

Os discursos impostados nas entrevistas, portanto, foram atravessados por outros discursos (ORLANDI, 2007) que refletem a interpretação dos entrevistados da realidade vivenciada por eles; que refletem o cargo institucional que ocupam, assim como a classe social à qual pertencem, mas que, acima de tudo, falam da realidade que eles vivem cotidianamente. E foi a partir das entrevistas que pudemos reafirmar algumas das razões pelas quais jovens das classes médias do município de Vitória/ES se mantêm na (in)visibilidade dos registros institucionais e também no quadro de violência que posicionou este município, no ano de 2006, no 9º lugar

entre os 100 municípios brasileiros com as maiores taxas médias de homicídio na população juvenil (WAISELFISZ, 2008).

4.2 O PERFIL DO JOVEM DAS CLASSES MÉDIAS AUTOR DE VIOLÊNCIAS

As contradições inerentes ao modo de produção capitalista vigente, as quais se expressam no crescimento relativo da pauperização, transposta na “expansão do exército industrial de reserva” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007), manifestam-se na atualidade na escalada da violência contemporânea, retradução das frustrações provocadas por aquelas mesmas contradições. E foi por meio destas que jovens de classes médias do município de Vitória/ES, detentores de direitos desconhecidos por jovens das classes populares e possuidores da moratória social, foram descobertos como autores de violências, servindo-nos de objeto, ainda que parcial, para contestar a íntima relação entre pobreza e violência, reforçada na (in)visibilidade desses agentes, mas também na própria demonização da juventude.

Os dados quantitativos analisados à luz da pesquisa qualitativa romperam com a postulada inocência dos jovens das classes médias do município de Vitória. Dos 17 bairros definidos como locais de moradia dos integrantes das classes médias de Vitória/ES, 13¹¹³ foram encontrados nos documentos que analisamos como locais de moradias dos referidos jovens.

Percebemos que as instituições em que coletamos dados obedecem a uma hierarquia dentro do Sistema de Justiça Criminal, isto é, algumas atuam no momento em que ocorre a infração penal, outras no acolhimento da notícia-crime e sua investigação, e outras na execução da pena, sendo possível que os dados encontrados em algumas dessas instituições sejam os mesmos das outras e, por isso, não os somamos. Elas, entretanto, ampliaram o conhecimento do nosso objeto de estudo, pois alguns bairros noticiados nos jornais não apareceram, por exemplo,

¹¹³ Os bairros foram: Barro Vermelho, Enseada do Suá, Praia do Canto, Praia de Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Luíza, Antônio Honório, Jabour, Jardim da Penha, Mata da Praia, Morada de Camburi, República, Jardim Camburi.

na VEPEMA e vice-versa. Assim como alguns que apareceram no CIODES não apareceram nos distritos policiais. Outros que apareceram no CIODES e nos distritos policiais não apareceram nem nos jornais nem na VEPEMA.

Dentre todas as fontes, os jornais foram os que registraram menos casos e menor quantidade de bairros. Já o CIODES foi o que apresentou mais eventos e maior número de bairros entre os selecionados. O bairro Jardim Camburi foi aquele que abrigou mais jovens autores. Nas quatro¹¹⁴ fontes pesquisadas, foram identificados jovens deste último bairro, mas também dos bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Mata da Praia, bairros reconhecidamente como moradia de classes média-média e média-alta deste município.

Essa não linearidade dos dados pode significar muita coisa: uma delas é a confirmação de que os dados dos jornais são subnotificados, o que remonta a uma escolha da notícia que interessa vender, ou que interessa difundir, como afirmou Forechi (2006) em sua dissertação de mestrado, que tinha como objetivo “[...] refletir sobre o discurso do jornalismo sobre a juventude”, quando, então, escutou dos jornalistas que entrevistou que “[...] As matérias são escolhidas em função do seu potencial para chamar a atenção do leitor e ‘chocar’, ‘surpreender’ [...]”, concluindo que:

[...] toda a produção [jornalística] é feita de forma burocrática (de acordo com as regras estabelecidas em função dos critérios da noticialidade) e de acordo com ‘verdades’ já estabelecidas a *priori* a respeito desses jovens que se envolvem com violência. [...]. (FORECHI, 2006).

Uma clara evidência de que a mídia não só produz como também reproduz e cristaliza o pensamento social que distingue violência de pobre de violência de rico.

Outra possibilidade dessa não linearidade pode ser, por exemplo, o abafamento do caso na primeira instituição de Justiça, como afirmou um dos nossos entrevistados:

Especificamente nessa classe social é... dificilmente a questão avança além do encaminhamento para a delegacia de polícia. Porque as pessoas com esse perfil social, elas têm acesso a advogado, tem condições de pagar e tal, então, por conta disso, elas se valem das prerrogativas que são previstas na legislação. Ou seja, um

¹¹⁴ Na verdade, nós coletamos dados em 7 fontes, porque coletamos dados em três distritos policiais, e em 2 jornais, mas na organização dos dados colocamos as informações sobre os distritos numa mesma tabela, assim como fizemos com as notícias dos 2 jornais, por isso estamos nos referindo a 4 e não a 7 fontes.

advogado consegue impetrar um habeas corpus com mais rapidez, outras formas que a coisa não avança muito. Só se for um crime muito grave mesmo, um crime de repercussão que tenha o acompanhamento da mídia, aí normalmente a coisa avança. Não sendo muito relevante e não tiver acompanhamento de mídia normalmente ele para até a delegacia. (Sr. E)

Uma terceira possibilidade é a de haver ocorrido um desencontro entre o cometimento do crime, o tempo do processo e a execução da pena, não tendo o período desta última coincido com o período que elegemos para a coleta dos dados. E uma quarta possibilidade, certamente não a última, é de que nas investigações dos eventos noticiados tenham ocorrido outros desdobramentos, sendo os casos encaminhados para outras instituições, ou mesmo advindos de outras instituições que não estavam no nosso escopo de estudo.

Esses são encontros e desencontros próprios da limitação imposta pelo recorte temporal e espacial necessário para a realização da pesquisa. Recorte que também tivemos de fazer na compreensão de juventude que, para além do reconhecimento oficial de cada país e da diversidade que comporta essa categoria, reporta-se sempre a uma fase da vida. E definir a sua faixa etária é essencial em um trabalho que se propõe a investigar jovens. Neste trabalho, definimos como jovens aqueles com idade entre 18 e 29 anos, considerados imputáveis penalmente por seus atos, reconhecidos pelo ordenamento jurídico penal como ilícitos. Nos documentos que analisamos, os jovens das classes médias de todas as idades que compõem essa faixa etária responderam presente.

Tivemos jovens do segmento social classes médias dos 18 aos 29 anos sendo flagrados, acusados, investigados e condenados pela prática de infrações penais. Aqueles que tinham 18 anos foram os mais flagrados pelo CIODES e também os que representaram o maior grupo de jovens (36) entre todas as instituições investigadas e entre todas as idades daquela faixa etária.

Encontrar homens jovens envolvidos em práticas de violência, principalmente no que se refere à violência homicida, não é, na compreensão de Soares (2008), nenhuma novidade. Aliás, esse autor defende declaradamente que há uma associação entre gênero masculino e homicídio e entre juventude e homicídio. Uma relação já “[...] confirmada em todas as sociedades e épocas para as quais há dados minimamente confiáveis” (SOARES, 2008, p. 22).

Nos documentos que analisamos em todas as instituições, nos quais detectamos poucos casos de crime de homicídio, até por não serem de competência de algumas dessas instituições a atuação nesse tipo de crime, os jovens do sexo masculino das classes médias acusados e condenados por várias outras infrações penais foram maioria, confirmando, em certa medida, a posição de Soares (2008) sobre a relação entre violência, gênero masculino e juventude. Contudo, cabe ressaltar que o número de jovens moças envolvidas com a prática de violências criminalizadas, ou mesmo de infrações penais, foi bem expressivo. Tivemos, inclusive, um caso noticiado por um dos jornais de uma jovem moça acusada como mandante de um assassinato.

Entre uma fonte e outra foi possível perceber que nem o sistemático investimento em educação feito pela classe média (GUERRA et al, 2006) conseguiu impedir que seus jovens filhos enveredassem pelo mundo do crime. Muitos dos jovens das classes médias que encontramos nos registros tinham ingressado no nível superior de escolaridade, sendo que alguns tinham até mesmo o curso superior completo. Um fato que contesta a relação entre a violência e a pouca instrução dos ofensores.

Uma particularidade do perfil desses jovens que não conseguimos perceber nos dados estatísticos, mas revelada por alguns profissionais entrevistados, foi o modo de eles se portarem diante das autoridades, com arrogância e convictos da sua impunidade:

*[...] Às vezes até o [jovem] de classe média comete um delito, ou faz alguma coisa, e às vezes não aceitam ser detidos, não aceitam ser conduzidos, porque é... é: “não porque eu vou ligar para fulano de tal, que eu conheço fulano de tal”, querendo, tipo assim, **usar de influência, ou de conhecimentos**: “não porque eu não posso ser preso porque eu moro em Jardim da Penha”, ou, eu não posso ser preso porque eu moro na Mata da Praia. Mesmo cometendo um delito, eles acham que não podem ser presos. [...]. (Sr. D)*

*[...] os jovens de classe média alta eles geralmente a gente vê algumas situações até assim que... **uma relativa arrogância** em relação às autoridades. Vêm para a audiência, você vê que eles não estão com medo, às vezes, do que vai acontecer, porque ele sabe que ele tem um advogado, ele vai recorrer e tal [...]. (Sr. H)*

*Olha só, os jovens de classe média eles **não se sentem muito intimidado**. [...] na sua grande maioria eles não respeitam, porque eles acham que eles têm influência, os pais têm influência, o dinheiro do pai compra tudo. Ele está certo que a influência do pai vai tirar ele daqui. [...]. (Sr. G)*

Um perfil que revela os valores nos quais esses jovens estão sendo socializados, mostrando, portanto, o perfil do grupo social ao qual eles pertencem e da própria sociedade contemporânea. Valores que, uma vez por eles interiorizados, lhes dão legitimidade para praticar violências e crimes, sem considerá-los como tais.

Os vazios deixados em vários campos dos documentos analisados limitaram a realização de um perfil fiel dos jovens em análise, mas não há como negar que com alguns atenuantes e, o que é pior, com alguns agravantes, vários tipos de infrações penais foram praticados por jovens de classes médias. Condutas que não se restringiram ao campo da brincadeira, mas que, na sua inconsequência, fizeram vítimas letais e outras tantas não letais. Esses jovens descumpriram as leis penais e ofenderam bens juridicamente protegidos e, por isso, foram punidos. Mas, mais do que quebrar normas jurídicas, esses jovens, com suas condutas, contribuem para o rompimento do mito de que violência e criminalidade são exclusivamente coisas de pobre.

4.3 AS VIOLÊNCIAS DO JOVEM DAS CLASSES MÉDIAS

Intrigava-nos inicialmente uma crença, ainda presente no imaginário social, ou uma justificativa, de que os crimes cometidos por jovens de classes médias estavam vinculados essencialmente às drogas. Na verdade, passamos boa parte dessa pesquisa buscando dados que pudessem provar que os jovens de classes médias praticavam não só crimes de menor potencial ofensivo, mas também crimes de maior potencial ofensivo. Não foi uma busca em vão, pois os dados estatísticos deram sinais de que, independente da classe social, jovens e não jovens praticam crimes similares. Contudo, os dados relativos aos jovens de classes médias

apareceram sempre em menor quantidade e, majoritariamente, referiram-se a crimes considerados pela Justiça como de menor potencial ofensivo.

De todas as fontes pesquisadas, observamos que os jovens das classes médias participaram como autores de violências em pelos menos 9 categorias criminais – Crimes violentos letais intencionais e não intencionais; Crimes violentos não letais contra a pessoa; Crimes violentos contra o patrimônio; Delitos envolvendo drogas; Delitos no trânsito; Crimes contra a administração em geral; Crimes contra a fé pública; Contravenções contra a ordem pública; Outros crimes. Nos jornais, uma instituição formadora de opinião, a categoria que sobressaiu foi a dos “Delitos envolvendo drogas”; no CIODES sobressaiu a categoria “Crimes não letais contra a pessoa”; nos distritos policiais também sobressaiu a categoria “Crimes não letais contra a pessoa”; na VEPEMA os “Crimes contra o patrimônio”.

A categoria “Delitos envolvendo drogas” apareceu nas quatro fontes pesquisadas, mas os jornais foram a única fonte em que tal categoria ficou em primeiro lugar¹¹⁵ e, por “coincidência”, quando se fala em violências criminalizadas praticadas por jovens das classes médias parece haver um consenso social de que são principalmente os delitos envolvendo drogas e, na esteira destes, os crimes contra o patrimônio, os crimes que eles praticam – estes últimos utilizados como meio para conseguir a droga, o que desvirtua totalmente a natureza criminosa do ato, e por esta via a sua (in)visibilidade.

E a maioria dos nossos entrevistados reproduziu integralmente esse discurso, quando lhes perguntamos quais os crimes comumente cometidos por jovens das classes médias:

*[...] aí uma coisa eu posso atestar para você, nessa classe aí [classe média], qual a percepção que às vezes a gente tem aqui: **crimes envolvendo veículos automotores**, é uma incidência muito grande, **uso de substância entorpecente – uso de droga –, tóxicos e furto**. Aí você pergunta para mim, por que furto? **Muitas das vezes, furto atrelado à questão da dependência química**, o camarada que a família não está querendo mais bancar o vício dele, e ele vai subtrair alguma coisa de alguém para vender e conseguir. Então, isso é uma situação, uma variável que*

¹¹⁵ As notícias dos jovens das classes médias com envolvimento com drogas em geral são apresentadas em letras grandes, fotos das drogas, e relacionam esses atores a estudantes ou universitários.

eu já pude perceber aqui. **A gente tem uma incidência de furto nesse público, aí também, mas geralmente atrelado a uma questão de drogadição.** (Sr. H.)

[...] É... é que eu consigo lembrar agora. Realmente é esse público que a gente falou, crime de trânsito, em geral, né: embriaguez ao volante, **homicídio ou lesões corporais culposas** na direção de veículo automotor, **são crimes aí corriqueiros.** (Sr. H.)

Crime de trânsito em geral, é... é... é **pequenas violências** – casos de **lesão corporal** – e eu acredito que **estelionatos**, também. (Sr. B.)

A violência geralmente é **a violência física**. Porque, na verdade, **os jovens de classe média**, os que estão **atuando como no crime, é por causa de droga, né? São viciados e tudo.** (Sr. C.)

É como eu te disse **a questão de saltar aos olhos** é a questão do **envolvimento com tráfico e uso de drogas**. Eles passaram a se envolver mais diretamente, mais frequentemente. Inclusive produzindo drogas em apartamentos, traficando, trazendo drogas sintéticas que não eram muito comuns aqui, como LSD, é ecstasy, esse tipo de coisa. (Sr. E.)

As respostas àquela pergunta muito se assemelharam e refletiram a imagem dos dados, do aparentemente real. O envolvimento com as drogas parecia uma justificativa plausível para a entrada dos jovens das classes médias nos crimes e parecia conformar o limite dos seus crimes: os ditos de menor potencial ofensivo. E por pouco não caíamos na mesma armadilha, não fosse a sagacidade de um dos entrevistados que sabiamente apontou para o (in)visível dos fatos aparentemente apresentados ao responder que:

Aí eu te digo que eu não sei. Porque o que chega para nós aqui. Eu tô dizendo, assim, porque **eu não sei o que eles andam fazendo.** Porque **quando eles vêm para cá, geralmente, é porte de drogas ilegais, tráfico, alguns, delitos de trânsitos** – bastante –, desacato, número bem pequeno, mas tem. Eu acho que isso que vem na maioria. O resto é, assim, alguns, algumas histórias, [...], algumas coisas que fogem a isso. Mas na maioria das vezes é porte de drogas. (Sr. A)

A partir daí, começamos a observar que, por várias vezes, se justificou que os crimes praticados por jovens das classes médias têm fundamento nas drogas, mas também se assumiu que com os jovens pobres não era muito diferente. Começamos a observar que as drogas não são a porta de entrada só dos jovens das classes médias para o crime, mas também dos jovens pobres.

*E uma outra coisa também que eu parei e não coloquei que eu acho que tem feito muito, muito, muito, mas eu não sei se isso é consequência, ou, se é causa, é a **utilização de droga**. Assim, grande parte, grande parte mesmo, **diria que 80% das pessoas que cometeram delitos e crimes aqui, tinham feito uso ou são dependentes, fissurados pela droga**. Então queria comprar naquele momento que precisava. [...] tudo, tudo, igualzinho, igualzinho. O problema da dependência química leva mesmo. Porque se você precisa, organicamente falando, de alguma coisa, você vai fazer qualquer coisa para ter essa coisa. Né? **Então assim, todo mundo, todos os dois casos [jovens pobres e de classes médias]. Não diferencia não.** (Sr. A.)*

*[...] **Nós temos um problema seriíssimo aqui que é a questão do crack**, não sei se tem algum campo que você pergunte sobre isso, né. Nessas Varas Criminais a gente vê um problema seriíssimo que é a dependência do crack, isso é um outro fator. [...]. Nós temos jovens de 18, 21, 25, 26 dependentes de crack. Isso está levando à prática de outros crimes para a manutenção do vício. [...] **E aí, esse rapaz, se ele não for pego pelo porte da droga, ele vai aparecer aqui na Vara Criminal para ser processado por furto**, como eu tive agora um jovem, um jovem que na mesma tarde praticou, foram roubos, na verdade né, 3 roubos. Ele roubou um celular, depois ele roubou um ipod, depois ele roubou uma sacola de uma senhora que tinha um monte de porcaria dentro, usuário de crack. Ele veio a ser preso na rodoviária de Vitória. [...] Ele furtava alguma coisa, ou roubava, trocava por droga, vinha furtava outro, roubava outro, mais droga, vinha e acabou sendo preso na rodoviária. O trajeto dele veio praticando crime, trocando por droga, usando, praticando novo crime e tal, numa tarde. **Esse jovem é um jovem de classe baixa, é ladrão profissional? É assaltante? Não.** O camarada **está mantendo o vício dele**. Isso daí também é um problema muito sério. [...]. (Sr. H)*

Dessa releitura compreendemos que esse é um fenômeno que atinge ricos e pobres. Se é causa ou efeito ninguém definiu, mas todos admitiram que as drogas ilícitas, e até mesmo as lícitas – o álcool –, atravessam a maioria dos casos de envolvimento com a violência, tanto de jovens de classes médias quanto os de classes populares. Por outro lado, também foi consenso que os crimes que aqueles jovens praticam são os de menor potencial ofensivo:

*[...] O classe média não, são crimes com potencial ofensivo menor, apesar de ser, como eu te falei, ser uma quantidade cada vez maior, e crescente. Né? Mas, como **eles não têm uma agressividade tão grande nos crimes que eles se envolvem** acaba que **isso passa quase despercebido e não é muito tratado a nível social, ou algo desse tipo.** (Sr. E.)*

Em contraposição, os jovens pobres praticam os crimes de maior potencial ofensivo. *É, infelizmente, **o que a gente acompanha na mídia, eles se envolvem em crimes de um potencial agressivo muito maior, por conta daquilo que a gente já tratou antes. Né? Eles se envolvem em crimes mais socialmente rechaçados: como homicídio, que envolvem uma violência mais latente.** Né? (Sr. E.)*

Implícita ou explicitamente, quase todos os entrevistados afirmaram que os jovens de classes médias praticam crimes de menor potencial ofensivo, deixando subentendido, ou mesmo explícito, como no caso acima, que jovens pobres praticam crimes de maior potencial ofensivo. Custou-nos entender por que, apesar de a droga estar na origem dos crimes de ambos, os dos primeiros eram de menor potencial ofensivo e os dos últimos de maior potencial ofensivo.

Isso custou-nos o tempo suficiente para entendermos que a aparência estava explicando a realidade. Custou-nos o tempo para entendermos que nossos entrevistados falavam do que viam, não do que se escondia. E é em defesa deles que nos reportamos a Chauí (1994, p. 78), que afirma que a ideologia “[...] não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno, objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”.

Foi com muito custo que percebemos que o limite entre um crime de menor potencial ofensivo – uso de droga – e um crime socialmente rechaçado – o homicídio – é muito tênue. E que enquanto alguns jovens são protegidos – pela lei, pela família,

pela sociedade – para não aparecerem, ou, quem sabe ainda, não serem alvos dos crimes de maior potencial ofensivo, outros para eles são empurrados e por eles socialmente massacrados. É por força ideológica, implicada na luta de classes, que enquanto para os jovens ricos o envolvimento com drogas é apenas uma diversão, para os pobres é a confirmação da certeza de sua natureza criminosa.

4.4 PROTEÇÃO E PRECONCEITO DESVELAM A LUTA DE CLASSES E FAVORECEM A (IN)VISIBILIDADE DOS JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS AUTORES DE VIOLÊNCIAS

É no processo da luta de classes que as classes sociais são constituídas (GOHN, 1999), e é nesse mesmo processo que resistência e dominação se confrontam. Os dominados resistem à dominação, e os dominantes querem mantê-la. Manter tal dominação implica esconder a realidade propriamente dita (CHAUI, 1994); implica negar que juventude é para todos os que detêm o capital energético, o qual é inerente a todos que são jovens, pela idade que têm, e não simplesmente por sua condição social (MARGULIS; URRESTI, 2008); implica proteger os seus e condenar os outros.

Seguimos essa trilha e perguntamos aos profissionais se todos os casos de crimes envolvendo jovens das classes médias como autores chegam à Justiça, e as respostas confirmaram a proteção aos jovens dos segmentos sociais classes médias e altas:

*Não. Com certeza não. Tem sempre um jeitinho brasileiro. **É primo de alguém, parente de alguém.** Não chegam, com certeza não chegam.* (Sr. A.)

*Eles chegam, mas não é muito comum não. **Não é com a mesma facilidade que a gente ver o de classe baixa ser apresentado à justiça,** não.* (Sr. D.)

*Não. Especificamente nessa classe social é... **difícilmente a questão avança além do encaminhamento para a delegacia de polícia.*** (Sr. E.)

*Eu acho que nem todos. Eu acho que nem todos. **Muita coisa é abafada**, muita coisa, a própria influência das pessoas acaba fazendo com que isso não chegue. (Sr. G.)*

Alguns alegaram que não só os casos envolvendo jovens de classes médias como autores de infrações penais não chegam à Justiça, mas que, de todos os casos, só uma parte muito pequena chega. Entretanto, entre uma fala e outra, acabaram admitindo que,

*[...] seria ingenuidade a gente pensar o seguinte: a gente sabe que os crimes que aparecem com relação aos jovens de classe média ou alta são muito menores em razão das facilidades que essa população tem. Então, é na minha percepção, tá, enquanto o pobre vai fumar uma pedra de crack na rua o de classe alta vai fumar maconha dentro do seu apartamento na Praia do Canto, o que dificulta muito mais ele ser pego, na verdade, por exemplo, por este tipo de crime. Então, **a vulnerabilidade desses que estão excluídos é muito maior**, isso é uma realidade. Então, **é muito mais fácil a lei ser aplicada para eles**. (Sr. B.)*

Todos os entrevistados, de alguma forma, revelaram que os jovens de classes médias autores de infrações penais se favorecem de muitos artifícios, os quais deixam muitos dos seus crimes no anonimato. E revelaram, ainda, que essa proteção não ocorre só pela proteção em si, mas ela está marcada por uma forte divisão de classe social, por um protecionismo de classe, pela luta de classes.

*[...] **porque existe uma identificação da autoridade judiciária, sejam eles delegados, sejam eles promotores, sejam eles juízes com esses jovens**. Então, assim, uma identificação no sentido de que poderia ser meu filho. Eu acho que existe uma humanização maior por parte das autoridades judiciárias com relação a eles. [...]. Existe uma identificação maior dessas autoridades judiciárias com esses jovens. **Que é diferente dessa identificação que dá com o pobre, o negro que já é o estereótipo do criminoso**, o criminoso nato. Então, assim, eu acho, assim, [...] passa pelo jeitinho, passa pelo pedido, **mas passa também pela ideia, na minha opinião, de que essas pessoas, veem nessa pessoa [nesse jovem], alguém com potencial para não voltar a delinquir**. Ah! Foi só uma bobagem de juventude. Não vamos sujar o nome dele por causa de um... Vamos dar uma segunda chance.*

O que não acontece quando chega um menino que tem uma aparência de pobre e que fala não esse aí não tem mais jeito. Então, não vamos pegar leve com ele não, porque se a gente soltar ele está aqui de novo. Né? Porque como ele tem menos chance na vida, porque ele vai acabar roubando. [...] A gente não acha surpreendente um jovem pobre cometer um delito. Então, assim, nessa surpresa a gente supõe um acidente de percurso. Enquanto que para o outro foi uma consolidação do que já esperado para a vida dele: que ele cometa um delito. Aí tem o endurecimento. (Sr. A)

*Olha! Eu acho o seguinte, na verdade, a sociedade... Sabe aquela história do seu filho é dependente químico, o filho do vizinho é drogado, maconheiro e tal. **O jovem de classe média, ele geralmente, ele tem uma compreensão no seio social quanto a esse tipo problema, maior do que geralmente o que não tem condição tão boa.** Se é um vizinho de prédio, como eu te falei. Por exemplo, lá no meu prédio **tem esse rapaz, lá, que foi preso usando droga e tal [...], convive normalmente com todas as pessoas.** A maior parte das pessoas ali não deve nem saber que ele foi condenado, que cumpre uma pena [...]. Você imagina esse mesmo rapaz, se tivesse ali uma pessoa pobre, talvez um funcionário do condomínio, que já tivesse sido preso pelo uso de droga também. Eu não consigo ver as duas pessoas sendo tratadas da mesma forma. O morador do prédio que foi preso provavelmente continuaria sendo morador do prédio bem tratado por todo mundo. O funcionário do prédio que tenha sido preso por uso de drogas, ou porte de droga para uso, né? Se as pessoas ficassem sabendo provavelmente eles iriam pedir para ele ser retirado do serviço, lá. [...]. (Sr. H.)*

*A sociedade como um todo? Olha, eu acho, aí eu estou dando a minha visão tá, eu acho que **a sociedade de classe média tende a ser mais complacente, ou permissiva, com relação aos seus jovens.** É aquela coisa, né, **vê naquele jovem infrator o seu próximo amanhã.** Então, a gente vê uma complacência muito grande. Ah! **Não precisa disso, não precisa condenar, ele não é um bandido, isso é muito comum,** né? A gente ouve isso como cidadão. Então, eu acho que dentro da classe média tem uma complacência com esses jovens que praticam essas infrações penais de menor potencial ofensivo, normalmente. O que não ocorre normalmente com aqueles na classe mais baixa, com relação aos infratores de classes mais baixas, ou seja, é aquela visão da seletividade mesmo, né? A gente vê*

que a classe média, a classe alta tem tendência seletiva mesmo, de achar que pobre comete crimes e delitos e tem que ir para a cadeia. (Sr. B.)

Então, **a sociedade ela é (dual) no sentido de ter dois olhos**: um olhar para o jovem de classe média alta e de classe média-média. Eles fazem uma avaliação... mas que consequência isso vai dar para o jovem [de classe média]. **Amanhã ele quer fazer um concurso; amanhã ele quer arrumar um emprego; amanhã ele vai estar com uma anotação criminal; isso vai ser prejuízo**; o que que pode ser feito? Sempre tem um olhar mais condescendente. Diferentemente com o jovem de classe pobre, que já se entrega consciente de que é um criminoso, e a sociedade [...] já o julga ou prejudga como criminoso. (Sr. F.)

Observamos que, mesmo praticando crimes, os jovens de classes médias conseguem gozar de uma proteção que lhes possibilita reproduzir-se como classe.

O jovem (de classe média) não, ele já vem acompanhado pelo advogado, que faz questão de dizer: o Senhor sabe que ele é um menino bom, é um menino que é bem educado, é um menino de boa família. **Ele [o advogado] apenas apresenta o lado social dele, o poder econômico dele**. Olha, ele é bom, **ele tá fazendo faculdade**, ele está estudando. **Esse menino tem futuro**, o senhor sabe **que isso vai gerar prejuízo**, amanhã ou depois ele vai ter dificuldade. Então, quer dizer, são dois tratamentos que a própria sociedade impõe. (Sr. F)

[...] Eu creio que essa classe média alta, que eu acho que é o foco do seu trabalho, eles se sentem, [...] a percepção deles é que o que eles praticam não seria crime, certo. [...] **Há uma percepção deles que aquilo ali é apenas um comportamento jovem, que ele ainda está em processo de amadurecimento**. (Sr. F.)

[...] Se um menino num condomínio furta uma bicicleta, se ele furta alguma coisa dos pais, ou se ele furta alguma coisa de uma avó, ou se ele furta alguma coisa do vizinho, né, **ele cometeu um erro, ele cometeu um deslize**, ele cometeu uma falha, mas se for o filho da empregada ele é bandido, ele é ladrão. Então, o menino acaba sendo criado nessa percepção de que o que ele faz **é apenas um deslizezinho**. [...]. (Sr. F.)

Na compreensão dos integrantes das classes médias e altas, reproduzida por nossos entrevistados, seus jovens podem viver o tempo da juventude e devem contar com especial tolerância da sociedade; eles podem viver sem responsabilidades e sem cobranças o seu crédito temporal, a sua moratória social, pois quando estiverem maduros encontrarão facilmente o seu caminho de volta. Um crédito temporal que, Bourdieu (1983a) entendeu, só é dado aos integrantes desta classe, e que por isso seriam os seus jovens os únicos detentores da juventude. Posição que Margulis e Urresti (2008) contestaram, chamando a atenção para a ideologia presente nessa vinculação entre juventude e moratória social, justamente para que não se aceite e não se reproduza a ideia de que só estes são jovens e que só eles podem viver o seu tempo de juventude, como assim querem fazer crer os integrantes das classes médias e altas:

*[...] eu acho que a sociedade é mais condescendente com o jovem de classe média, com exceção dos crimes bárbaros. Uma Susane, **com os crimes bárbaros. Porque aí também existe uma identificação, aí é filho de alguém, é filho de uma pessoa, como eu, que deu tudo para ele. Quando é um crime contra a família, quando é um crime bárbaro mesmo. É um crime que realmente traga muita indignação, traga muito um horror, um crime hediondo. Esse eu acho que é... Mas eu acho também que é igual. A diferença é que como existe uma tendência a tornar o castigo mais brando dessa pessoa. Aí a sociedade fica mais indignada. Porque, por exemplo, o pobre se ele comete um crime hediondo, ninguém precisa, não se discute, porque sabe que ele vai pegar a pior pena que for possível. No caso do jovem de classe média, o que acontece, a gente sabe que a lei permite certos contornos, que o dinheiro permite que ele não seja punido da forma como deveria, e aí a indignação aparece. Então, assim, eu digo quando são de crimes hediondos. Porque quando são de crimes assim, por exemplo, ele dirigiu bêbado, mas ele não matou ninguém, então tadinho, o menino estava na farra, tava vindo da formatura, tava vindo... entendeu?** (Sr. A)*

É interessante observar nas interpretações apresentadas pelos entrevistados que os integrantes das classes médias têm plena consciência dos malefícios que podem gerar uma prisão ou uma ficha criminal na vida de um jovem; no entanto, parece que só na vida dos seus jovens.

Existe uma diferença, o pobre geralmente eles querem que mate, e o outro não é filho de papai, tem uma boa criação, tadinho. Ele teve esse errozinho, mas é uma besteira e tal. Sempre tem um para defender. Como você vê a nossa cultura é do patrimônio. Na nossa cultura, a sua vida não vale nada. [...]. (Sr. G.)

O jovem não, o jovem de classe média alta não, ele não precisa de cadeia, ele precisaria de um psicólogo, de uma terapia, ele precisa da família. Aí se volta todos aqueles valores que não valem só para ele, é para o jovem pobre também. [...] Mas de qualquer maneira, eu não tenho nenhuma dúvida, nenhuma, que a sociedade como um todo ela, sob a ótica da classe média e média alta, ela gostaria pros seus filhos de uma oportunidade deles se recuperarem. Agora quando se trata do ladrão, do pobre é cadeia. [...]. (Sr. F.)

Ah, aí é totalmente diferente. Elas condenam, é vagabundo. Vagabundo tem que ficar mesmo na cadeia. É pivete. É isso, é aquilo. Elas veem os jovens de classe baixa como bandidos mesmos. E os jovens de classes médias não. Aconteceu, foi escorregãozinho. Entendeu? [...] tem esse preconceito. (Sr. C.)

Em oposição aos jovens de classes médias que são acobertados por sua condição social e por seu poder aquisitivo, os jovens pobres não contam com esses mesmos aparelhos de proteção e se tornam alvo fácil da Lei e de grupos criminosos, ainda que tenham cometido o mesmo tipo crime praticado por aqueles:

*Se é o mesmo crime... Se tratarmos assim, o mesmo crime cometido por um jovem de classe média e um adolescente ou jovem de classe baixa, é lógico que a questão social é envolvida nisso aí. **A tendência natural** é dizer que **o classe média é vítima do sistema**, se deixou envolver e tal, **e o de classe pobre é como se fosse algo do ambiente em que ele vive**, né. Existe essa questão social que às vezes incomoda também a gente. (Sr. E.)*

*[...] Normalmente porque o jovem de classe média alta quando se envolve com drogas, o pai tem condições de bancar a dívida deles de droga perante o traficante. **O jovem pobre não, ele se envolve com drogas passa a ser viciado, consome, fica devendo**, aí como não tem dinheiro para pagar, nem a família, **a forma do traficante resolver é executando essa pessoa que está devendo a ele**. O classe média não: o rapaz, às vezes, ou a menina, não tem dinheiro, mas a família tem e*

acaba bancando essa dívida dele. E consegue encaminhar para um tratamento em clínica e tal, o jovem pobre não tem. Então, por conta de crime de homicídio propriamente dito, normalmente, ele [o jovem de classe média] não é nem vítima e nem é o perpetrador, aquele que comete o homicídio, nesse tipo de crime especificamente, não. A nossa prática retrata isso. Mas, outros tipos de crimes ele passa a ser agente. (Sr. E.)

Diante do exposto, é preciso reconhecer que a proteção forjada pelas classes médias para com os seus jovens os põe a salvo das exposições, dos escândalos e dos registros oficiais e extraoficiais da violência, e, em muitas situações, os livra de se tornarem vítimas e autores da violência homicida, pois fato é que, assim como os jovens pobres que sem essa proteção se tornaram a sua maior vítima e autor, os jovens infratores das classes médias sem elas...

*Possivelmente teriam o mesmo caminho, mas a nossa prática é essa. Sempre tem uma solução financeira que a família [das classes médias] consegue, ou tem o próprio recurso, ou consegue com alguém e acaba cobrindo essa dívida. Ele acaba não se envolvendo **diretamente** nesse delito, homicídio (Sr. E.)*

Porque até mesmo os crimes praticados pela classe média são mais difíceis acontecer. Porque, como eu já falei, eles têm como financiar o uso de drogas deles. Já o de classe baixa como não tem os pais com dinheiro para manter o vício, eles já partem para roubar, para furtar. Primeiro eles começam roubando dentro de casa, como lá na classe média também, já chegou ao nosso conhecimento várias situações que o cidadão de classe média ele pega as coisas dentro de casa para vender ou trocar por drogas. (Sr. E)

É preciso lembrar que a luta de classes não é expressa sempre numa luta armada – armada no sentido estrito da palavra –, mas que ela integra um conjunto de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, morais, psicológicos, culturais religiosos, artísticos (CHAUI, 1994), quase sempre inidentificáveis. Assim, não é por acaso que, enquanto as classes médias protegem os seus jovens, simultaneamente condenam os jovens pobres. Não é por acaso que, embora retroalimentem os crimes de maior potencial ofensivo, os jovens de classes médias não aparecem envolvidos diretamente nos crimes de homicídio, e por isso também ficam (in)visibilizados.

[...] *as causas são mais ou menos as mesmas. Agora a consequência jurídica é diferente, por aquilo que eu já te falei. Pobre não tem assistência, que esses de classes médias na hora que são pegos, em alguma situação, os pais logo entram com seu poder econômico para contratar advogados para tentar resolver aquilo da melhor maneira possível para eles. Ou seja, **os pais** não acompanham antes do crime acontecer, mas quando acontece **normalmente correm atrás para não ver o filho exposto e não se verem expostos também.*** (Sr. B)

4.5 MOTIVOS JUSTIFICADORES PARA PRÁTICA DE VIOLÊNCIAS CRIMINALIZADAS POR JOVENS DAS CLASSES MÉDIAS

Tanto violências criminalizadas quanto crimes sem “violência”, já constatamos, pobres e ricos os praticam, ainda que estes últimos tentem mascarar tais práticas e elejam os primeiros como seus bodes expiatórios. Tais condutas praticadas por esses dois atores são, contudo, distintamente representadas e justificadas no seio social. Acredita-se que os pobres, por sua condição de desfavorecimento material, são levados a praticar violências e crimes, que, de tão repetidos de geração em geração, já entraram no DNA desses sujeitos. Assim, ao praticarem tais atos, apenas confirmam o que já era esperado. Não importa quanto tempo isso levará para se manifestar, mais cedo ou mais tarde, tal tendência se confirmará, e aqueles que assim não o fizeram são a exceção à regra. Representação que não serve para a legitimação dessas práticas e desses sujeitos, mas que serve à banalização e ao descaso em relação a essa população e à sua criminalização.

O inverso acontece com aqueles das classes mais abastadas, que “não têm” motivos para praticar violências, e quando tais condutas se deixam desvelar, causam sempre muita surpresa. E os motivos que surgem, depois das tentativas de ocultação, muitas bem sucedidas, são sempre acompanhados por justificativas que minoram a gravidade do fato e, em certa medida, as legitimam. Motivos que os próprios jovens já subjetivaram e se valem deles para se livrar da condenação da lei e da própria sociedade. Foi o que revelaram os nossos entrevistados que falaram

por si, mas também do que escutaram dos jovens das classes médias que foram pegos pelos crimes e violências que cometeram:

[...] são muito difusas as informações dos jovens das classes médias, né? Mas não tem algo assim que salte aos olhos não, uma causa específica. **São motivos muito injustificados.** Às vezes também eles mesmos não alegam, **se valem da questão legal de se manter em sigilo para não comprometer**, entendeu? São orientados por advogados para se manterem em silêncio, então, não retratam isso muito claramente para gente. Já o jovem pobre não, ele conversa mais e expõe a situação. (Sr. E.)

Farra, assim, é... é... **Diversão.** Assim, por que que eu estava portando **droga**? Ah! Porque **eu ia para uma festa.** Ah! Por que que eu **estava dirigindo bêbado**? Ah porque eu estava vindo de uma festa. Então, assim, geralmente eles cometem isso num momento de diversão, num momento de descontração, que aí leva a pensar menos, a preocupar menos e acabam sendo pegos. Normalmente é isso. E quando é **a questão do desacato**, que é um delito que, às vezes, vem para cá, também é uma questão que **foi um abuso de autoridade em relação a eles.** A autoridade abusou deles. (Sr. A.)

Deslizes, ou seja, **momento impensado.** É... é... é... Temos vários casos aqui, como falei, de crimes de trânsito, né? Geralmente alegam isso aí. **É difícil um jovem de classe alta ou média assumir a drogadição**, pelo menos aqui com a gente. (Sr. B.)

É **comprar drogas.** Geralmente quando vem um jovem de classe média, aí às vezes vem com a mãe, aí vem reclamar de alguma coisa, que o filho está violento, está agressivo, está isso. Na mesma hora a gente percebe que está usando drogas. Só que às vezes os pais não enxergam e não aceitam a realidade. Então, os filhos continuam nesse mundo. Porque é um mundo que você entra, mas praticamente não sai. (Sr. C.)

Eles [os jovens das classes médias] já são diferentes. Eles dizem que infelizmente é, por acaso ele **experimentou a droga e viciou-se.** **No trânsito, sempre eles justificam que é a primeira vez**, que foi coincidência. Mas todos tentam justificar. (Sr. D.)

*Na verdade, ele quando é pego a justificativa às vezes vem mais dos pais do que deles. Mas ambos sempre batem na mesma tecla, sempre empurrando a responsabilidade para um terceiro. Então, é sempre assim: **é foi coleguinha**, isso é justificativa muito grande. **Foi a má companhia**. [...]. Então, eles sempre tentam é... é... é... jovens de classe média, sempre atribuir, os pais principalmente, os jovens acabam se valendo desse conceito, que eles sabem que é presente, foram as más companhias. (Sr. F.)*

*Olha, os jovens de classe média, eles têm uma série de motivos alegados por eles. Muitas das vezes eles dizem que **o pai está separado**, que **o pai não dá atenção**, que a mãe não dá atenção, que o pai tem ocupação, que a mãe tem outra ocupação não dá atenção. Outra hora **ele diz que o pai não dá liberdade**, no entanto ele tem uma liberdade excessiva. Ele tem uma liberdade em excesso. Isso também eles relatam muito para gente, né. Outros momentos são desentendimentos entre a família, **às vezes a ganância do jovem que o pai quer dá limites, e ele às vezes não aceita**. (Sr. G.)*

*[...] **O jovem de classe média quando faz seus 18 anos ganha um carro do pai e tal**. Então, as facilidades que o dinheiro permite para essas pessoas, e acho também que a própria futilidade que acaba sendo criada na cabeça de algumas pessoas, por conta de ter mais dinheiro do que outras, achar que podem tudo. Que o dinheiro lhes garante impunidade, lhes garante uma vida sem qualquer tipo de transtorno. Então, acho que esses **três fatores** essencialmente: **ausência [dos pais], facilidades que o maior recurso financeiro permite e desvio que acaba essas pessoas tendo em razão de achar que com o dinheiro elas podem tudo**. (Sr. H.)*

Respostas que bem reproduzem os valores das classes média e alta e a certeza dos jovens desse segmento social do seu direito de viver a juventude com toda a irresponsabilidade que o seu crédito social lhes parece legitimar. Respostas que refletem a busca desses jovens pelo prazer e o lazer, própria de um tempo em que o hedonismo tem se sobreposto às preocupações humanas (ZALUAR, 2004), assim como o desejo de consumir, de participar de tudo que a modernidade oferece (WIEVIORKA, 1997), mas que também refletem a certeza de imortalidade dos jovens (MARGULIS; URRESTI, 2008) associada à certeza de impunidade que os

integrantes das classes médias e altas – como revelaram nossos entrevistados – bem sabem como nela se manterem.

Valores muito similares aos revelados pelo jovem de classe média que entrevistamos, e que também negou com suas afirmações e com sua própria história de vida que só jovens pobres e sem instrução praticam violências e crimes. História que apresentamos na próxima seção.

4.6 A HISTÓRIA DE MAURÍCIO: O PERFIL DE UM JOVEM DE CLASSE MÉDIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES AUTOR DE CRIMES

Esta história apresenta alguns aspectos do perfil de um jovem de classe média do município de Vitória/ES autor de violência criminalizada, de quem fomos ao encontro no Centro de Detenção Provisória de Cariacica (CDPC)¹¹⁶. Uma visita agendada, mediante contato com os técnicos daquela instituição, marcada com certa antecedência e devidamente autorizada pela autoridade competente.

A história de Maurício¹¹⁷, nome fictício, que tem apenas 22 anos de idade, foi obtida principalmente por meio de sua versão particular sobre os fatos históricos que engendraram a sua vida e que resultaram em sua prisão. A história de um jovem de classe média de Vitória/ES, mas que poderia ser de um jovem de qualquer classe social ou cidade.

Maurício não havia sido informado que iríamos entrevistá-lo e ficou assustado com a nossa visita, colocando a princípio certa resistência em falar conosco. Só depois que

¹¹⁶ O CDPC integra o complexo penitenciário do Estado do Espírito Santo e está situado na Rodovia José Sete, s/n, Roças Velha. Ele é composto por dois módulos, onde estão instaladas as chamadas celas metálicas. Este centro foi construído com capacidade para receber 380 presos, mas, segundo notícias recentes, abrigava, no mês de março de 2010, 410 presos provisórios e 60 condenados. Disponível em: <<http://www.direito2.com.br/tjes/2010/mar/24/presos-provisorios-do-cdp-de-cariacica>>. Acesso em: 9 abr. 2010.

¹¹⁷ Encontramos Maurício algemado em uma sala, vigiado por dois técnicos do presídio que permaneceram durante toda a entrevista, cuja previsão de duração era de menos de uma hora, mas que se estendeu a duas horas, pois fomos impedidas de entrar no presídio com equipamentos eletrônicos para gravar a entrevista, impondo-se, por várias vezes, a necessidade de interromper a nossa conversa para transcrever o que ele dissera.

nos apresentamos e informamos o motivo da visita, e como o havíamos selecionado na pesquisa, ele se convenceu de que não seria prejudicado e consentiu em conceder-nos a entrevista. Maurício assinou o Termo de consentimento livre e esclarecido, e fizemos a entrevista orientada por um roteiro semiestruturado, o qual sofreu a apreciação dos técnicos do CDPC, antes de nos liberarem para falar com o jovem.

O fato de termos de transcrever as falas de Maurício em sua presença o fazia repensar o que havia dito e, em algumas situações, pedia-nos que não as transcrevêssemos – o que obviamente tivemos de respeitar –, além de ele ficar mais alerta para não se mostrar efetivamente.

O jovem que visibilizamos nesta história foi preso por três vezes. A primeira vez foi pelo cometimento do crime de roubo. A segunda vez, com um grupo de amigos, foi preso acusado pelos crimes de formação de quadrilha e receptação¹¹⁸. Na terceira vez em que foi preso – esta em que nos concede a entrevista – havia sido acusado por tráfico de drogas.

Maurício é solteiro e declarou-se moreno¹¹⁹. Segundo seu próprio relato, morava – antes de ser preso – com a mãe e uma irmã em um apartamento próprio¹²⁰, em um bairro de classe média. Ficou órfão de pai aos 12 anos de idade, fato que lhe causou muita tristeza.

Os pais de Maurício se separaram quando ele tinha 10 anos de idade. O pai tinha o 2º grau completo e trabalhava em uma grande empresa na Grande Vitória. Sua mãe tem curso superior completo e mantém a família com um salário médio de R\$ 4.000,00, que recebe pelo cargo que ocupa em uma empresa, também da Grande Vitória, mais a pensão deixada pelo pai de Maurício.

Quando criança, Maurício fez muitas viagens de férias com a família, tanto quando o pai era vivo, quanto depois com a mãe e a irmã, tempo que lembra com alegria.

O pai sempre foi mais duro que a mãe com as traquinagens do filho e, por vezes, batia nele para que não errasse novamente. Maurício lembrou que uma vez

¹¹⁸ Maurício e um grupo de amigos viraram manchete nos dois jornais locais de que coletamos dados, e foi por isso que o selecionamos como caso exemplar da presente pesquisa.

¹¹⁹ Nós consideramos branca a cor da pele de Maurício.

¹²⁰ O bairro onde a família de Maurício mora integra uma das 3 regiões administrativas selecionadas para a nossa pesquisa.

apanhou do pai porque queria colocar um rojão no cano de descarga do carro da vizinha, sendo necessário uma tia pedir ao pai que parasse de bater no filho.

“Meu pai batia com a mão, mas batia com força, minha mãe não batia. Depois que meu pai morreu, ela tentou me bater uma vez, mas eu fugi”.

Mesada Maurício não tinha, mas a mãe sempre dava dinheiro para ele sair e se divertir, uma conduta comum entre os pais dos seus amigos. As facilidades dadas a Maurício pela família não a tornaram referência para ele, pelo menos não antes da sua atual prisão. Quando tinha problemas, não era a família que ele procurava: *“Não sou muito de recorrer a familiar não”.*

Afirmou Maurício que os amigos estavam influenciando muito mais em suas decisões do que a sua família. Mas hoje, depois da prisão, as pessoas mais importantes de sua vida são sua mãe e sua irmã: *“minha mãe e minha irmã são tranquilas, dois anjos”.* E seu maior medo é perder a mãe, com quem deseja viver ainda muitos momentos.

Em toda a sua vida acadêmica, Maurício estudou em escola privada e hoje tem o ensino médio completo. Optou por não tentar vestibular na universidade federal e ingressou em dois cursos de graduação – administração e educação física –, um depois do outro, mas não terminou nenhum, parando com ambos ainda no primeiro período, pois, segundo ele, não era o que queria realmente fazer.

A escola foi palco de muitas “molecagens” – conversação na sala de aula e soltar rojão no banheiro. E por causa dessas “brincadeiras” ele foi enviado várias vezes à sala da diretora, que *“se cansou e disse que não era para eu terminar o 3º ano do ensino médio na escola”*, sendo necessário terminar esse curso em outra instituição. A família cobrava responsabilidades, mas ele não as tinha com sua família. Ele não trabalhava, não estudava e não ficava em casa. Trabalhar e estudar, para esse jovem, eram as obrigações mais difíceis de ser cumpridas.

Maurício, que já trabalhou de auxiliar administrativo antes de ser preso, não se preocupava com emprego. Ele acredita que, para ter um bom emprego, primeiro é preciso estudar e ter uma “peixada” (alguém que favoreça). Na verdade, ele quer ser autônomo. Seu sonho é que seu salão de festa vire um cerimonial.

Apesar de não desejar trabalhar, Maurício deseja coisas que “só o dinheiro” pode comprar. Mesmo já tendo um carro, e sua mãe outro, ele deseja ter mais um carro, uma casa de praia, um apartamento e um sítio.

A aparência, para Maurício, é coisa muito importante, afinal a **maioria das pessoas**, na opinião dele, **cobra uma boa aparência**, sendo as roupas de marca – *Quilk Silver, Oklay, Billa bong, Lost*, marcas de roupas de surfe (marcas que ele soletrou para nós) – um acessório fundamental para garantir seu lugar na sociedade, pois ele “*se veste para se sentir bem*”.

Bem eclético no gosto musical, Maurício ia com muita frequência a *shows* de estilos variados. Era um frequentador assíduo de boates, bares, festas *rave* e bailes *funk*, ambientes que começou a frequentar desde os 16 anos de idade. Sua mãe não se importava, pois sabia que ele ia com os amigos. Mas a mãe cobrava que ele lhe informasse onde estava; no entanto, ele era “desleixado” e não telefonava, ficando às vezes até tarde da noite nesses programas e acabava dormindo na casa de amigos. Frequentava muito pouco o cinema e também gostava de ir à praia e de jogar futebol.

Maurício é heterossexual e ultimamente está sem namorada, porque entrou num “rolo” com duas mulheres e acabou ficando sem nenhuma. Ele acredita que o que as mulheres mais admiram nos homens é a beleza e **a condição financeira**. “*Algumas depois acabam se apegando, nem veem isso tanto*”. As mulheres têm muita influência sobre ele: “*me apego com facilidade a mulheres e deixo de fazer os deveres para estar com mulheres*”.

Com facilidade para amizades, ele disse que fez, no seu pouco tempo de vida (22 anos), muitos amigos. Contudo, ele não considera mais seus amigos todos aqueles que o eram antes de sua prisão, e uma coisa que deseja mudar quando sair dessa situação são suas velhas amizades.

Maurício, que assumiu ser usuário de drogas lícitas e ilícitas abertamente, não acusou ninguém por ter tomado esse caminho. Ele afirmou que se aproximou de pessoas com as quais se identificava:

“No colégio conheci um amigo que há pouco tempo havia iniciado o uso de drogas. Esse amigo era bagunceiro, eu também era bagunceiro, eu tinha vontade de usar droga e acabei usando”.

Foi nesse momento, aos 14 anos de idade, quando ainda estudava o ensino fundamental, que Maurício experimentou pela primeira vez uma droga ilícita, a maconha. Um momento que, ao que tudo indica, foi apenas o coroamento de uma série de fatores que o conduziram para esse caminho.

A maconha não foi a primeira droga que ele usou, pois desde os 13 anos de idade já ingeria bebida alcoólica. Cedo começou a frequentar espaços onde pessoas usavam drogas, fez amizades com elas, o que lhe despertou a vontade de usá-las também. Assim, ele conclui que o que leva os jovens a entrarem para o mundo das drogas

“É a curiosidade despertada por pessoas que falam que fumar maconha alivia o estresse e que é muito bom. Essas pessoas do convívio...”

Uma vez despertado o desejo, e tomado pela curiosidade que é própria da adolescência (ZALUAR, 2004), Maurício encontra naquele amigo a oportunidade de matar a sua curiosidade, a qual não foi saciada naquele momento. Antes, pelo contrário, passou a integrar a rotina desse jovem. O seu amigo foi para os Estados Unidos, e ele continuou usando drogas.

Maurício não soube dizer se o grupo de amigos influenciava outros jovens no uso de drogas, pois ele começou a fazer amizades com pessoas que usavam drogas, mas *“eu tinha vontade de conhecer a droga, juntei o inútil ao desagradável”*.

Desde que começou a usar droga, ele o fazia em lugares diversos: usava na rua, no mato, na casa de terceiros e, posteriormente, em sua própria casa. Sua mãe não sabia, e ninguém nunca desconfiou. Seus amigos usuários, ainda que pouco, frequentavam a sua casa.

Quando lhe perguntamos o que os pais podem fazer para evitar que os filhos enveredem por esse caminho, ele respondeu que não sabia *“porque quando os pais descobrem, eles tentam de várias maneiras e não conseguem”*.

No ano de 2003, a mãe de Maurício o internou em uma clínica de recuperação. Numa segunda vez, ele foi internado por decisão da Justiça. De acordo com ele, desde o ano de 2005 havia parado com o uso de tudo, só fumava cigarro, mas voltou novamente a usar drogas em 2007, quando, então, foi preso acusado, segundo ele, por um crime que não cometeu.

Conforme enunciado anteriormente, por três vezes Maurício foi preso. A primeira vez foi pelo cometimento do crime de roubo. A prática desse crime ele assumiu. Em parceria com um amigo, roubaram um Centro comercial, quando o amigo foi pego e o entregou. O motivo específico para o roubo não havia: *“Eu estava **querendo dinheiro, não precisando, querendo dinheiro. Não tem motivo específico**”*.

Na segunda vez em que foi preso, Maurício e um grupo de amigos foram acusados pelos crimes de formação de quadrilha e receptação. Ele negou que tivesse cometido tais crimes, alegando um forjamento por policiais que têm certa implicância com ele. Segundo os dois jornais que noticiaram esse fato, Maurício – que na época dessa prisão tinha 20 anos – com seu grupo roubavam e furtavam casas e estabelecimentos comerciais no mesmo bairro onde ele morava. O delegado que acompanhou o caso informou aos jornais que Maurício seria o líder da quadrilha.

Aos jornais, por ocasião de sua prisão, Maurício também negou ter responsabilidade sobre os crimes dos quais estava sendo acusado, mas afirmou que entrou no mundo do crime por causa das drogas, que se afundou usando crack¹²¹, e que naquele momento não o usava mais, mas que não estava conseguindo parar de cometer crimes. E informou também que já tinha passagem pela polícia pelos crimes de homicídio, roubo e assalto.

Nesta terceira vez em que foi preso, estava sendo acusado pelo cometimento do crime de tráfico de drogas. Crime que também negou ter cometido, *“pois os policiais não encontraram comigo a droga citada em juízo”*.

Maurício, que negou com muita firmeza a prática desses dois últimos crimes, afirmou que quando praticou o primeiro crime acreditava que não seria pego nem punido: *“nunca a gente pensa que vai ser preso”*. Mas disse que sua punição foi justa. Considera, no entanto, que a prisão que sofreu por este crime marcou a sua vida. Ele se sente tachado e vê com dificuldades a sua reintegração à sociedade. Em sua opinião, os policiais o perseguem

“[...] por eu ter sido preso uma vez e continuar do mesmo jeito, com amizades, e porque a minha família tem condições, os policiais acham que eu sou um ladrão muito bom, porque nunca conseguem me pegar, então, forjaram o crime”.

¹²¹ Maurício não nos informou que foi usuário de crack, nem de sua passagem na polícia pelo crime de homicídio. Num dos jornais em que conseguimos essa informação, havia a declaração dele sobre esses dois fatos, além de outros que ele nos relatou.

Hoje seu maior desejo é sair da prisão e conseguir se reintegrar à sociedade.

Depois dessa longa conversa, perguntamos a Maurício por que os jovens das classes médias praticam violência e/ou crime? Sem titubear respondeu ele:

“Ambição, o costume de vida boa, o uso de drogas, principalmente o crack. Tem pessoas que é para manter-se na rua, comer bem, ir para festas e esbanjar”.

Características que bem se assemelham com o Maurício por ele mesmo desenhado e com aquele que encontramos nos jornais.

E este é Maurício, um jovem dotado de um capital energético que é próprio da sua idade. Base fática que lhe dá a certeza de imortalidade e, por isso, ele se arrisca, enfrenta todos os desafios, pois não tem medo de morrer e tem convicção de que não será punido pelos crimes e erros que cometeu, porque não acha que sejam crimes, e não concorda com as regras das gerações anteriores (MARGULIS; URRESTI, 2008): *“Eu não podia fumar maconha e eu fumava”.*

Mas, além desse capital energético, Maurício também pode gozar de um tempo livre para viver essa juventude, por sua posição social, ou pela condição financeira dos seus pais, ele tem quem o subsidie, tem quem pague suas diversões (BOURDIEU, 1983a). Maurício pode viver o seu crédito social, pode *“sair todo final de semana e frequentar bares, boates e shows”*, sem hora para voltar para casa.

A família de Maurício providenciou recursos para que ele se capacitasse, se tornasse um profissional e ocupasse uma alta posição na estrutura sócio-ocupacional, pudesse manter o seu padrão de consumo e ascender socialmente à semelhança dos integrantes das classes médias, tal qual a sua pertença (GUERRA et al, 2006). Esse jovem pôde inclusive escolher entre dois cursos, em instituição privada de ensino, e decidir por aquele com que mais vocacionalmente se identificasse. Sua família, contudo, perdeu essa batalha, afinal os valores que vigem nessa sociedade são aqueles do prazer e do lazer (ZALUAR, 2004). O estudar e o trabalhar não garantem para mais ninguém um bom emprego.

Segundo Ianni (2004, p. 145), “[...] O desemprego e o subemprego, ou desemprego disfarçado, têm sido algo inerente e essencial à dinâmica do capitalismo”. Valores que Maurício muito bem subjetivou, e que lhe deram a certeza de que só basta ter *“uma boa peixada”* para conseguir um bom emprego, dado que os estudos e o trabalho se tornaram as regras sociais mais difíceis de serem obedecidas, pois, é

preciso reconhecer, elas são contraditórias. E é por isso que a educação, por que tanto primam os integrantes das classes médias para alcançar sua ascensão social (GUERRA et al, 2006), segundo Velho (apud MARTINS, 2006), não está em primeiro plano na vida dos jovens deste segmento social, pois a principal motivação deles é a aquisição de bens materiais.

A certeza de imortalidade de um jovem de 14 anos, ávido por descobrir o novo e construir os seus próprios caminhos, regulada pelos valores individualistas e consumistas de uma sociedade capitalista, que todos os dias oferece uma nova e mais sedutora mercadoria – na qual a lógica do sucateamento cotidiano das mercadorias recém-produzidas alcança as pessoas, as quais se tornam rapidamente obsoletas e, por isso, desnecessárias (IANNI, 2004) – levou Maurício a um encontro “*inútil e desagradável*”. O encontro de Maurício com as drogas não expressa apenas a sua curiosidade, expressa também a possibilidade de ele viver nessa sociedade, de atender os apelos do mercado, os quais se contrapõem a uma lógica de desemprego estrutural.

Em sua entrevista conosco, Maurício negou o seu envolvimento com o tráfico de drogas, mas nos relatou que se envolveu em um roubo simplesmente porque estava “*querendo dinheiro e não precisando*”. E isso nos dá a certeza de que não foi a falta material que o levou a cometer crimes, que não é a pobreza que leva jovens e não jovens a cometerem violências criminalizadas, mas é um vazio impreenchível que se renova todos os dias. A droga – tanto no uso quanto no tráfico – parece ser o caminho mais fácil e aprazível para preencher esse vazio provocado pelo mercado.

A droga, está certo Dubet (apud ZALUAR, 2004), é uma erva daninha que destrói os nossos jovens – pobres e ricos –, e que manteve Maurício no mundo do crime. Mas ela é certamente mais uma das formas e graus de resolução dos conflitos profundos que os jovens vivenciam (FRAGA, 2002), e que à semelhança da pobreza não pode isoladamente explicar a violência de que são vítimas e autores cotidianamente. E não nos esqueçamos de que “[...] Do sucesso dessa relação depende a concretização do desejo dos participantes secundários e terciários”. (CRUZ NETO, 2001, p. 39).

A história de Maurício reflete bem a história dos nossos jovens. Apesar de “ter tudo”, ele enveredou pelo mundo do crime e, na sua extensão, praticou violências, provando com isso que não basta “ter tudo”, ou que é preciso não “ter nada” para

escolher viver uma vida contrária à ordem estabelecida, que por si só já é contraditória.

Provou Maurício que não foi o “ter”, mas o “ser” que fez diferença em suas escolhas, um “ser” construído nas relações sociais capitalistas, em que o emprego, que deveria ser a via para adquirir bens básicos e/ou de luxo – bens de luxo tão desejados por Maurício e pelos jovens em geral – está escasso. E mesmo os empregos que existem exigem muito dos trabalhadores para neles se manterem, quando, então, fórmulas mágicas aparecem. São nessas contradições que as drogas – tanto no uso quanto no tráfico – surgem como expressão desses conflitos. As drogas e conseqüentemente todos os crimes necessários à sua manutenção no mercado, assim como tantos outros crimes e violências que necessariamente não estão vinculados às drogas, à semelhança daqueles praticados pelos jovens das classes médias do município de Vitória/ES que desvelamos nas fontes pesquisadas. É por isso que Maurício, “apesar de ser das classes médias”, apesar de “ter tudo”, comete crimes conjugados, ou não, a violências. E é por integrar tais classes que o exemplo de Maurício deve servir para romper com o mito de que só pobres materialmente desfavorecidos praticam crimes e violências, como assim empreendemos esforços para demonstrar por meio deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de dar visibilidade ao jovem de classe média autor de violência resultou-nos em visibilizar muitas outras questões que atravessam e justificam tal (in)visibilidade. A própria criminalização dos jovens pobres é, em certa medida, razão para tal mascaramento. É principalmente na teia da criminalização da pobreza que a (in)visibilidade dos jovens das classes médias e altas se consagra. Não só a invisibilidade dos jovens, mas também a dos não jovens deste segmento social.

Uma criminalização que se fundamenta na dominação de classe e na sua manutenção, e pela qual a luta de classes se acirra, quando, então, são arregimentadas armas tão poderosas e tão (in)visíveis que, na sutileza de suas ações, conseguem a aquiescência de toda a sociedade – de todas as classes sociais –, que reafirma que pobreza e violência estão intrinsecamente ligadas. Nisso a ordem social se conserva, e os pobres continuam sendo considerados os únicos autores das violências.

Descobrimos que jovens de classes médias e altas, assim como os jovens pobres, praticam violências, mas a crença difundida de que aqueles não têm motivos para praticar tais atos nega a sua natureza violenta e de seus atos, dando-lhes um sentido de desvios, e provocando a (in)visibilidade desses sujeitos como autores de violências criminalizadas.

Se desvios ou crimes, intencionais ou negligências, de maior ou menor potencial ofensivo, fato é que jovens das classes médias se revelaram autores dos crimes de homicídio, mandante de assassinato, ameaça, lesão corporal, agressão física, calúnia, injúria qualificada, difamação, constrangimento ilegal, roubo (de veículo), furto, furto qualificado, apropriação indébita, porte ilegal de arma de fogo, direção perigosa, embriaguez ao volante, falsidade ideológica, ato obsceno, vias de fato, maus tratos, dano, estelionato, fraude, extorsão, receptação, violação de domicílio, invasão de privacidade, violação de correspondência, desacato, tráfico e associação ao tráfico drogas e posse de drogas ilícitas, crimes contra os costumes e crimes contra o meio ambiente, além de tentativas frustradas, por agentes externos, de furtos, roubo e homicídio, entre outros. Apesar disso, na “[...] percepção deles [pais e

filhos] o que eles fazem não é crime, mas o Código Penal não faz distinção de classe social. [...] eles esquecem que por analogia quem pratica crime é criminoso. [...]” (Sr. F). Muitas dessas infrações levam jovens pobres às prisões ou os marcam para sempre como criminosos.

De todas as fontes pesquisadas, foi nos jornais que a (in)visibilidade dos jovens das classes médias como autores de violência se tornou mais difícil de ser percebida, pois a referida invisibilidade ocorreu *pari passu* com a aparente visibilidade. A preferência da mídia pela divulgação da participação desses jovens em eventos criminosos vinculados às drogas, em geral noticiados de forma enfática, contribui na difusão da ideia de que estes jovens não praticam crimes socialmente rechaçados, e/ou quando o fazem estão sendo motivados pela necessidade de manutenção do vício de drogas ilícitas. Esse panorama os torna, portanto, invisíveis como autores de violência, ou mesmo como criminosos.

A droga e suas representações, nos últimos tempos, têm servido a essa (in)visibilidade. Se para os jovens pobres a droga é a própria expressão do crime, para os jovens das classes médias ela se tornou a justificativa. É pelo e para o uso de drogas que estes praticam crimes violentos – considerados, contudo, de menor potencial ofensivo. Uma mesma quantidade e um mesmo tipo de droga nas mãos de jovens ricos e nas de jovens pobres geram dupla interpretação e distintos desdobramentos: os primeiros são reconhecidos como usuários, e os últimos como traficantes. Quando os primeiros estão endividados com o tráfico, os pais pagam suas dívidas e os mandam para uma clínica de tratamento antidrogas, e os últimos ou superlotam nossas cadeias e reafirmam socialmente sua natureza criminoso, ou se tornam reféns do próprio tráfico – mais um funcionário desta empresa –, ou, ainda, são mortos pelos chefes como pagamento de suas dívidas de drogas. Mortes que os tornam reconhecidos como os únicos e os principais autores e vítimas da violência homicida.

Invisibilizar a violência dos jovens das classes médias por meio da justificativa do uso de drogas e, na mesma medida, imputar aos jovens pobres a responsabilidade pelo tráfico é mais uma estratégia de condenação da pobreza que serve à invisibilização dos verdadeiros responsáveis pela entrada das drogas no país, pois todos sabem que não são os pobres dos morros e das favelas que ficam com o

maior quinhão deste capital. Esse mercado violento que precisa dos jovens pobres para se reproduzir, como disse Cruz Neto (2001), nasceu sem a participação deles.

É na invisibilidade dos jovens das classes médias como autores de violências e na condenação dos jovens pobres que o Estado consegue se furtar do seu dever de constituir políticas sociais universais para as juventudes e elege dos jovens “pobres os mais pobres” para destinar suas políticas fragmentadas e focalizadas, que mais servem para estigmatizá-los¹²² que libertá-los de sua condição social.

Estamos certas de que há muitas outras razões para tal invisibilidade e de que não é possível, em um único estudo, apropriar-nos de todas elas, assim como estamos certas de que para invisibilizar a violência social de que os pobres são vítimas, todos os dias é preciso reafirmar que eles são os únicos agentes violentos, os quais praticam as efetivamente reconhecidas violências: os crimes contra o patrimônio, como furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato (CHAUI, 2003).

Fizemos um longo percurso e nele descobrimos que muitos fatores colaboram para a (in)visibilidade dos jovens das classes médias e para a estigmatização dos jovens pobres. Alguns resultantes da própria dinâmica social estimulada pela ordem capitalista vigente, e muitos outros conscientemente orientados para esses fins. E reconhecemos que mudar essa realidade não é uma tarefa fácil.

Mas gostaríamos, com tudo que foi apresentado aqui, de causar impacto sobre as crenças cristalizadas no imaginário social de que só pobres praticam violências, e classes médias e altas, quando descobertas, praticam desvios.

A premência é de sensibilizar aqueles que no seu cotidiano profissional, inconscientes ou ideologicamente manipulados, contribuem para a estigmatização dos pobres, culpabilizam-nos por sua condição social e, na medida de suas capacidades e ações, negam aos pobres infratores a oportunidade de acessar os direitos que lhes são garantidos em lei.

Por isso, urge que aqueles que inconscientemente condenam os jovens pobres simplesmente por serem pobres lhes deem, assim como fazem com os jovens das classes médias, a oportunidade de reconstruir suas vidas, de tomar o caminho de

¹²² Uma das modalidades do Programa Federal Projovem, voltado para os jovens de 18 a 29 anos, o ProJovem trabalhador, exige como critério de elegibilidade que tais jovens estejam desempregados, não estejam cursando nem tenham concluído curso superior e sejam pertencentes a famílias com renda *per capita* de até 1 salário mínimo (BRASIL, 2008).

volta e se tornar sujeitos da sua história; que deem aos jovens pobres o direito de ter futuro, pois uma anotação em suas fichas pode “gerar prejuízo para eles amanhã” (Sr. F), também.

Jovens pobres e ricos são detentores de uma moratória vital, ambos desejam viver intensamente essa fase da vida, e todos estão sendo seduzidos por esta vida moderna consumista, na qual nada é suficientemente durável para gerar apego e produzir valores de solidariedade e de respeito ao outro. Dessa forma, esses jovens não podem sozinhos ser culpabilizados por seus descaminhos.

Assim, não é possível analisar e compreender a presença majoritária de jovens nas questões de violência se dela forem desvinculados os componentes de classe, raça/etnia e gênero, se não estiverem relacionadas com outros determinantes sociais e principalmente com a ideologia capitalista burguesa. A centralidade dos jovens nas questões de violência é resultado de causas e efeitos que se entrecruzam. A pobreza não pode por si só explicar a violência, e esta última não é autoexplicável. Ambas dependem de outros fatores para existir, coexistir e persistir.

Por fim, reafirmamos que em nossas análises não tivemos a intenção de condenar os jovens das classes médias. Antes, pelo contrário, queremos entendê-los como jovens que vivem os conflitos desta sociedade, que, embora não sofram de carência material, precisam ser olhados sob a máscara que carregam de jovens que não têm problemas, ou que não têm motivos para tê-los. E se eles nos servem de objeto para a (des)construção do tipo suspeito – o jovem pobre –, é porque o fato de ficarem (in)visibilizados em suas violências gera certa inércia do Estado e da sociedade, que não reconhecem a violência como um produto social, mas como um apanágio dos pobres, negando-se, portanto, a repensar esse modelo de sociedade.

Daí entenderem que, nestes tempos, o “ter” só tem tanta importância porque o “ser” está corrompido. É por isso que, apesar de jovens das classes médias e altas “terem tudo”, e jovens pobres “não terem nada”, eles cometem violências criminalizadas, ou se envolvem em crimes violentos.

Por ora, aqui paramos. Contudo, não foi nossa pretensão com este trabalho esgotar o tema, pois há muito mais o que estudar e desvelar sobre ele, mas esperamos que as descobertas, que ora apresentamos, sirvam de ponto de reflexão na

(des)construção de antigas crenças, e que despertem o interesse de outros pesquisadores em desvendar outras faces do fenômeno aqui investigado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Escola e Violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E. et al (org.). **Serviço Social e Saúde**. São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2007.

BIASOLI, P. et al. Adolescência e violência habilidades, competências e estratégias resilientes para a promoção da paz. In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. (Orgs.). **Violência no cotidiano**: do risco à proteção. Brasília: Universa: Líber Livro, 2005. cap. 9, p. 141-65.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Tradução de Paulo Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983b.

BRASIL, Lei nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BRASIL, Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília 29 set. 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9099.htm>>. Acesso em 3 mar. 2010.

BRASIL, Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de trânsito brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília 24 set. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9503.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

BRASIL. Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituído pela Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 jun. 2008.

BRASIL. Código de Processo Penal (Decreto-lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941). In: GOMES, L. F (Org.). **Constituição federal, código penal, código de processo penal**. 7. ed. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005c.

BRASIL. Código Penal (Decreto-lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940). In: GOMES, L. F (Org.). **Constituição federal, código penal, código de processo penal**. 7. ed. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005a.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de execução penal. In: GOMES, L. F (Org.). **Constituição federal, código penal, código de processo penal**. 7. ed. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005b.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro, Contribuições para pensar a violência no Espírito Santo. In: CAMACHO, Thimoteo. **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (coleção primeiros passos).

_____. A Existência ética. In: _____. **Convite à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. cap. 4, p. 334-8.

CHAUI, Marilena. Ética, Política e violência. In: CAMACHO, Thimóteo (org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

COHN, Amélia et. al. **A Saúde como direito e como serviço**. São Paulo. Cortez. 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE. 1., 2007. Brasília. **Documento Base**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conferencia/conferencia-juventudePB.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Nem soldados nem inocentes**: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

DIAS, A. R. F. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES. Indicadores de Desenvolvimento do Espírito Santo. **INDES – regiões**. Disponível em: <www.ijsn.es.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo / Vara de Execuções Penais. **Manual CEPAES (Central de penas de medidas alternativas)**, Vitória, 2002.

FARIA et al. Verificação do uso de drogas por vítimas de mortes violentas na região da Grande Vitória/ES. In: ZANOTELLI C. L et al (Orgs). **Violência e contemporaneidade**: dimensões das pesquisas e impactos sociais. Vitória: Grafita Gráfica e editora: NEVI, 2007.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de Oliveira. **Sistema de Justiça Criminal no Brasil**: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação, texto para discussão 1330, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008.

FILHO, Aziz; LOBATO, Eliane. Marginais da classe média. **ISTOÉ**, São Paulo, ano 30, n. 1966, p. 68-72, 4 jul., 2007.

FORECHI, Marcilene. **Jornalismo e educação**: da invenção da realidade à formação de jovens. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de

Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Revista Serviço Social & sociedade**. Ano. XXIII, n. 70, São Paulo: Cortez, julho 2002. p. 44-58.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Classes sociais e movimentos sociais. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEFESS-ABEPSS-CEAD/UNB, 1999. Módulo 2, p. 36-54.

GUERRA, A. et al. (Org.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil: classe média, desenvolvimento e crise**, São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Características gerais da população: resultados da amostra**. Censo Demográfico, 2000.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do Crime: construção e geoprocessamento do Índice de Violência Criminalizada – IVC no município de Vitória – ES**. 2007. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, Vitória, 2007.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARGULIS, Mário; URRESTI, Marcelo (Editor) La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, Laura et al. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Mario Margulis (Editor), 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

MARTINS, Eber Luis Capistrano. A educação de jovens da classe média para o empreendedorismo. In: MORGADO, M. A; MOTTA, M. F. V. (Orgs.). **Juventude de**

classe média e educação: cenários, cenas e sinais. Brasília: Líber livro, 2006. p. 75-98.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **O Estado super-desenvolvido:** das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAY, Tim. **Pesquisa Social:** questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Missão investigar:** entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C.S. **Violência contra idosos:** o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2. ed. 2005.

MINAYO, M.C.S & COIMBRA JR.C.E. **Antropologia, envelhecimento e saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório da Situação Atual do Sistema Penitenciário:** Penas alternativas. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA /SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA SENASP / Departamento de Pesquisa Análise da informação e desenvolvimento de pessoal em segurança pública (BRASIL). **Manual de Preenchimento:** formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia. Módulo Polícia Militar. Brasília, 2005. Disponível em: <www.mj.gov.br/senasp>. Acesso em: 2 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Reflexões sobre a investigação brasileira através do inquérito policial. **Cadernos temáticos da CONSEG.** Brasília, ano 1, n. 6, 2009.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo:** estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em: http://www.fgv.br/cps/classe_media/. Acesso em: 26 ago. 2008.

NOVAES, Célia Regina Reyes et al (Orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**, São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense. 2004.

OLIVEIRA, F. **O Elo Perdido**. Classes e identidade de classes. SP: Brasiliense, 1987.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PAULO, A De. (Org.). **O pequeno dicionário jurídico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PINHEIRO, Sérgio Paulo; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**, São Paulo: Publifolha, 2003. (Folha Explica).

Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). **Informações Municipais**. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/regionais/home.asp#>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Secretaria de Desenvolvimento da Cidade. **Informações do Censo 2000**: município de Vitória. Vitória, 2002. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: 1 jun. 2007.

RAIZER, E. C. Homicídios no Espírito Santo: Questões e evidências empíricas In: CRUZ, M. V. G; BATITUCCI, E.C. (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 38-57.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: autêntica, 2007.

SATHLER, D. N. **Eles têm muito, mas não tem tudo**: o aumento do número de jovens de classe média envolvidos com crimes no Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiald=99649772>>. Acesso em: 21 maio 2007.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

SILVA, A. I. **A segregação sócio-espacial em Vitória/ES a partir do exame das condições gerais de produção capitalista e dos equipamentos e serviços públicos**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2005.

SILVA, J. F. S. da. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o serviço social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. ano 27, n. 89, p.130-154, mar. 2007.

SOARES, Ary Dillon Soares. **Não matará**s: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SUDBRACK, M. F. O.; CONCEIÇÃO M. I. G. Jovens e violência: vítimas e/ou algozes? In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. (Orgs.). **Violência no cotidiano**: do risco à proteção. Brasília: Universa: Líber Livro, 2005. cap. 11. p. 185-97.

TEIXEIRA, F. A; DEUS, L. N. **O jovem de classe média**: motivos que o tornaram sujeito autor de violência. 2007. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia / EMESCAM, Vitória, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central.
Normalização de referências: NBR 6023:2002. Vitória: biblioteca, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central.
Normalização e apresentação de trabalhos acadêmicos. Vitória: biblioteca, 2006.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3. ed., revista e ampliada, agosto de 2007.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2006**: os jovens do Brasil. Brasília: OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), 2006a.

_____. **Mapa da violência 2010**: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2008.

_____. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), 2007.

_____. **Mapa da violência III**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

_____. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. 2 ed. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Sena, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2004.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2006**. Brasília: OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), 2006b.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. In: **Tempo Social**; Revista de Sociologia USP, SP, 9 (1), p. 5-41, maio de 1997.

ZALUAR Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Um debate disperso**: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo Perspec. vol.13 no.3 São Paulo July/Sept. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 mar. 2010.

ZANOTELLI, C; RAIZER, E. C. Assimetrias nos homicídios cometidos no Espírito Santo, segundo notícias nos jornais A Gazeta e A Tribuna, 1994-2005. **Revista Eletrônica UFES-Cidadã**, n.2http://www.proex.ufes.br/nevi/revista_2_sumario.htm, 2007.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
Mestrado em Política Social
Av. Fernando Ferrari 514 - Campus Universitário Goiabeiras
29075-910 – Vitória - ES - Telefone: (27) 3335-2587
E-mail: ppgps@npd.ufes.br

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento¹²³ visa a solicitar sua participação nesta pesquisa, cujo objetivo é identificar as particularidades da violência praticada pelo jovem de classe média do município de Vitória/ES.

Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos:

- 1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa;
- 2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento;
- 3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- 4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;
- 5) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de consentimento livre e esclarecido, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com a pesquisadora, da Universidade Federal do Espírito Santo, responsável por esta pesquisa”.

Vitória (ES), _____ de _____ de _____.

Participante _____.

Assinatura do Participante
Pesquisadora: Fátima do Amaral Teixeira
Rua Ulisses Sarmiento, 450/801
B. Praia de Santa Helena – Vitória/ES.
Tel. (27) 3227 4748 – (27) 9903 0846
E-mail: fapevi@bol.com.br

Assinatura do Pesquisador
Orientadora: Dra. Eugênia Célia Raizer
Vitória/ES.
Tel. (27) 3314 2868 – (27) 9971 9474
E-mail: eugeniarazer@uol.com.br

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa do pelo telefone 3335-7504 ou pelo e-mail cep@ccs.ufes.br

¹²³ Elaborado em 1 de outubro de 2009.

APÊNDICE B – Roteiro de Pesquisa para os jornais A Tribuna e A Gazeta

Tema: (In)visibilidade do Jovem de Classe Média Autor de Violência

Nome do jornal:

Nome do(s) Autor(es) do Artigo:.....

Título do artigo:.....

Local de publicação: Vitória/ES.....

Página inicial e final do artigo:.....

Data (dia, mês, ano):.....

Título do suplemento:.....

Autor(es) (nome abreviado):

Sexo:

Idade:

Grau de escolaridade:

Curso:

Nome da Instituição de Ensino:

Instituição de Ensino: Privada ou Pública

Profissão do jovem:

Local de trabalho:

Renda familiar:

Situação de classe:

Bairro de moradia:

Hábitos culturais e sociais:

Tipo de violência:

Local da violência (onde foi pego):

Cidade da violência:

Evento (boate, *show*, festa *rave*):

Coletivo ou individual:

Profissão do pai:

Profissão da mãe:

Motivo alegado pelo jovem:

Motivo alegado pela família:

Motivo alegado pela Polícia:

Tipo de punição:

Sexo da vítima:

Idade da vítima:

Tipo de droga:

Quantas vezes o caso voltou ao mesmo jornal?

APÊNDICE C – Roteiro de Pesquisa no Banco de Dados CIODES/SESP

Pesquisadora: Fátima do Amaral Teixeira

Tema: (In)visibilidade do Jovem de Classe Média Autor de Violência

Período: anos 2007 e 2008 em tabelas separadas

Critérios de seleção do sujeito/amostra:

- Jovem com idade entre 18 e 29 anos;
- Morador de bairros considerados de classe média e média alta do município de Vitória/ES, situados nas Regiões administrativa 5, 6, e 8:

Região 5: Barro Vermelho, Enseada do Suá, Ilha Bela; Ilha do Frade, Praia do Canto, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Luíza.

Região 6: Antônio Honório, Jabour, Jardim da Penha, Mata da Praia, Morada de Camburi, Pontal de Camburi, República, Aeroporto.

Região 8: Jardim Camburi

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) / Gerência de Estatística de Análise Criminal (GEAC) – Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES)

Tipo de Documento:.....

Ano:.....

Bairro de moradia:.....

Idade:.....

Sexo:.....

Tipo de crime e código:.....

Tipo de envolvimento:.....

Renda média.....

APÊNDICE D – Roteiro de Pesquisa Documental para VEP/EMA/SSP

Pesquisadora: Fátima do Amaral Teixeira

Tema: (In)visibilidade do Jovem de Classe Média Autor de Violência

Período: anos de 2007 e 2008

Critérios de seleção do sujeito/amostra:

- Jovem com idade entre 18 e 29 anos;
- Renda familiar mensal de R\$ 1.064,00 a R\$ 4.561,00 (classe C) e acima de R\$ 4.561,00 (Classe A e B) (FGV);
- Renda *per capita* de R\$ 214,00 a R\$ 923,00 e mais;
- Morador de bairros considerados de classe média e média alta do município de Vitória que se encontram nas Regiões administrativa 5, 6, e 8:
 Região 5: Barro Vermelho, Enseada do Suá, Ilha Bela; Ilha do Frade, Praia do Canto, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Luíza.
 Região 6: Antônio Honório, Jabour, Jardim da Penha, Mata da Praia, Morada de Camburi, Pontal de Camburi, República, Aeroporto.
 Região 8: Jardim Camburi

Fonte:.....

Tipo de Documento:.....

Nº. do Processo:..... Nº. GE:.....

Dados pessoais do autor:

Situação: () Irregular () Regular () Pena extinta () Falecido

Data do início do atendimento:...../...../200.....

Houve atendimento em 2007? () sim () não

Houve atendimento em 2008? () sim () não

Data do último atendimento:...../...../200.....

Bairro:.....

Sexo: () masc. () fem. Idade:..... Data de Nascimento:...../...../.....

Pai: () sim () não

Profissão:.....

Mãe: () sim () não

Profissão:.....

Estado Civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Amasiado(a) () Divorciado(a)

Religião:.....

Grau de Instrução: () Ens. Fund. completo () Ens. Fund. incompleto () Ens. Médio completo () Ens. Médio Incompl. () Curso Superior compl. () Curso superior incompl. ()

Se superior, qual curso:.....

Mais de um curso superior? Sim () Não ()

Quais?.....

Estuda? () sim () não

Carteira de Ident.: Sim () Não () Cart.Trabalho: () sim () não CPF Sim () Não ()

Dados processuais

Regime:.....

Artigo/crime:.....

Pena imposta:.....

Tempo a cumprir da PSC:.....

Quantidade de processos: () 1 () 2 () 3 () mais de três

Tempo que ficou preso:.....

Local da última prisão:.....

Local onde cometeu o delito: () Região metropolitana () Interior.....() outro Estado

Se em Vitória, em qual bairro?.....

Idade em que cometeu o delito:.....

Dados funcionais

Profissão:.....Função:.....

Atual:.....

Situação: () Aposentado () Autônomo () Empregado c/ CTPS assinada ()

Desempregado () Empregado s/registro CTPS () Não Identificado

Histórico:

Fatos marcantes em sua vida:.....

Caso de violência doméstica? () Sim () Não.....

Vida Escolar:.....

Pós-delito:

O indivíduo (sua autoimagem, valores, queixas, experiências vivenciadas):

Família (aceitação, relacionamento, apoio fornecido).....

Relacionamento social (amigos):.....

Situação econômica:

Reside em imóvel: () próprio () alugado () cedido () financiado

Característica do domicílio: () casa de alvenaria () apartamento () barraco de madeira

Valor do aluguel / financiamento: R\$.....

Renda familiar mensal: R\$.....

Quantas pessoas contribuem?

Nº. de dependentes da renda familiar:

Renda *per capita*: R\$.....

Observação:

Situação de Saúde

Faz uso de medicamento controlado? () sim () não

Qual?.....

Tem envolvimento com substâncias entorpecentes/álcool? () sim () não

Qual?.....

História Criminal:

Visão do Processo:

Visão do reeducando:.....

APÊNDICE E – Instrumento Organizativo da Documentação da VEPEMA

Dados pessoais do autor

Tipo de envolvimento:.....

Condição física:.....Cúrtis:.....

Sexo: Masculino () Feminino () Não Identificado ()

Escolaridade: Ensino Fund. completo () Ens. Fund. incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Médio Incompl () Curso Superior completo () Curso superior incompl. () Não Identificado ()

Se curso superior, qual curso:.....

Data de Nascimento:...../...../..... Idade:.....

Característica do domicílio: casa de alvenaria () apartamento () Não Identificado ()

Bairro de residência:.....

Celular: Sim () Não ()

Carteira de Identidade: Sim () Não () Cart.Trabalho: Sim () Não ()

CPF Sim () Não ()

CNH: Sim () Não () Certidão de nascimento: Sim () Não ()

Pai: Sim () Não () Profissão:.....

Mãe: Sim () Não ()

Profissão:.....

Trabalha: Sim () Não ()

Profissão:.....

Renda Pessoal:.....

Situação:.....Processado?.....

Tipo de processo:.....Local do crime:.....

Descrição do crime:.....Data do crime:...../...../.....

Depoimento: Sim () Não ()

Resultado do Encaminhamento:.....

Providências.....

Obs.:.....

APÊNDICE G – Roteiro de Entrevista para Profissionais das Instituições de Segurança Pública e Justiça

Entrevistadora: Fátima do Amaral Teixeira – estudante do curso de mestrado em Política social, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eugênia Célia Raizer

Sujeitos da entrevista: profissionais de instituições de Justiça criminal estabelecidos em Vitória/ES, que trabalham direta ou indiretamente com jovens de classes médias autores de violências/crimes.

Dados pessoais

- 1) Instituição:.....
- 2) Sexo:.....
- 3) Idade:.....
- 4) Formação acadêmica:.....
- 5) Profissão:.....
- 6) Cargo que ocupa atualmente:.....
- 7) Há quanto tempo desempenha essa função?.....
- 8) A sua relação com o jovem de classe média autor de violência ocorre de forma:
 - () direta () indireta
- 9) Em média, quantos atendimentos a jovens envolvidos com práticas de violências/crimes o(a) Senhor(a) realiza por dia?
- 10) Com que frequência o(a) senhor(a) atende a jovens de classes médias envolvidos com as práticas de violências/crimes?
 - 10.1) Se a frequência for baixa, a que o(a) senhor(a) atribui essa baixa frequência de atendimentos a jovens de classes médias em relação a jovens pobres?
- 11) Na sua experiência à frente deste trabalho, o(a) Senhor(a) notou se, nos últimos anos, houve um aumento do envolvimento de jovens de classes médias nas práticas de violências/crimes, ou a frequência é a mesma?
- 12) Em sua opinião todos os casos de violências/crimes envolvendo os jovens de classes médias como autores chegam até as instituições de Justiça?
 - 12.1) Se não, por quê?
- 13) Quais são os principais tipos de violências/crimes praticados pelos jovens de classes médias?

- 14) Em geral, quais os motivos alegados pelos jovens pobres que são acusados de práticas de crimes?
- 15) Em geral, quais os motivos alegados pelos jovens de classes médias que são acusados de práticas de crimes?
- 16) Na sua experiência, o(a) Senhor(a) observa que ao serem interrogados, ou atendidos, quem costuma confessar o envolvimento com fato criminoso, os jovens de classes médias ou jovens pobres?
- 17) Se houver maior negação por parte de jovens de classes médias, a que o(a) Senhor(a) relaciona o fato de eles negarem o envolvimento nas práticas de violências/crimes?
- 18) Com a sua experiência nesse campo, quem se sente mais intimidado com as autoridades policiais? Os jovens de classes médias ou os de classes populares?
- 19) Como se posicionam as famílias de classes médias em relação ao filho autor de violências?
- 20) Como se posicionam as famílias de classes populares em relação ao filho autor de violências?
- 21) Como se posiciona a sociedade em relação aos jovens de classes médias autores de violências?
- 22) Como se posiciona a sociedade em relação aos jovens de classes populares autores de violências?
- 23) Em sua opinião, quais os motivos que levam os jovens de classes populares a praticarem violências?
- 24) Em sua opinião, quais os motivos que levam os jovens de classes médias a praticarem violências?
- 25) Há algo a mais que o(a) Senhor(a) gostaria de acrescentar sobre o envolvimento de jovens de classes médias como autores de violências/crimes?
- 26) Como integrante de uma instituição de justiça, a que o(a) Senhor(a) atribui a deficiência dos registros dos dados sobre os autores de violências?

APÊNDICE H – Roteiro de Entrevista para Jovens das Classes Médias Autores de Violências Criminalizadas

Entrevistadora: Fátima do Amaral Teixeira

Orientadora: Prof^a. Dra. Eugênia Célia Raizer

Sujeitos das entrevistas: jovens de classes médias, moradores de Vitória/ES, autores de violências/crimes

1) Dados pessoais

- 1) Sexo:.....
- 2) Idade:
- 3) Cor:.....
- 4) Religião:.....
- 5) Estado civil.....
- 6) Bairro de moradia:.....
- 7) Mora em: () apartamento () casa de alvenaria
- 8) Imóvel: () próprio () alugado

2) Relações familiares

- 9) Quem integra a sua família?.....
- 10) Você tem pai? () sim () não.
- 10.1) Se falecido, qual a idade que você tinha quando ele faleceu?.....
- 11) Você tem mãe? () sim () não.
- 11.1) Se falecida, qual a idade que você tinha quando ela faleceu?.....
- 12) Seus pais são separados? () sim () não
- 12.1) Se sim, qual a idade que você tinha quando eles se separaram?.....
- 12.2) Se sim, como você se comportou diante da separação de seus pais?.....
- 13) Com quem você mora?.....
- 14) Sua mãe trabalha? Em quê?.....
- 15) Seu pai trabalha? Em quê?.....
- 16) Qual o grau de escolaridade do seu pai?.....
- 17) Qual o grau de escolaridade da sua mãe?.....
- 18) Qual a renda familiar?.....
- 19) Quem é o principal responsável pelo sustento da casa onde você mora?.....
- 20) Em relação à sua família, com quem você se identifica mais?.....

- 21) Quando você está com problemas, ou dificuldades, com quem na sua família você se sente mais seguro para pedir ajuda?.....
- 22) Você se sente, ou já se sentiu, cobrado por alguém de sua família, em alguma situação específica?.....
- 22.1) Se sim, em que situação?.....
- 23) Você tem responsabilidades a cumprir em sua casa/família?.....
- 24) Você desenvolve alguma tarefa ou atividade para colaborar no cotidiano da família?.....
- 25) Você se considera ou se considerava um filho(a) obediente?.....
- 26) Quais as regras familiares mais difíceis de serem cumpridas?.....
- 27) Qual a importância da família para você?.....
- 28) Há algum fato que ocorreu na sua família que você lembra com alegria?.....
- 29) Há algum fato que ocorreu na sua família que você lembra com tristeza?.....
- 30) O que você mudaria em sua família?.....

3) Vida escolar

- 31) Grau de escolaridade:.....
- 32) Curso:.....
- 32.1) Se curso incompleto, por que parou?.....
- 33) Você ainda estuda? () sim () não
- 34) Você estudou ou estuda em escola pública ou privada?
- 35) Você acha importante estudar?.....
- 35.1) Se sim, por quê?.....
- 35.2) Se não, por quê?.....
- 36) Como era ou é o seu relacionamento com os colegas na escola?.....
- 37) Na escola, você liderou mais, ou foi mais liderado(a)?.....
- 38) Você brigava na escola?.....
- 39) Quando criança e adolescente, seus pais costumavam ir muito à sua escola?.....
- 39.1) Se sim, em que situações?.....
- 40) Em sua opinião, seus professore(a)s eram mais amigo(a)s ou mais repressore(a)s?.....
- 40.1) E por quê?.....

4) Relações afetivas

- 41) Você tem muitos amigo(a)s?.....
- 42) Você faz amigo(a)s com facilidade?.....

- 43) Quem influencia mais nas suas decisões, seus pais ou seus amigo(a)s?.....
- 43) Existe algum(a) amigo(a) especial que você procura para desabafar?.....
- 44) Quais as pessoas mais importantes na sua vida?.....
- 45) Você tem namorado(a)?.....
- 46) O que você acha que os homens (as mulheres) mais admiram nas mulheres (nos homens)?.....
- 47) Qual a influência que os homens/as mulheres exercem sobre suas ações?.....
- 48) O que você faria para agradar um homem/uma mulher?.....

5) Drogas

- 49) Qual o seu maior vício?.....
- 50) Você já usou, ou usa, drogas lícitas e/ou ilícitas?.....
- 50.1) Se usa, ou usou, quais os tipos e em quais ocasiões?.....
- 51) Com qual idade você começou a usar bebidas alcoólicas?.....
- 52) Com qual idade você começou a usar drogas?.....
- 53) Em sua opinião, a droga deve ser liberada ou deve continuar criminalizada?.....
- 53.1) E por quê?.....
- 54) Em sua opinião, qual a relação que há entre droga e violência?.....
- 55) Em sua opinião, há influência do grupo de amigos no uso de drogas?.....
- 56) Em sua opinião, o que leva os jovens a entrarem para o mundo das drogas?.....
- 57) Em sua opinião, o que os pais podem fazer para evitar que os filhos enveredem por esse caminho?.....

6) Lazer e cultura

- 58) O que você mais gosta de fazer?.....
- 59) Você costumava e/ou costuma ir ao cinema?.....
- 60) Você costuma ir a boates e bares?.....
- 61) Você costuma ir a *shows*?.....
- 62) Você costumava e/ou costuma ir a campos de futebol?.....
- 63) Você pratica algum esporte? Qual?.....
- 64) Você frequenta algum clube?.....
- 65) Com que idade você começou a frequentar boates, bares e *shows*?.....
- 66) Seus pais controlavam as suas saídas?.....
- 67) Você se preocupava em informar aos seus pais aonde você ia ou estava?.....
- 68) Você se preocupa com a sua aparência?.....
- 69) Você se preocupa em vestir roupas de marcas?.....

70) Você acha que as pessoas reparam na roupa que você veste?.....

7) Trabalho

71) Você trabalhou e/ou trabalha?.....

72) O que você que faz ou fazia?.....

73) Qual a sua renda pessoal?.....

74) Você se preocupa com a falta de emprego?.....

75) O que você acha que é preciso fazer para conseguir um bom emprego?.....

76) Qual o emprego dos seus sonhos?.....

77) Você teve ou ainda tem mesada: () sim () não

78) Com que idade começou a receber mesada?.....

79) O que você conseguia comprar, ou fazer, com a mesada?.....

80) Todos os seus amigos recebiam mesada?.....

9) Regras sociais

81) Quais as regras sociais mais difíceis de serem cumpridas?.....

82) Quando você não concorda com uma regra o que você faz?.....

83) O que mais o/a aborrece na sociedade?.....

84) Como você extravasa os seus sentimentos de raiva e/ou alegria e/ou tristeza?..

85) O que você mudaria na sociedade?.....

10) Crime:

86) Conte-me sobre o crime que você cometeu.....

87) Qual o motivo de você ter praticado este, ou os crimes, que você cometeu?.....

88) Qual a sua punição?.....

89) Você achou que seria punido?.....

90) Em sua opinião, a sua punição foi justa?.....

91) Qual a lição que você tirou de tudo isso.....

92) Você se arrependeu do que fez?.....

93) Você se sentiu violentado alguma vez?.....

93.1) Se sim, em que situação?.....

94) Em sua opinião existe um tipo de violência mais grave que o outro?

94.1) Se sim, qual é o mais grave?.....

95) Você tem advogado particular?.....

11) Expectativas de vida:

- 96) Qual a sua maior preocupação?.....
- 97) Qual o seu maior medo?.....
- 98) O que você mudaria em sua vida?.....
- 99) Quais são suas expectativas para o futuro?.....
- 100) Qual, ou quais, os bens que você deseja ter?.....
- 101) Em que você acredita?.....
- 102) O que te falta?.....

12) Os outros

- 103) Em sua opinião, por que os jovens de classe média praticam violência e/ou crime?.....
- 104) O que você acha que eu deveria ter perguntado e que não perguntei?.....